Tiago Dalla Corte

O agronegócio da soja brasileira e a sua internacionalização na ordem econômica global, entre 1990 e 2018

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de doutor em História sob a orientação do Prof. Dr. João Carlos Tedesco.

Passo Fundo

2019

RESUMO

O tema desta pesquisa é a inserção do agronegócio de soja brasileiro na ordem econômica global. Para que se delimite a abordagem do referido objeto de investigação, enfoca-se o seu estudo em fatores que o determinaram: a aceleração do processo de globalização, a ascensão do discurso neoliberal, o fim do protagonismo estatal enquanto agente desenvolvedor do agronegócio no Brasil, a ocidentalização da dieta alimentar, a redução das políticas protecionistas, a elevação dos preços agrícolas internacionais, o forte crescimento econômico chinês e a formação de uma bolha financeira na China. Nesse contexto, a proposta desta tese é examinar, por meio do método de abordagem histórico e seu diálogo de fontes, bem como sob a perspectiva macro, os processos histórico-econômicos que conduziram o agronegócio de soja brasileiro a tornar-se um dos pilares fundamentais para a manutenção da ordem econômica global vigente no início do século XXI. Para tanto, são os objetivos específicos desta tese, os quais representam cada um dos capítulos: compreender a evolução histórica da cultura de soja no Brasil e o desenvolvimento de suas cadeias produtivas; revisar o fomento estatal do agronegócio de soja brasileiro no período de 1970 até 1990 e compreender a nova política agrícola e o redirecionamento internacional do agronegócio de soja brasileiro na década de 1990; descrever o ciclo de internacionalização do agronegócio de soja brasileiro a partir dos anos 2000; evidenciar a consolidação global do agronegócio de soja brasileiro tendo como base a crise fiscal do Brasil nos anos 2014-2016 e a bolha financeira inflada pela redução nos juros americanos, bem como pela elevação da dívida chinesa a partir de 2008. Perante a estrutura metodológica exposta, é o problema a ser respondido neste trabalho: como se deu a expansão, quais os seus fatores determinantes e qual é o papel histórico-econômico da inserção global do agronegócio de soja brasileiro no início do século XXI? Como hipótese a ser testada, entende-se que ocorreu uma inserção global do agronegócio de soja brasileiro de forma não planejada, como demonstra a falta de investimentos em infraestrutura, o que gerou uma série de gargalos (como a dificuldade de acesso a mercados em razão de custos de transportes elevados) que limitaram o processo, mas que, contudo, não impediram a soja brasileira de ascender a um papel de recurso estratégico. Esta tese evidencia que a globalização do agronegócio de soja foi essencial para a aceleração do crescimento da economia mundial, identificando que a expansão creditícia da economia chinesa se constituiu no fator determinante para o desenvolvimento do agronegócio de soja brasileiro, tornando-o o setor mais dinâmico da economia nacional. Nesse sentido, expõe-se que o realinhamento global do setor do agronegócio de soja brasileiro não corresponde a um fenômeno transitório, mas representa uma mudança estrutural de importância histórica para a economia do Brasil.

Palavras-chave: Agronegócio de soja, China, Internacionalização econômica brasileira, Política agrícola.

ABSTRACT

The theme of this research is the insertion of Brazilian soybean agribusiness into the global economic order. In order to delimit the approach of this object of investigation, its study focuses on factors that determined it: the acceleration of the globalization process, the rise of the neoliberal discourse, the end of the state protagonism as agribusiness developer agent in Brazil, the Westernization of the food diet, the reduction of protectionist policies, the rise in international agricultural prices, strong Chinese economic growth and the formation of a financial bubble in China. In this context, the thesis proposes to examine, through the method of historical approach and its dialogue of sources, as well as from a macro perspective, historical-economic processes that have led Brazilian soybean agribusiness to become one of the fundamental pillars for the maintenance of the global economic order in force at the beginning of the 21st century. To that end, the specific objectives of this thesis are: the understanding of the historical evolution of soybean cultivation in Brazil and the development of its productive chains; to review the state promotion of Brazilian soybean agribusiness from 1970 to 1990 and to understand the new agricultural policy and the international redirection of Brazilian soybean agribusiness in the 1990s; to describe the cycle of internationalization of Brazilian soybean agribusiness from the 2000s; evidence the global consolidation of Brazilian soybean agribusiness based on Brazil's fiscal crisis in the years 2014-2016 and the financial bubble inflated by the reduction in US interest rates as well as the increase in Chinese debt from 2008. Given the methodological structure exposed , it is the problem to be answered in this paper: how did the expansion take place, what are its determinants and what is the historical-economic role of the global insertion of Brazilian soybean agribusiness in the beginning of the 21st century? As a hypothesis to be tested, it is understood that there was a global insertion of Brazilian soybean agribusiness in an unplanned manner, as demonstrated by the lack of investments in infrastructure, which generated a series of bottlenecks (such as the difficulty of access to markets due to of high transport costs) that limited the process, but which, however, did not prevent Brazilian soy from ascending to a strategic resource role. This thesis shows that the globalization of soybean agribusiness was essential for accelerating the growth of the world economy, identifying that the credit expansion of the Chinese economy was the determining factor for the development of Brazilian soybean agribusiness, making it the most dynamic sector of the national economy. In this sense, it is exposed that the global realignment of the Brazilian soybean agribusiness sector does not correspond to a transitory phenomenon, but represents a structural change of historical importance for the Brazilian economy.

Keywords: Soy agribusiness, China, Brazilian economic internationalization, Agricultural policy.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Embarques de soja por região e a utilização dos portos para embarques de grãos (2017).....53
Figura 2: Taxa de juros (% acumulado e anualizado para dezembro) entre 1990 82
Figura 3: Inflação (IPCA) acumulada com base anual entre 1980 e 2010.....83
Figura 4: Volume de crédito agrícola brasileiro entre 1969 e 2010.....85
Figura 5: Comportamento dos preços internacionais da soja entre 1970 e 1994.....97
Figura 6: Ampliação da área cultivada por regiões.....98
Figura 7: Evolução dos preços internacionais da soja (moeda nacional) entre 1995 e 2014....99
Figura 8: Consumo per capita por tipos de alimento no mundo.....101
Figura 9: Principais produtos da pauta de exportações do agronegócio brasileiro de 1985 para 1997.....102
Figura 10: Recorte da figura de vendas de máquinas agrícolas no mercado interno brasileiro entre 1969 e 1996 da Revista de Política Agrícola (imagem com qualidade baixa pelo estado de conservação).....109
Figura 11: Elevações no preço da soja que se correlacionam com a elevação na venda de máquinas.....112
Figura 12: Canal de baixa das vendas de máquinas agrícolas no mercado interno brasileiro entre 1978 e 1996 - recorte da figura de vendas de máquinas agrícolas da Revista de Política Agrícola (1969-1995).....113
Figura 13: Venda de máquinas agrícolas (total) entre 1976 e 2012.....114
Figura 14: Comportamentos das vendas: máquinas agrícolas e demanda chinesa de soja.....115
Figura 15: Relação entre a abertura de áreas para o cultivo no Centro-Oeste brasileiro com as vendas de máquinas agrícolas e a elevação dos preços internacionais da soja a parir de 1996.....116
Figura 16: Taxa de câmbio expressa em reais divulgada pelo Banco Central (abril/95 a outubro/04).....123
Figura 17: Evolução dos preços internacionais da soja em moeda nacional entre 1995 e 2014.....125

Figura 18: Períodos necessários para incrementar 50 milhões de toneladas na evolução histórica da produção de grãos no Brasil.....127
Figura 19: Expansão das lavouras de soja no Brasil entre 1970 e 2003.....129
Figura 20: Comportamento dos preços internacionais da soja entre os anos 1960 e 2017 com base nos contratos de julho de 2017 da CBOT.....132
Figura 21: Fases de um ciclo econômico idealizado.....138
Figura 22: Taxa (%) acumulada trimestral PIB a preços de mercado: 4º Tri 1992 a 2º Tri 2005 – Brasil.....140
Figura 23: A correlação entre as séries M e N.....142
Figura 24: Taxa acumulada em quatro trimestres do PIB chinês a preços de mercado e taxa média de crescimento acumulada em quatro trimestres dos preços da soja.....145
Figura 25: Taxa (%) acumulada trimestral: 1º Tri 2000 a 4º Tri 2016 para Brasil, China e *commodities*.....146
Figura 26: Preços internacionais da soja na CBOT em Chicago de 1997 até 2017.....150
Figura 27: Preços da Soja em Reais e em Dólares: Indicador ESALQ Paranaguá de 1997 até 2017.....152
Figura 28: Taxa de Câmbio entre 2002 e 2016.....154
Figura 29: Balanço primário do setor público, receitas e despesas do governo central.....155
Figura 30: *Déficit* do setor público e despesas com juros do setor público.....156
Figura 31: Dívida bruta, dívida líquida (dólar) e a relação da dívida líquida com o câmbio.157
Figura 32: Risco país entre 2014 e 2017.....158
Figura 33: Confiança do consumidor e da indústria entre 2006 e 2016.....159
Figura 34: Participação das economias emergentes (amarelo) no crescimento global (1981-2016).....171
Figura 35: Histórico da evolução do regime cambial da China (1980-2017).....175
Figura 36: Histórico da evolução do acúmulo de reservas internacionais chinesas (2000-2017).....176
Figura 37: Exportações brasileiras para a China em 2016.....179
Figura 38: Produção e importação de soja na China entre 1970 e 2017 (em milhões de toneladas).....180
Figura 39: Diferenças nas taxas de aceleração das importações chinesas de soja após 2008.181
Figura 40: Padrões de comportamento dos mercados financeiros após as bolhas de 2001 e de 2008.....184

Figura 41: Expansão da dívida chinesa (total) entre 2000 e 2018.....187
Figura 42: Estrutura dos fatores determinantes para a inserção da do agronegócio de soja brasileiro na ordem econômica global entre 1990 e 2018.....189
Figura 43: Projeção do aumento da demanda por produtos agrícolas pela Revista de Política Agrícola (1997).....191

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1: Levantamento das regulamentações para o setor agrícola entre 1991 e 1992 na Revista de Política Agrícola.....93
Tabela 2: Participação Agrícola no Comércio mundial.....134
Tabela 3: Padrões observados para definição das fases do ciclo econômico.....141
Tabela 4: Lista de países analisados..... 143
Tabela 5: Correlações entre os ciclos econômicos e os ciclos da soja (2001-2012)...144

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1: Síntese metodológica provisória.....21
Quadro 2: Cronologia dos eventos envolvendo transgênicos até a aprovação da lei de biossegurança.....121
Quadro 3: Comportamento dos preços da soja no Mato Grosso entre 2001 e 2005...133

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

AGF - Aquisição do Governo Federal

AL - América Latina

ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

BACEN - Banco Central do Brasil

BIS - Bank of International Settlements

BM - Banco Mundial

BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros

BRA - Brasil

CBOT - Chicago Board of Trade

CMN - Conselho Monetário Nacional

CNPA - Conselho Nacional de Política Agrícola

CNT - Confederação Nacional de Transportes

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

COP - Conferência das Partes

CTNBio - Comissão Técnica Nacional de Biossegurança

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EGF - Empréstimo do Governo Federal

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER - Empresa Brasileira de Extensão Rural

EUA - Estados Unidos da América

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FED - Sistema de Reserva Federal é o sistema de bancos centrais dos Estados Unidos

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FMI - Fundo Monetário Internacional

GATT - Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICM - Imposto sobre Circulação de Mercadorias

IDEC - Instituto de Defesa do Consumidor

IED - Investimento externo direto

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

MAI - Medidas de Apoio Interno

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

NAFTA - Tratado Norte-Americano de Livre Comércio

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMC - Organização Mundial do Comércio

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PCI - Programa de Crédito Integrado

PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos

PIB - Produto Interno Bruto

PL - Projeto de Lei

PND - Programa Nacional de Desenvolvimento

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados

RPA - Revistas de Política Agrícola

RR - *Roundup Ready*

RS - Rio Grande do Sul

SEFAZ - Secretaria da Fazenda

SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

SNPA - Secretaria Nacional de Política Agrícola

UE - União Européia

USDA - Agricultura dos Estados Unidos

VBC - Valores Básicos de Custeio

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

1 A CULTURA DE SOJA: ORIGEM, DESENVOLVIMENTO, COMPLEXO PRODUTIVO E GARGALOS 37

1.1 A origem da cultura de soja 38

1.2 A modernização produtiva do agronegócio para a expansão do comércio mundial de grãos de soja 43

1.3 Gargalos logísticos nas exportações brasileiras do agronegócio da soja 51

1.4 Gargalos econômicos na expansão do agronegócio de soja no decorrer dos séculos XX e XXI 55

2 POLÍTICA AGRÍCOLA E A LÓGICA DO REDIRECIONAMENTO DO AGRONEGÓCIO DE SOJA BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1990 68

2.1 A lógica do processo de reformulação da política agrícola brasileira a partir do pós-Segunda Guerra Mundial 69

2.2 O redirecionamento da agricultura brasileira para o mercado internacional 78

2.3 A normatização das leis agrícolas e a formatação da conjuntura de mercado para o setor agrícola 90

2.4 Os impactos da nova conjuntura agrícola e o ambiente externo a partir de 1995 95

3 O CICLO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA DECORRENTE DA NOVA POLÍTICA AGRÍCOLA 106

3.1 A demanda por tecnologia e bens de capital do setor agrícola brasileiro entre o final do século XX e o início do século XXI 107

3.2 A soja transgênica e a elevação da produtividade das lavouras no início da década de 2000 118

3.3 O estímulo cambial no século XXI em face da política de desvalorização adotada a partir de 1999 122

3.4 As perspectivas e o planejamento da agricultura no início do século XXI 126

4 A CONSOLIDAÇÃO INTERNACIONAL DO COMPLEXO SOJA BRASILEIRO NO SÉCULO XXI 136

4.1 Os ciclos econômicos globais e a crise financeira internacional de 2008 136

4.2 A consolidação da internacionalização do agronegócio de soja brasileiro a partir da crise de 2008 nos Estados Unidos e da crise fiscal do Brasil 148

4.3 O planejamento chinês e seus impactos sobre a agricultura brasileira 161

4.4 A dívida chinesa como a condicionante da expansão do agronegócio de soja brasileiro no século XXI 167

4.5 Fatores determinantes para a consolidação internacional do complexo soja brasileiro no século XXI 188

CONSIDERAÇÕES FINAIS 193

REFERÊNCIAS 200

APÊNDICE A – Revistas de Política Agrícola Publicadas durante 1992 (Ano I) 217

APÊNDICE B – Revistas de Política Agrícola Publicadas durante 1993 (Ano II) 218

APÊNDICE C – Revistas de Política Agrícola Publicadas durante 1994 (Ano III) 219

APÊNDICE D – Revistas de Política Agrícola Publicadas durante 1995 (Ano IV) 220

APÊNDICE E – Revistas de Política Agrícola Publicadas durante 1996 (Ano V) 221

APÊNDICE F – Revistas de Política Agrícola Publicadas durante 1997 (Ano VI) 222

APÊNDICE G – Revistas de Política Agrícola Publicadas durante 1998 (Ano VII) 223

APÊNDICE H – Revistas de Política Agrícola Publicadas durante 1999 (Ano VIII) 224

APÊNDICE I – Revistas de Política Agrícola Publicadas durante 2000 (Ano IX) 225

APÊNDICE J – Revistas de Política Agrícola Publicadas durante 2001 (Ano X) 226

APÊNDICE K – Revista de Política Agrícola Publicadas durante 2002 (Ano XI) 227

APÊNDICE L – Identificação das Fases dos Ciclos Econômicos da China 228

INTRODUÇÃO

Não é de hoje que o debate sobre a evolução da economia centraliza as discussões e a atenção das sociedades ao redor do mundo. O porquê do cenário econômico ser uma das principais preocupações sociais é inteligível por meio do próprio conceito do que é a Economia[1] enquanto ciência, uma vez que ela tem como objeto de estudo verificar a alocação, de forma eficiente, dos recursos limitados das sociedades a fim de aprimorar o seu bem-estar. A História e a Economia, portanto, encontram-se entrelaçadas, o que, inclusive, originou um campo interdisciplinar de estudo: a História Econômica ou a História da Economia (a qual possui diferentes ramificações, como a História Econômica Mundial, a História Econômica do Brasil, a História do Pensamento Econômico, entre outras) (REZENDE, 2007; EICHENGREEN, 2000).

Nesse contexto, convém destacar que as decisões econômicas dos dirigentes do país fizeram o Brasil passar por diferentes cenários marcados pela escolha de planos econômicos e de ações diretas e eficazes no sentido de promover a estabilidade e o crescimento econômico, bem como pela adoção de medidas heterodoxas inusitadas e frustradas. Um exemplo dessa situação é o que ocorreu na época conhecida como milagre brasileiro[2] (década de 1970) e no subsequente período de grave crise fiscal brasileira (2014-2016). Nesse intervalo de tempo, observa-se uma série de planos econômicos e padrões monetários que buscaram estabilizar a economia brasileira, elevar os níveis de confiança e gerar investimentos para a expansão econômica, apesar de nem todos terem surtido os efeitos esperados. Assim, entre 1973 e 1994, conforme dados do BACEN (2017), o Brasil passou por seis diferentes padrões monetários

[1] Economia é a ciência que estuda a alocação dos recursos escassos frente às necessidades que são ilimitadas. A Ciência Econômica é classificada como uma ciência social que estuda a produção, distribuição, e consumo de bens e serviços. O termo economia vem do grego *oikos* (casa) e *nomos* (costume ou lei), daí "regras da casa (lar)". Logo, a economia estuda as formas de comportamento humano resultantes da relação entre as necessidades dos homens e os recursos disponíveis para satisfazê-las. Assim sendo, esta ciência está intimamente ligada à política das nações e à vida das pessoas, sendo que uma das suas principais funções é explicar como funcionam os sistemas econômicos e as relações dos agentes econômicos, propondo soluções para os problemas existentes. A ciência econômica está sempre analisando os principais problemas econômicos: o que produzir, quando produzir, em que quantidade produzir e para quem produzir. Cada vez mais, esta ciência é aplicada a campos que envolvem pessoas em decisões sociais, como os campos religioso, industrial, educação, política, saúde, instituições sociais, guerra, etc. (MANKIW, 2013).

[2] Segundo Gonçalves (2008), o período do milagre econômico foi o que gerou maior crescimento econômico desde a Proclamação da República. A denominação Milagre Econômico é dada à época de elevado crescimento econômico durante o regime civil militar no Brasil, entre 1968 e 1973. Nesse período do desenvolvimento brasileiro, a taxa de crescimento do PIB saltou de 9,8% a.a. em 1968 para 14% a.a em 1973, e a inflação passou de 19,46% em 1968, para 34,55% em 1974. Durante o milagre instaurou-se um pensamento ufanista de "Brasil potência" que se evidenciou com a conquista da terceira Copa do Mundo em 1970 no México, quando se criou o mote: "Brasil, ame-o ou deixe-o". Durante o milagre, a alta nas bolsas de valores brasileiras, iniciada ao final da década de 1960, resultou em um clima de euforia generalizada (GONÇALVES, 2008).

durante o mandato de seis diferentes presidentes da república, os quais nomearam dezesseis presidentes para o Banco Central do Brasil. O referido período foi repleto de dificuldades para a economia brasileira em razão da elevada inflação e do baixo crescimento econômico, no qual se verificou uma forte retração da produção industrial e um menor crescimento da economia como um todo. Esse período pode ser retratado em dois períodos relacionados de vinte e um anos da economia brasileira (1973-1994/1994-2015), sendo o ano de corte o de 1994, pois foi nele em que ocorreu a implantação do plano Real, onde se estabilizou, enfim, um padrão monetário para o país.

Dessa forma, com base nos dados do BACEN (2017), interpreta-se o período compreendido entre 1973-1994 como de crises econômicas, volatilidade de mercados, insolvência externa e baixo crescimento do Produto Interno Bruto (com períodos de retração), alto nível de desemprego, estagnação da economia e índices de inflação extremamente elevados, perda do poder de compra da população, aumento da dívida externa e do déficit fiscal. É importante destacar que o período entre 1973 e 1994 não é resultante de uma única política malsucedida, mas são resultados de várias inadequadas intervenções governamentais na economia.

Já, no segundo período (1994-2015), conforme dados do BACEN (2017), a partir do Plano Real, é possível observar que a economia apresentou um padrão monetário (o Real), três Presidentes da República (todos reeleitos após seu primeiro mandato) e seis presidentes do Banco Central, o que ilustra a estabilidade auferida à economia brasileira pelo Plano Real. No entanto, deve-se destacar que ocorreram graves crises econômicas nesse período – com destaque para as crises externas do final da década de 1990 e início da década de 2000, a crise imobiliária americana e a bolha das *commodities* em 2008, bem como o início da recessão pela crise fiscal brasileira em 2015 – que acabaram por derrubar a, então, Presidente da República Dilma Rousseff, encerrando seu mandato em 31 de agosto de 2016 e, consequentemente, dando início ao mandato de seu Vice-Presidente, Michel Temer.

O *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff levanta questões importantes a respeito da evolução e da condução da economia brasileira. Como apresentado, durante o período de 1994 até 2015, o Brasil e o mundo presenciaram várias crises, com destaque para a crise imobiliária americana em 2008, que foi uma crise de proporções catastróficas comparada à Grande Depressão de 1929[3]. No entanto, segundo a FGV (2017), essa crise não foi capaz de

[3]A Grande Depressão, também conhecida como Crise de 1929, é considerada o pior e o mais longo período de recessão econômica do século XX, que teve início em 1929 e que persistiu ao longo da década de 1930, terminando apenas com a Segunda Guerra Mundial. Este período de depressão econômica causou altas taxas de

afetar a popularidade, à época, do Presidente em vigor, Lula[4], ao contrário do que se observou na crise fiscal brasileira de 2015, a qual apresentou uma grande redução de popularidade da Presidente Dilma Rousseff.

Durante o Governo da Presidente Dilma Rousseff, segundo dados do IBGE (2017a), o PIB recuou 3,8% em 2015 e 3,6% em 2016, levando o Brasil, assim, a enfrentar a sua pior recessão da história. Ainda, a sequência de dois anos seguidos de retração econômica somente havia sido verificada no Brasil em 1930 (-2,1%) e em 1931 (-3,3%), logo após o início da Grande Depressão em 1929 (IBGEa, 2017; CANO, 2012, p. 81). Dessa maneira, é possível relacionar a queda de popularidade do governo com o insucesso das políticas econômicas do período.

No entanto, em 2015, conforme IBGE (2017a), quando o PIB do Brasil recuou 3,8%, o setor agropecuário cresceu 1,8% em relação ao ano anterior, sob influência da soja e do milho que não apresentaram oscilações climáticas afetando sua produção. Ainda, enquanto os níveis de produção industrial voltaram a níveis da década de 1950, a agricultura apresentou seu melhor resultado em toda a história, com o Brasil produzindo uma tonelada de grãos por habitante. Nesse sentido, a produção agrícola não parou de crescer, mesmo em um momento delicado para a economia brasileira. Esse fenômeno pode ser interpretado como produto do amadurecimento da matriz produtiva do setor agrícola.

Diante do exposto, o agronegócio de soja brasileiro apresentou-se como um modelo viável para o desenvolvimento da economia nacional, o qual requeria, contudo, aperfeiçoamento do seu processo produtivo e comercial. Esse modelo, contudo, acabou emergindo somente na transição entre os séculos XX e XXI. Dessa forma, a presente pesquisa tem como objetivo examinar os processos histórico-econômicos que conduziram o agronegócio de soja do Brasil ao seu modelo produtivo e comercial. Assim, o estudo permite acompanhar as conjunturas históricas, favoráveis ou não, ao processo de desenvolvimento do setor, com base nos fatores determinantes para a sua consolidação. Para além do contexto nacional contemporâneo, que demonstra que o agronegócio é resiliente às crises políticas e econômicas, é no âmbito internacional que setor desempenha uma função essencial dentro do desenvolvimento da economia global no século XXI, em razão de promover a estabilidade e o

desemprego, quedas drásticas no Produto Interno Bruto de diversos países, na produção industrial, nos preços de ações e em, praticamente, todo medidor de atividade econômica em diversos países no mundo (CANO, 2012, p. 81).

[4] Registrado ao nascer como Luiz Inácio da Silva (FRAZÃO, 2008).

controle da inflação que são elementos indispensáveis para o acelerado crescimento econômico mundial.

Justificativa da pesquisa e dos recortes temático e temporal

Ao realizar leituras sobre a política agrícola do período, os diversos discursos sobre o êxito do comércio mundial do agronegócio de soja chamaram-me a atenção. Dessa maneira, surgiu a ideia de elaboração de uma tese que reunisse informações sobre a História do desenvolvimento econômico relacionado ao agronegócio na transição entre os séculos XX e XXI, de modo especial no que se refere à cultura de soja e, principalmente, sobre os aspectos internacionais de sua comercialização. Por meio da revisão bibliográfica, verificou-se a ausência de estudos que fornecessem informações históricas a partir do diálogo de fontes oficiais e de seus contrapontos estatísticos referentes ao setor. A opção pelo segmento justifica-se pela importância que o agronegócio de soja tem sobre a economia, não somente no Brasil, mas também em âmbito global.

Com o avanço da pesquisa, encontraram-se vários estudiosos[5] que escrevem sobre agricultura, sobre comercialização e sobre o processo de estruturação da política agrícola sob a tutela do Estado. No entanto, percebeu-se que após muitos anos de tentativas de modernização da produção impulsionada pelo Estado, este, em função de suas seguidas crises fiscais e da falta de planejamento efetivo para o setor, exauriu seus recursos e sua capacidade de investimento, passando, dessa forma, ao papel de coadjuvante nas questões produtivas e comerciais do agronegócio de soja. Diante do exposto, este trabalho visa contribuir com o registro da história econômica do período e do agronegócio de soja a partir da identificação de evidências sobre as limitações operacionais do Estado frente ao setor.

Também, as questões levantadas demonstraram que a aceleração do processo de globalização não se tratou de uma ação contrária ao desenvolvimento brasileiro, uma vez que o agronegócio se adaptou à tendência de globalização acelerada na década de 1990. De fato, conforme dados do BACEN (2017), quando a economia brasileira e as contas do Estado brasileiro aceleraram seus déficits após 2014, foi o comércio agropecuário internacional que sustentou a criação de empregos, a geração de renda e a originação de divisas para a economia nacional.

[5] Carlos Nayro Coelho, Antônio Salazar P. Brandão, Eliseu Alves, José Garcia Gasques, Derli Dossa, Elisio Contini, Philip F. Warnken, Carlos José Caetano Bacha, entre outros.

Dessa maneira, destaca-se que o comércio agrícola internacional se apresentou como elemento fundamental para o desenvolvimento brasileiro no século XXI. Nesse sentido, problemas atrelados ao setor afetaram, direta ou indiretamente, outros segmentos econômicos, como os setores de serviços e de indústria. Por isso, observou-se que quanto maior fosse a harmonia e o conhecimento dos problemas existentes entre os agentes envolvidos, mais fáceis seriam as soluções encontradas para o desenvolvimento do setor. Assim, salienta-se o momento de crise em que se encontra a economia brasileira após 2014 e as dificuldades enfrentadas para que se saia da recessão. Por isso, um trabalho que procure apontar os elementos de sucesso do agronegócio de soja brasileiro, sob o ponto de vista histórico-econômico colabora para a produção científica em relação ao tema. Equivocadamente, a agricultura é considerada por muitos economistas e historiadores um setor dominado pelos fornecedores. A presente tese fornece suporte adequado para sustentar que a agricultura é um setor dominado pelos consumidores. Assim, contribui-se para (re)pensar até que ponto a experiência vivenciada pelo agronegócio brasileiro no século XXI encaixa-se na abordagem teórica vigente.

Ainda, com este estudo, busca-se elucidar a questão da produção do agronegócio de soja brasileiro como elemento-chave que estabeleceu o Brasil como um dos protagonistas econômicos no cenário mundial durante o início do século XXI. Assim, o agronegócio de soja brasileiro se apresenta como alternativa para a resposta das questões políticas globais de segurança alimentar, sobretudo a chinesa.

Diante da justificativa da pesquisa apresentada, a qual evidenciou lacunas na abordagem do tema, estabelece-se como recorte temático a relação do agronegócio de soja com a dinâmica da economia global. Ainda, frente ao referido recorte temático, definiu-se como temporalidade a ser a analisada os anos de 1990 a 2018, pois este período compreende desde o momento da transição de conjunturas para o agronegócio de soja até a sua consolidação na economia internacional. Contudo, para compreender os elementos que pautaram a transição do agronegócio rumo à sua consolidação internacional, realiza-se um resgate da conjuntura vigente entre o final da Segunda Guerra Mundial e a aceleração do processo de globalização após a queda da União Soviética.

Problema e objetivos de pesquisa

O tema desta pesquisa é a inserção do agronegócio de soja brasileiro na ordem econômica global. Para que se delimite a abordagem do referido objeto de investigação, a

questão macro foca nos fatores que desencadearam a globalização da agricultura brasileira: a aceleração do processo de globalização, a ascensão do discurso neoliberal, o fim do protagonismo estatal enquanto agente desenvolvedor do agronegócio no Brasil, a ocidentalização da dieta alimentar, a redução das políticas protecionistas, a elevação dos preços agrícolas internacionais, o forte crescimento econômico chinês e a formação de uma bolha financeira na China. Nesse contexto, a proposta desta tese é examinar, por meio do método de abordagem histórico e seu diálogo de fontes, bem como sob a perspectiva macro, os processos histórico-econômicos que conduziram o agronegócio de soja brasileiro a tornar-se um dos pilares fundamentais para a manutenção da ordem econômica global vigente no início do século XXI.

Nesse contexto, a problemática da pesquisa proposta é o da trajetória do desenvolvimento do agronegócio de soja brasileiro dentro da ordem internacional estruturada a partir do final do século XX[6]. Logo, este estudo está situado no campo das relações entre as forças políticas e econômicas. Procura-se entender como a aceleração do processo de globalização, a ascensão do discurso neoliberal, o fim do protagonismo estatal enquanto agente desenvolvedor do agronegócio no Brasil, a ocidentalização da dieta alimentar, a redução das políticas protecionistas, o crescimento econômico chinês e a elevação dos preços agrícolas internacionais foram decisivos para a ampliação das ações que promoveram e intensificaram as relações comerciais do setor com a economia mundial.

Antes de ser uma afirmação, o título deste estudo "o agronegócio de soja brasileiro e sua internacionalização na ordem econômica entre 1990 e 2018" representa a questão central da investigação. No final do século XX, o agronegócio de soja foi alçado dentro de um novo regime de planejamento do Estado brasileiro ligado à agenda neoliberal, no qual sua gestão transcendeu a tutela estatal, embora que, pragmaticamente, as ações anteriores à instauração do referido planejamento tenham sido necessárias para o seu processo de desenvolvimento e de consolidação.

[6] O alvorecer do século XX foi marcado por importantes mudanças no âmbito político, econômico e comercial que aconteceram, principalmente, a partir de 1980. Entre essas mudanças, destaca-se a propagação das ideias neoliberais, como o livre comércio, o livre fluxo de investimentos, as privatizações, a diminuição do Estado e a desregulamentação dos mercados financeiros, entre outras. Para Vigevani *et al.* (1998, p. 04), essas mudanças recrudesceriam o fenômeno da globalização e caracterizariam uma nova ordem econômica mundial. Conforme o autor, a palavra foi cunhada nos anos 1980 e vinculava-se à ideia de Estados mercadores, tendo, portanto, uma matriz explicitamente econômica. As definições correntes no final do século XX sugerem tratar-se de uma aceleração dos contatos e trocas internacionais, impulsionada pelas questões econômicas e tornada possível pela redução das dimensões espaciais e temporais das relações sociais em consequência dos avanços da ciência e da tecnologia.

A partir dessas constatações, questiona-se: como se deu a expansão, quais seus fatores determinantes e qual o papel histórico-econômico da inserção global do agronegócio de soja brasileiro no início do século XXI? Dessa maneira, a hipótese de investigação a ser testada é a de que ocorreu uma inserção global do agronegócio brasileiro de forma não planejada, como demonstra a falta de investimentos em infraestrutura, o que gerou gargalos (como a dificuldade de acesso a mercados em razão de custos de transportes elevados) e limitou o processo, mas que, contudo, não impediu o Brasil de ascender a um papel de protagonista.

Esta tese busca evidenciar se a globalização do agronegócio de soja foi essencial para a aceleração do crescimento da economia mundial e se a economia chinesa influenciou o agronegócio de soja brasileiro e suas cadeias produtivas. Ainda, visa-se compreender se o realinhamento global do setor do agronegócio de soja brasileiro correspondeu a um fenômeno transitório ou se ele representou uma mudança estrutural de importância histórica para a economia do Brasil.

No caso específico do objeto deste estudo, esse processo de internacionalização do agronegócio de soja envolveu um rompimento da relação conjuntural econômica brasileira no início da década de 1990. Explorado sob esta perspectiva, o papel do agronegócio de soja na reestruturação do Estado é indissociável de sua conversão política ao ideal neoliberal. Essa transição ao ideal neoliberal impunha um esforço de ressignificação da produção agrícola, culminando com a necessidade da adoção de um modo de produção alinhado com esse processo, ou seja, menos dependente de políticas públicas de estabilização e com propósitos mercadológicos difundidos, primando pela gestão privada permeada pela busca da eficiência produtiva.

Assim, verifica-se a reorientação estratégica da política agrícola brasileira sob a influência da nova ordem internacional neoliberal vigente a partir da queda da União Soviética no início da década de 1990. Inclusive, é este o período que começa a consagrar o significado da produção do agronegócio de soja brasileiro voltado a atender o mercado internacional, porém não como um projeto político e econômico planejado e executado pelo Estado, mas como um movimento subordinado às forças do mercado.

Partindo-se de tal problematização, defende-se a tese de que a inserção global do agronegócio de soja brasileiro constituiu um dos pilares fundamentais do desenvolvimento econômico mundial no início do século XXI, sendo que seu fator determinante é a elevação dos preços recebidos pelos produtores no período. O Estado brasileiro encaixou-se como um elemento necessário ao sucesso do setor e não como o elemento determinante de sua maturação, consolidação e sucesso econômico. Dessa forma, procura-se demonstrar que a

lógica da expansão da produção do agronegócio de soja brasileiro é a de mercado, afinal, os produtores de soja não produzem pelo ato em si, mesmo com subsídios, mas sim com o objetivo de retorno financeiro. O sucesso da produção e da comercialização do agronegócio de soja deu-se por meio da melhora dos preços para o produtor, que foram responsáveis, consequentemente, por acelerar o processo de interiorização (ou seja, de ocupação do território) brasileiro.

Logo, esta pesquisa tem como objetivo geral examinar, por meio do método de abordagem histórico e seu diálogo de fontes, bem como sob a perspectiva macro, os processos histórico-econômicos que conduziram o agronegócio de soja a tornar-se um dos pilares fundamentais para a manutenção da ordem econômica global vigente no início do século XXI. Para tanto, são os objetivos específicos desta tese: revisar o fomento estatal do agronegócio de soja brasileiro no período de 1970 até 1990; compreender a nova política agrícola e o redirecionamento internacional do agronegócio de soja brasileiro na década de 1990; descrever o ciclo de internacionalização do agronegócio de soja brasileiro a partir dos anos 2000; evidenciar a consolidação global do agronegócio de soja brasileiro tendo como base a bolha das *commodities* e a elevação da dívida chinesa em 2008, bem como a crise fiscal do Brasil nos anos 2014-2016.

Recursos metodológicos

Para iniciar a discussão, faz-se importante revisar alguns conceitos e apresentar as fontes que sustentarão as análises que buscam a compreensão das relações econômicas da agricultura no período. Nesse sentido, nesta tese abordou-se a discussão da agricultura em relação à sua inserção global a partir de fontes primárias e secundárias. Para tanto, explorou-se o processo de globalização da agricultura brasileira face ao período de transição de conjunturas ocorrida na década de 1990. Em sua investigação, levantaram-se questionamentos sobre o ambiente econômico brasileiro e o impacto das suas reformas sobre o setor, bem como sobre a influência da aceleração do processo de globalização no que concerne ao processo de internacionalização.

O Quadro 1 sintetiza a metodologia utilizada no trabalho. O método de pesquisa utilizado foi qualitativo, contudo, em alguns casos específicos, utilizou-se da estatística descritiva, principalmente para o estudo das séries temporais e percentuais e para a análise gráfica das tendências. As fontes utilizadas para a análise foram bibliográficas e documentais.

Quadro 1: Síntese metodológica

Quanto à natureza:	Histórica-econômica;
Quanto às interações entre as disciplinas:	Interdisciplinar;
Quanto à seleção das fontes:	MAPA, SOBER, CONAB, Embrapa, FEE, IBGE e Banco Central;
Quanto às características da redação da tese:	- Escopo: sintetizar e identificar as questões centrais; - Público alvo: estudiosos especializados e estudiosos gerais;
Quanto ao tipo de pesquisa:	Descritiva;
Quanto aos níveis da pesquisa:	Descrição e Sistematização;
Quanto ao método de abordagem:	Histórico;
Quanto às técnicas de pesquisa:	Bibliográfica e documental;
Quanto às fontes de pesquisa:	Primárias e secundárias.

Fonte: Elaborada pelo autor.

A pesquisa bibliográfica abrangeu leitura e interpretação de livros, periódicos, textos, leis, anuários, cartas, gráficos, tabelas, quadros, documentos xerocopiados e mapas. O material recolhido foi submetido a uma triagem, a partir da qual se estabeleceu um plano de leitura. Tratou-se de uma leitura atenta e sistemática, que se fez acompanhar de anotações e de fichamentos que serviram à fundamentação teórica do estudo. A pesquisa bibliográfica teve por objetivo conhecer as diferentes contribuições científicas disponíveis sobre o tema e deu suporte a todas as fases da pesquisa, uma vez que auxiliou na definição e na contrução dos problemas, na determinação dos objetivos, na justificativa, na escolha do tema e na elaboração da pesquisa.

Nessa linha, foi de fundamental importância buscar e levantar os discursos produzidos durante o processo de internacionalização da agricultura brasileira. Para retratá-los com a profundidade necessária, buscaram-se fontes dentro de órgãos e instituições de referência no setor agrícola, como o MAPA, a SOBER, a CONAB, a Embrapa, a FEE, o IBGE, o Banco Central e, ainda, séries históricas de dados estatísticos apresentados por eles e por suas secretarias. Através da análise realizada em seus documentos, buscou-se isolar os relatos sobre os fatores que desencadearam a globalização da agricultura brasileira e, assim, viabilizaram uma mudança na estrutura econômica do setor, o que desencadeou numa nova dinâmica e numa nova relação dentro da temporalidade examinada. Nessa senda, com base

em referencial teórico adequado, visou-se delinear o cenário econômico vigente durante o período do processo de globalização da agricultura, a fim de precisar a cronologia dos rompimentos conjunturais que o influenciaram.

Assim, por meio do estudo das fontes documentais, sintetizam-se seus discursos e suas argumentações e, em seguida, realiza-se o confrontamento deles com a realidade dos mercados, utilizando-se as relações encontradas pela análise de dados. Para essa exploração, inclusive, não basta conhecer apenas os elementos econômicos, fazendo-se *mister* buscar os contextos políticos presentes em todo o processo de globalização da agricultura. Logo, a forma de leitura apoia-se na reflexão de Grinberg (2009, p. 133), que explica que é preciso agir como faziam os contemporâneos, ler revistas de jurisprudência e sentenças divulgadas nos jornais, avaliar suas repercussões na sociedade e elaborar compilações de casos para saber como eram interpretados e julgados os processos semelhantes. É sob essa perspectiva que se pesquisa a globalização da agricultura brasileira e destacar as rupturas e as permanências do modelo internacionalizado com o modelo anterior.

Elegeu-se, como fonte condutora para as primeiras avaliações do tema, a Revista de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Contudo, deve-se destacar que os estudos são realizados pela confrontação de fontes, sendo que as informações do periódico não são tratadas como fato de maior importância frente às demais fontes, mas sim tem utilidade para pautar a cronologia da discussão dos elementos que a pesquisa entende como determinantes para o processo de globalização. É importante destacar que essa fonte histórica foi selecionada para esse fim em função do seu conteúdo, que, além de uma seleção oficial sobre os artigos científicos considerados relevantes para a condução da política agrícola brasileira, é elaborada dentro da temporalidade estudada, apresentando uma seção destinada à normatização do setor, um elemento importante para estudar as alterações na política agrícola.

Nesse sentido, o periódico também aborda assuntos relacionados à questão política e ao impacto gerado no setor. Assim, os assuntos tratados nessa fonte histórica ajudam a compreender se a tendência rumo à internacionalização foi um processo planejado pelo Estado, o que contribui para encontrar a exata temporalidade da adoção de normas jurídicas que impactaram a globalização da agricultura.

Em sua apresentação, o periódico caracteriza-se como uma publicação trimestral. É importante destacar que, mesmo com o informativo de que as matérias assinadas não refletem, necessariamente, a opinião do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a responsabilidade sobre a seleção dos artigos de Política Agrícola, a elaboração das Cartas

Agrícolas (escritas por agentes de destaque como os Ministros da Agricultura e Diretores das Secretárias, Órgãos e Agências relacionadas), e, ainda, a edição e a distribuição ficam a cargo da Secretaria de Política Agrícola, um órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Destaca-se que as publicações contam com a participação técnica de outros órgãos e secretarias do governo como a Secretaria de Gestão Estratégica da Embrapa e da Conab, o que carrega o periódico de valor político e técnico, constituindo-se numa revista dirigida a técnicos e a empresários, diante dos estudos elaborados por pesquisadores que trabalham dentro do complexo político e tecnológico. Assim, considera-se fundamental a sua centralidade na busca de informações sobre política agrícola brasileira no período. A tiragem da revista é de 7.000 exemplares.

A primeira publicação foi lançada em 1992 e foi apresentada como parte do compromisso do Estado de dar transparência aos seus atos e apoiar a veiculação e a discussão de ideias para o desenvolvimento da agricultura brasileira e do bem-estar dos brasileiros que viviam no campo. O objetivo apresentado era o de oferecer informações de qualidade, fidedignas e disponíveis em tempo hábil, que seriam subsídios imprescindíveis para a modernidade das empresas agrícolas, das cooperativas, de pequenos produtores, das indústrias de insumos, de processamento, de comercialização e de abastecimento, enfim, para todo o complexo agroindustrial brasileiro.

A Revista de Política Agrícola – ano I – n.º 01, publicada em fevereiro de 1992, traz a apresentação do periódico feita pelo Ministro Antônio Cabrera Mano Filho, então Ministro da Agricultura no governo Fernando Collor de Mello, o qual permaneceu no cargo de 03 de abril de 1990 a 02 de outubro de 1992. Na página três da revista (apresentação), destaca-se a visão de que as informações agrícolas são fundamentais nas decisões da política governamental e para o treinamento de futuros profissionais da agricultura, como nos cursos de graduação e de pós-graduação em Ciências Agrárias. O futuro do desenvolvimento da agricultura nacional, particularmente quanto à geração e à difusão de tecnologia, depende, em boa parte, desses treinamentos. Nesse sentido, foram convocados os técnicos, os pesquisadores científicos, os professores, os políticos e os próprios agricultores para participarem ativamente desse debate.

Destacam-se na apresentação alguns pontos fundamentais que norteavam a Revista de Política Agrícola, porém sem o intuito de limitar a sua abrangência. A Revista de Política Agrícola do então Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (nome oficial do MAPA em 1992) foi lançada comprometida com a modernidade produtiva do setor agrícola,

fundamentada no aumento da produção e da produtividade global, na liberdade de mercados com menos interferência de governo, na busca incessante da competitividade no mercado interno e externo, na eliminação dos desperdícios em todos os segmentos das cadeias de produção e comercialização e na melhor alocação dos recursos produtivos do setor, tanto públicos quanto privados. Procurava-se, nesse momento, visualizar alternativas para a solução dos problemas sociais no campo, como a baixa renda, a agricultura de subsistência, a deficiência de educação básica, a melhoria da política de incentivo à produção para o pequeno produtor, para que se obtivessem condições de progresso econômico e social.

Conforme a Secretaria de Política Agrícola, os editores da Revista de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, em fevereiro de 1992, eram: Elísio Contini, Ignez Vidigal Lopes, Paulo Nicola Venturelli, Renato Cruz Silva e Vander Gontijo. Na visão dos editores, o objetivo principal da criação da Revista foi incentivar a discussão de temas de interesse da agricultura brasileira. Este incentivo seria feito por meio da divulgação de artigos técnicos escritos por especialistas que se destacam no debate das questões agrícolas, seja por deterem diferentes pontos de vista, por suas posições críticas ou pelas proposições de solução dos diversos problemas setoriais.

A equipe de editores da Revista definiu, como estrutura básica introdutória, a "Carta da Agricultura" redigida por seus editores, a qual aborda os principais problemas setoriais e suas perspectivas de solução. Em seguida, em sua formatação, seguiram os "Artigos de Política Agrícola" escritos por especialistas convidados pelos editores, com o objetivo de subsidiar decisões sobre pontos críticos relacionados com os instrumentos de política econômica que interferem no setor agrícola. O "Encarte do Boletim de Conjuntura" era apresentado em sequência com informações e análises sobre a evolução dos preços dos principais produtos agrícolas. A seção "Legislação Agrícola" continha os textos das últimas e mais importantes alterações na legislação dos instrumentos de política agrícola. O fechamento da publicação era feito com a demonstração da seção "Ponto de Vista", um artigo escrito por um produtor, ou comerciante, ou processador, ou industrial, ou distribuidor de produto agrícola, que se destacava por ajudar a formar opinião no complexo agrícola nacional. Com essa estrutura, o corpo editorial esperava que os artigos, informações e opiniões divulgadas na Revista contribuíssem para a compreensão dos problemas do setor e colaborassem para a geração de novas ideias, novos instrumentos e novas formas de aumentara a eficiência e a eficácia da política agrícola nacional.

Para trabalhar com as revistas, optou-se por elaborar tabelas que resumem as publicações anuais, as quais se encontram nos Apêndice A a K. Como o período que marcou

o início da publicação da revista é complexo, no qual a agricultura passou por uma aceleração de avanços tecnológicos e pelo surgimento de uma nova ordem política, econômica e comercial, as tabelas de análise da metodologia da Revista de Política Agrícola têm a função de organizar a apresentação do conteúdo e facilitar a compreensão do contexto em que ela estava inserida. Na primeira coluna, destaca-se a data e a edição da revista. Em seguida, apresenta-se o número de seções, o número de assuntos discutidos e o número de páginas. A terceira coluna apresenta os artigos publicados em cada edição. Já, a quarta coluna aborda as questões relacionadas à legislação e ao espaço dedicado à seção "Ponto de Vista".[7]

A ligação da análise metodológica se faz necessária, também, na identificação das possíveis forças que se confrontam ao movimento de globalização. Como discutido nessa seção, a metodologia do periódico demonstra um discurso fundamentado no aumento da produção e pautado na liberdade de mercados, ou seja, com menos interferência de governo. A análise de conteúdo das revistas está relacionada à discussão dos capítulos da pesquisa e sua construção pode ser entendida como produto da transição de conjunturas da agricultura brasileira.

É importante salientar que as Cartas de Política Agrícola, publicadas a partir de 1992, constituem-se em elementos de grande interesse para o estudo, pois são documentos assinados pelos próprios ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em exercício dentro de seus respectivos períodos de publicação e que tratam do referido planejamento para o setor. As fontes históricas, de acordo com a metodologia, foram trabalhadas como não excludentes ou antinômicas, mas como complementares, realizando-se relação entre a parte (nacional) e o todo (internacional), tendo a soja como cultura de referência.

Assim, o passo seguinte encontra-se na definição do diálogo estabelecido entre as fontes, buscando a validação do que dizem os relatos dos periódicos e as fontes dos bancos de dados. Nesse sentido, as séries históricas de dados selecionados encaixam-se na necessidade de análise de bancos de dados oficiais, além de se ajustarem à cronologia do estudo, atendendo ao recorte temporal definido na pesquisa. Ainda, outro objetivo da análise de séries é perceber as permanências e as oscilações nos processos históricos em que as séries de dados históricas apresentaram a avaliação quantitativa de um conjunto de relações que se desenvolveram ao longo do processo de internacionalização.

[7] Como as tabelas de análise de metodologia ocupam um espaço significativo do texto, a apresentação delas no corpo do trabalho atrapalharia o andamento da discussão. Logo, opta-se por apresentar as tabelas de metodologia na seção de Apêndices.

Nessa senda, são importantes as considerações sobre o movimento do Annales em que Barros (2010, p. 12) destaca a contribuição de Labrousse que figura entre os primeiros autores a introduzir na historiografia a quantificação com o objetivo de ampliação da percepção das conjunturas econômicas. O autor destaca, ainda, que a então denominada História Serial-Quantitativa dominaria o cenário da historiografia dos Annales por quatro décadas. Ainda, conforme o autor, as contribuições de Labrousse para a escola dos Annales foi bem retratada por autores como Grenier e Lepetit num artigo de 1989 para a revista dos Annales.

O grande impulso do método serial-quantitativo aconteceu nas décadas de 1950 e 1960, no qual o autor demonstra que é o período que muitos autores consideram como a vigência de uma "segunda geração dos Annales". Dessa forma, as abordagens quantitativa e serial acabaram se expandido para além da economia para alcançar a demografia e, posteriormente, a História das Mentalidades (BARROS, 2010, p. 12).

Nesse contexto, em suas considerações sobre o movimento do Annales, Barros (2010, p. 12-13) aborda a discussão sobre a possibilidade de se estabelecer uma História Serial relacionada a um novo conceito de "série". Esse novo conceito aborda o tratamento dos documentos ou das fontes históricas não mais em uma perspectiva singular. A partir de então, o tratamento levaria o pesquisador a abordar os documentos como partes constituintes de uma grande cadeia de fontes de mesmo tipo. Assim, o autor traz a seguinte reflexão:

> [...] a série é, necessariamente, formada por fontes homogêneas, comparáveis, capazes de serem apreensíveis no interior de uma continuidade (seja uma continuidade temporalizada ou espacializada), e que permitem uma "abordagem de conjunto" através da quantificação, da análise tópica, da identificação de recorrências ou mudanças de padrão no decorrer da série. O objetivo da análise de séries, nesse sentido, é perceber tanto as permanências como as oscilações e as variações (por exemplo, em uma determinada sequência de tempo). Não é todo o tipo de documento que se presta à quantificação ou à serialização, mas podem ser mencionadas, entre as diversas fontes que se abrem a estas abordagens, as listas de preços, os documentos contáveis, os documentos do fisco, os balanços financeiros, a documentação de compra e venda, os registros de alfândega, os arquivos notariais e paroquiais, os documentos do censo, a documentação judicial, as fontes cartoriais como os testamentos [...]também os objetos de cultura material poderiam se beneficiar de uma abordagem serial (embora não quantitativa), e outros tipos de fontes, como os anúncios de um periódico (BARROS, 2010, p 12-13).

Dessa forma, entende-se que as informações estatísticas apresentadas na pesquisa não compreendem simplesmente um emaranhado de dados. Como explica Barros (2010, p. 13), o objetivo da análise quantitativa é encontrar as permanências, as oscilações e as variações ocorridas dentro de uma determinada sequência de tempo.

Assim, as séries de dados históricas e as estatísticas trabalhadas são uma avaliação quantitativa de uma série de relações que se desenvolveram ao longo do processo de internacionalização. Sua interpretação está baseada em conceitos discutidos por diversos autores, nos quais as críticas aos dados encontrados podem endossar a relação encontrada ou, caso contrário, podem fornecer embasamento para refutar a lógica da argumentação apresentada no periódico de Política Agrícola estudado.

Nesse sentido, definem-se os contornos que sustentarão a análise da relação entre o local e o global. É sob esse enfoque que se fundamenta as bases para a comparação dos resultados obtidos pelo desempenho da produção e comercialização agrícola brasileira com os resultados observados em escala mundial.

Recursos teóricos

Nesta tese adota-se o conceito de agronegócio[8] com foco na cultura de soja, uma vez que o recorte desta investigação se centra na identificação dos processos históricos e econômicos que resultaram em suportes para o seu desenvolvimento a fim de que se evidencie o seu atual papel na economia global no século XXI. Assim, compreende-se como agronegócio nesta pesquisa:

> Conjunto organizado de atividades econômicas que envolve todas as etapas compreendidas entre o fornecimento dos insumos para produção até a distribuição para consumo final de produtos, subprodutos e resíduos de valor econômico relativos a alimentos, fibras naturais e bioenergia, também compreendidas as bolsas de mercadorias e futuros e as formas próprias de financiamento (BURANELLO, 2013, p. 35).

[8] Nesse sentido, em consonância com a explicação de Heredia, Palmeira e Leite (2010, p. 160), entende-se que: "nos anos de 1980 e início da década seguinte, autores com diferentes formações profissionais e com referenciais teóricos e ideológicos os mais variados começam a substituir a expressão 'agricultura (ou agropecuária) moderna' por 'agroindústria' e a figura dos CAI (Complexos Agroindustriais) passa a ser moeda corrente. A preocupação era assinalar a integração agricultura-indústria pelas 'duas pontas': insumos e produtos, expressão que teria assumido a 'industrialização da agricultura' formulada por Kautsky no final do século XIX. A ideia do agronegócio será uma espécie de radicalização dessa visão, em que o lado 'agrícola' perde importância e o lado 'industrial' é abordado tendo como referência não a unidade industrial local, mas o conjunto de atividades do grupo que a controla e suas formas de gerenciamento. O *boom* das exportações de produtos agrícolas e agroindustriais nos anos mais recentes levou à adoção da expressão 'agronegócio' ou da sua matriz *agribusiness* por associações de produtores e até pelos próprios empresários. Da perspectiva da análise dos economistas rurais é interessante notar, adicionalmente, que a resistência do *mainstream* ao uso de uma abordagem 'intersetorial' agricultura-indústria até meados dos anos de 1980 (por considerarem que tal perspectiva feria a propriedade do setor agrícola em atestar os atributos de concorrência pura ou perfeita na análise das funções econômicas e produtivas) é completamente revertida no início da década de 1990, quando se verifica uma adesão, política é certo, aos novos termos (*agribusiness* primeiramente e, na sequência, agronegócio) e sua capacidade 'explicativa', em termos da análise econômica, do novo estatuto do setor agropecuário, agora funcionando de forma 'integrada'".

Desde já, informa-se que, apesar do conceito operacional adotado nesta pesquisa ser técnico, tem-se conhecimento sobre as críticas acadêmicas relacionadas ao agronegócio enquanto setor ambientalmente insustentável e socioeconomicamente excludente. Portanto, entende-se que há vieses políticos-ideológicos institucionalizados no Estado brasileiro pelo empresariado rural na busca da ressignificação ambiental-social do setor (LACERDA, 2011, p. 184), contudo, essa discussão não é o objeto desta tese, uma vez que este estudo se centra na perquirição dos fatores históricos (des)estruturados que levaram à ascensão do setor na economia do país. Convém destacar que o agronegócio tem sido reconhecido como o setor do PIB responsável por assegurar o crescimento do país nos últimos anos diante do seu cenário macro de crise econômica (IBGE, 2017a), sendo que essa análise, decorrente de fato econômico, que é premissa para essa tese, não permite pormenorizar os malefícios sociais do setor[9], o que, por via de consequência, limita a abordagem do tema ao recorte desta pesquisa, já explicado acima.

Segundo Dossa (1994, p. 10), em síntese, o conceito de agronegócio originou-se do conceito americano *agribusiness*, o qual considera a agricultura como parte de uma extensa rede de agentes econômicos que são responsáveis por atividades de pesquisa, de produção, de transformação, de distribuição e de consumo. Ainda, a modernização da agricultura, durante o século XX, alterou o foco de seu negócio que, anteriormente, estava voltado para dentro da fazenda e, posteriormente, passou a se integrar com os demais setores, tanto na área de insumos, como de processamento e de comercialização.

Na definição de Oliveira (2010), o conceito de agronegócio foi desenvolvido nos Estados Unidos pelos pesquisadores da Universidade de Harvard, John Davis e Ray Goldberg, em 1955. Por definição, John Davis entendia *agribusiness* como a soma total de todas as operações envolvendo a produção e a distribuição de suprimentos agrícolas. Dessa forma, passou-se a compreender o agronegócio como setor que engloba as operações de produção dentro da fazenda, de armazenamento, de processamento e de distribuição de produtos agrícolas e dos itens produzidos a partir deles. No caso brasileiro, o conceito disseminou-se nos anos 1980 com a expressão "complexos agroindustriais", a qual evoluiu, mais tarde, para agronegócio. Maior do que a expressão, todavia, o que importa é que o conceito de que agronegócio – de base empresarial ou familiar – envolve toda a cadeia produtiva. O bom gerenciamento da cadeia produtiva é concebido como uma estratégia para buscar a eficiência da produção, com o aumento da produtividade, da rentabilidade e da competitividade.

[9] Para uma leitura social da economia, recomenda-se que o leitor busque o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o qual não é o foco deste trabalho por ir além dos objetivos que se propõe.

Nesse contexto, o agronegócio de soja no Brasil desenvolveu-se por intermédio de meios modernizadores, o que atalhou o seu curso histórico e contribuiu para a ocorrência de custos sociais e ambientais ao país. O agronegócio gera riquezas à economia do país conforme demonstram os dados do PIB (IBGE, 2017a). Além da parcela específica correspondente à sua produção nacional, o agronegócio reflete positivamente nos demais setores do PIB porque demanda prestações de serviços e, também, depende da indústria para a sua transformação e a sua agregação de valor (afinal, é ele um complexo agroindustrial).

Para Dossa (1994, p. 10), como consequência desta integração, o processo decisório do produtor rural ficou mais complexo. Agora, para além de tomar decisões sobre o que e quando plantar, tornam-se relevantes as decisões gerenciais e técnicas por parte dos envolvidos da cadeia, como a escolha e aplicação de insumos e as formas de comercialização da produção. O autor destaca que decisões corretas nestas questões significam lucro ou prejuízo para o produtor e, sob o ponto de vista agregado, desencadeiam o desenvolvimento ou o atraso para o setor como um todo.

Apesar de alguns Estados desenvolvidos não possuírem os fatores necessários para a produção de monoculturas extensivas, as quais demandam, de imediato, disponibilidade de terra fértil e de água – o que faz com que dependam do mercado internacional para a satisfação de suas necessidades, entre elas, a de demanda de soja –, eles acabam por deslocar os custos sociais e ambientais de sua produção, o que assegura qualidade de vida aos seus habitantes mediante a desapropriação de recursos naturais de outros, sem a compensação adequada (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 16).

Em outras palavras, pode-se dizer que, na conjuntura do agronegócio de soja, passou-se a distribuir e a socializar os ônus do desenvolvimento (lógica dos riscos), enquanto, em contrapartida, conforme prelecionam o pensamento marxiano, a justiça socioambiental e o ecologismo dos pobres, apenas alguns continuaram como beneficiários de seus lucros e de suas oportunidades (lógica da riqueza) (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 16; BECK, 2010, p. 16). Os malefícios do “desenvolvimento” hegemônico, contudo, não atingem de forma igual todas as pessoas, sendo que aqueles que são mais vulneráveis economicamente e que, consequentemente, são menos resilientes, encontram-se mais expostos a eles (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 16). Nessa senda, deve-se levar em consideração que os "avanços" deste século foram "[...] conseguidos mediante um grande custo social e ambiental" (HARVEY, 2011, p. 201).

A modernização ocorre por meio de um grupo condutor, o qual privilegia a si próprio e aos setores dominantes. Na modernização, “não se segue o trilho da ‘lei natural’, mas se

procura moldar, sobre o país, pela ideologia ou pela coação, uma certa política de mudança" (FAORO, 1992, p. 09). Portanto, ela "traduz um esquema político para uma ação, fundamentalmente política, mas economicamente orientada" (FAORO, 1992, p. 09; WEBER, 1958). Dentro da história e dos processos históricos-econômicos do agronegócio de soja, há várias modernizações voluntárias promovidas tanto pelo Estado, bem como pelos mercados, visando a lucratividade do setor. A modernização do agronegócio de soja ocorre impregnada de interesses para benefícios próprios, sendo que os efeitos positivos colaterais (como geração de empregos, aumento de renda, entre outros), bem como os negativos (como expulsão dos pequenos agricultores de suas terras, expropriação dos recursos naturais, entre outros), ocorreram por via de consequência, não havendo previsões de programas para preveni-los ou remediá-los.

A ação social impulsionadora da modernização não parte da economia, sendo uma expressão de agentes sociais (FAORO, 1992, p. 10). Há uma apropriação do discurso da inclusão social e do desenvolvimento sustentável pelos dirigentes privados e públicos do setor do agronegócio, o qual, contudo, não se coaduna com o seu ideal neoliberal que, recentemente, no país tem se atrelado às agendas de reforma trabalhista, de liberalização de agrotóxicos, de flexibilização das leis ambientais, entre outras. A ideia de que o agronegócio de soja, a partir de sua inserção internacional, modernizou o país decorre da leitura de dados estatísticos que desconsideram os *lobbies* na influência de decisões públicas e as perdas humanas-ecológicas que envolvem o setor.

Correlacionada com a questão do agronegócio, faz-se presente os horizontes da globalização. O século XX ficou marcado por importantes mudanças no âmbito político, econômico e comercial que aconteceram, principalmente, a partir de 1980. Entre essas mudanças, a globalização da economia produziu, como um de seus resultados, a universalização de valores. Silva (2009, p. 145) traz uma análise do fenômeno da globalização que, segundo suas palavras, "[...] implicou na uniformização de padrões econômicos e culturais em âmbito mundial [...]". Ainda, além dos valores relativos à economia, universalizaram-se outros no campo da moral e da política, como a democracia, os direitos humanos, os direitos sociais, a liberdade, o meio ambiente, os direitos da mulher, os direitos das minorias, o individualismo etc.

Para Heredia (1996, p. 291), quando os historiadores estavam aprofundando a concepção do "regional", formatou-se o fenômeno chocante da globalização, o qual perturbou os esquemas de conhecimento existentes. Para o referido autor, esse processo dinâmico e

histórico[10] causou desestabilização e incertezas nas formas de conhecimento da realidade social e afetou todas as esferas da sociedade, pois se identificou que a globalização agiu (e age) de forma transnacional sobre a memória coletiva o que fez com que uma grande parte dos conglomerados urbanos fosse despojada de suas características singulares. Nesse sentido, o autor afirma que a globalização se assemelhou à "era da mecanização", quando se temeu que o ser humano fosse dominado e escravizado pelos ritmos mecânicos das máquinas. Hodiernamente, o medo se encontra na tecnologia, a qual pode causar a eliminação das diversidades culturais, pois é meio de padronização dos costumes, dos hábitos e, até mesmo, das representações simbólicas.

Conforme Robertson (1999, p. 150-151), deve-se refletir sobre posições em que a globalização é apontada como causa de todos os tipos de problemas sociais. Para o autor, esses são argumentos que repousam numa série de proposições dúbias que se centram na premissa de que a globalização é um processo homogeneizante que bloqueia a cultura e a tradição locais[11]. Uma percepção associada é a de que a globalização é uma tendência macrossociológica que, se não sofrer resistência, enfraquecerá os poderes do Estado-nação. Nesse contexto, refere Strathern (1999, p. 40) que a globalização, enquanto teoria, é equivocadamente adotada por alguns autores para a simplificação do entendimento humano dos fluxos internacionais em escala mundial no que se refere à hegemonia dos centros metropolitanos e à massificação das relações que ocorreram com o crescimento do capitalismo, do industrialismo e do urbanismo.

O cenário mundial que emergiu após a dissolução da União Soviética, em 1989, criou um ambiente propício para a proliferação da globalização, a qual removeu as barreiras à livre

[10] Segundo a compreensão de Heredia (1996, p. 298-299), a globalização é problema de dimensão histórica, uma vez que é uma ação de caráter dinâmico. Para o autor, o mundo global é o objeto e a globalização é o processo pela qual o mundo se torna global. O mundo globalizado, em suma, é o objetivo e o resultado de um longo processo de globalização que ocorre ao longo do tempo e é, por sua vez, o objeto sobre o qual atua um processo de globalização. Ainda, a globalização é uma forma de relacionamento, de interação e de complementação das regiões entre si. Para Heredia, não existem coincidências entre analistas e teóricos sobre as constatações de que a globalização tende a beneficiar a situação de bem-estar geral a partir de uma distribuição mais equitativa dos bens e serviços ou se, ao contrário, ela implica uma maneira gritante de desenvolver e proporcionar abertura a um mundo altamente tecnológico e superprodutivo. O autor, nesse contexto, manifesta-se no sentido de que para se falar de regionalização e de globalização no tempo histórico, faz-se necessário localizar a realidade que se quer conhecer e introduzir-se nela para interpretá-la dentro de seu próprio contexto espacial e temporal. O método não implica num afastamento da realidade atual, mas numa nova forma de servi-la melhor. Esse é um processo em que os componentes culturais e ideológicos são misturados.

[11] A compreensão da globalização por Robertson (1999, p. 151-154) dá-se de modo simplificado, segundo a qual o processo implica "a universalização do particularismo e a particularização do universalismo". Em termos técnicos, a definição do global de tal forma sugere que o global está acima da localidade, como se ele tivesse propriedades sistêmicas acima e além dos atributos das unidades que constituem o sistema global. Muitos dos aparatos das nações contemporâneas, da organização das sociedades em Estados, são bastante similares em todo o mundo, apesar de haver muitas variações quanto ao nível de desenvolvimento. Convém destacar que as posições de Robertson e de Heredia, as quais foram adotadas nesta tese, dialogam e se complementam.

circulação do capital. Nesse período, as discussões científicas do livre comércio ampliaram-se e houve a reestruturação das relações produtivas. Em consequência disso, fortaleceu-se o fenômeno da globalização da economia e ocorreu a redefinição do papel do Estado, o qual se retirou da atividade econômica direta e passou a se limitar às áreas de planejamento e de assistência social. É importante destacar que a globalização criou uma massificação do consumo entre os sujeitos internacionais (com destaque para os países), o que fortaleceu ainda mais o poder das empresas transnacionais, já que o consumo uniforme facilitou o seu acesso a mais pontos do mundo (SILVA, 2009, p. 160)

A posição discutida neste trabalho desenvolve-se em um cenário maior: o da massificação do consumo entre Estados pela demanda de proteína mundial (com destaque para o consumo chinês) mercantilizada pelo agronegócio de soja brasileiro. Com a globalização, o Brasil adotou uma política neoliberal a partir dos anos 1990, com elementos semelhantes aos dos demais países em desenvolvimento, caracterizada pelas privatizações e pela diminuição da atuação do Estado nas diferentes esferas da vida. A passagem do mundo do trabalho pela chamada reestruturação produtiva intensificou processos de terceirização, de informalidade, de desemprego e de retrocesso dos direitos trabalhistas. Outras características importantes decorrentes desse novo modelo econômico foram: a supremacia da língua inglesa; a velocidade, o consumo e as relações efêmeras; a reformulação das concepções de tempo e de espaço; a influência da imagem; a globalização da cultura através da indústria; a minimização do papel do indivíduo. Mesmo aceitando essa definição, destaca-se que a complexidade do fenômeno advém do fato de ele ter se tornado uma visão de mundo no imaginário popular e no senso comum (PADILHA, 2002, p. 22).

Na esfera econômica, a globalização resultou na liberalização financeira dos fluxos de capital e na abertura da pauta comercial. Com a globalização, segundo Oliven (2006, p. 09), passou a se conviver, cotidianamente, com a queda de barreiras, pois os indivíduos passaram a estar cada vez mais próximos, tornando-se mais “padronizados”. À medida que o mundo foi se convertendo numa aldeia global, a economia acompanhou esse processo, elevando-se a um sistema transnacional.

Nesse sentido, Silva (2009, p. 146) explica que, durante o século XX, a globalização do capital conduziu à globalização da informação, dos padrões culturais e do consumo. É interessante observar que as ideias apresentadas poderão ir ao encontro das mudanças no quadro de consumo de produtos agrícolas que serão abordadas ao longo desta tese. Para o autor, é entre o final da década de 1980 e começo da década de 1990 que o capitalismo, definitivamente hegemônico, ingressou na etapa de sua total euforia triunfalista sob o rótulo

de "neoliberalismo"[12]. Tais ideias caracterizam a contemporaneidade: reengenharia, privatização, economia de mercado, modernidade e a globalização. Assim, os anos de 1990 começaram com novas perspectivas que insurgiram no médio prazo. O período é marcado para o Brasil pela abertura ao comércio no Leste Europeu, pelas rodadas de negociação do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) e pelo avanço da integração dos países Latino-Americanos participantes do MERCOSUL.

Os efeitos da globalização exigiram um grande esforço do agronegócio de soja brasileiro no sentido de absorver novas tecnologias e de buscar mecanismos de mercados em que o aspecto central é a liberdade comercial e de preços para atender a demanda em insurgência. Nas primeiras publicações da Revista de Política Agrícola, é possível verificar que o fenômeno da globalização na década de 1990 atuou de forma auspiciosa no campo legal e institucional da agricultura brasileira. Nesse período, começou a ser concebida e implementada uma nova política agrícola com o objetivo de praticar um inédito padrão de crescimento no setor. Esse enfoque assumiu importância maior no cenário da agricultura brasileira, no momento em que mecanismos oficiais de subsídios ao setor estavam exauridos. A ação do Estado voltou-se, então, para o estabelecimento de um entorno macroeconômico e legal propício às atividades agropecuárias e ao fornecimento de serviços cujas externalidades eram elevadas (caso, por exemplo, das obras de infraestrutura física e de oferta tecnológica). Logo, esse padrão baseou-se, fundamentalmente, em estímulos de mercado e menos em ações diretas de governo.

Com base nesses conceitos operacionais, procurou-se investigar as fontes documentais e bibliográficas selecionadas, priorizando-se os conteúdos relacionados ao agronegócio de soja brasileiro, com foco na cronologia do estudo e no recorte temporal definido nesta pesquisa, a fim de que se possa evidenciar as permanências e as oscilações das conjunturas, bem como as relações entre as variáveis que se desenvolveram ao longo do processo de internacionalização.

[12] Tal programa, que deveria ser adotado pelos Estados que desejassem inserir-se, de forma competitiva, na Nova Ordem Internacional, apresentava um modelo de "reformas" que, necessariamente, deveriam incluir, segundo Silva (2009, p. 159): "[...] privatização dos meios de produção, uma vez que o modelo "intervencionista" e "planificador" mostrou-se insuficiente para sustentar o desenvolvimento desses Estados; desregulamentação de toda a atividade econômica e liberalização do comércio exterior, deixando a cargo das leis de "livre mercado" a condução das relações de consumo e concorrência; reforma tributária, que permitiria a extinção das restrições à entrada do capital estrangeiro, a universalização dos contribuintes e, consequentemente, o aumento dos impostos (afinal, com a saída do Estado como agente produtivo, outra forma de geração de receita deveria ser criada para substituir aquela gerada pelo setor produtivo estatal); e reforma administrativa, com o enxugamento da máquina estatal, controle orçamentário e estrita adesão a objetivos ortodoxos neoliberais".

Estrutura da tese

No que concerne ao desenvolvimento deste trabalho, a discussão inicial concentra-se na história do desenvolvimento do agronegócio de soja brasileiro, a fim de compreender as origens da cultura de soja, sua inserção no Brasil e gargalos recentes de seu complexo produtivo que decorreram da mudança de paradigma de uma agricultura baseada na terra e no trabalho para uma agricultura moderna, a qual se pauta na crescente utilização de ciência e de tecnologia.

Partindo da discussão mais ampla, o segundo capítulo estruturou-se com base no estudo da reformulação do setor agrícola, com foco na cultura de soja, e na investigação das particularidades de sua organização, apresentando reflexões sobre as categorias fundamentais para a compreensão dos processos históricos que possibilitaram que a economia brasileira ingressasse no século XXI como a referência mundial para o setor. A pesquisa buscou retratar os fatores determinantes para a consolidação da nova conjuntura internacionalizada, na qual se analisaram alguns tópicos que caracterizaram as conjunturas econômicas da agricultura brasileira antes e depois de sua internacionalização nos anos 1990.

Assim, elaborou-se uma sintética caracterização do ambiente agrícola brasileiro no pós-guerra e da expansão da produção para o bioma do cerrado a partir de 1970. O estudo desses temas é necessário como suporte à compreensão da ruptura histórica da dinâmica de produção agrícola brasileira iniciada nos anos 1990 e que perpassou pela transição de conjunturas econômicas e pelo papel do Estado como provedor de confiança para a expansão econômica. Em seguida, a narrativa histórica sobre a transição da conjuntura econômica da agricultura brasileira aborda a normatização das políticas agrícolas, as quais marcaram o amplo processo de regulamentação dos novos instrumentos de política agrícola no período compreendido entre 1991 e 1995.

Em sequência, o segundo capítulo centrou a discussão no período 1995-1996, o qual marcou o início do suporte aos preços dos produtos agrícolas recebidos pelo produtor brasileiro, correlacionando-os com a entrada chinesa na importação de soja. Dessa maneira, o capítulo é de fundamental importância para a tese, pois as alterações nos campos econômico, legal e institucional da agricultura brasileira foram as bases sobre as quais começou a ser concebida e implantada uma nova política agrícola, com o objetivo de modernização da produção e da comercialização agrícola em conjunto com as reformas estruturais da economia.

Com base nessas constatações, o terceiro capítulo foi planejado com o escopo de refletir sobre a ascensão da cultura de soja no Brasil a partir da formatação da nova conjuntura econômica da década de 1990. Ao longo de suas seções, abordou-se as principais tendências para a consolidação internacional da produção agrícola brasileira entre o final do século XX e o século XXI, no que diz respeito à produção, bem como ao que se refere aos preços e às oportunidades de mercado. Ainda, apresentaram-se dados que permitiram explicar os fatores que motivaram o sucesso econômico da agricultura dentro de uma conjuntura caracterizada pela restrição fiscal (em razão do baixo nível de financiamento oficial disponibilizado para a agricultura), pela diminuição de subsídios agrícolas internacionais e pela abertura do Brasil ao mercado externo (com destaque para China).

Dessa maneira, teve-se o intuito de expor que a produção agrícola não parou de crescer, sendo esta evidência muito relevante para a tese na questão da compreensão do amadurecimento da matriz produtiva do setor agrícola, a qual, a partir de um aumento substancial da área cultivada, da produtividade e da comercialização no final do século XX início do XXI, consolidou os elementos de relevância para o movimento de internacionalização da agricultura. Foi nesse momento que o setor passou a se caracterizar como o mais dinâmico da economia brasileira. Assim, o período solidificou o Brasil como o segundo maior produtor e exportador mundial de soja e de derivados.

Nesse sentido, o quarto capítulo foi estruturado com base na consolidação do mercado chinês para a agricultura brasileira e no impacto da crise fiscal brasileira para o setor. Com fundamento nesse cenário, explicou-se que a conjuntura internacional da agricultura brasileira enfrentou o seu maior desafio no ano de 2008, com a grave crise global que afetou os preços internacionais e o mercado de crédito. A crise de 2008, portanto, provocou uma série de mudanças na conjuntura econômica e comercial mundial, bem como na política econômica brasileira, sendo fator de expansão dos investimentos em ativos reais no mundo.

Diante disso, restou evidente a formatação de um ambiente de turbulência econômica, caracterizado pela queda nas taxas de crescimento globais, pelo receio de retomada de políticas protecionistas (que impactavam diretamente o consumo de matérias-primas ao redor do mundo) e pela quebra da confiança dos produtores agrícolas. Logo, a importância deste capítulo reside no estudo do impacto das alterações econômicas e comerciais globais, a partir da crise de 2008, sobre o agronegócio de soja brasileiro, assim como na investigação de sua conjuntura internacionalizada no século XXI. Ainda, a discussão dos resultados dos ciclos de preços para a soja, o suporte no desempenho da economia chinesa e a deterioração da economia brasileira apresentam novos encaixes que consolidam e sustentam a presente tese.

Para concretizar a pesquisa, no quarto capítulo, apresenta-se uma nova visão sobre os fatores que estruturaram a inserção internacional do agronegócio de soja brasileiro, os quais impulsionaram a cultura de soja ao caráter de um recurso estratégico estabilizador da dinâmica econômica global do século XXI, sendo fundamental para a consolidação de um cenário de baixa inflação e juros que permitiram a expansão acelerada da economia internacional. Portanto, esse capítulo é o responsável pelo fechamento das questões que tratam da transformação estrutural na economia do agronegócio de soja brasileiro, dando ênfase ao Brasil como protagonista econômico global diante, principalmente, da expansão da economia chinesa.

1 A CULTURA DE SOJA: ORIGEM, DESENVOLVIMENTO, COMPLEXO PRODUTIVO E GARGALOS

O presente capítulo faz um recorte da história do desenvolvimento do agronegócio de soja no Brasil no que concerne à origem da cultura, ao seu desenvolvimento e aos gargalos recentes de seu complexo produtivo. A agricultura baseada, historicamente, na terra e no trabalho, hoje, também, passa a ter como alicerces a ciência e a tecnologia.

Nesse capítulo, dá-se destaque ao fato de que a ciência aplicada à agricultura explica o enorme excedente de soja destinado ao consumo interno e às exportações. Esse movimento é responsável pela queda do preço da cesta básica, pela maior transferência de renda para a parcela mais pobre da sociedade e pelo excedente exportável (o qual colabora com o acúmulo de divisas externas), os quais desempenharam um papel muito importante no equilíbrio das contas externas e na redução dos impactos das recentes crises externa e interna. Esse movimento, portanto, colaborou com o desenvolvimento recente do Brasil.

Ainda, o desenvolvimento da agricultura conviveu com a grande concentração de renda e com a pobreza rural, sendo que esta abrange todas as cinco regiões do país, com predomínio na região Nordeste, onde se encontram, aproximadamente, 83% dos estabelecimentos classificados como muito pobres e de baixa renda (ALVES, 2017, p. 18; IPEA, 2017). Convém destacar, nesse contexto, que este capítulo também investiga outros gargalos relacionados ao complexo produtivo de soja. Assim, ao tentar compreender o passado e reinterpretar o presente, o estudo mostra que o crescimento econômico e os ganhos de produtividade, pontos essenciais no desenvolvimento recente do agronegócio, não foram alcançados por meio de políticas públicas.

Importa mencionar que a relevância desta discussão é demonstrar que, equivocadamente, a agricultura é considerada, por muitos economistas e historiadores, um setor dominado pelos fornecedores. Embora se mostrem outros pontos de vista, a presente tese sustenta que o limite para a expansão da produção agrícola é dado pelo mercado e não pelas disponibilidades de fatores de produção, como é o caso das terras aptas à exploração agropecuária. A validação desse pressuposto é fundamental para a sustentação do presente trabalho. Nesse sentido, este capítulo tem por escopo (re)pensar até que ponto a experiência vivenciada pelo agronegócio brasileiro no século XXI encaixa-se na abordagem teórica e nas discussões vigentes.

1.1 A origem da cultura de soja

A partir do início deste século, a soja passou a ocupar a principal posição de cultivo em relação aos grãos oleaginosos plantados no mundo, com sua participação alcançando, aproximadamente, 60% do total dos grãos oleaginosos produzidos em nível global[13]. Conforme a Embrapa (2010), seu elevado teor em proteínas (40%) faz dela a principal matéria-prima na fabricação de rações para alimentação de animais domesticados e, apesar do seu baixo teor de óleo (19%), disputa com o dendê a posição de maior produtora de óleo vegetal. Destaca-se que a demanda por óleos vegetais é igualmente pressionada pela sua utilização como bicombustível, a nova alavanca de consumo do óleo vegetal brasileiro no século XXI, em que a soja responde por, em torno de, 90% da produção nacional.

Segundo Reifschneider *et al*. (2010, p. 11), a soja cultivada no século XXI no mundo é muito diferente das variedades ancestrais que lhe deram origem. Para Dall'Agnol (2007), nos seus primórdios, a soja caracterizava-se por ser uma planta rasteira que habitava a costa leste da Ásia, principalmente a região norte da China. Sua evolução ocorreu de plantas oriundas de cruzamentos naturais entre duas espécies de soja selvagem que foram domesticadas e melhoradas por estudiosos da antiga China. Contudo, apesar de conhecida como um grão sagrado e explorada intensamente na dieta alimentar do Oriente há mais de cinco mil anos, o Ocidente ignorou o seu cultivo até a segunda década do século XX, quando os Estados Unidos iniciaram sua exploração comercial.

A inserção da cultura de soja na agricultura brasileira ocasionou uma revolução. Conforme Bonato (1987, p. 07), a soja galgou posições de maneira muito célere, saindo de "uma cultura inicialmente incipiente, tornando-se, em um curto período de tempo, um dos principais produtos da exploração agrícola e da economia nacional". A sua expansão vertiginosa despertou a atenção de todo o mundo, o que acarretou o aumento "da demanda de informações a respeito dos seus diversos aspectos". Para o autor, as informações existentes, contudo, estão dispersas em uma série desordenada de publicações. Nesse sentido, dada a dispersão e desordenamento das publicações, Bonato (1987, p. 07) afirma que "a história antiga da soja é obscura".

Conforme a literatura chinesa, a soja, como alimento, é uma cultura muito produzida e utilizada centenas de anos antes de seus registros. Convém destacar que seu registro mais antigo é datado em 2838 A.C. Os estudos de Morse (1950, p. 12) atestam que muitas obras

[13] Incluem: soja, girassol, canola, amendoim, algodão mamona.

chinesas antigas fornecem indicações sobre estudos relacionados aos “solos adequados para o cultivo, as épocas de plantio, os métodos de plantio, as melhores variedades para diferentes condições e usos, épocas de colheita, métodos de armazenamento e utilização das variedades para os diferentes fins”. Para o autor, a instrução mais antiga remonta ao ano 2207 A.C., o que indica ser a soja uma das mais antigas espécies cultivadas pelo homem.

Conforme Bonato (1987, p. 08), o local de origem da soja não é, definitivamente, conhecido. Segundo Morse (1950, p. 12-13), o local de origem seria a área central da China. Contudo, Hymowitz (1970, p. 410) conclui que a origem da agricultura de soja ocorreu no meio norte chinês durante o século XI A.C.. Já, Probst e Judd (1973, p. 12) entendem que, a partir de seu centro de origem, foi, no período entre os séculos II A.C. e III D.C., que a introdução da soja se deu na Coréia e, então, foi levada ao Japão.

Para Piper e Morse (1923, p. 05), o botânico alemão Engelbert Kaempher, após ter passado no Japão durante os anos de 1691 e 1692, demonstrou aos europeus, em 1712, as possibilidades do uso da soja na alimentação, baseando-se nas experiências japonesas. Conforme os autores, o primeiro plantio experimental na Europa ocorreu, no entanto, somente em 1739, quando o Jardim Botânico de Paris recebeu sementes enviadas da China por missionários. Ainda, em 1790, ocorreu o cultivo da cultura pela primeira vez no Jardim Botânico Real, em Kew, na Inglaterra. Segundo Bonato (1987, p. 08), na Europa, o professor Friedrich Hamberlandt, da Universidade de Viena, foi um grande incentivador da cultura da soja, obtendo, em 1873, na exposição de Viena, dezenove variedades de soja oriundas do Japão e da China para adaptação ao bioma europeu. Em 1876, Friedrich Hamberlandt distribuiu sementes para vários países europeus como Áustria, Alemanha, Polônia, Hungria, Suíça e Holanda.

Para Bonato (1987, p. 08), o interesse dos produtores americanos só começou a surgir a partir de 1880. A primeira referência é de 1804, quando foi relatado o seu processo de desenvolvimento no Estado de Pensilvânia nos Estados Unidos.

No que se refere à América do Sul, a soja foi introduzida em 1882 no Brasil, no Estado da Bahia por Gustavo D'utra. Na Argentina, os primeiros testes em relação ao seu plantio foram realizados em 1909, na Estação Experimental de Córdoba. Por volta de 1921, seu cultivo foi introduzido no Paraguai e, em 1928, na Colômbia (BONATO, 1987, p. 08).

O primeiro registro literário sobre a soja no Brasil tem sua data em 1882, ano em que D'utra relatou os resultados dos primeiros testes realizados com algumas variedades no Estado da Bahia. A partir de então, vários estudos ocorreram em diversas partes do Brasil. Dall'Agnol (2007, p. 01) afirma que o desenvolvimento da soja no Brasil teve início quando os primeiros

materiais genéticos foram introduzidos no país e testados no Estado da Bahia em 1882. Contudo, os estudos evidenciaram que os germoplasmas das variedades oriundas dos EUA não eram adaptáveis às condições de baixa latitude daquele Estado e, por isso, seu cultivo não obteve êxito na região.

Na década seguinte, em 1891, novos materiais foram testados para as condições do Estado de São Paulo, onde a cultura apresentou resultados positivos. Em 1900, a soja foi testada no Rio Grande do Sul onde as condições climáticas são similares àquelas prevalentes na região de origem dos materiais avaliados, sul dos EUA. Assim como ocorreu nos EUA durante as décadas de 1920 a 1940, as primeiras cultivares de soja introduzidas no Brasil foram estudadas mais com o propósito de avaliar seu desempenho como forrageiras do que como plantas produtoras de grãos para a indústria de farelos e de óleos (DALL'AGNOL, 2007, p. 01).

Convém destacar que essas tentativas foram de fundamental importância para o estabelecimento da cultura de soja no meio agrícola brasileiro. Bonato (1987, p. 08-09) explica que os primeiros estudos conduzidos em São Paulo ocorreram na Estação Agronômica de Campinas, atual Instituto Agronômico de São Paulo, com pesquisas divulgadas em 1899. Ainda, com o intuito de incentivar o cultivo de soja, a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo distribuiu, no ano de 1900, um total de 20 kg de soja para 70 produtores. No ano seguinte, em 1901, relataram-se bons resultados obtidos com o plantio da soja no município de Campos Novos Paulista/SP, a partir de sementes distribuídas pela Secretaria de Agricultura. No ano de 1908, realizaram-se os plantios de soja pelos imigrantes japoneses no Estado de São Paulo, com o fim de utilizarem os grãos para sua alimentação. O Instituto Agronômico do Estado de São Paulo liderou os estudos com a cultura da soja, coordenando os estudos realizados pela Estação Experimental da Cana e Plantas Oleaginosas de Piracicaba durante o período de 1931 a 1933, quando foram estudadas 23 diferentes variedades de soja.

Conforme Bonato (1987, p. 09), no Rio Grande do Sul, o primeiro registro sobre a soja foi realizado em 1901 por Minsen, quando o mesmo descreveu o desempenho de um plantio executado pelo Engenheiro Agrônomo Welhaüser no município de Dom Pedrito/RS. Contudo, a introdução oficial da cultura no Rio Grande do Sul tem sido atribuída ao professor Graig da Escola Superior de Agronomia e Veterinária da Universidade Técnica (atual UFRGS) em 1914. Em seguida, no ano de 1917, o agricultor Francisco Seibot cultivou a soja no município de Tuparandi/RS, com o objetivo de utilizar o grão como "café". Em 1923, Albert Lehenbauer cultivou algumas variedades em Santa Rosa/RS. Ainda, Henrique Lôbbe

publicou, em 1925, um folheto com suas primeiras observações e, no ano seguinte, trouxe dos Estados Unidos 48 variedades e as plantou em 1927. No Estado de São Paulo, as estatísticas oficiais registraram pela primeira vez a soja em 1945.

Bonato (1987, p. 09-10) relata que, em 1932, o Agrônomo Ceslau M. Biezanko, professor da Universidade Federal de Pelotas, distribuiu dois quilos da variedade Laredo na região de Guarani das Missões/RS. Foi no ano de 1941 que a soja apareceu pela primeira vez nas estatísticas oficiais do Rio Grande do Sul. Ainda, no mesmo ano, outro fator de fundamental importância para a implantação definitiva da soja ocorreu no Rio Grande do Sul: operacionalizou-se a primeira fábrica de processamento de soja. No que se refere à produção comercial da soja, esta iniciou na região das Missões, tendo como centro o município de Santa Rosa/RS, considerado o berço nacional da soja. Em 1955, entrou em operação, no município de Santa Rosa, também no Rio Grande do Sul, a indústria de Óleo Vegetal Ltda (IGOL). Três anos mais tarde, começou a operar a indústria de óleo da S.A. Moinhos Rio-Grandense (SAMRIG).

Até então, o cultivo de soja apresentava como objetivo a produção de forragem e o fornecimento de grãos para a criação de suínos. Dada a estrutura existente para o cultivo do trigo, principalmente nas regiões de Missões, Planalto Médio e Alto Uruguai, a cultura de soja desenvolveu-se de forma acelerada, especialmente a partir da década de 1960. Contudo, até o início dos anos de 1970, a soja caracterizava-se como uma cultura secundária em relação ao trigo, sendo cultivada na resteva deste, normalmente semeada a partir de fins de novembro e durante o mês de dezembro, fora do período ideal e sem os devidos cuidados necessários para a sua cultura (BONATO, 1987, p. 14-15).

Foi somente a partir da década de 1970, frente ao alto retorno que a cultura de soja passou a proporcionar e aos problemas de produção com a cultura do trigo, que a soja começou a receber maior atenção dos agricultores. Como será discutido de forma detalhada no próximo capítulo, o crescente interesse dos produtores forçou a realização de pesquisa sobre a soja no sentido de gerar tecnologias e cultivares adaptados ao sistema trigo-soja, bem como estimulou a pesquisa sobre a cultura do trigo a fim de que se desenvolvesse cultivares mais precoces. Essas pesquisas objetivavam a adequação das culturas de trigo e de soja. Ainda, o interesse em relação à soja motivou a indústria no sentido de que fossem melhoradas as máquinas agrícolas. Com o crescimento da cultura de soja, o parque industrial de esmagamento foi se desenvolvendo em capacidade de processamento e em qualidade. A ampliação foi tão rápida que, já em 1978, sobrepujou a oferta de matéria-prima. Em pouco

tempo, a soja se tornou o principal produto explorado pela agricultura gaúcha (DALL'AGNOL, 2017, p. 05-06).

Deve-se destacar que, no que se refere às estatísticas internacionais, o Brasil começou a aparecer como produtor de soja em 1949. Até o início da década de 50, a produção esteve concentrada no Oriente[14] (BONATO, 1987, p. 10).

No contexto das grandes culturas produtoras de grãos, a soja foi a que mais cresceu em termos percentuais nos últimos 50 anos no Brasil e em nível mundial. De acordo com os dados do Banco Mundial (2011), entre a década de 1970 e o final da década de 2010, o crescimento da produção mundial foi de, aproximadamente, 704% (de 44 para 354 milhões de toneladas), enquanto as produções de culturas como trigo, arroz, milho, feijão, cevada e girassol cresceram, no máximo, uma terceira parte desse montante. No Brasil, o crescimento da produção no período foi ainda mais espetacular: 77 vezes.

A soja encontrou no Brasil excelentes condições para uma rápida expansão. Diversos fatores contribuíram para a sua fixação e o seu desenvolvimento. Entre eles, podem ser destacados:

> [...]• fácil adaptação das variedades e das técnicas de cultivo oriundas do sul dos Estados Unidos; • cultura utilizada em sucessão ao trigo, possibilitando o aproveitamento da mesma área, das máquinas e equipamentos, dos armazéns e da mão-de-obra; • política de autossuficiência do trigo, o que possibilitou uma melhor capitalização do produtor; · possibilidades de mecanização total da cultura; • condições favoráveis de mercado, especialmente do externo; • carência de óleos vegetais comestíveis para substituir a gordura animal; • desenvolvimento rápido do parque de processamento, garantindo a total absorção da matéria-prima; • participação de cooperativas nos processos de produção e comercialização; • geração de tecnologias adaptadas às diferentes condições do país, possibilitando ganhos em produtividade e expansão para novas regiões (BONATO, 1987, p. 10).

Já, para Dall'Agnol (2017, p. 05-06), são fatores que contribuíram para que a soja se estabelecesse como uma importante cultura no sul do Brasil e, posteriormente, na região central, no nordeste e no norte do país:

> • Semelhança do ecossistema do sul do Brasil com aquele predominante no sul dos EUA [...] • Incentivos fiscais aos produtores de trigo durante os anos 50, 60 e 70 [...]; • Estabelecimento da "Operação Tatu" no Estado do RS em meados dos anos 60, cujo objetivo foi o de corrigir a acidez e a baixa fertilidade dos solos daquele Estado onde se concentrava a quase totalidade da produção brasileira de soja na época [...]; • Alta expressiva do preço da soja no mercado internacional em meados

[14] Explica Bonato (1987, p. 10) que "[...] se destacavam como os principais produtores, a China, a Manchúria, o Japão e a Coréia. A partir de 1940, a produção começou a crescer em ritmo mais acelerado no Ocidente, especialmente nos Estados Unidos. Em 1942, os Estados Unidos passaram a ocupar o primeiro lugar na produção mundial, com sua produção representando 36,5% do total mundial".

> dos anos 70 [...]; • Substituição das gorduras animais (banha e manteiga) por óleos vegetais e margarinas, mais saudáveis ao consumo humano; • Estabelecimento de um importante parque industrial de processamento de soja, de desenvolvimento de máquinas agrícolas e de produção de insumos agrícolas durante as décadas de 1970 e 1980; • Facilidades de mecanização total da cultura [...]; • Estabelecimento de um sistema de cooperativista dinâmico e eficiente, que apoiou fortemente a produção, o processamento e a comercialização das colheitas de soja [...]; • Estabelecimento de uma rede articulada de pesquisa de soja envolvendo o poder público federal e estadual, apoiado financeiramente pela indústria privada; • Melhorias na logística de transporte, armazenagem e comunicações, facilitando as exportações.

Assim, a cultura de soja é um marco no processo de desenvolvimento agroindustrial brasileiro. Ainda, conforme Dall'Agnol (2017, p. 03), pode-se dividir o processo de desenvolvimento agroindustrial em duas fases: "antes da soja (até 1970) e depois da soja (anos 70 até os dias atuais)". Antes da soja, existia o Brasil da agricultura de subsistência. Com o estabelecimento da soja, surgiu o Brasil agroempresarial. Para o autor, a revolução socioeconômica e tecnológica protagonizada pela soja no Brasil moderno compara-se ao fenômeno ocorrido com a cana-de-açúcar e com o café, que, em distintos períodos dos séculos XVII a XX, comandaram o comércio exterior do país. Nesse contexto, convém que se estude a modernização produtiva do campo, no sentido da inserção da tecnologia no cultivo, a qual impulsionou o comércio mundial da soja enquanto *commodity.*

1.2 A modernização produtiva do agronegócio para a expansão do comércio mundial de grãos de soja

Tanto no passado quanto nos dias de hoje, a agricultura tem desempenhando uma função central nas relações internacionais. Segundo Mendonça (2015, p. 375), foi, especialmente, a partir do período seguinte à Segunda Guerra Mundial, que se verificou um movimento de ampliação do comércio agrícola global. Tal processo, estimulado pelos Estados Unidos, ocorreu de forma associada com a expansão dos processos de industrialização agrícola e pela propagação em escala global do sistema produtivo qualificado como agronegócio. Convém destacar que o Brasil, até os anos de 1980, era importador líquido de alimentos (FILHO; FISHLOW, 2017, p. 63). Foi a internacionalização da agricultora que fez emergir o agronegócio no país, o que o tornou autossuficiente nos mercados interno e externo, apesar de seu sucesso ainda não ter sido "suficiente para desenvolver todas as regiões e para diminuir as desigualdades produtivas" (FILHO; FISHLOW, 2017, p. 63).

O termo agronegócio (*agribusiness*) apresenta sua origem na *Schoolof Business Administration* da Universidade de Harvard, através da publicação do livro *A Concept of*

Agribusiness, dos autores John Davis e Ray Goldberg no ano de 1957. Segundo Mendonça (2015, p. 376), o livro apresenta como elemento central o conceito de que o campo estaria sofrendo uma grande transição a partir de uma "revolução tecnológica", baseando-se nas ideias de "progresso" científico no setor agrícola. Dentro da nova perspectiva, demonstrava-se necessária a formulação de políticas públicas de suporte à maior exploração da agricultura frente à elevação dos custos de produção, de transporte, de processamento e de distribuição de alimentos. Para a autora, a influência dos autores Davis e Goldberg avança além do meio acadêmico por incluir, em sua análise, questões relacionadas às políticas governamentais americanas e em outros países, como o Brasil.

John Davis desenvolveu sua carreira ocupando cargos de gestão na pasta de Agricultura da gestão do presidente Eisenhower, presidindo a *Commodity Credit Corporation* e organizando delegações com o objetivo de estimular conferências globais sobre o agronegócio. Enquanto acadêmico em Harvard, seu objetivo era "lançar uma grande iniciativa para reestruturar a forma de se pensar a agricultura no país" (DAVIS; HINSHAW, 1957, p. 45-46). Os autores, em seu texto, mencionam que a formulação de teorias relacionando o setor agrícola como parte integrante do sistema industrial é algo que existe há 150 anos. Referem os autores que, além da produção de alimentos, os camponeses confeccionavam seus próprios utensílios, equipamentos e insumos. Dessa forma, a grande alteração verificada nas "fazendas modernas" é que as mesmas mudaram a sua lógica autossustentável migrando sua gestão rumo a uma função cada vez mais comercial, especializando sua produção em monocultivos.

Desse modo, os serviços de armazenagem, de processamento e de distribuição acabaram cedidos para outras empresas, as quais também iniciaram a produção de gêneros industriais empregados nesse sistema agrícola, como máquinas agrícolas, caminhões, combustíveis, fertilizantes, rações, farelos, químicos, entre outros. Manifesta-se, dessa forma, a proposição de disseminação do termo "agronegócio", em razão de, conforme os autores, "o vocabulário ter acompanhado o ritmo do progresso". Tal "progresso", apresentado no livro, foi o reconhecimento de que "as fazendas não poderiam operar nem por uma semana se os serviços fossem cortados" (DAVIS; GOLDBERG, 1957, p. 22).

O "ímpeto da mecanização agrícola" remetia a uma questão de vínculo progressivo de mercadorias e de serviços por segmentos da indústria, com relevância para máquinas agrícolas, transporte e agroquímicos, os quais compensavam a exaustão da fertilidade dos solos agricultáveis. Tal sistema necessitava de enormes medidas de energia e impulsionava a elevação da extração de petróleo. Concomitantemente, as indústrias farmacêuticas e genéticas elaboravam técnicas de inseminação artificial e sementes transgênicas, o que introduzia, por

um lado, a desagregação da produção agropecuária e, por outro, conduzia a concepção de grandes monopólios industriais que se apoderavam dos rendimentos oriundos da terra (DAVIS; GOLDBERG, 1957, p. 27-28).

Como partes integrantes da constituição do denominado agronegócio, Davis e Goldberg (1957, p. 28) incluem os proprietários de terras, as indústrias, associações de empresários, instituições de pesquisa, universidades, grupos de *lobby*, além do governo, que assumiria função de apoiar estudos e políticas de regulamentação e comércio. Dessa maneira, a proporção de participação do agronegócio na economia americana corresponderia por 35% e 50% de seu total. Para alcançar essas marcas, a pesquisa confrontou o gasto efetivo total dos consumidores americanos em 1954, US$ 236,5 bilhões, contra os gastos em consumo de bebidas, alimentos, tabaco, roupas, calçados e acessórios, valores que somados atingiam, aproximadamente, US$ 93 bilhões, ou cerca de 40% do consumo total do período.

Conforme Mendonça (2015, p. 378), os percentuais de participação observados estão em linha com as inferências dos idealistas do agronegócio brasileiro, os quais fundamentam seus cálculos nas denominadas cadeias produtivas ou no paradigma de novo mundo rural, abrangendo o que é produzido antes, dentro e o que é enviado para comercialização fora da porteira. Assim, o conceito de agronegócio, como setor de análise, inclui produtores de insumos químicos e industriais, empresas de comercialização e varejo, agentes que coordenam o fluxo dos produtos, o Estado, os mercados, as instituições financeiras e comerciais, os prestadores de serviços, entre outros. Diante dessa apresentação do conceito de agronegócio, passa-se à exploração da transformação da agricultura em agronegócio, a partir da modernização produtiva, o que refletiu na expansão comercial mundial de grãos, especialmente da soja.

Para Cochrane (1993, p. 124), foi durante o século XIX que se introduziram as tecnologias mecânicas utilizadas para elevar a produtividade do trabalho no setor agrícola. No século XX, as principais mudanças observadas estavam relacionadas a questões técnicas químicas e biológicas, introduzidas na agricultura especialmente a partir de 1930. A evolução dos métodos e as alterações nas técnicas de produção, com o emprego de elementos industriais na agricultura, são acentuadas, essencialmente, na década de 1950, com o fim da Segunda Guerra Mundial, quando ocorre a elevação da demanda por fibras e alimentos. Entre os anos de 1940 e 1946, ocorre o encarecimento de cerca de 140% no custo dos produtos agrícolas no mercado internacional. Tal nível de preços se manteve nos anos pós-segunda guerra por meio da intervenção estatal do governo americano que organizou e promoveu projetos de garantia de preços aos agricultores para o mercado interno e formou demanda

externa adicional através de políticas de ajuda alimentar. Dessa maneira, após o final da Segunda Guerra Mundial, os EUA tornaram-se o principal exportador de produtos agrícolas no mercado mundial, principalmente de grãos como soja, milho e trigo. A elevação das exportações se deu, sobretudo, em função da simplicidade de aquisição de crédito pelas empresas ligadas ao agronegócio por meio da disponibilidade dos denominados "petrodólares" e à expansão do consumo de produtos agrícolas, principalmente grãos, pela União Soviética (COCHRANE, 1993, p. 128-132).

Os dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) demonstram que, nos anos 1970, o posto de principal país importador de produtos agrícolas americanos pertencia ao Japão, com um volume médio negociado de US$ 3,3 bilhões por ano. A segunda posição por país no *ranking* estava ocupada pela União Soviética, com importações de produtos agrícolas que alcançavam em média US$ 1,86 bilhão anualmente. Ainda, existiam outros enormes importadores como os Países Baixos (US$ 1,76 bilhão), Alemanha Ocidental (US$ 1,62 bilhão) e Canadá (US$ 1,4 bilhão). No período, o Brasil apresentava-se como o décimo terceiro país no *ranking* de importadores de grãos americanos, constituindo-se no principal mercado para produtos agrícolas na América Latina, com aproximadamente US$ 430 milhões em importações anuais destas mercadorias (RAWLINS, 1980, p. 52).

Marcada pelas crises de petróleo, a década de 1970 consolidou o fornecimento de combustíveis para o setor do agronegócio americano como uma prioridade econômica. No ano de 1977, investiu-se cerca de US$ 85 bilhões em produtos e derivados petroquímicos para o agronegócio dos Estados Unidos. Como forma de comparação, calcula-se que os custos com os salários dos trabalhadores no setor totalizaram aproximadamente US$ 54 bilhões e os custos com embalagens e serviços para empacotamento somaram US$ 15 bilhões (RAWLINS, 1980, p. 52-55).

Mendonça (2015, p. 381) destaca que os insumos industriais empregados na produção agrícola exercem influência estratégica na pauta de exportações do agronegócio. Dentre as principais commodities ligadas ao comércio internacional do agronegócio, destacam-se o petróleo e os fertilizantes. Destaca-se, também, a influência de companhias vinculadas às cadeias produtivas do setor agrícola, como as empresas de processamento, de armazenamento, de transporte e distribuição.

Historicamente, conforme Mendonça (2015, p. 382), as indústrias de transporte, de máquinas e de equipamentos estiveram associadas ao agronegócio. O prelúdio da mecanização agrícola aconteceu por meio da utilização de tratores de grande porte no início do século XX, massificando-se através da produção de tratores de menor porte que concebiam

a incorporação de motores de automóveis, desenvolvidos pela Ford a partir de 1908. O setor produtivo de máquinas agrícolas preservou sua característica de monopólio até os dias presentes, com somente quatro empresas (Deere, International Harvester, Massey-Ferguson e Ford Motor Company) controlando 99% do mercado global. Ainda, deve-se destacar que a concentração no mercado ocorreu, também, no desenvolvimento e produção de materiais básicos e químicos[15].

Com relação às fontes de financiamento, a expansão industrial do setor agrícola demandou a elevação pelo fornecimento crédito para custear os investimentos com insumos industriais. Essa evolução foi determinada nos Estados Unidos com a concepção do Sistema de Crédito Agrícola (*Farm Credit System*), o qual apresentava linhas especiais de financiamento e empréstimos, além de subsídios estatais para produção e exportações de produtos agrícolas (RAWLINS, 1980, p. 61). O acesso a crédito para o agronegócio americano triplicou entre 1940 e 1962. Deve-se destacar que esse sistema foi copiado pelo Estado brasileiro entre as décadas de 1950 e 1960, como se discutirá adiante. Ainda, o período é marcado pela duplicação no uso de fertilizantes químicos, assim como a prática de fumigação aérea e o aumento da padronização dos cultivos (HAMPE; WITTENBERG; EDDS, 1980, p. 61-66).

Rosson (1994, p. 6-7) destaca que, na década de 1990, mais de um terço da produção de grãos do país foi destinado à exportação. Dessa forma, entende-se que o modelo foi implantado com sucesso. Ainda, a comercialização internacional para os produtos industrializados pelo agronegócio, que apresenta maior valor agregado, também exerceu um peso significativo na balança comercial. Essas exportações saíram de US$ 28 bilhões na década de 1960 para alcançar US$ 240 bilhões nos anos de 1990. Por outro lado, a elevação nas exportações de alimentos processados pelos norte-americanos criou uma demanda maior por importações de matérias-primas e insumos agrícolas, que evoluíram de US$ 5,6 bilhões na década de 1970 para US$ 22,6 bilhões nos anos 1990. Destaca-se que a importação deste tipo de produto é considerada como "não competitiva" já que apresenta como função complementar algo que não é produzido no país.

Mendonça (2015, p. 381-382) sustenta que o aumento das exportações do agronegócio americano consolidou-se através de medidas protecionistas que favoreciam a tonificação do

[15] As maiores indústrias produtoras de pesticidas e fertilizantes apresentam fortes ligações com as empresas de petróleo e mineração. Entre os grupos que controlam a produção mundial de insumos químicos, estão Ciba-Geigy, Monsanto, Elanco, AlliedChemicals, Phillips Petroleum Company, International Mineral and Chemical (IMC), Dow Chemical e C.F. Industries (RAWLINS, 1980, p. 61).

mercado interno, garantindo preços aos agricultores, além da consolidação de políticas ambientais de conservação da fertilidade do solo e de recursos hídricos. A autora sustenta sua posição por meio da afirmação de que, desde os anos de 1930, o Estado americano concebeu meios para garantir o controle sobre o preço e o volume de sua produção agrícola mediante incentivos financeiros para que os agricultores regulassem a sua produção.

Ainda, Mendonça (2015, p. 383) destaca que, além do mercado de grãos, os quais exercem papel central como *commodities* agrícolas, a padronização no segmento de alimentos industrializados foi crucial para a disseminação do modelo do agronegócio em nível global. Conforme Goldberg (1968, p. 26), a indústria de alimentos processados foi impulsionada na América do Norte, especialmente, durante a Segunda Guerra Mundial. Tais alimentam ficaram conhecidos como "comida de combate" porque se destinavam à alimentação os soldados no exterior. Assim, com a intenção de apoiar pesquisas nesse setor, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos concebeu uma divisão especial, denominada *Natick Laboratory*, onde foram criados os primeiros alimentos enlatados, seguidos, posteriormente, por alimentos desidratados, congelados, pré-cozidos e bebidas solúveis.

Mendonça (2015, p. 383) afirma que o Estado foi o principal indutor da criação de equipamentos agrícolas, de fertilizantes, de inseticidas, de métodos de transporte e de armazenamento para a distribuição em massa desses produtos, além de mecanismos de comunicação e crédito. Goldberg, Bird e Arthur (1968, p. 47-49) destacam que os principais departamentos envolvidos nessas funções eram os Departamentos da Agricultura, da Defesa e de Interior. A prioridade do Departamento da Agricultura centrava-se no desenvolvimento de trabalhos e pesquisas relacionados à industrialização de fibras e alimentos. O objetivo principal do Departamento de Defesa estava relacionado para o desenvolvimento de técnica de congelamento e de desidratação de alimentos, métodos de irradiação, preservação, empacotamento e armazenamento, os quais foram inicialmente utilizados para fins militares. As agências também pesquisavam procedimentos para manufaturar proteínas, aromas e sabores sintéticos, além de sintetizar enzimas para detectar bactérias. Já, o Departamento do Interior apresentava como objetivo principal a manipulação de frutos do mar e peixes.

Ainda, Goldberg, Bird e Arthur (1968, p. 42-44) relacionaram as alterações estruturais na indústria de alimentos com a elevação dos índices de mecanização, com o aumento de capital investido em equipamentos e em infraestrutura, com a maior concentração de capitais através de fusões e aquisições (inclusive de empresas de diferentes setores, como, por exemplo, de alimentos, de tabaco, de distribuidoras, de empresas de alumínio, de eletrônicos, entre outras). Para os autores:

> A ampliação da indústria de comida processada levou ao incentivo no consumo de refrigeradores, *freezers* e fornos de micro-ondas, além de outros equipamentos domésticos, como abridores de latas, trituradores, liquidificadores e facas elétricas [...] Este processo incluiria ainda a automatização de serviços como restaurantes *fast-food* e *drive-ins*, máquinas de venda, entre outros [...] criando um sistema de produção em massa que justificasse a promoção de marcas de grandes empresas com poder de acessar um volume significativo de capital através de subsídios, crédito e de sua atuação nos mercados financeiros [...] (GOLDBERG, BIRD; ARTHUR, 1968, p. 42-44).

Assim, a internacionalização da indústria alimentar impulsionou o modelo do agronegócio, o qual se baseia em cadeias produtivas, partindo da produção de insumos industriais até a comercialização em grande escala. Para garantir a distribuição em massa desses produtos, foram formadas cadeias internacionais de vendas, tanto para mercados de atacado e de varejo. Nesse sentido, foi a globalização da indústria de alimentos uma das responsáveis por impulsionar a demanda de soja brasileira.

Para Mendonça (2015, p. 391-392), o termo agronegócio brasileiro é amplamente empregado para fundamentar a criação das denominadas cadeias produtivas, com o objetivo de agrupar atividades produtivas, industriais, agroquímicas e comerciais aos cálculos econômicos do setor agrícola. Contudo, as características observadas de monopólio da terra e de uma política agrícola voltada para atender, preferencialmente, o mercado externo, não são novidades.

Caio Prado Junior (1970, p. 23) observa este ponto quando concebe o papel do Brasil colonial como país-empresa, fornecedor de produtos agrícolas e minerais para a Europa. Conforme o autor, a essência da formação brasileira constitui-se, primeiramente, no fornecimento de açúcar, de tabaco e de alguns outros gêneros, posteriormente, no fornecimento de ouro e de diamante, bem como de algodão, e, em seguida, no fornecimento de café, tudo destinado para o comércio europeu. Essa origem, cujo caráter permaneceu dominante através dos séculos da formação brasileira, relaciona-se com a estrutura econômica que se prolonga até a atualidade.

Conforme Castro, Lima e Cristo (2002, p. 6), a contar do período colonial até o presente, a política agrícola brasileira privilegia estímulos para a exportação de *commodities* agrícolas. Para os autores, a concepção brasileira de agronegócio está fundamentada em uma compreensão que defende a imagem de desenvolvimento como sinônimo de progresso tecnológico, o que ocorre em etapas. Esta perspectiva está presente, por exemplo, na descrição do que seriam as nominadas cadeias produtivas. Conforme os autores, a Embrapa introduziu esta interpretação a partir da década de 1990 para integrar como “clientes” setores conhecidos “de fora da porteira da fazenda”, particularmente, companhias industriais, de infraestrutura, de

insumos químicos e de comercialização de produtos agrícolas. Esta estratégia foi eleita com base nas proposições de Davis e Goldberg (1957, p. 73) e passou a ser empregada no Brasil, de maneira inicial, através da formulação dos complexos agroindustriais, posteriormente, de negócio agrícola e, de maneira mais recente, de agronegócio.

Favero (1996, p. 281-282) destaca que um dos atributos desse complexo é abranger, concomitantemente, o acúmulo do poder e a descentralização das tarefas produtivas e dos serviços. Essa descentralização é marcada pela implantação das denominadas "parcerias produtivas", nas quais os múltiplos elos da cadeia se constituem de forma hierárquica, o que se traduz em relações de dominação e de subordinação. Para o autor, a subordinação é positiva, já que ocorre em consequência da necessidade de que se garanta qualidade dos produtos e a massificação da produção, no sentido de que se aumente a capacidade de competição de determinados atores em um mercado cada vez mais exigente e globalizado.

Segundo Kageyama (1987, p. 120-128):

> A partir da transformação dos complexos rurais, ocorreu, no Brasil, a substituição de uma base essencialmente orgânica por técnicas dependentes de insumos industriais voltados para o mercado externo e caracterizados, principalmente, pelos ciclos da cana e do café, que passaram a ser caracterizados como complexos agroindustriais. Os produtos industriais na agricultura representavam 10% do custo de produção em 1949, passaram a 25% no final da década de 1960 e chegaram a 40% em 1980. O maior índice de elevação ocorre em 1965, quando houve aumento de 7% em relação ao ano anterior. O uso de fertilizantes apresentou uma alta anual de 13% entre 1950 e 1985, sendo que, de 1867 a 1980, a elevação chegou a 17% ao ano (KAGEYAMA, 1987, p. 120-128).

Com relação ao setor de máquinas agrícolas, Kageyama (1987, p. 149-150) afirma que a mecanização em grande escala ocorreu, principalmente, a partir da década de 1960, nas áreas de cultivo de soja, impulsionada por créditos subsidiados pelo Estado. Empresas americanas e europeias exerciam o controle do setor mesmo quando a fabricação acontecia no Brasil através da implantação de fábricas subsidiárias. O monopólio na produção de tratores era exercido por três empresas, Massey Ferguson, Ford e Valmet, e a produção de colheitadeiras era controlada, principalmente, pela Massey, Schneider Logemann (SLC) e New Holland (que foi incorporada, posteriormente, pela Ford).

Ainda, como parte desse pacote tecnológico, os defensivos agrícolas difundiram-se mundialmente a partir do final da Segunda Guerra Mundial. No caso brasileiro, os agroquímicos passaram a ser utilizados de forma intensa a partir de 1961, quando o Ministério da Agricultura aboliu as barreiras à importação de insumos químicos. Entre 1974 e 1981, o crédito subsidiado para os defensivos cresceu 213%, o que representou uma taxa de elevação

superior ao que foi observado no crédito para custeio geral da agricultura (KAGEYAMA *et al*., 1987, p. 139-140).

No entanto, como a estrutura do agronegócio prioriza a exportação, a eficiência logística no processo é tão importante quanto a produtiva. Nesse sentido, com relação aos meios de transporte, Bonato (1987, p. 48) explica que, entre 1977 e 1984, o principal meio de transporte da soja até os portos de embarque era o rodoviário. Por meio das rodovias, foram transportados, entre os anos de 1979 a 1984, 74,7% do total de grãos embarcados. Contudo, para Dall'Agnol (2017, p. 09), desde a abertura democrática e após os anos 1990, o setor agrícola brasileiro tem feito um verdadeiro milagre em termos produtivos, apesar da ausência de incentivos, do planejamento difuso e da inadequada infraestrutura. Ainda, existe a relação de que a ampliação da produção agrícola decorre da logística e não, apenas, da disponibilidade de terras aptas ao cultivo. Logo, é importante que se compreenda a infraestrutura logística oferecida para o agronegócio de soja no Brasil.

1.3 Gargalos logísticos nas exportações brasileiras do agronegócio da soja

Como apresentado, no contexto mundial do início do século XXI, o Brasil é altamente competitivo no processo produtivo da soja, constituindo-se na maior cultura nacional em termos de área. No entanto, observa-se que essa vantagem diminui quando se considera o complexo de soja como um todo. Dentre os principais fatores associados a essa perda, a infraestrutura logística do transporte recebe a maior parcela da culpa. Com os problemas logísticos fazendo parte do cotidiano brasileiro, recai sobre os mesmos a responsabilidade pela perda de competitividade no mercado externo. Segundo Fernandes, Monteiro e Gajo (2008, p. 05), o complexo da soja brasileiro desenha-se competitivo da "porteira para dentro", contudo, no momento do escoar da produção, os prejuízos são volumosos.

Conforme Fernandes, Monteiro e Gajo (2008, p. 05-06), o Brasil, em termos logísticos, inicia o século XXI como um país caracteristicamente rodoviário. Contudo, este tipo de transporte deveria servir, apenas, como um elemento de ligação das cargas até os portos e/ou as ferrovias. Habitualmente, este comportamento não ocorre, o que onera o custo final do produto, refletindo nos preços recebidos pelos produtores, especialmente àqueles localizados em regiões distantes dos portos. Sendo assim, a estrutura logística acaba por reduzir a competitividade da soja e de seu complexo no mercado internacional.

O comércio agrícola é muito sensível a mudanças nos custos de transporte porque estes representam uma grande parcela do valor final, particularmente para produtos brutos e

não-processados. Consoante Ojima e Yamakami (2006, p. 556), o sistema de transporte da soja é um ponto importante na cadeia produtiva, sendo que a maior participação dos custos dessa *commodity* é dada pelos custos de transporte. Nesse sentido, a elevação da competitividade dos produtos do complexo de soja brasileiro no exterior depende da otimização desse segmento.

Segundo Martins, Lobo e Araújo (2004, p. 113-114):

> No agronegócio, a predominância do modal rodoviário na matriz de transportes, leva a ineficiência e redução de lucratividade. Para os produtos que possuem período de safra e entressafra ao longo do ano, é possível perceber variações sazonais no processo produtivo, como efeito da insuficiência da infraestrutura e da oferta de serviços logísticos de transporte e armazenagem. Nestes casos, o desequilíbrio momentâneo causado por um excesso de demanda de transporte devido a falta de estruturas de armazenagem suficientes para os volumes produzidos, provoca elevação do frete, que perdura enquanto houver interesse em comercializar a safra colhida imediatamente.

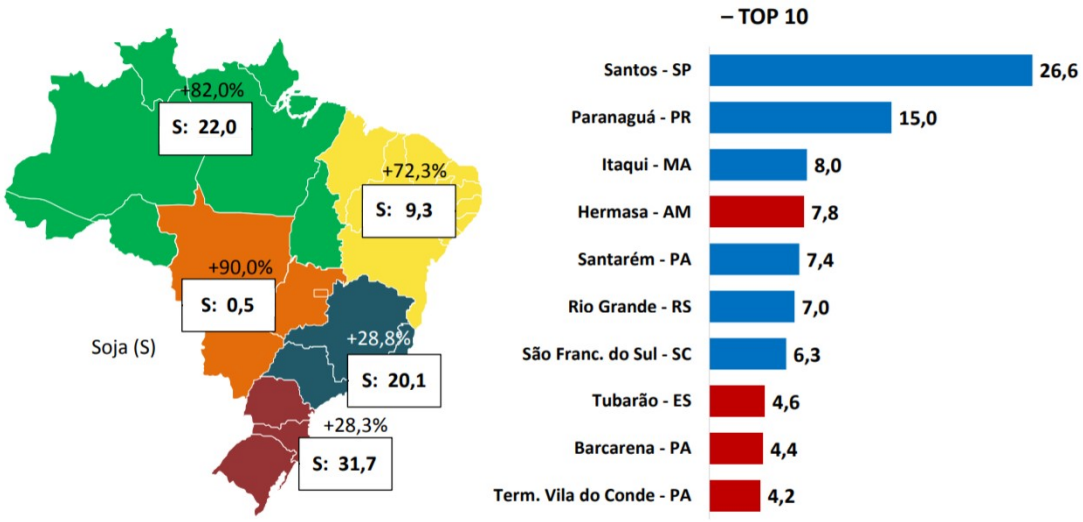
Dessa forma, para Martins, Lemos e Cypriano (2005, p. 24), o limite para a expansão da produção agrícola é dado pela logística e não pelas disponibilidades de terras aptas à exploração agropecuária. Os gargalos logísticos pressionam o custo das cargas de mais baixo valor agregado. Como resultado, os produtores apresentam redução de renda, as grandes empresas perdem competitividade e o consumidor paga preços mais elevados pelos produtos. No processo de comercialização da cultura de soja, o trajeto percorrido pelo produto é, basicamente, da área de produção ao armazém e, depois, para a fábrica ou o porto, ou ainda, diretamente da área de produção para a fábrica ou porto.

Com relação ao mercado externo, os dados da ANTAQ (2018) sustentam que, em 2017, os portos das regiões Sul e Sudeste foram os responsáveis por movimentar, aproximadamente, 62% de toda a soja no Brasil. Em 2006, o volume dos portos do Sul e do Sudeste representaram, aproximadamente, 82,2% do total da movimentação de soja no Brasil. A redução observada de participação dos portos das regiões Sul e Sudeste aconteceu devido à consolidação dos terminais portuários das regiões Norte e Nordeste que apresentaram forte crescimento ao longo da década de 2010. Tal crescimento deve-se, principalmente, à consolidação da fronteira agrícola de soja nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Dada a sua importância, as questões relacionadas à expansão das fronteiras agrícolas serão discutidas no próximo capítulo.

A Figura 1, a seguir, retrata a movimentação de soja nos portos por região e o percentual de utilização dos principais portos brasileiros para o embarque de grãos (soja e milho). De acordo com os dados, deve-se destacar a importância dos portos de Santos e de

Paranaguá, os quais correspondem por mais de 41% do total de embarques. Sua relevância destaca-se em razão da infraestrutura de transportes para *commodities* no Brasil estar ainda concentrada nas regiões Sul e Sudeste.

Figura 1: Embarques de soja por região e a utilização dos portos para embarques de grãos (2017)



Fonte: ANTAQ (2018).

As posições ocupadas pelos portos de Itaqui (MA) e Hermasa (AM) demonstram como a primeira metade da década de 2010 marcou o início da reversão de tendência em função dos portos da região Norte e Nordeste. A velocidade de crescimento da utilização dos portos dessas regiões demonstra que esta tendência está consolidada.

Com relação ao total escoado em 2017, de acordo com Figura 1, este representa, aproximadamente, 83,5 milhões de toneladas de soja registradas pela ANTAQ (2018). Pode-se afirmar, então, que, de cada dez sacas de soja produzidas no Brasil em 2017, aproximadamente oito foram destinadas ao mercado externo. Diante do expressivo volume de produtos do complexo de soja comercializados com o mercado externo, é extremamente relevante a situação logística do país, ainda mais porque as maiores regiões produtoras de soja estão situadas no interior do país. Sendo assim, dever-se buscar a otimização da produção, do transporte e da estocagem, a fim de que se melhore a estrutura logística brasileira e a competitividade do produto brasileiro no mercado externo.

Em 2006, os levantamentos auferidos pela Confederação Nacional de Transportes indicaram que 74% das rodovias do país se encontravam em estado deficiente, ruim ou péssimo. Esse percentual corresponde a 632.947 quilômetros de rodovias em situação precária. Ainda, os estudos da CNT (2007) destacaram as dificuldades enfrentadas para a

ampliação da capacidade de movimentação de carga do sistema viário brasileiro, a falta de recursos destinados para a revitalização e modernização das malhas ferroviária e rodoviária existentes, bem como do sistema portuário, a falta de projetos para o balanceamento da matriz de transporte perante o aumento da participação dos modais ferroviário e hidroviário e a busca de reversão da tendência do alargamento do hiato entre o crescimento das exportações de soja e o da oferta de transporte ferroviário.

Embora esse "fenômeno" de falta de planejamento seja sentido em maior expressão pelo setor do complexo de soja, ele ocorre em todos os segmentos do agronegócio e da economia brasileira, o que inviabiliza as perspectivas de crescimento sustentado no período. Segundo Carvalho *et al.* (2007, p. 17), a falta de um projeto criterioso de investimento para a melhoria da infraestrutura de transportes para o agronegócio (com a concepção de instrumentos eficazes), impossibilitou, inclusive, as concessionárias de encontrarem condições para arcar com os volumosos investimentos necessários ao segmento. Nesse sentido, explica Carvalho *et al.* (2007, p. 17-18) que a capacidade de transporte de cargas é subutilizada no Brasil em razão da falta de opções às rodovias, as quais são mais custosas em comparação com outros modais:

> [...] uma das maiores dificuldades que o setor de transportes nacional enfrenta atualmente é o custo de manutenção dos modais rodoviários [...] por não haver oferta suficiente no transporte ferroviário, migra-se para o transporte rodoviário compulsoriamente [...] fazendo com que seja necessário subutilizar a capacidade de transporte no Brasil, por ser preciso usar o modal errado, ou por não haver mais opções em ferrovias e em transporte de cabotagem, em hidrovias. A rodovia é mais ágil e mais disponível, mas quando se olha para o país e sua produção, e para a racionalidade, se vê que a produtividade da rodovia chega a ser 90% menor em comparação com a ferrovia [...] sem falar na eficiência energética, nos custos da própria manutenção da infraestrutura.

Para ilustrar o problema de infraestrutura de escoamento da produção do agronegócio de soja brasileiro, Munoz e Palmeira (2006, p. 12) apresentam a capacidade de carga de veículos de diferentes modais. Explicam os referidos autores que um caminhão carrega cerca 150 vezes menos soja do que uma composição ferroviária e cerca de 600 vezes menos do que um comboio de barcaças. Assim, dependendo do modal escolhido, é necessário carregar várias vezes o veículo para transportar determinada quantidade de carga, o que implica em aumentos dos custos. Dessa forma, a intermodalidade contribuiria para a redução das despesas, uma vez que os custos e a manutenção das modalidades ferroviário e hidroviário são menores.

Logo, observa-se que o início do século XXI é marcado por gargalos logísticos, tanto no modal rodoviário, como nos hidroviários e ferroviários, os quais dificultam o escoamento dos grãos e dos produtos em geral. Conforme observado, os portos marítimos e fluviais, pivôs do comércio exterior, apresentam-se em más condições, além de dificultarem as ligações com outros modais. Ainda, ao avançar pela década de 2010, observa-se a continuidade de elevada concentração do modal rodoviário, não ocorrendo a tendência de substituição do transporte rodoviário de longa distância por transportes alternativos, o que implica na redução de competitividade da soja e de seu complexo no mercado externo, limitando a aceleração da produção para novas áreas do território brasileiro. O desempenho brasileiro das exportações agropecuárias foi surpreendente, mas esteve intrinsecamente relacionado à dinâmica passada de modernização. A redução da competitividade aponta a necessidade de reestruturação e da retomada dos investimentos em infraestrutura.

1.4 Gargalos econômicos na expansão do agronegócio de soja no decorrer dos séculos XX e XXI

Conforme as seções anteriores, o conceito de agronegócio apresenta relação com um amplo conjunto de ações e parâmetros difundidos por governos e instituições privadas que acentuaram a industrialização e a padronização do setor agrícola em nível global. Para Mendonça (2015, p. 397), algumas características determinantes desse modelo produtivo são a padronização e dimensão dos cultivos, o uso de máquinas agrícola e insumos agroquímicos, além da elevação do uso de recursos hídricos e de energia no processo produtivo. Com a sua consolidação, houve o aumento da necessidade por subsídios e de sistemas estatais de crédito para que se cobrissem os crescentes custos da produção agrícola. A aceleração do comércio internacional de produtos agrícolas e a internacionalização do agronegócio demandaram maiores investimentos em capital fixo, desencadeando um processo de concentração e de monopólio, principalmente de companhias ligadas a insumos industriais e de comercialização.

Consoante Kageyama *et al.* (1987, p. 139-140), o Brasil, nos anos de 1980, ocupava o quarto lugar em consumo mundial em agroquímicos agrícolas (herbicidas, fungicidas e inseticidas), sendo o maior consumidor de agrotóxicos na América Latina. Com relação ao mercado de agrotóxicos, até os anos 1970, o comércio mundial de agroquímicos era centralizado por multinacionais com sede nos Estados Unidos e na Europa. A partir da década de 1980, aprofunda-se a formação de monopólios de diferentes setores através de fusões ou parcerias (*joint ventures*). Essa transformação se concretiza com base no acesso dessas

empresas a políticas governamentais de crédito, o que acaba por propiciar a elevação na concentração de capitais agrícolas, industriais e bancários.

Em seguida, durante o período marcado pela implantação de políticas neoliberais, difunde-se a modernização tanto latifúndio quanto da pequena propriedade. Essa perspectiva prevaleceu durante os anos 1990, quando o Estado implantou um programa agrário denominado novo mundo rural. O programa apresentava como alicerce uma política fundiária voltada para a privatização do mercado de terras, em detrimento de um programa voltado para a reforma agrária. Essa visão foi fomentada pelo Banco Mundial através da criação dos programas Crédito Fundiário, Banco da Terra e Cédula da Terra. Apesar dessa política basear-se na ideologia neoliberal, o Banco Mundial exigiu uma contrapartida dos governos para seus projetos, o que acabou por comprometer o orçamento do Estado para a reforma agrária (KAGEYAMA *et al.*, 1987, p. 139-140)

As reformas neoliberais constituíram monopólios privados no controle da produção e da comercialização agrícola, as quais ocorreram de forma simultânea ao processo de propagação do capital financeiro na agricultura, ao fortalecimento dos mercados de futuro e ao de outros mecanismos financeiros utilizados pelo agronegócio a partir de 1990. Os créditos subsidiados e as constantes rolagens de dívidas do agronegócio são articulados com políticas de livre comércio, que visam consolidar vantagens para o setor baseado no monocultivo para exportação. No caso brasileiro, destaca-se a aprovação da Lei Kandir em 1996[16], a qual possibilitou novas formas de incentivos fiscais para a exportação agrícola. Contudo, apesar de contar com esse tipo de medida, a situação de endividamento permaneceu para o agronegócio. Em 1999, o governo concedeu perdão a uma dívida de US$ 18 bilhões ao setor quando o *superávit* comercial anunciado era de US$ 10 bilhões. Nesse sentido, a autora afirma que o "produto" do agronegócio seria a própria dívida, a qual se expressa na busca por valorização de capitais financeiros e industriais a partir da renda da terra (MENDONÇA, 2015, p. 396).

Ainda, para Mendonça (2015, p. 395), os discursos relacionados com a suposta "vocação agrícola brasileira", com o objetivo de que se defenda o modelo econômico baseado no monocultivo para exportação, são utilizados para que se mantenha o caráter extensivo do agronegócio através de sua aliança com a oligarquia latifundiária. Apesar da predominância do modelo agroexportador, até a década de 1970, observa-se que o Estado brasileiro exercia um papel significativo sobre estoques de alimentos, estabelecendo cotas para exportação,

[16] Trata-se da Lei Complementar n.º 87, de 13 de setembro de 1996, a qual dispõe, em seu artigo 3º, inciso II, que o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias não incide sobre as operações e prestações que destinam ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semielaborados, ou serviços (BRASIL, 1996).

além de políticas comerciais de controle de importações agrícolas. Nesse período, a política de apoio estatal para a produção de alimentos visava atender, em certa medida, o mercado interno como forma de subsidiar a reprodução da força de trabalho para a indústria, com o propósito de manter salários em patamares mais baixos. Contudo, com o fim ditadura civil-militar brasileira, ocorreu a difusão do discurso em defesa de políticas de austeridade fiscal e de livre comércio. Como solução para a crise da dívida externa brasileira no século XX, as reformas neoliberais marcaram os anos 1990, partindo de políticas de privatização de empresas estatais até, inclusive, com a desregulamentação dos estoques de alimentos.

Para Mendonça (2015, p. 397), as origens deste modelo de produção rondam o período da grande depressão econômica nos anos de 1930, quando o governo americano adotou medidas que visavam limitar a importação de alimentos e proteger a agricultura local. Essa política protecionista incluía pesados subsídios para a produção de alimentos e para a garantia de preços, o que acabou por gerar produtos excedentes no mercado, principalmente grãos. Dessa forma, o governo passou a financiar a exportação agrícola e a utilizar o discurso de "ajuda alimentar" para inundar o mercado mundial de grãos com políticas de *dumping*[17]. Assim, os americanos predominaram nas exportações mundiais de alimentos e, principalmente, a partir dos anos 1970, empresas do agronegócio americano intensificaram a implantação de subsidiárias em diversos países. Esse processo foi facilitado ao longo do tempo pelo aumento da desregulamentação financeira, a qual gerou maior mobilidade de capitais em âmbito internacional.

A amplificação da especialização da produção agrícola apresentou alterações significativas (enquanto custos) na forma de utilização da terra em vários países e na estrutura fundiária, inclusive com a migração de trabalhadores para centros urbanos. Para Mendonça (2015, p. 398), a progressiva dependência de insumos químicos e de maquinários ocasionou a erosão genética, a deterioração dos solos e a especulação com o preço da terra. Para a autora, dados sobre a perda na fertilidade do solo geralmente são omitidos das estatísticas oficiais, contudo, a maior dependência de fertilizantes à base de nitrogênio acaba por evidenciar o desgaste causado aos nutrientes naturais, o que diminui a porosidade dos solos e a disponibilidade de oxigênio. Ainda, a autora defende que o monocultivo para exportação é

[17] De forma geral, entende-se por *dumping* a ação de pôr à venda produtos a um preço inferior ao do mercado, especialmente no mercado internacional para se desfazer de excedentes ou para derrotar a concorrência. É a definição de *dumping*, conforme dispõe o artigo 2º do *Agreement on implementation of article VI of the General Agreement on Tariffs and Trade* (1994) da Organização Mundial do Comércio (OMC): "[...] um produto deve ser considerado como objeto de *dumping*, ou seja, introduzido no comércio de outro país por valor inferior ao seu valor normal, se o preço de exportação do produto exportado de um país para outro for menor do que o preço comparável, no curso normal da comércio, para o produto similar quando destinado ao consumo no país exportador" (WORLD TRADE ORGANIZATION, 1994).

modo de produção que demanda grande quantidade de energia fóssil, o que acaba gerando um quadro de vulnerabilidade econômica em uma conjuntura de disputas geopolíticas por petróleo e gás natural, além de instabilidade econômica causada pelo papel que as *commodities* exercem no movimento especulativo do mercado financeiro. Ainda, entende ela que a avaliação precisa dos custos do atual modelo agrícola deve também considerar seus impactos poluentes em fontes de água e na qualidade do ar.

Convém destacar que essa visão de custos do referido modelo agrícola não é compartilhada por outros autores[18], destacando-se, entre eles, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho (pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)) e Albert Fishlow (brasilianista americano). Os referidos autores, por sua vez, apresentam uma abordagem evolucionária da dinâmica agrícola através de uma trajetória tecnológica expandida.

Nesse sentido, explica Silva (2017, p. 24-25) que a prosperidade econômica não é um jogo de soma zero, uma vez que o sucesso de um setor da economia não implica no fracasso de outro. Ao contrário, entende o autor que a competição acaba por resultar em benefícios para os consumidores da sociedade, gerando resultados econômicos, como a maior disponibilidade de produtos e serviços a custos menores para a sociedade, o que conduz à elevação do padrão de vida de um país e de sua sociedade.

Nesse contexto, a tecnologia tornou-se um elemento imprescindível para que uma sociedade obtenha ganhos de eficiência produtiva. Nesse sentido, Vieira Filho e Fishlow (2017, p. 27) sustentam que a interação entre pesquisa, tecnologia e produtividade são fatores relevantes para que se explique o crescimento econômico, uma vez que terra e trabalho tornam-se, cada vez mais, recursos escassos, sendo que tais fatores são essenciais para o bom funcionamento da produção agropecuária. Logo, a mudança tecnológica no setor agropecuário brasileiro deu-se por meio de complexas trajetórias de inovação ao longo das cadeias produtivas. Nessa perspectiva, a dinâmica revolucionária observada na agricultura tropical dependeu da sua construção com base na ciência e na tecnologia, sendo, portanto, a moderna agricultura intensiva em conhecimento, tal como outros setores.

Assim, a pesquisa agropecuária desempenhou um papel essencial na produção e no crescimento da produtividade, desenvolvendo variedades de alto rendimento associadas às inovações institucionais que aumentaram substancialmente a produtividade, proporcionando uma diversificação da agricultura e elevando a competitividade internacional. O rápido

[18] Eliseu Roberto de Andrade Alves, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Albert Fishlow, José Alexandre Scheinkman, Zander Navarro, Walber, Machado de Oliveira, Rogério Edvaldo Freitas, Marcelo Soares Leão, Antônio Márcio Buainain, Rebecca Lima Albuquerque Maranhão, entre outros.

crescimento agrícola e pecuário transformou a economia brasileira. A população rural e, sobretudo, a urbana têm se beneficiado da revolução tecnológica que surge no interior da cadeia produtiva do agronegócio, quer seja diretamente pelo aumento da renda, quer seja indiretamente pela redução do preço dos alimentos. O bioma do cerrado, região anteriormente considerada imprópria para plantio, recebeu um conjunto de inovações tecnológicas que transformaram a agricultura tropical brasileira e permitiram a expansão da fronteira agrícola. Assim, o sistema de difusão de conhecimentos também fornece o suporte para essa trajetória e não pode ser descartado de uma visão mais ampla da mudança tecnológica. Nesse ponto, a educação e a extensão rural são elos relevantes dentro do enfoque das cadeias produtivas, uma vez que a disseminação da nova tecnologia se intensifica com o aumento da capacidade de absorção de conhecimento dos agentes (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017, p. 27-28).

Dessa forma, esses argumentos sustentam a interpretação de que o problema dos gargalos produtivos agrícolas no Brasil está relacionado, principalmente, à difusão de conhecimentos e de absorção de tecnologia, não só no sentido da produção, mas da gestão. Nesse sentido, explicam Vieira Filho e Fishlow (2017, p. 28):

> A revolução verde, que se traduziu na disseminação de insumos modernos como fertilizantes, defensivos e sementes melhoradas em países em desenvolvimento, foi bastante restrita no contexto brasileiro. A experiência nacional diferenciou-se dos exemplos mexicano e asiático das décadas de 1950 e 1960 da importação de pacotes tecnológicos prontos. Na situação brasileira, foi preciso desenvolver capacidade doméstica de combinar novos conhecimentos aplicados ao clima tropical, em vez da simples intensificação do uso de fatores produtivos edificados para outros contextos.

Assim, o debate entre o setor agrícola contra os outros setores da economia não deve ser entendido como uma ideia concorrencial do desenvolvimento, mas sim como uma ligação de evolução compartilhada, uma forma de cooperação entre setores, instituições, países, empresas e entre o mercado e o Estado. É esse esforço cooperativo no ambiente de pesquisa que foi utilizado para gerar as tecnologias que remodelaram a produção frente às condições locais, bem como que favoreceu o progresso setorial da produtividade por meio de um processo de cooperação.

Vieira Filho e Fishlow (2017, p. 54) afirmam que a relação entre produção agrícola com a utilização de insumos não acontece por meio da dependência tecnológica, mas se refere à “complementaridade setorial e à coevolução da produção agrícola e do desenvolvimento de novas tecnologias”. Dessa forma, a inovação tecnológica visa a ampliação da capacidade de produção da terra e do trabalho para a formação de um processo dinâmico de ganhos contínuos. A cumulatividade do aprendizado produtivo reforça o caráter tácito e específico do

conhecimento, o que permite que alguns produtores obtenham vantagens regionais competitivas. Ainda, a estrutura institucional para o desenvolvimento da inovação é muito complexa dentro de um setor econômico e varia, significativamente, entre o conjunto dos demais setores.

A agricultura é repleta de desafios em relação à inovação, podendo-se demonstrar até mais complexa do que nos outros setores, pois a atividade agrícola não é conduzida em um ambiente controlado. Assim, a tecnologia é rapidamente difundida na agricultura quando as necessidades do setor produtivo, no que concerne a ganhos de produtividade, são atendidas. Logo, quanto maior for o uso eficiente de uma dada tecnologia, maior será a capacidade de resposta do agente econômico do agronegócio, a ponto de influenciar as trajetórias tecnológicas do setor fornecedor de insumos e acarretar a geração e a difusão de outras inovações. Portanto, o contexto histórico deve incorporar a capacidade gerencial do agricultor como elemento fundamental no processo de exploração das vantagens competitivas e dos ganhos produtivos do conhecimento tecnológico (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017, p. 54).

Referem Vieira Filho e Fishlow (2017, p. 30) que parte dos agentes está "marginalizada da modernização tecnológica, em grande medida por baixa capacidade de absorção de conhecimentos e por reduzida escolaridade com pouca assistência técnica". Essa marginalização relaciona-se ao problema da heterogeneidade estrutural, o qual se agrava nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Para que a pequena produção não sofra discriminação diante das imperfeições de mercado (monopólios e oligopólios ou monopsônios e oligopsônios), sendo que essas distorções se estendem para o crédito rural, o crédito fundiário, a extensão rural, a educação, os programas de extensão, a saúde etc., o Estado deve promover políticas para reconhecimento das diferenças regionais e precisa atuar de forma a resolver essas distorções, algo que não conseguiu realizar, pelo menos de maneira eficiente, até agora. Em razão do volume, a grande produção apresenta mais capacidade de superar essas adversidades e de absorver a tecnologia.

Os gargalos sobre a concentração da produção e tecnologia ficam evidentes com o Censo Agropecuário de 2006. O Censo abrangeu, aproximadamente, 4.400.527 estabelecimentos que declararam renda, em que, 27.306 (0,62% do total) produziram 51% de toda renda bruta do ano 2006. Alves (2017, p. 15) afirma que cerca de cerca de 500 mil estabelecimentos, correspondentes a, aproximadamente, 11,5% do total, seriam necessários para produzir 87% da renda bruta. Logo, em torno de 3,9 milhões de estabelecimentos restantes, 88,5% produziram tão somente 13% da produção de 2006. Assim, neste grupo,

encontram-se, aproximadamente, 2,9 milhões de estabelecimentos muito pobres, em que cada estabelecimento contribuiu apenas com meio salário-mínimo de renda bruta mensal.

Alves (2017, p. 17) afirma que a tecnologia explicou 69,7% da variação da produção, quanto o trabalho explica 20,3% e a terra, aproximadamente, 10,1%. Dessa forma, a tecnologia passou a ser o fator mais importante para explicar o aumento de produção, com a terra e o trabalho perdendo, em parte, a capacidade de explicarem o crescimento da agricultura. Por isso, afirma-se que a agricultura brasileira se baseia na ciência.

Contudo, busca-se compreender porque 88,6% dos estabelecimentos ficaram à margem da modernização da agricultura. Para Alves (2017, p. 17), a tecnologia deve apresentar-se lucrativa para ser adotada. Assim, a não adoção de tecnologia por um grupo tão grande de produtores deve-se à falta de percepção de lucratividade, a qual não se deve a fatores intrínsecos da tecnologia, mas, sim, às imperfeições de mercado, pois pequenos produtores, intensivos em tecnologia, também enriquecem. Nesse sentido, Silva (2017, p. 24) afirma que essas distorções e seus impactos são constantes à sombra da Terceira Revolução Industrial, caracterizada pelo exponencial avanço da tecnologia, que tornou mais rápida e eficiente as relações de produção, econômica e social, destacando a amplitude do empreendedorismo e da inovação em que a riqueza pode ser gerada por qualquer cidadão.

É dentro do contexto dos agentes marginalizados da modernização tecnológica que se concentra a agricultura familiar. Nesse sentido, observa-se a discussão e implementação de políticas públicas voltadas a este segmento, as quais buscam solução para o problema de pobreza rural na agricultura.

Segundo Alves (2017, p. 20), como categoria, a agricultura familiar abrange um grupo muito heterogêneo, composto de agricultores muito pobres, de baixa renda e de classe média, sendo que esse grupo familiar é definido por lei. Contudo, a heterogeneidade entre esses agentes torna muito complicada a construção de uma teoria que os estude. A maior parte do grupo pratica a agricultura tradicional, com baixa inserção no mercado. A moderna agricultura, composta de um número menor de estabelecimentos está inserida no mercado, forçando os agricultores a serem eficientes. Ainda há outro grupo, os assentados da reforma agrária, protegido pelo INCRA, portanto, à margem do mercado. Essa heterogeneidade dificulta a concepção de uma teoria unificada.

Contudo, as contribuições aos estudos que buscam entender a pobreza rural são muito importantes. Conforme Alves (2017, p. 21), é recente o entendimento de que a terra perdeu o poder de explicar a má distribuição da renda na agricultura e que a tecnologia assumiu papel dominante. A dominância da influência da terra na explicação da pobreza rural gerou o

programa de reforma agrária e o assentamento de um milhão de famílias em 80 milhões de hectares. A família do assentado realizou o sonho da posse da terra e tem visto falhar a aspiração de escapar da pobreza via agricultura. Diz-se que a tecnologia não é adotada porque a extensão rural é falha, o que ignora as imperfeições de mercado, representando, portanto, um diagnóstico incompleto. Ainda, o destino dos milhões de excluídos da modernização é a migração para as cidades, o que foi retardado pelos programas de transferência de renda.

Para Vieira Filho e Fishlow (2017, p. 60), a decisão em investir em um programa social parte do pressuposto de que a intervenção terá impacto positivo sobre um conjunto de resultados de interesse que possa beneficiar parcela da sociedade. Contudo, na prática, as políticas públicas e a legislação vigente para a agricultura não atingem os objetivos desenhados, pois o impacto de qualquer intervenção depende não apenas da transformação potencial, mas também se associa às condições iniciais de implementação do programa ou da política pública. Inicialmente, o Estado escolhe um grupo de tratamento que receberá a intervenção. Caso essa escolha do grupo seja influenciada por variáveis não observadas, os grupos de tratamento e de controle serão sistematicamente distintos, independentemente de serem contemplados pelo programa. Para os autores, nesse caso, há um claro viés de seleção e o grupo de tratamento é potencialmente correlacionado com o componente não observável.

Dessa maneira, Vieira Filho e Fishlow (2017, p. 60) apontam:

> Mesmo com um impacto potencial favorável, uma política pública pode ser avaliada pelo seu impacto real. Para avaliação adequada da política, seria ideal garantir que a participação no programa se dê de forma aleatória. Porém, o frequente descompasso entre o potencial e o efetivo resultado do programa pode distorcer ou mesmo ampliar as falhas de mercado. Considere, a título de ilustração, as seguintes políticas agrícolas: I) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); II) reforma agrária; III) educação; e IV) o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O Pronaf está voltado a estimular a geração de renda na agricultura familiar por meio do financiamento de capital e de atividades e serviços rurais. De acordo com a legislação (Lei n.º 11.326, de 24/7/2006), os critérios que definem o grupo de tratamento levam em consideração a área ou tamanho da propriedade, a obtenção de renda oriunda da atividade agropecuária na sua maior parcela, bem como a limitação de contratação de mão de obra que não ultrapasse a familiar.

Conforme a citação, então, para que tenham acesso ao crédito, a legislação acaba por selecionar os beneficiários. Para os autores, se o agente não pode expandir sua área de produção, elevar sua renda via diversificação dos negócios e contratar pessoal, o objetivo da intervenção de reduzir a pobreza e gerar renda não é alcançado, o que perpetua a extrema pobreza no campo.

No que se refere à estrutura fundiária (Lei n.º 4.504, de 30/11/1964), a reforma agrária é compreendida como o conjunto de medidas que visam promover uma melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de sua posse ou uso a fim de que se atenda aos princípios da justiça social e do aumento da produtividade. Contudo, deve-se observar, conforme Vieira Filho e Fishlow (2017, p. 60), que a concepção da legislação compreende de forma equivocada o que de fato gera ganhos de produtividade. Não é a distribuição de terra que aumentará a produtividade, mas, sim, o uso de tecnologia, o qual depende da capacidade de absorção de novos conhecimentos dos assentados.

Normalmente, os assentamentos são desprovidos de infraestrutura básica de educação e de extensão rural, os níveis de escolaridade são baixos e não há sequer condições mínimas de sobrevivência, tais como energia elétrica, saneamento básico, acesso e mobilidade. O programa redistribui terra sem de fato transformar o ambiente, pois se molda em princípios que não se aplicam à realidade produtiva. Embora o fator terra seja importante, o acesso ao conhecimento é a variável decisiva no crescimento da produtividade. Esse aspecto não é focado na regulamentação, já que a legislação é atrasada e cria preconceito no entendimento da matéria (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017, p. 60).

No que se refere à educação, pode-se afirmar que as melhores escolas se encontram nos centros urbanos e nas regiões brasileiras mais desenvolvidas. Em geral, o meio rural carece de infraestrutura educacional, seja no quadro de bons professores, seja na parte física das instalações. Nesse sentido, para o acesso a uma educação de qualidade, os produtores rurais precisam encaminhar seus filhos para estudarem nos centros urbanos. Todavia, as principais políticas de fomento à atividade agropecuária dos pequenos produtores partem do pressuposto de que a mão de obra empregada deva ser familiar. O espaço rural necessita de boa infraestrutura educacional para que se desenvolva de forma endógena e autônoma. Conforme Vieira Filho e Fishlow (2017, p. 60), as políticas públicas não pensam nessa lógica, mas, ao contrário, estimulam cada vez mais a polarização do espaço rural e urbano.

Por fim, para Vieira Filho e Fishlow (2017, p. 61-62) o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo artigo 19 da Lei n.º 10.696, de 2/7/2003, que estava inserido no âmbito do Programa Fome Zero, tem por finalidade promover o acesso à alimentação de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como incentivar a agricultura familiar. O programa destina-se a comprar, com dispensa de licitação, alimentos produzidos por agricultores familiares, sendo estes produtos distribuídos nas redes assistenciais e de ensino público. Contudo, o preço pago pelo governo aos produtos que se enquadram no programa é baixo. Assim, os produtores mais eficientes preferem acessar o mercado

diretamente a ser provido pela intervenção. Então, restam apenas aos produtores menos eficientes ofertarem produtos com qualidades inferiores. Ao final, a política seleciona produtos em uma cesta inadequada e não rompe com as amarras da pobreza dos indivíduos, pois os preços recebidos não remuneram adequadamente os fatores produtivos.

Conforme Vieira Filho e Fishlow (2017, p. 35), a capacidade de inovar é maior nos principais países exportadores agrícolas porque o progresso tecnológico é dependente da pesquisa adaptativa local. Quando a introdução de novas tecnologias aumenta a quantidade ofertada e empurra os preços dos produtos para baixo, os produtores buscam a inovação no intuito de reduzir os seus respectivos custos produtivos. Os pioneiros e os adotantes iniciais obtêm lucros positivos. Com a difusão da inovação, a curva de oferta desloca-se para a direita, o preço cai e o lucro excedente desaparece. Os agentes retardatários incorporam novas tecnologias a menos que decidam abandonar o mercado. Para resumir, os agricultores incapazes de manter a corrida na esteira tecnológica são expulsos do mercado. Esses agentes migram para os centros urbanos e para o setor não agrícola. Esse processo auxilia a indústria e o setor de serviços nas zonas urbanas por meio da redução dos custos salariais. Em uma economia de subsistência, o efeito da esteira agrícola transfere o bem-estar aos produtores, aumentando a quantidade consumida em cada propriedade familiar. Logo, para desenvolver a agricultura como um negócio, investimento em novos conhecimentos é a base para o aumento da produção.

Dessa forma, para que se compreenda e se reinterprete o passado econômico, os ganhos de produtividade através da tecnologia, em sua ampla concepção, são elementos essenciais. Nessa perspectiva, evidencia-se que o agronegócio é considerado um dos maiores sucessos na história econômica recente no Brasil enquanto sistema que foi capaz de produzir crescimento no longo prazo.

Ainda, deve-se observar que os gargalos não atingem somente as questões produtivas, mas também as questões comerciais. O mercado internacional é importante para o desenvolvimento do Brasil, em especial para a agricultura. Todavia, observa-se que as políticas criam restrições ao livre comércio, inclusive às exportações de *commodities* agrícolas. Vieira Filho e Fishlow (2017, p. 20) afirmam que não é o governo quem exporta, apesar de ser ele quem favorece ou não as exportações agrícolas. É o mercado que determina a demanda e, portanto, o setor que detiver poder de competição é aquele que exportará. Nesse contexto, o câmbio possui papel fundamental pois é ele que "responde às forças de mercado, sendo influenciado pelas taxas de juros". As *commodities* agrícolas são a corporificação de "ciência, tecnologia e produtos comprados da indústria, como máquinas, equipamentos,

fertilizantes, sementes e recursos genéticos". A agricultura não se encontra mais restrita ao mercado interno, sendo o foco das *commodities* a exportação, a qual é possível em razão da atual "capacidade de produção que muito excede à demanda interna de alimentos, fibras e bens energéticos". Em 2019, a agricultura brasileira é complexa e dependente das exportações.

Afirma Mendonça (2015, p. 398) que, em âmbito internacional, é crescente a demanda, principalmente pelos países desenvolvidos, de produtos decorrentes de sistemas agrícolas sustentáveis, os quais respeitem os mercados locais e a preservação do meio ambiente. Esse cenário conflita-se, entretanto, com os conceitos de soberania alimentar, de vantagens comparativas na comercialização de *commodities*, de políticas protetivas e de expansão do *free trade*. É efeito da globalização os produtos e os consumidores encontrarem-se desnacionalizados.

O agronegócio brasileiro possui o desafio de se desenvolver de modo competitivo e sustentável para atender, além da demanda interna, o mercado internacional. O agronegócio apresenta-se como uma organização da cadeia que possibilita e facilita a adoção de tecnologias, sendo um processo de mercado eficiente, ainda que assimétrico entre os agentes. Assim, as decisões de compra e venda de pacotes tecnológicos baseiam-se no ambiente conhecido pelo indivíduo. Quanto maior o grau de acesso aos mercados e mais organizado for o produtor, melhor é sua capacidade para negociar e tomar decisões em função dos custos na aquisição de insumos ou de determinação de preços finais que remunerem o capital investido. O problema de assimetria de informações origina-se por imperfeições de mercado (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017, p. 35).

Convém destacar que as reivindicações de grupos sociais pela reforma agrária não conseguem se consolidar frente aos atuais representantes do agronegócio, os quais, inclusive, possuem força política para alterarem leis para fortalecerem seu sistema de dominação. Conforme Mendonça (2015, p. 396), as mudanças na legislação ambiental, como no Código Florestal e nos agrotóxicos, tiveram como objetivo "permitir o avanço da fronteira agrícola no Brasil, principalmente em áreas com acesso a infraestrutura, vastas bacias hidrográficas e biodiversidade". Como consequência, houve o "aumento dos preços da terra (bolha especulativa) e de fusões entre a oligarquia latifundista e grandes empresas nacionais e multinacionais".

Contudo, a afirmação da autora, quando confrontada com os dados da CONAB (2019), é refutável, pois se verifica que a expansão das fronteiras agrícolas se deu em áreas que necessitam de mais acesso à infraestrutura. Ainda, convém ser tecida a crítica de que a

autora não incorpora em seu discurso o dado de que a bolha especulativa tem origem nos fatores que suportam a demanda pela soja e não, simplesmente, na expansão da terra. Logo, o modelo analítico Mendonça (2015) está incompleto e não a permite compreender com clareza a organização do agronegócio de soja local, muito menos a sua dinâmica internacional. Somente se produzirá soja se houver demanda por ela. Dessa forma, é um equívoco abordar a agricultura como um setor dominado pelos fornecedores.

A agricultura, portanto, é um setor que depende dos consumidores, os quais exigem preços baixos e qualidade elevada. Essa é razão para o desenvolvimento de empresas inovadoras e dispostas a alocarem vultosos recursos financeiros para pesquisa e tecnologias no campo. Os novos produtos criados atendem os crescentes níveis de qualidade e são disponibilizados a preços cada vez mais lucrativos em razão dos ganhos de produtividade que possibilitam.

Para Silva (2017, p. 25), a emergência de novas tecnologias faz com que as organizações repensem seus modelos e projetos de negócios de forma constante. Deve-se destacar que as grandes empresas que possuem recursos financeiros disponíveis não têm mais garantido o seu primeiro lugar. Hoje em dia, uma organização pequena e flexível pode superar um grande empreendedor desde que empregue novas tecnologias e adote padrões altos de qualidade e de produtividade, os quais lhe permitam oferecer bens e serviços aos clientes com maior rapidez e custo mais baixo.

De forma retórica, convém que se reflita: onde está o valor de empresas como a Bayer, a Monsanto ou Basf? Diante do apresentado, pode-se entender que ele se encontra no conhecimento de seus trabalhadores e não, portanto, no seu capital produtivo. Assim, caso os engenheiros dessas empresas decidam abandonar suas corporações para empreender no livre mercado, os mesmos levarão consigo todo valor tecnológico da inovação. Logo, está-se perante uma nova dinâmica de geração de valor no século XXI.

Infelizmente, no Brasil, existem dificuldades para que se tenha acesso a dados confiáveis sobre os investimentos privados em novos conhecimentos, técnicas e processos. Nos países desenvolvidos, os recursos financeiros para a ciência e tecnologia são, primariamente, de origem privada e excedem os recursos públicos disponíveis para pesquisas.

Logo, para que se (re)pense a experiência vivenciada pelo agronegócio brasileiro no século XXI, necessita-se do diálogo de elementos qualitativos e quantitativos, a fim de que se realize uma investigação sob vários ângulos que seja capaz de comprovar que a história financeira é a história presente por trás de toda a história de consolidação internacional do complexo de soja brasileiro. Ainda, entende-se que o historiador deve usar todas as

ferramentas à sua disposição para retratar os processos de maneira isenta. Convém destacar que os autores estudados têm tentado explicar o referido movimento sem incorporar a hipótese da expansão de uma bolha de crédito na economia chinesa em suas análises. Observa-se, então, um possível limite de amplitude a ser rompido, o que pode colaborar na compreensão da dimensão dos fatos estudados e de seus encadeamentos.

A dinâmica revolucionária observada na agricultura tropical dependeu da construção institucional com foco baseado na ciência e na tecnologia. Sua produção, contudo, não teria atingido um tamanho tão impressionante no curto prazo sem um mercado com demanda tão vultosa e agressiva. Ainda, embora os autores afirmem que a moderna agricultura é um setor intensivo em conhecimento, necessita-se compreender que ele está relacionado a um propósito mercadológico. É na questão de mercado, principalmente no internacional, que reside o sucesso do agronegócio de soja brasileiro.

A história financeira ajuda a entender como, no passado, um país que importava cerca de 30% dos alimentos que consumia (década de 1960), evoluiu de maneira onde seu agronegócio responde por mais da metade do *superávit* da balança comercial, sendo líder na exportação de grãos, fornecedor de proteína (vegetal e animal), responsável por cerca de um terço do produto interno bruto (PIB) e por parcela significativa dos empregos na economia (e tudo isso em meio a sucessivas crises econômicas e diante de uma série de gargalos político-econômicos).

As discussões sobre a produção do agronegócio brasileiro mostram a necessidade de novas abordagens teóricas que possam compreender a realidade produtiva. Muitas das imperfeições de mercado são introduzidas pelo próprio governo e, ao longo do tempo, as crises fiscais do Estado tornam-se recorrentes. No século XXI, o Brasil tem um Estado que extrapola a sua produção de riquezas, sendo que qualquer intervenção deve ser muito bem planejada sob pena de se potencializar distorções de mercado que sejam prejudiciais ao bem-estar social. Diante do exposto, faz-se necessário um resgate histórico sistematizado sobre a lógica da concepção desse modelo.

2 POLÍTICA AGRÍCOLA E A LÓGICA DO REDIRECIONAMENTO DO AGRONEGÓCIO DE SOJA BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1990

Este capítulo examina tópicos que caracterizam as conjunturas econômicas do agronegócio de soja brasileiro antes (pós-Segunda Guerra Mundial) e depois de sua internacionalização nos anos 1990 com enfoque nos fatores que culminaram em sua consolidação no século XXI. Nesse contexto, as seções a seguir abordam assuntos de fundamental importância para a elaboração desta tese porque foram as alterações nos campos econômico, legal e institucional da agricultura brasileira que formataram os pilares sobre os quais passou a ser concebida e implementada uma nova lógica para o setor com foco na modernização da produção e da comercialização agrícola.

Inicialmente, apresenta-se o ambiente agrícola brasileiro no pós-Segunda Guerra Mundial com destaque para a expansão da produção, sobretudo de soja, para o bioma do cerrado a partir de 1970, o qual foi um dos principais elementos para a ruptura histórica da dinâmica de produção agrícola brasileira iniciada nos anos 1990. Em seguida, explana-se sobre a transição de conjunturas e discute-se o papel do Estado como provedor de confiança para a expansão econômica. Em linhas gerais, entende-se que a narrativa histórica sobre a transição da conjuntura econômica do agronegócio de soja brasileiro cristalizou-se com a normatização das políticas agrícolas, as quais resultaram em amplo processo de regulamentação de novos instrumentos de política agrícola no período compreendido entre 1991 e 1995. Por fim, o foco do capítulo centra-se no período 1995-1996, o qual marcou o início do suporte aos preços dos produtos agrícolas, com destaque para a soja, recebidos pelo produtor brasileiro e coincidiu com a entrada chinesa na importação de soja e com a aceleração da ocidentalização da dieta alimentar.

Isso posto, este capítulo tem como objetivo compreender a lógica da reformulação do setor e as características de sua organização. Por meio de reflexões sobre a transição de conjunturas, busca-se descrever os processos históricos que possibilitaram que a economia brasileira ingressasse no século XXI como referência mundial para o setor.

2.1 A lógica do processo de reformulação da política agrícola brasileira a partir do pós-Segunda Guerra Mundial

No decurso da Segunda Guerra Mundial, o desenrolar do conflito regia o cenário político e econômico internacional. A criação de agências de fomento e a instituição de comissões de crédito eram instrumentos, portanto, para a segurança nacional.

No caso brasileiro, conforme Beskow (1999, p. 76), os objetivos das agências e das comissões de crédito centravam-se em traçar os planos financeiros relativos à produção que interessavam às defesas econômica e militar. Nesse sentido, o período foi marcado pela elevação de presença, direta e indireta, do setor público nos processos concernentes ao setor agrícola e ao abastecimento alimentar através da criação e da consolidação de um conjunto de órgãos públicos, bem como por intermédio da ampliação do poder de regulação estatal.

Consoante os dados apresentados pelo MAPA (2016), o café e o açúcar continuavam como os únicos produtos de relevância no setor agrícola até a década de 1970. A participação do café nas exportações elevou-se de 36% em 1946 para 74% do total em 1952. Em 1962, o café contribuiu com 75% da geração de divisas no comércio exterior. Nesse sentido, diante da análise desses dados, é possível entender que, durante esse período, o sistema econômico concentrava seu suporte na economia cafeeira e açucareira, praticamente desprezando o potencial brasileiro para a produção de grãos (BACHA, 1975, p. 10; SZMRECSÁNYI, 1979).

Desse modo, Cunha (2010, p. 05) descreve o Brasil do pós-guerra como um país essencialmente atrasado, uma vez que 64% da população residia no meio rural. O anseio nacional por um amplo programa de expansão industrial e agrícola demandava a criação de uma infraestrutura eficiente. A agricultura era voltada para a subsistência. A base da economia era formada por pequenos e médios empreendedores, não havia indústria de base e nem mercado de capitais desenvolvidos. As soluções surgiam de programas do governo federal com a criação de várias empresas estatais, com destaque para as empresas “Brás”, e o processo de substituição de importações ganhou força. Com a criação de Brasília, o processo de descentralização começou a se consolidar. Assim, as bases da transformação da economia são lançadas no período de 1955-1960, quando foram iniciados investimentos em infraestrutura e implantadas várias indústrias de bens de consumo duráveis.

Assim sendo, a estratégia de desenvolvimento adotada na direção da industrialização interferiu fortemente no setor agrícola com o objetivo de transferir recursos para os setores urbanos, o que apresentou novas perspectivas para o país. Dessa maneira, o período

constituiu-se no momento ideal para o lançamento de políticas mais ousadas e mais abrangentes de desenvolvimento econômico (CUNHA, 2010, p. 06-08).

Em 1936 e 1943, respectivamente, conforme Coelho (2001, p. 10-12), o Governo brasileiro, sob a influência das medidas de apoio instauradas pela agricultura americana, adotou duas providências que constituíram a primeira tentativa de formalizar uma política agrícola para estimular o desenvolvimento desse setor no país. Foram criadas a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI), que tratava das questões relacionadas ao financiamento, e a Comissão de Financiamento de Produção (CFP), que era responsável pelas questões relacionadas à garantia de preços agrícolas. Ainda, Coelho (2001, p. 11) destaca que a formatação institucional e operacional da CREAI foi equivalente ao *Farm Credit System* (FCS) dos EUA. Porém, ao longo do tempo, enquanto no FCS a tendência direcionava-se para um movimento de privatização dos sistemas de captação de recursos e de administração do programa, no Brasil, o CREAI orientou-se para a maior participação do Estado.

Como uma forma de transferir os recursos do setor exportador (café e açúcar) para o importador (a indústria nascente), a lógica da condução da economia centrava-se na sobrevalorização cambial, nos impostos à exportação de produtos agrícolas (café a açúcar), na proteção aos produtos industrializados nacionalmente (por meio de alíquotas elevadas de importação), o que penalizava a agricultura e favorecia a indústria e os setores produtivos governamentais (BACHA, 1975, p. 11; SZMRECSÁNYI, 1979).

Como resultado lógico desse processo de proteção à indústria local (que acarretou a limitação da oferta de produtos estrangeiros) e dos estímulos à industrialização (os quais iniciaram um crescente movimento populacional rumo aos centros urbanos industriais, o que, consequentemente, provocou a elevação na demanda de produtos), o período do pós-guerra é marcado por sucessivos períodos de descontrole inflacionário até 1964. Nesse contexto, é importante destacar que uma estratégia de incentivo à expansão agrícola proporcionaria mais divisas para acelerar o processo de industrialização, reduziria os riscos de concentração das exportações (baseadas no café e no açúcar) e auxiliaria no combate à inflação (uma vez que o grupo dos preços dos alimentos é um grande componente nos índices de preços) (ALVES; CONTINI, 1988, p. 315).

A modernização da agricultura tem como elemento condutor a alteração da política brasileira ocorrida em 1964 (com os militares assumindo o governo). Essa mudança desencadeou fortes repercussões na condução da política macroeconômica, sendo uma de suas metas prioritárias o combate à inflação. Todavia, a forma estruturalista de enfrentamento da

inflação foi descontinuada e abriu-se espaço para a utilização de ferramentas ortodoxas por meio de instrumentos de política fiscal e monetária. O modelo de desenvolvimento baseado na industrialização via substituição de importações foi mantido na agenda do Governo Militar, contudo com duas mudanças principais em sua estrutura: uma maior participação do capital estrangeiro e uma política de elevação e diversificação das exportações (ALVES; CONTINI, 1988, p. 316).

Alves e Contini (1988, p. 319-320) afirmam que, nas décadas de 1950 e de 1960, a agricultura, no bojo do processo de industrialização, foi conduzida de forma a liberar recursos para a expansão industrial que se desenvolvia. A forma encontrada pelo setor para atender sua demanda foi pelo crescimento extensivo, ou seja, por meio da expansão da fronteira agrícola. Ainda, conforme Bragagnolo (2012, p. 27), no período referente ao pós-guerra, o desempenho do setor agrícola brasileiro foi fortemente influenciado por decisões do governo para estimular a produção através dos instrumentos de política agrícola. Elas foram baseadas em crédito barato e abundante e em programas de suporte de preços e estocagem. Assim, o autor entende que o crédito disponível na época foi disponibilizado a taxas de juros muito baixas em razão do auxílio financeiro governamental visando beneficiar a atividade agropecuária. O aumento da produtividade da terra era um objetivo relevante na condução da política agrícola, caracterizada pelo crédito rural com taxas de juros subsidiadas, o que estimulava o uso de insumos modernos e o desenvolvimento da agroindústria.

Dessa maneira, em 1965 iniciou-se um período de modernização da agricultura, com a expansão e a diversificação do *agribusiness*, com a elevação da industrialização e com a redução da dependência das contas externas ao café. Este período foi marcado pela reformulação da Política de Garantia dos Preços Mínimos (PGPM), pela constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e caracterizou-se pela utilização de elevados subsídios de crédito rural visando a expansão da fronteira agrícola por meio do crescimento da produção de grãos. Ainda, segundo Fishlow (1986, p. 510-513), a conciliação de várias medidas de reorganização da economia aliadas à conjuntura externa favorável trouxe resultados positivos sobre o controle da inflação. No primeiro ano após as reformas, a taxa de inflação reduziu de 93,3% em 1964 para 28,5% em 1965, mantendo-se em declínio até 1973, quando houve o primeiro choque do petróleo. Nesse ano, a inflação atingiu seu menor nível em quase quatro décadas, alcançando 15,5% ao ano.

Por conseguinte, Muller (1991, p. 79-80) posiciona-se no sentido de que, durante o período compreendido entre 1966 e 1973, a associação de fatores externos favoráveis à reorganização da economia interna permitiu uma grande alavancagem das importações

brasileiras de bens de capital e de outros insumos importantes para o crescimento, o que propiciou, juntamente com a taxas de inflação declinantes, a obtenção de altas taxas de crescimento do PIB. Esse período ficou conhecido como "milagre brasileiro". Nele, o produto real cresceu 213% (sendo que, em 1973, chegou a crescer 14%) e a taxa de inflação caiu.

Ainda, a transformação ocorrida no Brasil, na aurora da década de 1970, tornou necessário o crescimento da produção agrícola e uma maior disponibilidade de alimentos. A Política Agrícola, portanto, para acompanhar essa lógica, ampliou seu portfólio de ferramentas e estímulos. Nesse sentido, o modelo de subsistência observado no pós-guerra cedeu cada vez mais espaço ao modelo de produção em escala (MULLER, 1991, p. 83).

Nesse contexto, Nunes (2007, p. 11) retrata que o Brasil assistiu à criação de um mercado interno de massas. A televisão foi uma das variáveis mais impactantes do período, pois invadiu os lares e nivelou os anseios da sociedade brasileira com a sociedade mundial. Dessa forma, o povo brasileiro começou a acompanhar o que acontecia no mundo. A população urbana, então, chegou a 56% do total dos habitantes e o país passou por um processo acelerado de urbanização[19].

Em resposta à conjuntura econômica do período, o Governo Federal estimulou a transformação da agricultura por meio de políticas de crédito, de assistência técnica e pesquisa, da utilização de máquinas, de insumos e de técnicas produtivas que resultaram no aumento da produtividade do capital, do trabalho e da terra. Até então, no período anterior à década de 1970, o Brasil possuía, apenas, pacotes tecnológicos para a produção de grãos adaptáveis aos trópicos. O trópico de capricórnio constituía-se como o centro da agricultura. Dessa maneira, o Governo Federal precisou conceder incentivos para a interiorização do Brasil através da criação de pacotes tecnológicos que possibilitassem a produção no cerrado brasileiro. Assim, o Governo Federal formulou um amplo sistema de pesquisa e de extensão sobre a agricultura, com a distribuição de várias bolsas de estudos para a pesquisa da temática nos Estados Unidos, com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da Empresa Brasileira de Extensão Rural (EMBRATER) e com a implementação de vários programas independentes, como o do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER). Dessa forma, estabeleceram-se as estruturas fundamentais que possibilitaram a produção no cerrado (BARROS; BACCHI; BURNQUIST, 2011, p. 05-06).

[19] Não se pode afirmar que o processo de urbanização brasileiro foi planejado. O ser humano adaptou o meio conforme as suas necessidades e a falta de organização e de planejamento urbanístico resultaram num crescimento desordenado. A ausência de políticas sobre o tema, as oscilações do crescimento econômico ao longo do tempo e, por consequência, do nível de emprego, acarretaram grandes problemas sociais, empurrando milhões de pessoas para as periferias das maiores cidades brasileiras (NUNES, 2007, p. 11).

A posição de Barros, Bacchi e Burnquist (2011, p. 05-06), no que se refere às formas de incentivo para a interiorização do Brasil, explicam que o volume de crédito oficial do governo para a agricultura apresentou papel de destaque. A liberação de volumes de crédito e os programas de incentivos tinham como objetivo atrair produtores da região sul do país (ou seus filhos) para interiorizar o Brasil. Existia a expectativa de que a elevação da produção agrícola no interior do país atrairia a indústria (frigorífica, de laticínios etc.) organizando cadeias produtivas para o setor. Assim, em 1969, o volume de crédito disponibilizado foi de 20 bilhões de reais. Logo, em 1973, o volume de crédito superou 40 bilhões. Entre 1975 e 1978, o volume de crédito atingiu a marca anual de R$ 80 bilhões. Em 1979 e 1980, o volume de crédito alcançou seu pico no século XX, com um valor de, aproximadamente, R$ 100 bilhões de recursos oficiais e subsidiados pelo governo federal à agricultura. Esse nível de volume somente foi alcançado, novamente, nos anos 2000.

Além dos estímulos por subsídio, o governo e as organizações privadas lançaram mão de programas especiais e ações para promover a ocupação dos cerrados. O primeiro programa especial começou em 1972 e era conhecido como Programa de Crédito Integrado (PCI), o qual envolvia recursos do Banco Mundial para o desenvolvimento de 300.000 hectares em Minas Gerais.[20] Estudos demonstram que, com a redução dos subsídios e sua posterior eliminação em 1985, o sistema de preços uniformes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), programa iniciado em 1981 e encerrado em 1992, passou a fornecer a maior parte dos incentivos à produção nos cerrados, reduzindo o risco de preços e, em alguns anos, subsidiando, também, por meio da AGF (Aquisição do Governo Federal)[21], o custo de transporte quando o preço de mercado estivesse abaixo do mínimo (EITEN, 1990, p. 20).

Nessa senda, o POLOCENTRO e o PRODECER destacaram-se como os dois maiores programas desenvolvidos. A posição é ratificada por Cunha (1994, p. 56-58), que destaca a ambição do POLOCENTRO que havia sido criado pelo governo para estimular o rápido desenvolvimento e modernização da agricultura no Centro-Oeste, na região do cerrado, e era baseado na concessão de crédito subsidiado em várias áreas selecionadas em função da existência de uma certa infraestrutura (como estradas vicinais e eletrificação). Existia a expectativa de que a aplicação direta do programa favoreceria a infraestrutura e conduziria o desenvolvimento agrícola nas áreas adjacentes. O autor destaca que o ponto positivo do

[20] Pesquisas relatam o apoio e esforço para assentamento e colonização dos estados de Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, envolvendo milhões de hectares e milhares de famílias de colonos.
[21]AGF é um programa de aquisições de produtos agrícolas pelo Governo Federal. O programa permitia a venda do produto ao Governo se os preços dos produtos não fossem suficientes para cobrir os custos de carregamento (AGF, 2017).

programa foi o seu incentivo à pesquisa agronômica e ao desenvolvimento de novas tecnologias para o bioma do cerrado pela transferência de recursos do programa para a EMBRAPA. Porém, ele observa que o programa beneficiou, principalmente, grandes e médios produtores e, ainda, estimulou o desmatamento de grandes áreas para a pecuária extensiva, o que gerou, posteriormente, grandes controvérsias perante os ambientalistas.

Com relação ao Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), Ferreira (1985) destaca suas características públicas e privadas criadas por meio da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) para promover o desenvolvimento agrícola do cerrado. Conforme as avaliações existentes, o PRODECER deu grande estímulo à produção agrícola nos cerrados do noroeste de Minas Gerais, oeste da Bahia e em outras partes do Centro-Oeste e do Maranhão. Convém salientar que, desde a grande elevação dos preços das *commodities* agrícolas, em meados da década de setenta, por uma questão de redução de risco, o Governo do Japão passou a diversificar suas fontes de suprimento de alimentos que estavam muito concentradas nos EUA. Conforme Eiten (1990, p. 22), o programa de cooperação japonês (PRODECER) tinha três diferenças básicas com relação ao POLOCENTRO. Em primeiro lugar, o PRODECER, apesar de prever a participação de grandes empresas agrícolas em seus projetos, dedicava a maior parte das terras para a agricultura familiar, por meio de assentamentos de colonos selecionados por cooperativas credenciadas. Em segundo lugar, ele mostrou, desde o início, grandes preocupações no trato ao meio ambiente na própria atividade de cultivo. Já, em terceiro lugar, ele não incluía, entre as suas atividades, o desmatamento de grandes áreas para a exploração econômica da pecuária extensiva.

Consoante Cunha (1994, p. 57-61), além desses programas especiais, a abertura de algumas estradas-eixo e a política de preços dos combustíveis tiveram também efeitos consideráveis sobre a ocupação dos cerrados, as quais permitiram o acesso às regiões mais longínquas. Entre 1978 até meados da última década, o Brasil manteve uma política de preços uniformes no varejo para os derivados do petróleo. Em outras palavras, os consumidores distantes das refinarias, nas regiões da fronteira agrícola, pagavam os mesmos preços dos consumidores próximos a elas. O consumo de diesel por hectare na produção de soja, em 1994, estava estimado em 117 litros. Adicionando o consumo de diesel no transporte de insumos e da produção, já que o cultivo de soja nos cerrados exige grandes volumes de calcário e de fertilizantes para a abertura de novas terras e para a própria atividade produtiva e de comercialização, tem-se uma ideia da importância desses subsídios para a ocupação dessas áreas.

Conforme Coelho (2001, p. 31), os resultados da política de estímulo à produção de grãos foram imediatos. Com os incentivos, a produção de grãos, do final da década de 1960 até meados da década de 1980, passou de 25,10 milhões de toneladas para 56,19 milhões de toneladas, um crescimento de 123,8%. O melhor desempenho ficou por conta da soja, cuja produção, em 1965, era praticamente inexistente. Em 1970, atingiu mais de 1,5 milhão de toneladas e, em 1985, passou para 18,30 milhões toneladas. O referido autor ainda refere que, entre 1965 e 1985, ocorreu o grande avanço na direção de uma nova economia agrícola baseada na produção de grãos, na agroindústria e na diversificação das exportações.

É importante destacar que houve a reorientação das políticas econômicas brasileiras após 1964, com destaque para a Política Agrícola, as quais começaram a apresentar resultados promissores para a economia brasileira na década de 1970. A mudança do panorama internacional, no final de 1973, representou uma alteração de prioridades da política agrícola (BRAGAGNOLO, 2012, p. 28). Apesar dos instrumentos da política permaneceram inalterados, a partir de então houve grande aumento no volume dos subsídios. Assim, o ano 1974 se destacou nas análises da política macroeconômica brasileira. Embora houvesse o objetivo claro de manutenção da taxa inflação em trajetória descendente, o ano de 1974 marcou o ponto de reversão da tendência de queda dos preços e do movimento de expansão da economia. Iniciou-se um longo período de descontrole inflacionário e de estagnação que desorganizou a estrutura da economia brasileira. Os efeitos das distorções causadas pelo aumento dos patamares inflacionários resultaram no desmantelamento dos mecanismos de controle da economia durante toda a década de 1980 e durante parte da década de 1990.

Conforme a posição de Coelho (2001, p. 17), a maior parte das pesquisas indica que o elemento determinante para o descontrole inflacionário foi a decisão do governo em manter a mesma política monetária expansionista após o choque do petróleo. Nesse momento, as principais economias industrializadas, que apresentavam dependência na importação de petróleo semelhante ao brasileiro, iniciaram um processo rápido de desaceleração da atividade econômica, adotando políticas anti-inflacionárias conservadoras e medidas de contenção do consumo de petróleo. A dependência econômica externa de petróleo perante a decisão de se manter o mesmo ritmo de produção econômica nacional, em desconsideração ao que estava acontecendo no cenário internacional, gerou recessão e desemprego, os quais eram impactos que os formuladores das políticas procuravam evitar para o Brasil.

Com os termos de troca e a capacidade de importar profundamente abalados pela brutal elevação dos preços do petróleo, os resultados da execução da política monetária expansionista ocasionaram o aumento das taxas inflação e o crescimento do déficit no

comércio exterior. As crises do petróleo e a redução da capacidade de importação trouxeram um novo alento à política de substituição de importações com impactos significativos no papel do Estado na economia, tanto na política comercial, bem como na própria política agrícola, passando-se a estimular a produção doméstica do trigo (principal produto agrícola importado à época) (COELHO, 2001, p. 17).

De maneira geral, segundo Coelho (2001, p. 17-18), a crise reforçou o caráter nacionalista e estatizante da postura mercantilista adotada pelo Brasil no comércio exterior há várias décadas por meio da aplicação de rígidos controles das importações. Nesse sentido, ainda que o choque do petróleo em 1973 e a volta da política mercantilista no início da década de 1980 provocassem a estagnação no valor exportado (entre 1975 e 1985, o país cresceu, apenas, 5,2% em termos reais), o grande sucesso da política adotada a partir de 1965 foi a diversificação da pauta de exportações com a participação crescente de outros produtos como frango, suco de laranja, celulose e couros.

Nesse contexto, a diversificação da pauta de exportações foi resultado do esforço dirigido à modernização da agricultura brasileira, a qual teve início em 1965 com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e com a reformulação da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Logo, essas políticas marcaram o começo do processo de adoção de medidas voltadas para a agricultura e representaram os primeiros contatos do setor com o mercado internacional. Assim, pode-se relacionar esses elementos aos fatores fundamentais do processo de reorganização da agricultura brasileira no pós-guerra (COELHO, 2001, p. 18-20).

A década de 1980 mostrou-se desafiadora para a agricultura brasileira. Conforme Guimarães (2007, p. 6), a racionalidade da Política Agrícola no período estava estruturada, fundamentalmente, sobre o programa de crédito. O crédito de investimento era o principal mecanismo de estímulo ao processo de adoção das novas tecnologias intensivas em capital, como mecanização, correção do solo e irrigação. O crédito de custeio permitia a compra de insumos (como fertilizantes químicos e sementes melhoradas) e o crédito de comercialização fornecia a oportunidade de transportar o produto no tempo, evitando-se, assim, a concentração da oferta na época da safra. As aplicações dos recursos oficiais (com destaque para a década de 1970) foram os mais elevados do século XX.

Coelho (2001, p. 03) sustenta que, no Brasil, o crédito rural oficial constituiu a espinha dorsal do sistema de financiamento da agricultura. Já, os instrumentos de apoio à comercialização e de transferência de risco dependeram do apoio do Estado. Nesse sentido, o volume de crédito agrícola, com destaque para os elevados montantes da década de 1970, foi

o principal mecanismo de incentivo da abertura de novas áreas de cultivo e para a elevação da produção. Barros (1991, p. 320) expõe que o setor agrícola tratou de beneficiar-se da política de crédito subsidiado ao longo dos anos, aumentando a sua utilização na década de 1970 e levando ao extremo seu uso durante a crise dos anos 1980.

Conforme Barros (1991, p. 321-322), as taxas de juros reais para o crédito agrícola chegaram a situar-se entre 40 e 50% negativos. O volume de crédito agrícola era tão elevado que contribuiu para a eventual perda de controle da política monetária por parte do governo. Assim, em 1985, o Governo Federal tomou a decisão de eliminar o subsídio do crédito por meio da utilização de indexadores. Essa decisão marcou o início de um período que precedeu a reformulação geral dos instrumentos de política agrícola no qual os valores ambientais começaram a fazer parte das preocupações do Estado e da sociedade. Durante esse período, ocorreram vários planos econômicos que tinham como objetivo estabilizar a economia brasileira e conduzir a abertura comercial dos negócios agrícolas. Devido à crise fiscal do Estado, houve, também, nessa época, a redução drástica na oferta do crédito rural oficial, a utilização mais intensa da PGPM para subsidiar o custo de transporte e a elevação do endividamento no meio rural.

Entretanto, ainda que não se possa negar os efeitos positivos da concessão de elevados volumes de crédito subsidiado para a expansão da produção de grãos, esse processo apresentou três efeitos negativos importantes em termos macroeconômicos e setoriais. O primeiro foi o alimento do processo inflacionário. O segundo foi o de concentrar ainda mais renda no setor rural devido ao fato de que apenas uma pequena parcela de produtores tinha condições de se apropriar dos subsídios. O terceiro tratou da redução da eficiência do crédito como indutor do processo de desenvolvimento (BARROS, 1991, p. 323).

Nesse contexto, Schuh (1997, p. 18-19) aponta que o crédito subsidiado aumentou o valor da terra. Segundo o autor, os grandes proprietários consagraram-se como os agraciados pela elevação dos volumes de crédito agrícola em contrapartida aos pequenos proprietários. Além de exacerbar a distribuição muito distorcida da renda do setor, essa política também deu condições para os latifundiários comprarem as terras de pequenos produtores. Dessa forma, esse movimento culminou na migração dos pequenos produtores para o mercado urbano de trabalho.

Com as limitações do mercado de capitais, os possuidores de recursos para investimento passaram a aplicá-los em terras, entre outros ativos fixos, o que acabou aumentando o valor da terra e contribuindo para o fluxo migratório do campo para a cidade. Também, com base nos fatos e nos autores discutidos, sustenta-se que o grande agente por

trás de toda essa reorganização da agricultura foi o próprio Estado brasileiro. As grandes contribuições estão na disponibilização de recursos para produção via crédito agrícola subsidiado e no fomento à pesquisa. Essa expansão via governo está dentro de uma conjuntura econômica para a agricultura diferente da que se observa a partir da transição de conjunturas, na qual um dos grandes fatores característicos foi a redução das contribuições do Estado (disponibilização de recursos e fomento à pesquisa) para a agricultura.

Dessa maneira, o começo da década de 1990 é marcado por turbulências macroeconômicas que afetaram os investimentos no setor. Nesse ano, conforme preleciona Canto Neto (2007, p. 24), o volume de crédito concedido pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, em termos reais, foi inferior ao ano anterior. O desequilíbrio fiscal do setor público chegou a um ponto crítico. O crédito rural, nesse período, atuou como um fator de compensação das distorções macroeconômicas (fiscais e cambiais) impostas à agricultura, porém de forma ineficiente dada a sua distribuição concentrada. Nesse contexto, a próxima seção busca retratar as alterações dentro da organização da agricultura e entender a lógica dos formuladores da política agrícola brasileira a partir da aceleração do processo de globalização nos anos 1990. Assim, investiga-se o ambiente político-econômico em que a agricultura, com base na cultura de soja, estava envolvida no período.

2.2 O redirecionamento da agricultura brasileira para o mercado internacional

A década de 1990 resultou na transição para o padrão de desenvolvimento vigente. A queda do muro de Berlim e o esfacelamento da União Soviética fez surgir provas peremptórias de que o "Estado empresário" não é capaz de mover a economia. Segundo Lemes (1992, p. 16-20), a eficiência econômica, condição necessária para o aumento do bem-estar social, não poderia ser alcançada senão numa economia de mercado, com um governo de pequeno porte, porém eficiente. Como apresentado na seção anterior, a história da agricultura brasileira, até então, estava ligada a uma longa tradição de intervenção governamental no setor, quer na forma normativa (legislação), quer como estímulo/desestímulo a esta atividade econômica. Contudo, no final da década de 1980, o mundo começou a operar mudanças profundas no âmbito político, econômico e comercial.

Até então, como corroborado pelo entendimento de Lopes (1996, p. 20-21), o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro destinou à agricultura uma função de agente estratégico com a finalidade de superar os obstáculos para o progresso do setor industrial. Para tanto, necessitava de uma política que proviesse bens a preços baixos e que fornecesse,

de forma eficiente, a matéria-prima industrial, pois o papel da agricultura, até o início da década de 1990, concentrava-se na geração de divisas para financiar a importação de bens de capital para a produção industrial, liberando mão de obra para o mercado de trabalho e contribuindo para o crescimento do mercado interno.

Dentro do novo contexto da década de 1990, a agricultura abandonou o papel de facilitador do crescimento industrial. A abertura econômica deu ênfase para a produtividade e para a competitividade e, assim, o setor maximizou a utilização de suas vantagens competitivas. A liberação comercial e a crescente mobilidade de capital modificaram profundamente as estruturas dos programas de políticas agrícolas (LOPES; REZENDE, 1994, p. 21).

Nesse sentido, começou a ser concebida e implantada uma nova política agrícola com o objetivo de que se praticasse um inédito padrão de crescimento no setor, o qual estaria baseado, fundamentalmente, em estímulos de mercado (e menos em ações diretas de governo). Diante do exposto, esta seção passa a investigar o impacto gerado por essas medidas e a forma como essas mudanças conduziram a agricultura brasileira à sua organização voltada para atender a demanda do mercado internacional.

Ainda, faz-se importante salientar que o elevado volume de crédito público disponibilizado para o setor foi um dos fatores determinantes na criação das bases da agricultura brasileira no pós-guerra. Logo, a redução da participação do Estado no volume de crédito agrícola nos anos de 1990 é um processo que merece especial atenção. Com a grave crise fiscal do Estado brasileiro no começo da década de 1990, a reorganização da Política Agrícola precisou contemplar a criação de mecanismos, instrumentos e fundos privados para a condução de políticas de crédito agrícola.

Conforme Maia e Lima (2001, p. 835-837), a partir do fim da década de 1980, com a disseminação do discurso mundial de liberalização, com a abertura de mercado e com a redução do papel do Estado na economia, o Brasil buscou uma estratégia de integração à economia mundial. O intuito político era, portanto, incorporar o mercado externo como um elemento de destaque na trajetória do crescimento econômico brasileiro. Nesse contexto, as exportações de produtos do agronegócio demonstraram-se como uma das principais variáveis para a inserção internacional da economia brasileira.

Com relação à reorganização da Política Agrícola, o início de um novo planejamento aconteceu em 1991, quando o Presidente Fernando Collor sancionou as denominadas leis agrícolas que estabeleciam as diretrizes básicas e pautavam a ação do governo no setor. Ainda, por meio delas foi estabelecido o Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA). Em

seguida, no âmbito do Ministério da Agricultura, foi criada a Secretaria Nacional de Política Agrícola (SNPA), sendo transferida para ele, também, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). O objetivo central das leis agrícolas era a criação de mecanismos que possibilitassem que a agricultura brasileira alcançasse seu potencial. Para isso, dois principais desafios necessitavam ser vencidos (MAIA; LIMA, 2001, p. 835-837).

O primeiro desafio tinha como escopo o combate ao processo inflacionário brasileiro por meio da criação de um ambiente de estabilidade econômica que permitisse o planejamento das atividades de médio e de longo prazo que favorecessem o desenvolvimento do setor. O segundo desafio possuía como objetivo o crescimento da economia como um todo para o desenvolvimento da agricultura, pois somente o crescimento econômico elevaria a demanda por produtos agrícolas (MAIA; LIMA, 2001, p. 835-837).

Nesse sentido, é importante ressaltar que, no final dos anos 1980 e começo dos anos 1990, o Estado não conseguia prover um ambiente de confiança para a expansão econômica. Os autores Ribeiro e Medeiros Junior (2005, p. 81-83) ratificam essa posição e destacam o fracasso das constantes medidas de política econômica implementadas via programas de estabilização para deter o processo inflacionário e para o manter sob controle. Os Planos Collor I e II (respectivamente, de março de 1990 e de janeiro de 1991) são marcados por inconsistências macroeconômicas. Para os autores, tais planos e medidas foram os principais responsáveis pelo prolongado período de crise econômica no início dos anos 1990.

Para Messenberg (1996, p. 25), o combate à inflação, por meio da administração das taxas de juros de curto prazo, coordenou a formação das expectativas de mercado em relação à trajetória corrente do nível de preços de forma a torná-la consistente com as metas de inflação. Conforme Cintra (2005, p. 42), o crescimento econômico de longo prazo com inflação baixa tem sido a regra nos países emergentes. Há, aproximadamente, 25 anos, China, Índia, Cingapura e Coréia registram expansão anual média do PIB entre 6 e 9%, com inflação na faixa entre 1,5 e 8% ao ano. Dessa forma, a manutenção da inflação sob controle no Brasil era condição fundamental para o crescimento sustentado que elevaria a demanda por produtos agrícolas.

A posição de Fraga e Goldfajn (2002, p. 21) é de que “a estabilidade de preços pode gerar maiores taxas de crescimento do produto ao reduzir incertezas e distorções”. Nesse sentido, concluem os autores: “deve-se ter claro que não existe a opção de um maior crescimento sustentável com mais inflação”. Ou seja, se os preços são previsíveis, os agentes econômicos sentem-se mais seguros para tomarem decisões de consumo ou de investimento. Assim, a manutenção de níveis baixos de inflação é altamente desejável para que se obtenha

um ambiente macroeconômico favorável ao desenvolvimento, corroborando com a visão da utilização de mecanismos da política monetária visando estabilizar a inflação,

Conforme Goldin e Rezende (1993, p. 13-15), a economia brasileira passou a década de 1980 e entrou na década de 1990 enfrentando vários desequilíbrios estruturais, buscando a previsibilidade nos níveis de preços e a criação de um ambiente mais seguro para que os agentes econômicos tomassem suas decisões de consumo e de investimento. A resposta para enfrentar os desequilíbrios surge em maio de 1993, quando o presidente Itamar Franco nomeou Fernando Henrique Cardoso (FHC) para o Ministério da Fazenda. Naquele mês, a inflação de preços acumulada em 12 meses já estava em 1.348%. Os impactos em torno da geração de confiança para os agentes econômicos foram imediatos, pois, por usufruir de grande prestígio e por ter reconhecida capacidade intelectual, a indicação de FHC foi recebida com entusiasmo. Junto a um grupo de economistas da PUC do Rio de Janeiro, entre eles, Gustavo Franco, Pedro Malan, André Lara Resende, Persio Arida, Edmar Bacha e Winston Fritsch, estabilizou-se a inflação.

A fundamentação do Plano Real era técnica, porém de fácil compreensão, nos seguintes termos:

> O objetivo da reforma monetária era lançar uma moeda cujo valor fosse, senão atrelado, pelo menos, muito próximo ao dólar. Na prática, o objetivo era fazer uma dolarização da economia, mas sem que houvesse uma dolarização de fato. O Plano Real dependia de cinco fatores essenciais: 1) Zerar o déficit público (justamente o fator que gerava a emissão de dinheiro), sendo que, para tanto, haveria um aumento de cinco pontos percentuais em todos os impostos federais e privatizações de estatais, principalmente dos bancos estaduais; 2) Desindexar a economia, isto é, acabar com as correções automáticas de preços e salários, os quais eram reajustados automaticamente de acordo com a inflação passada (prática essa determinada por lei); 3) Reindexar a economia de acordo com a taxa de câmbio, ou seja, fazer com que preços e salários variassem de acordo com o dólar (na prática, o dólar se tornava o novo indexador); 4) Abrir a economia por meio da redução das tarifas de importação; 5) Aumentar acentuadamente as reservas internacionais, em outras palavras, o governo deveria comprar dólares continuamente, acumulando-os até o momento da introdução da nova moeda (ROQUE, 2012).

A lógica centrava-se na premissa de que "[...] quanto mais dólares o governo tivesse em suas reservas, maior seria a confiança dos investidores internacionais na seriedade e na robustez do plano, bem como menores seriam as chances de um ataque especulativo e de uma fuga de capitais". Foi a adoção dessas cinco medidas que resultou no nascimento do Real com valor similar ao do dólar americano (ROQUE, 2012).

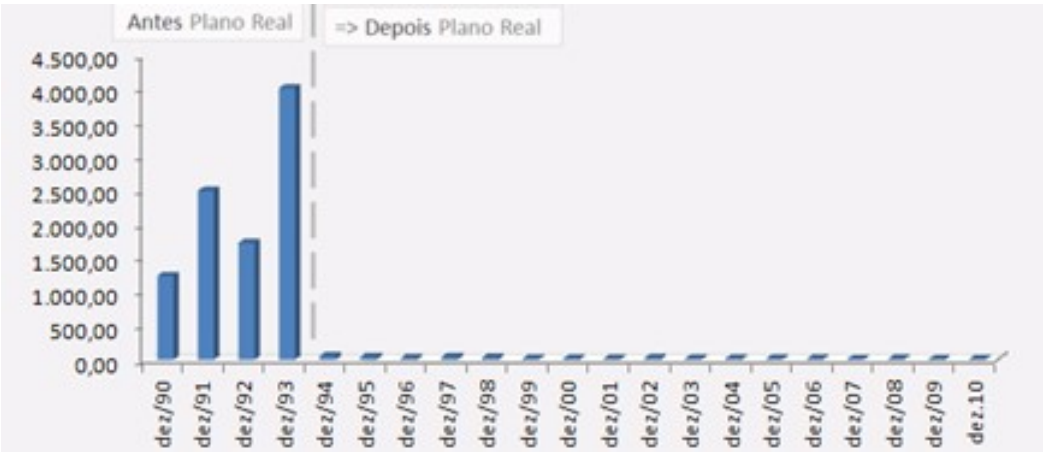
Dessa maneira, pode-se afirmar que as reservas em dólares foram o pilar de sustentação do Plano Real. Tal posição encontra respaldo no estudo de Pereira (1994), o qual

explica que o segredo do Plano Real foi a qualidade da moeda. A qualidade da moeda "[...] é determinada pelos ativos que a lastreiam ou pelos ativos pelos quais ela pode ser trocada sob demanda e sem restrição" (PEREIRA, 2014). Segundo o autor, no caso do Real, a fundamentação centrava-se nos volumes das reservas internacionais de moeda americana. Ao final de julho de 1994, a quantidade de reais em circulação no mercado em conta correntes era de R$ 10,69 bilhões. Por outro lado, a quantidade de reservas internacionais era de US$ 43,09 bilhões. Nesse contexto, "mesmo se todos os reais em circulação na economia brasileira fossem convertidos em dólares, ainda sobrariam dólares". Logo, a as reservas do Plano Real garantiam a confiança dos investidores (ROQUE, 2012).

A transição do Cruzeiro Real para o Real, no dia 1º de julho de 1994, ocorreu de forma planejada e, portanto, foi bem recebida pelo mercado, tendo sucesso no controle da inflação. Dessa maneira, "o objetivo foi alcançado e a inflação de preços, que havia sido de 47,43% em junho de 1994, passou para 6,84% em julho, 1,86% em agosto, 1,53% em setembro, 2,62% em outubro, 2,81% em novembro e 1,71% em dezembro do mesmo ano" (ROQUE, 2012).

De acordo com os dados visualizados da Figura 2, consegue-se observar taxas de juros em patamares destacados entre 1990 e 1993. Antes da adoção do Plano Real em 1994, a taxa de juros acumulada no mês e anualizada referente ao mês de dezembro de 1993 atingiu incríveis 4.010%. A média das taxas entre dezembro de 1990 até dezembro de 1993 ficou em 2.366%.

Figura 2: Taxa de juros (% acumulado e anualizado para dezembro) entre 1990 e 2010



Fonte: BACEN (2011).

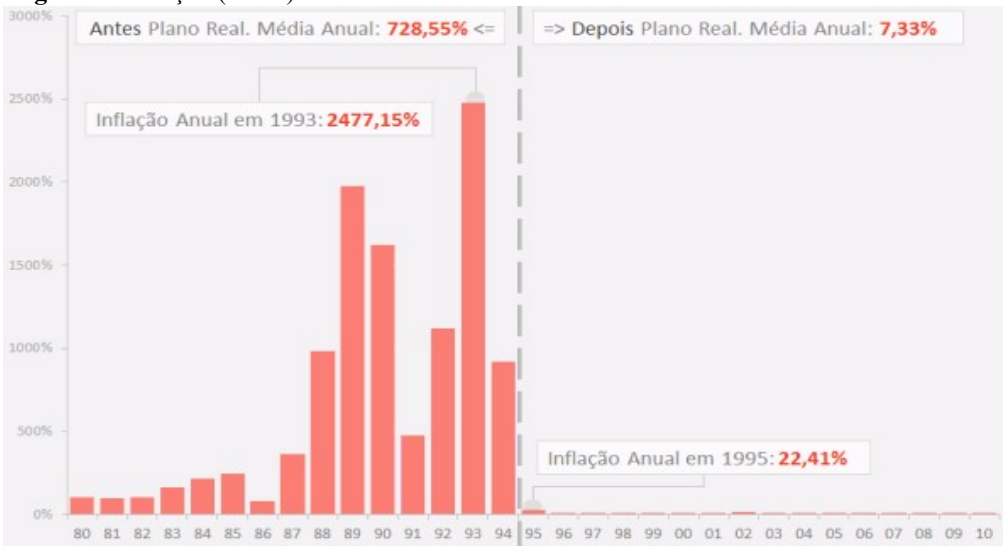
Após a adoção do Plano Real, conforme a figura acima, a média da taxa de juros entre dezembro de 1994 e dezembro de 2010 foi de 22,16%. Pode-se observar uma expressiva

redução da taxa de juros após o ano de 1993, caindo de 1238,36% (dez. 1990) para 16,91% (dez. 2003).

A Figura 3, em seguida, retrata a inflação acumulada anualmente entre 1980 e 2010. No período anterior ao Plano Real, a média anual de inflação indicada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficava em 728,55%. Com a estabilização da moeda, a inflação mensal caiu rapidamente. Após a adoção do Plano, a média anual até 2010 ficou em 7,33%. A inflação anual medida pelo IPCA em 1993 registrou 2477,15%, enquanto, após a adoção do plano em 1995, a inflação registrada ficou em 22,41%.

Pela análise dos dados nas Figuras de juro (n.º 2) e de inflação (n.º 3), pode-se verificar que o sucesso do Plano Real em conter a inflação e reduzir os juros foi imediato. Em 1993, o IPCA havia registrado alta de 2.477,15%. Já, em 1995, o IPCA apresentou um valor de 22,41%. A desarticulação da coalizão inflacionária foi patrocinada pelo Estado por meio de importantes ações, como a liberalização comercial, a qual colocou as empresas nacionais e seus produtos em competição com os importados, o que acabou por impedir o repasse e a elevação dos preços (RIZEK, 1998, p. 33-34; DIEESE, 2001). O resultado positivo do Plano Real tem influenciado a política econômica brasileira desde então.

Figura 3: Inflação (IPCA) acumulada com base anual entre 1980 e 2010



Fonte: BACEN (2011).

Dessa maneira, o Plano Real pode exemplificar o protagonismo do Estado na estabilização do cenário econômico. Para atingir o desejado objetivo da estabilidade, era necessário reformar a Constituição de 1988, isto é, extirpar a herança do velho modelo nela presente. Cardoso (1994, p. 9187) destaca, sobretudo, a manutenção na agenda política das

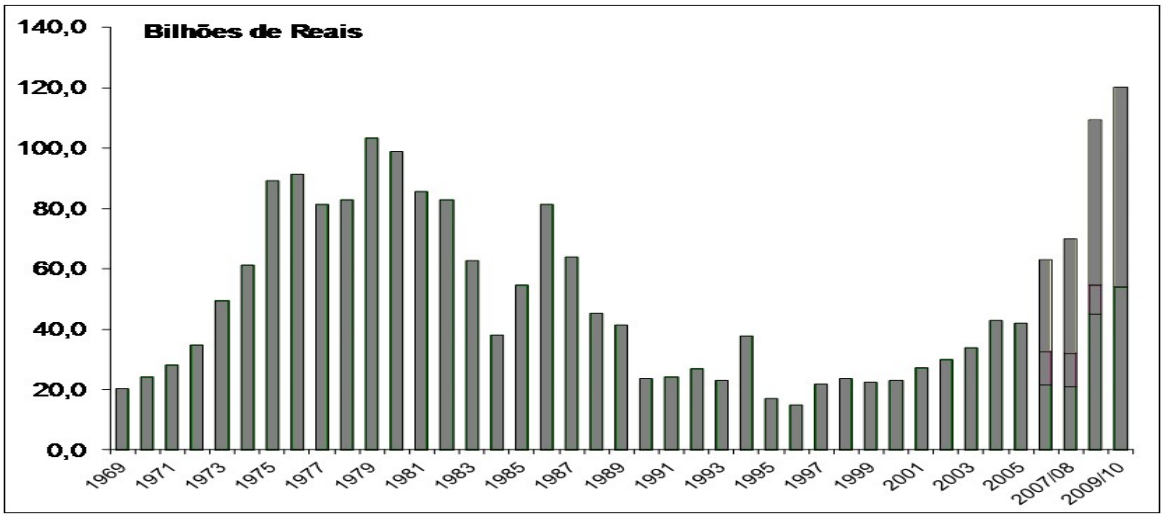
reformas fundamentais para um novo modelo de desenvolvimento. Na proposta, a reforma tributária não teria como objetivo elevar a carga nominal de impostos. Sua função principal estaria na facilidade de arrecadação de impostos, taxas e contribuições na eficiência da economia e na equidade social. O Plano Real também defendeu o aumento da liberdade do Executivo Federal em relação ao orçamento. O objetivo estava em alterar o engessamento dos gastos vinculados às receitas. A isonomia jurídica entre capital estrangeiro e capital nacional atrairia o investimento estrangeiro, assim como a flexibilização dos monopólios estatais permitiria o investimento privado e a modernização do país.

O Estado buscou basear sua atuação na estabilidade macroeconômica, na abertura da economia (comercial, financeira e serviços) e numa nova relação Estado-mercado. Nessa relação, o eixo dinâmico é dado pelo mercado, cabendo ao Estado desenvolver mecanismos de regulação. Para a constituição de uma infraestrutura econômica e social, a parceria com a iniciativa privada na economia foi dada por meio da privatização. Assim, abriu-se espaço para que o Estado investisse naquilo que era essencial: em saúde, em educação, em cultura e em segurança (CARDOSO, 1994, p. 9190). Há o reconhecimento de que a estabilidade está conectada à realização de reformas mais amplas.

Nesse contexto, as aplicações de uma série de reformas e de medidas liberalizantes afetaram a Política Agrícola. Entre elas, ganharam destaque o rebaixamento das tarifas alfandegárias (para insumos e produtos agrícolas), a eliminação de todas as restrições quantitativas às exportações e às importações, o estabelecimento de legislação contra a concorrência desleal de produtos importados, (ou seja, de produtos subsidiados na origem), a redução da carga tributária sobre a agricultura e a modernização da legislação dos serviços de armazenagem de classificação para tornar possível a negociação nos mercados financeiros de títulos lastreados em produtos.

Todavia, destaca-se que, pela sucessão de fatos estudados, as reformas em torno do crédito agrícola oficial apresentaram-se de maneira mais sensível à produção agrícola. Foi durante a década de 1990 que o volume de crédito agrícola brasileiro atingiu o menor nível no período retratado. A Figura 4 ilustra o volume de crédito agrícola brasileiro entre 1969 e 2010.

Figura 4: Volume de crédito agrícola brasileiro entre 1969 e 2010



Fonte: MAPA (2016).

Logo, era clara a dificuldade de capitalização do setor. Ainda, com base na figura acima, evidencia-se uma ruptura com o modelo de crédito anterior, no qual os volumes observados nos anos de 1970 e 1980 eram superiores a 60 bilhões de reais, atingindo, inclusive, a casa de 100 bilhões. Já, durante a década de 1990, os volumes verificados só ultrapassaram a casa de 30 bilhões em 1994. Durante os demais anos da década de 1990, o volume médio de crédito agrícola girou em torno de 20 bilhões de reais. Ou seja, houve uma redução média no volume do crédito agrícola superior a 65% entre os dois períodos. Assim, ressalta-se que a crise fiscal do Estado atingiu a agricultura de diversas formas, porém, as reduções dos gastos do governo no setor, esterilizaram as fontes de financiamento do setor agrícola que, como observado, dependiam do setor público.

Conforme apurado, pode-se notar que o período de 1990 até 1994 refere-se às mudanças na natureza da ação do governo sobre a agricultura. Durante o período discutido, evidencia-se um elevado nível de atuação do governo para a formulação de uma nova política agrícola, a qual normatizaria, inclusive, as suas próprias atribuições. No referido período, houve o início da execução de reformas estruturais e de medidas emergenciais (as quais ocorreram conjuntamente com outras ações de caráter regulatório) que contribuíram para a retomada da produção agrícola brasileira. Como marco e dentro de um diálogo com a nova ordem comercial mundial, coube ao governo desempenhar um papel de protagonista no apoio ao setor de exportação, pois muitos países subsidiavam a produção agrícola gerando efeitos mais permanentes de desestímulo à produção agrícola.

O protecionismo e os subsídios praticados pelos países ricos para a manutenção da atividade agrícola culminaram na acumulação de estoques excedentes com pesados subsídios destinados à exportação, o que provocou a desorganização do comércio mundial de produtos agrícolas e a prática de níveis de preços incompatíveis com os custos de produção sem subsídios. Esse problema derivou da falta de um acordo sobre a questão dos subsídios na Rodada Uruguai[22]. Assim, o problema foi prolongado e criou uma situação aflitiva para os países exportadores que não subsidiavam seus produtos e que detinham no comércio mundial uma parcela significativa de seu mercado, como o Brasil. No contexto da abertura econômica, o setor agrícola estava cada vez mais exposto a esses sinais (BRUNO; AZEVEDO; MASSUQUETTI, 2012, p. 758-759).

Isso colaborou para o agravamento dos problemas sociais em decorrência do empobrecimento e do afastamento do homem do campo, bem como para o aumento da perda dos valores dos ativos agrícolas e, também, para o endividamento, o sucateamento tecnológico e o decréscimo de competitividade do setor agrícola. A perda de divisas na exportação brasileira dos produtos agrícolas e de seus derivados tem como sua principal causa a elevada tributação que incide sobre os produtos agrícolas exportados e o uso cada vez mais intensivo, no mercado mundial, de práticas comerciais desleais, adotadas pelos países desenvolvidos para preservar o mercado interno de trabalho, o que gera, assim, excedentes de produção agrícola em relação a sua demanda, a qual está mais limitada pela capacidade física de consumir do que pela renda (CASTRO; ROSSO JUNIOR, 2000, p. 7-13).

Esse contexto acirrou a concorrência por novos mercados, deteriorando os níveis dos preços agrícolas no mercado mundial dos principais produtos (soja, trigo, milho, algodão, arroz, cevada e seus derivados). Os preços de venda no mercado internacional estavam artificialmente inferiores aos próprios custos de produção dos países desenvolvidos. Nessa perspectiva, quando os países desenvolvidos não eram autossuficientes, adotavam outras formas de reduzirem a receita das exportações dos países produtores, como, por exemplo, por meio da taxação na entrada – a qual acontecia com as exportações brasileiras de suco de laranja, fumo, açúcar, carnes e outros (CASTRO; ROSSO JUNIOR, 2000, p. 14-17).

Dentro de um processo de excedente de produção agrícola no mercado mundial, os países que mais tendem a perder mercado são os que não possuem condições orçamentárias

[22] A Rodada do Uruguai (setembro de 1986 - abril de 1994) é definida como o maior acordo comercial da história em função de estabelecer um marco institucional e jurídico para as reformas de longo prazo sobre o comércio agrícola global. Nela, como uma de suas principais metas, foi apresentada a redução dos subsídios agrícolas, o que culminou com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) e com a incorporação do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) em sua estrutura (LAMPREIA, 1995, p. 249).

para sustentar subsídios às exportações, como era (e continua sendo) o caso do Brasil, cuja situação ainda se agravou com o descaso governamental de não preservar o seu mercado interno contra as práticas desleais adotadas nas exportações subvencionadas pelos países desenvolvidos. Esse cenário de mercado, com preços distorcidos por subsídios, expôs o produtor agrícola brasileiro a uma condição vulnerável, pois ele deixou de concorrer com o produtor dos países de primeiro mundo e passou a rivalizar com o Tesouro Nacional desses países, com o qual, sabidamente, não tinha a mínima condição de se sustentar numa concorrência (KESSEL,1998, p. 265).

Nesse sentido, ainda com relação ao mercado internacional, no período de 1980 a 1993, as exportações agrícolas, em valor corrente, cresceram a uma taxa média anual de 0,5%, enquanto as exportações globais cresceram a uma taxa de 4,8%.[23] Tais fatos também são observados nos dados do Boletim do Banco Central (BACEN, 2011), o qual retrata o valor das exportações brasileiras de produtos agropecuários e derivados. De acordo com o referido boletim, os valores exportados encontraram-se praticamente estáveis desde 1980, participando com, aproximadamente, 1,3% do valor do comércio mundial. Ainda, utilizando-se do índice de junho de cada ano e com base no valor do dólar para junho/93, houve decréscimo no valor nas exportações agrícolas a uma taxa média anual de -3,2% no período de 1980-1993, enquanto o total das exportações brasileiras cresceu a uma taxa de 0,7% ao ano. Esse critério de atualização monetária do dólar demonstra que, no comércio externo, os resultados econômicos não estavam sendo favoráveis (CASTRO; ROSSO JUNIOR, 2000, p. 18).

O Brasil estava perdendo espaço no mercado agrícola internacional, deixando, com isso, de gerar renda num segmento da economia que tem vantagem comparativa, devido à abundância de recursos naturais, terra e mão de obra. Inclusive, corrobora para tal evidência o fato de que os próprios complexos agropecuários brasileiros exportaram, em termos reais, em média, US$ 9,0 bilhões nos quatro primeiros anos da década de 1990, representando, assim, menor valor do que a média de US$ 13,5 bilhões de exportação nos cinco primeiros anos da década de 1980, o que indica que a renda do setor agrícola e a renda dos demais setores a ela relacionada estavam sendo prejudicadas. O crescimento das exportações brasileiras não estava acompanhando o crescimento da população, o que representou decréscimo no valor das exportações por habitante (KESSEL,1998, p. 266).

Nesse sentido, os principais instrumentos de política agrícola começaram a ser ajustados ao novo modelo. Entre eles, destacaram-se as soluções mais permanentes para o

[23]Apesar do volume global de recursos exportados permanecer estável, as diversas atividades agrícolas e os respectivos valores agregados pelos setores de serviço e o agroindustrial tiveram um desempenho diferenciado.

enfrentamento da crise estrutural da agricultura, como a regulamentação da aplicação do imposto compensatório que conduziu o processo de abertura da economia (conforme dispunha o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT)), tendo por objetivo proteger o setor contra a prática de concorrência desleal e predatória. Outra medida de caráter estrutural foi o reexame das alíquotas do imposto de importação sobre máquinas, implementos e insumos agrícolas, que tinha como escopo a sua redução e a sua compatibilização com as alíquotas incidentes sobre os produtos agrícolas. Essa era uma medida que estava há muito tempo sendo reivindicada, pois retirava uma parcela importante da taxação efetiva sobre o setor. Ainda, o encaminhamento de uma proposta de redução da carga tributária sobre os complexos agropecuários era pré-condição para a recuperação do setor (VIEIRA, 2003, p. 41).

É com base nessa discussão que foi elaborado o plano governamental para a safra de 93/94. Seu principal objetivo foi elevar a produtividade agrícola em função das crescentes necessidades do mercado nacional e do mercado internacional. Esse plano safra recebeu o maior volume de recursos do crédito agrícola oficial durante a década de 1990, atingindo, aproximadamente, 40 bilhões de reais. Esses recursos foram mobilizados por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e emprestados à taxa de juros de 6% ao ano para mini produtores, 9% ao ano para os pequenos produtores e de 12,5% para os grandes produtores. O governo anunciou ainda medidas efetivas para a execução rigorosa da Política Geral de Preços Mínimos, como a modificação, aprovada pelo Congresso Nacional, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que possibilitou a emissão de Títulos Federais para a sustentação da PGPM. Ainda, além das linhas oficiais, foram criadas alternativas de financiamento para o setor agrícola. O governo, dessa forma, estimulou lançamentos de títulos representativos da produção agrícola para serem comercializados em Bolsas de Mercadorias e Futuros, o que viabilizou outros títulos setoriais (BACEN, 2003).

É importante destacar que os estímulos para o aumento de eficiência e da produtividade ocorreram tanto nas lavouras, como na indústria ligada à agricultura. Os preços dos fertilizantes caíram 40% entre 1989 e 1993. O investimento em capital também voltou a destacar-se. Depois de sete anos sem fazer novos investimentos em suas lavouras, os agricultores retornaram a comprar máquinas, adubos e sementes para o plantio da nova safra. A Revista de Política Agrícola número 01 de 1996, apresenta informações importantes sobre o investimento em capital no período. Segundo as informações apresentadas, em outubro de 1993, as vendas de tratores aumentaram em 73% e as de colheitadeiras em 37%. A produção de sementes das principais culturas para a safra atingiu 1,65 milhão de toneladas, uma produção 8,6% maior do que a anterior. Esse crescimento foi sustentado, principalmente, pela

produção de sementes de milho e de soja, as quais aumentaram 11,1% e 97,8%, respectivamente (ZANDONADI, 1996, p. 09).

Dessa forma, com os incentivos para a produção, a projeção do governo federal foi de retomada da expansão da produção agrícola com a safra estimada em 75 milhões de toneladas. Ainda, durante o planejamento da safra de 93/94, o investimento em infraestrutura era apresentado como o grande desafio para o Brasil. Assim, alinhado com a política de financiamento, o setor de infraestrutura também recebeu atenção especial do governo, com ações desenvolvidas para os setores de transporte e armazenamento. O objetivo era facilitar o escoamento da safra, inclusive rumo ao mercado internacional, reduzindo o custo e as perdas no sistema de comercialização (ZANDONADI, 1996, p. 09).

Assume-se, então, que caso as perspectivas fossem confirmadas e os posicionamentos otimistas em relação às safras agrícolas fossem alcançados, só restaria indagar se essa prosperidade seria capaz de induzir a recuperação da renda no setor. Nesse sentido, a resposta a essa questão dependeu do sucesso do conjunto de medidas de caráter estrutural, bem como da disponibilidade de recursos para a comercialização das safras e, sobretudo, de uma evolução mais favorável das variáveis macroeconômicas.

Logo, é possível afirmar que, no período, sob o ponto de vista macroeconômico, o setor agrícola recebeu do governo a adoção de medidas que conduziram à estabilização econômica. Dessa forma, era perceptível a busca da redução de riscos na atividade agrícola e a construção de um ambiente favorável ao crescimento da economia, os quais acabaram determinando um aumento da demanda por produtos do setor agrícola e a formatação de um modelo de comercialização almejando o acesso ao mercado internacional.

Assim, os planos de estabilização econômica, as reformas fiscais e a redução das políticas protecionistas mundiais atuaram de forma auspiciosa no campo legal e institucional da agricultura brasileira no decorrer da década de 1990. Nesse período, começou a ser concebida e implantada uma nova política agrícola com o objetivo de praticar um novo padrão de crescimento no setor. Esse enfoque inédito assumiu importância maior no cenário da agricultura brasileira no momento em que mecanismos oficiais de subsídios ao setor estavam exauridos. A ação do Estado voltou-se, então, para o estabelecimento de um entorno macroeconômico e jurídico propício às atividades agrícolas e ao fornecimento de serviços cujas externalidades eram elevadas, como obras de infraestrutura física e oferta tecnológica. Logo, esse padrão estava baseado, fundamentalmente, em estímulos de mercado e menos em ações diretas de governo.

A política agrícola zelou para que o setor não fosse tratado discriminatoriamente pela política macroeconômica, defendendo os princípios de mercado e apoiando o setor em negociações e na abertura de mercados externos. A expectativa, no começo dos anos 1990, era de que a modernização da comercialização agrícola, em conjunto com as necessárias reformas estruturais, garantiria à agricultura brasileira uma transição com o mínimo de trauma, de uma economia fechada para uma maior inserção no mercado mundial. Convém informar que, nos próximos capítulos, essas questões serão revisitadas. Ainda, é possível apontar também que o retorno do Brasil ao sistema financeiro internacional viabilizou novas fontes de investimentos produtivos para a agricultura e a agroindústria. A partir de então, os objetivos da política governamental estavam direcionados para a consolidação do crescimento da agricultura, para o aumento da produtividade e para uma maior liberdade de mercado.

Ante o exposto, nesta seção, apurou-se as mudanças que ocorreram na condução da agricultura brasileira. O Estado passou o seu papel de agente encarregado de ditar a dinâmica de crescimento para o setor privado e o livre mercado. Ele, portanto, deixou de exercer uma função de protagonista no setor agrícola para desempenhar função de regulador. Nesse contexto, é possível refletir que estava formatada e normatizada as bases da nova conjuntura econômica que desenvolveu o potencial da agricultura brasileira e a conduziu rumo a sua internacionalização.

2.3 A normatização das leis agrícolas e a formatação da conjuntura de mercado para o setor agrícola

As normatizações solidificaram a nova conjuntura econômica. Como explicado neste capítulo, a história do desenvolvimento do complexo de soja brasileiro desenrolou-se dentro de uma longa tradição de intervenção governamental até os anos de 1990. Com o processo de globalização, iniciou-se um período de expansão comercial, o qual resultou em alterações profundas nas estruturas econômica e política. Como resposta a ele, verificou-se, no ano de 1991, o início de um novo planejamento para o setor agrícola brasileiro. O marco inicial desse planejamento ocorreu no governo de Fernando Collor, o qual sancionou as denominadas leis agrícolas, com destaque para a Lei n.º 8.171, de 11 de janeiro de 1991, que decorreu do artigo 187 da Constituição Federal de 1988 e do artigo 50 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), a qual institui, especificamente, a Política Agrícola nacional brasileira. A partir de então, editou-se um conjunto de leis que normatizaram as diretrizes fundamentais para a ação dos entes políticos no setor, as quais foram responsáveis por fundar e

regulamentar o Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA), a Secretaria Nacional de Política Agrícola (SNPA), entre outros órgãos executivos e deliberativos (CONAB, 2015).

Desde 1992, as Revistas de Política Agrícola (RPA) possuem a seção "Legislação Agrícola". Essa publicação é historicamente relevante, pois marca um período de preocupação com a compreensão da normatização existente e em insurgência sobre a matéria. As normatizações caracterizam-se como fontes históricas repletas de dados valiosos para a produção de análises quantitativas e qualitativas que permitem reconstruções e conclusões amplas sobre o contexto histórico em que foram produzidas. Nesse sentido, em sua obra, Vilar[24] (2006, p. 23) observa que o princípio de funcionamento de uma sociedade não é o Direito, mas o fato. O autor defende que se faz necessário compreender o fato socioeconômico fundamental que o Direito consagra e organiza. Assim, entende que é adequada a abordagem de fatores econômicos nas pesquisas da História, como, por exemplo, os princípios de determinado sistema econômico em certo momento, uma vez que são fatos que se encontram fora do campo do Direito, mas cuja inteligência é indispensável para que as normas sejam interpretadas contextualmente.

Nessa linha, Machado (2012, p. 89-90; 92) afirma que a normatização representa a solidificação das relações sociais, uma vez que elas possibilitam a compreensão da sociedade civil e da sociedade política. Para a autora, as leis constitucionais e infraconstitucionais são elementos que devem ser utilizados como fontes de estudo, pois permitem problematizar e investigar as ações do Poder Executivo na processualidade do tempo histórico. Por meio da análise normativa, torna-se possível, portanto, identificar o poder das leis sobre as forças econômicas, uma vez que elas têm o condão de reorganizar o aparelho da produção econômica e de criar condições de desenvolvimento de uma nova estrutura.

[24] Assim, Vilar também justifica que as inserções de observações do direito são de fundamental importância à interpretação histórica de uma sociedade, uma vez que "ele nomeia, qualifica e hierarquiza todo divórcio do indivíduo e o princípio fundamental dessa sociedade". (VILAR, 2006, p.22). O autor também demonstra que "referindo-se implicitamente às suas origens liberais, o argumento econômico "puro" frequentemente esquece os fundamentos jurídicos da sociedade civil capitalista. Tais fundamentos só valem se garantidos pela autoridade do Estado. Logo, justifica o autor que o direito fiscal e o direito social entrarão, necessariamente, em toda "análise de caso" no seio do capitalismo. Dessa forma, é possível destacar a tarefa do historiador: "o direito, signo dos modelos de funcionamento das sociedades, é signo também das etapas das civilizações" (VILAR; 2006, p. 23-27; 38).

Nesse sentido, Grinberg (2009, p. 133) afirma que:

> Um dos pontos de partida é justamente conhecer a legislação em vigor no período, que nem sempre está separada em diferentes corpos legislativos [...], inclusive, não basta conhecer a lei, é preciso agir como faziam os contemporâneos: ler revistas de jurisprudência, sentenças divulgadas nos jornais, suas repercussões na sociedade, compilações de casos para saber como eram interpretados e julgados processos semelhantes.

Conforme explica Thompson (1998, p. 115), o Direito e a Economia se imbricam: "ao se promover a questão do 'desenvolvimento' a uma razão legal, tornou-se possível efetuar o casamento entre os termos da linguagem jurídica e os imperativos da economia de mercado capitalista" (THOMPSON, 1998, p. 115). Essa relação entre a norma (enquanto razão legal) e a economia de mercado são evidentes na questão agrícola brasileira dos anos 1990, a qual foi detalhada pelas publicações periódicas da Revista de Política Agrícola.

Nesse contexto, a seção de legislação da Revista de Política Agrícola apresenta informações importantes para que se compreenda a transição conjuntural do setor agrícola (Estado para mercado). Embora a abordagem da legislação agrícola se constitui em elemento comum de todas as publicações, os anos de 1991 e 1992 possuem relevância destacada em razão das numerosas alterações na normatização da matéria que ocorreram nesse período, as quais foram impulsionadas pelo processo de democratização e pela revalorização do setor (uma vez que se deixou de priorizar, somente, a industrialização do país). A normatização agrícola da década de 1990 e sua atenção pela Revista de Política Agrícola é um dos fatos históricos que fundamenta e comprova a transição de conjunturas econômicas da agricultura do país.

Com base na seção de legislação da Revista de Política Agrícola, elaborou-se a Tabela 01, a seguir, a qual apresenta as normatizações sobre a matéria destacadas pelas edições de 1991 e 1992. A elaboração dessa sistematização tem por escopo ilustrar o momento e a direção para onde estavam correndo as transformações da conjuntura econômica do setor agrícola à época.

Tabela 1: Levantamento das regulamentações para o setor agrícola entre 1991 e 1992 na Revista de Política Agrícola

Data e Edição	Registro	Resumo
Revista de Política Agrícola Ano I - nº 01	PORTARIA INTERMINISTERIAL n.º 657, DE 10/07/91	Estabelece as regras disciplinadoras da formação e liberação dos Estoques Públicos e da intervenção no mercado de produtos agropecuários.
Revista de Política Agrícola Ano I - nº 01	REGULAMENTAÇÃO DA TRIBUTAÇÃO COMPENSATÓRIA DECRETO N.º 174, DE 10/07/91	Regulamenta a tributação compensatória para a importação de produtos de origem agrícola, prevista no art. 2- da Lei n.º 8.174, de 30 de janeiro de 1991.
Revista de Política Agrícola Ano I - nº 01	PORTARIA N.º 444, DE 17 DE OUTUBRO DE 1991	Aplicam-se às investigações de direitos compensatórios e antidumping relativos a produtos agrícolas importados. "Concorrência desleal ou predatória".
Revista de Política Agrícola Ano I - nº 01	CIRCULAR N.° 2.053, DE 08 DE OUTUBRO DE 1991	Regulamenta o amparo do PROAGRO ao empreendimento agrícola não financiado.
Revista de Política Agrícola Ano I - nº 01	CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL VOTO N.º 176/91	Preços Mínimos: Unifica os preços mínimos de arroz de sequeiro, milho e soja, e o valor de financiamento do sorgo da safra de verão de 1991/92 nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.
Revista de Política Agrícola Ano I - nº 01	RESOLUÇÃO Nº 1.876, DE 10 DE OUTUBRO DE 1991	Dispõe sobre a formalização de financiamento de custeio e de comercialização agrícola em um único instrumento de crédito.
Revista de Política Agrícola Ano I - nº 01	DECRETO N.º 235, DE 23 DE OUTUBRO DE 1991	Regulamenta a aplicação do disposto no art. 49 da Lei n.º 8.174, de 30 de janeiro de 1991.
Revista de Política Agrícola Ano I - nº 01	PORTARIA INTERMINISTERIAL N.º 130, DE 04 DE OUTUBRO DE 1991	Fixaram e atualizaram os preços mínimos básicos e valores de financiamento para produtos agrícolas de diversas regiões e safras.
Revista de Política Agrícola Ano I - nº 01	RESOLUÇÃO Nº 1.872, DE 25 DE SETEMBRO DE 1991	Faculta a captação de recursos externos para repasses, no País, destinados ao financiamento de custeio e de comercialização agrícola.
Revista de Política Agrícola Ano I - nº 01	CIRCULAR Nº 2.067, DE 24 DE OUTUBRO DE 1991	Estabelece normas complementares à Resolução n.º 1.872, de 25.09.91, para o repasse de recursos externos a serem utilizados no custeio e na comercialização de produtos agrícolas destinados à exportação.
Revista de Política Agrícola Ano I - nº 01	CIRCULAR Nº 2.082, DE 07 DE NOVEMBRO DE 1991	Dispõe sobre a exigibilidade do crédito rural (MCR 6-2) e aplicações com recursos oriundos de Depósitos Especiais remunerados por parte das instituições integrantes dos complexos financeiros estaduais.
Revista de Política Agrícola Ano I - nº 01	LEI N° 8.344, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1991	Dá nova redação aos arts. 19, inciso VI e 23, inciso V da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e 19, inciso II, da Lei nº 4 8.029, de 12 de abril de 1990.
Revista de Política Agrícola - Ano I - nº 02	SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA.	Fixa os critérios para o cálculo do preço de Liberação de Estoque de Trigo, Milho e Soja.
Revista de Política Agrícola - Ano I - nº 02	PORTARIA Nº 35, DE 05 DE FEVEREIRO DE 1992	Regulamenta o EGF para Formação de Estoque Regulador (EGF Especial).
Revista de Política Agrícola - Ano I - nº 02	VOTO CMN Nº 81/92	Normas complementares às operações com EGF/COV (Empréstimo do Governo Federal com Opção de Venda), nas operações da Política de Garantia de Preços Mínimos
Revista de Política Agrícola - Ano I - nº 03	Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro Circular Nº 2.205 de 24 de julho de 1992	Regulamenta a constituição e o funcionamento de Fundos de Investimento em *Commodities*, de que trata a Resolução nº 1.912, de 11.03.92.

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas Revistas de Políticas Agrícolas (1992).

Conforme se observa a partir do levantamento das Revistas de Política Agrícola dos anos de 1991 a 1992, a legislação do período criou alternativas ao financiamento da atividade por meio do crédito público, o qual, desde a década de 1970, era a principal fonte de recursos do setor. Nos anos de 1991 e 1992, por meio das normas, por exemplo, regulamentou-se o Conselho Monetário Nacional, elaborou-se a Portaria Interministerial para a arrecadação e para a distribuição de recursos para o setor agrícola, institui-se novas Políticas de Preços Mínimos, previu-se a utilização de recursos compulsórios retidos pelo Banco Central para a concessão de empréstimos agrícolas, sendo que todos esses eventos representam marcos legislativos-históricos-econômicos que influenciaram a transição de conjunturas e impulsionaram o desenvolvimento do setor.

A normatização das leis agrícolas entre 1991 e 1992 forneceu, portanto, as condições de operacionalização de um uma nova dinâmica necessária para o fomento do setor, a qual cristalizou o pensamento político vigente no período em busca de uma nova conjuntura econômica fundamentada numa maior participação do mercado frente ao Estado.

Convém destacar que a normatização agrícola não se limitou ao início da década de 1990, uma vez que a legislação foi se adaptando às realidades sociais dinâmicas e aos anseios político-econômicos de cada período. Entre as principais normatizações posteriores a 1992, destaca-se a Lei Kandir (Lei Complementar n.º 87/96), a qual surgiu com o objetivo de desonerar a cobrança de ICMS (imposto estadual com repasse de percentual aos municípios) sobre as exportações de produtos primários, semielaborados e serviços. Em seu texto original, a lei estabeleceu a realização de compensação financeira mensal pela União aos Estados e aos Municípios que venham a ter suas arrecadações afetadas pelo comportamento negativo do ICMS (BRASIL, 1996).

Ao longo do tempo, a Lei Kandir sofreu alterações e, até os dias atuais, é foco de embates judiciais entre os governos federal, estadual e municipal, sendo o principal ponto de conflito o não repasse das compensações pela União aos Estados e Municípios. Apesar da referida polêmica, a Lei Kandir, de forma positiva, ajudou no crescimento das exportações de produtos primários no Brasil, principalmente da soja (FUSCALDI, 2005, p. 20). Dessa forma, o panorama da segunda metade da década de 1990 marcou o início da maior concentração nas vendas de soja em grão, em detrimento das exportações de farelo e óleo. Para Aguiar (2016, p. 21), a Lei Kandir também exonerou as contribuições fiscais para as exportações de produtos processados, o que as estimulou.

Diante do exposto, evidencia-se, por intermédio da investigação da normatização agrícola da década de 1990, com destaque para os anos de 1991, 1992 e 1996, que houve a

retração da participação estatal em ações de fomento à atividade, inclusive com a redução da arrecadação de ICMS (uma vez que se trata de setor cíclico e de considerável risco, o que justifica a exoneração do referido imposto apesar de haver consequências, além de positivas (como tornar o preço internacionalmente mais competitivo e fomentar as exportações), negativas (como é o caso da menor arrecadação de receita pelos Estados e Municípios)). A normatização e a sua implementação (por vezes, por meio de políticas públicas) acabaram, portanto, por organizar e por impulsionar a expansão da produção de soja dentro de uma orientação centrada nas dinâmicas dos mercados, como demonstra a história econômica agrícola a partir de 1995.

2.4 Os impactos da nova conjuntura agrícola e o ambiente externo a partir de 1995

De acordo com o cenário apurado nas seções anteriores, o período aproximado entre 1990 e 1994 marcou o momento em que a política econômica brasileira e, por consequência, a política agrícola, sofreram grandes transformações. Anteriormente ao período denominado como transição de conjunturas, conforme discutido nas seções anteriores, o Brasil apresentava-se como a síntese de uma economia com elevado grau de estatização e de controle burocrático. Entre as principais características da política econômica das fases antecedentes, pode-se destacar a regulamentação detalhada das relações econômicas, os preços administrados e o rígido controle estatal sobre o fluxo de capitais. Assim, os grandes desafios macroeconômicos do novo governo, a partir de 1995, foram os de consolidar a estabilidade econômica, de aumentar o ritmo de crescimento do produto e do emprego, bem como de manter a abertura comercial por meio do equilíbrio gradual das contas externas.

Do início da crise fiscal da década de 1980 até 1995, a estabilidade dos valores das vendas externas dos produtos agrícolas e derivados provocou decréscimo na sua participação em relação às exportações totais. Conforme os dados do MAPA (2016), a queda da produção de grãos no início dos anos 1990 acarretou a alteração do volume de exportações observado desde o final dos anos 1970. No início da década de 1980, as vendas externas dos produtos agrícolas e derivados representavam, em torno de, 40% do total das exportações e, em 1993, eram apenas 24% do global (com base na capacidade instalada da indústria nos mesmos patamares da década de 1980). Ou seja, houve uma queda de 16%. É importante verificar que, no início da década de 1970, o volume correspondia a, aproximadamente, 75% do total.

Dessa forma, até esse período as tentativas de integração da economia brasileira no comércio mundial ou mesmo em blocos regionais falharam em virtude da pressão direta dos

beneficiários do protecionismo aliados a grupos nacionalistas. Além disso, nessa época ignorava-se os princípios econômicos elementares de que para aumentar as exportações era necessário também o aumento das importações. O viés anti-importador do modelo em prática gerou a menor relação exportação/PIB entre as economias mais importantes do mundo no período, sendo o Brasil o único país cuja posição no *ranking* dos exportadores não refletia a posição no *ranking* das maiores economias (MAPA, 2016). Dessa forma, a temporalidade da presente seção discute os impactos da transição de conjunturas do período entre 1995 e 2002. Ainda, neste momento, busca-se estudar o ambiente comercial internacional e avaliar suas influências obre a produção agrícola ocorridas nesse período.

O ano de 1995 marcou o momento em que a nova administração havia estabelecido uma agenda de trabalho para a agricultura que incluía uma reformulação[25] dos instrumentos tradicionais de política agrícola como o Crédito Rural, o Seguro Agrícola, a Política de Garantia de Preços Mínimos e um amplo programa de renegociação da dívida rural. Essa reformulação ainda estava atrelada à criação de novos instrumentos, como o Prêmio de Escoamento da Produção e o Contrato de Opções, à elaboração de uma nova Lei de Armazenagem (a anterior datava de 1904) e de uma nova Lei de Classificação dos produtos vegetais. É importante destacar o aumento dos esforços que ocorreu para a reestruturação de grandes gargalos que dificultavam a inserção de produtos agropecuários brasileiros no mercado internacional, como eram os casos da estrutura de defesa agropecuária e dos programas de desenvolvimento tecnológico e de extensão rural (MAPA, 1998, p. 15).

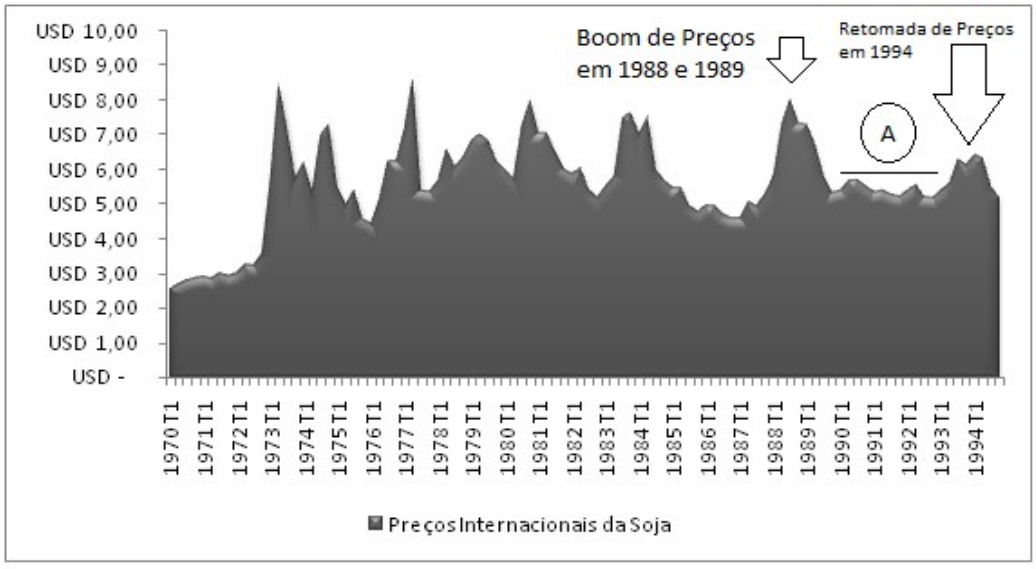
Apesar do evidente desgaste da tese do intervencionismo estatal, principalmente após o colapso das economias planificadas do leste europeu no final da década de 1980 e dos acordos de redução das Medidas de Apoio Interno (MAI) no âmbito da OMC (assinados em 1993), praticamente todos os países capitalistas importantes continuam a manter políticas

[25] Essa lógica segue a tradição econômica clássica de Adam Smith, a qual considera a intervenção do governo prejudicial ao desenvolvimento econômico. Segundo a teoria de Pareto, o governo nem sempre contribui para a estabilização, para a melhoria da alocação de recursos e para uma distribuição de renda mais justa. Dessa maneira, as intervenções provocam distorções e não apresentam um resultado considerado como ótimo. Entretanto, concessões são feitas aos bens públicos incluindo-se, entre eles, a educação, a defesa, a pesquisa, a legislação, a ordem pública e a administração da política macroeconômica. As ações do governo, contudo, devem ocorrer de acordo com regras bem definidas, as quais limitam o poder discricionário das autoridades fiscais e monetárias. Posição similar é a defendida em relação às políticas estratégicas do comércio internacional. Embora todas estas questões apresentem-se ainda objeto de intenso debate, a teoria econômica clássica demonstra que o livre comércio não deve ser restringido, porque se têm como consequência, perdas de bem-estar em escala mundial e nacional (MAPA, 1998, p. 18). Segundo Arrow e Debreu (1954, p. 267), sob algum conjunto de condições restritivas (mercados completos, informações perfeitas, ausência de retornos crescentes, entre outras), uma economia formada por agentes racionais, que interagem somente em função das informações transmitidas pelo sistema de preços, alcança um equilíbrio geral. Para Arrow e Hahn (1971, p. 42), segundo essa teoria, uma economia perfeitamente competitiva atinge um equilíbrio estável, ou seja, uma situação em que todos os ganhos de troca possíveis foram exauridos.

agrícolas que exigem elevados subsídios para a agricultura. Mesmo nos EUA, que têm a economia mais privatizada do mundo e onde o domínio do Estado sobre os meios de produção sempre foi considerado um contrassenso, os formuladores da política agrícola americana utilizaram pacotes de ajuda financeira direta ao setor (OMC, 2016). Com relação aos volumes, segundo as estatísticas do ano de 2000 da OCDE (2016), o valor desses subsídios (diretos e indiretos) para os principais países capitalistas chegava a mais de US$ 1 bilhão por dia.

Dessa forma, o crédito rural patrocinado pelo Estado permanecia sendo, mundialmente, um forte instrumento de estímulo e de apoio à atividade agrícola como fonte de capital e como um fator de equilíbrio na definição dos custos do financiamento. Contudo, no caso brasileiro, existiram períodos nos quais a produção agrícola elevou-se de maneira considerável, mesmo durante quando o crédito agrícola público era restrito. Assim, Maia e Lima (2001, p. 836-838) explicam que a ocorrência de safras recordes em 1987, 1988 e 1989 no Brasil, período durante o qual o crédito rural encontrava-se em patamares reduzidos, apontou que a agricultura brasileira estava relativamente imune à crise econômica da década de 1980. A Figura 5 demonstra que, entre 1987 e 1990, ocorreu um pico nos preços internacionais da soja.

Figura 5: Comportamento dos preços internacionais da soja entre 1970 e 1994

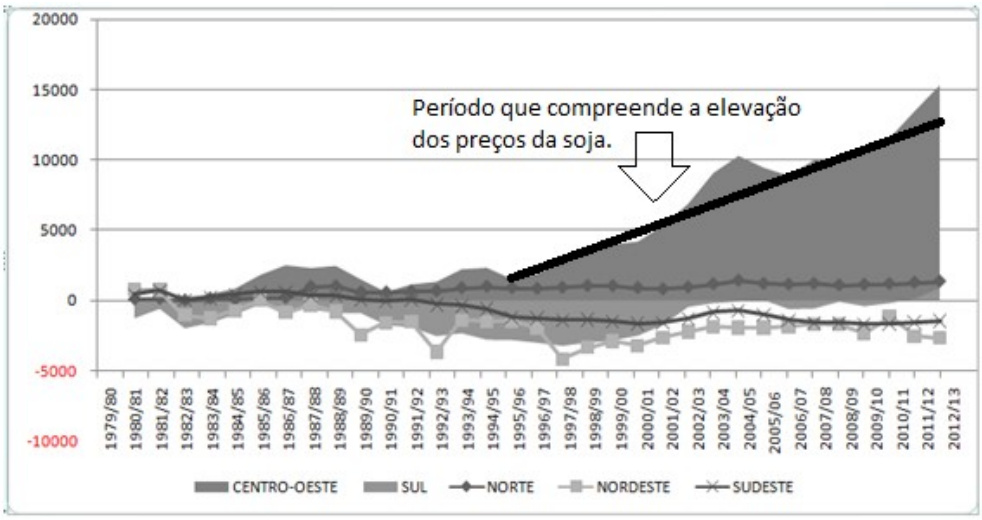


Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do IPEA (2015).

Coloca-se em evidência a importância do preço da soja em detrimento de um ambiente econômico instável e da baixa oferta de crédito público para o setor. Portanto, há forte relação dos preços agrícolas com a remuneração dos produtores e os seus investimentos, os quais

resultaram em expansão de áreas agrícolas e na elevação de produção. O ponto (A) destacado na Figura 5 refere-se ao período de recuo nos preços após o pico de preços ocorridos entre 1987 e 1990. O declínio de preços atinge as safras de 1990 até 1993. Logo, o declínio de preços internacionais da soja apresenta-se como um fator de relevância a ser considerado para a explicação do declínio das safras seguintes.

Figura 6: Ampliação da área cultivada por regiões



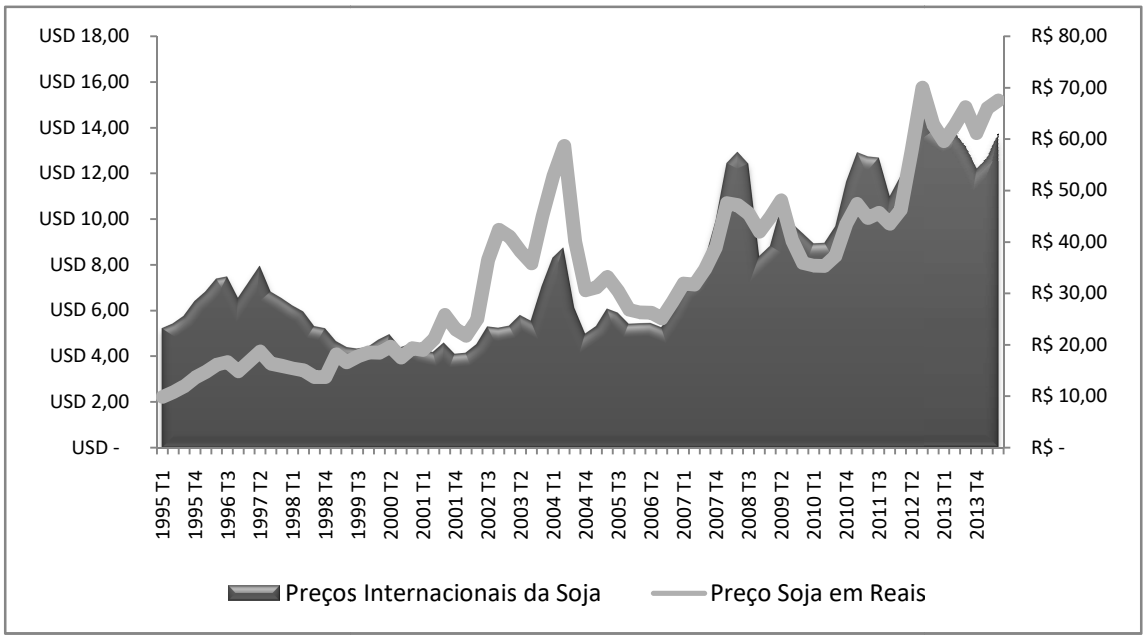
Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do IPEA (2015).

De acordo com dados do IPEA (2015), após o recorde de 71,48 milhões de toneladas colhidas em 88/89, houve uma brusca interrupção no crescimento, o que coincidiu com a redução dos preços internacionais da soja. A safra de 89/90 apresentou uma redução de 18,47% na produção total de grãos brasileira, resultando em um montante de 58,28 milhões de toneladas. A safra de 90/91 sofreu nova redução, de 0,65%, o que gerou uma produção total de 57,89 milhões de toneladas. Nesse sentido, a Figura 6 demonstra uma forte expansão da área cultivada no centro-oeste no período em que os preços da soja iniciaram sua trajetória de alta devido à consolidação da mais nova fronteira agrícola do cerrado na região do "médio-norte" do Mato Grosso.

Nesse contexto, destaca-se a importância dos preços recebidos pelo produtor como elemento determinante para a consolidação da produção agrícola brasileira. Ainda, de acordo com a nova conjuntura de abertura dos mercados, os preços internacionais passam a ser um importante componente na formação dos preços pagos ao produtor. Dessa forma, a Figura 7, a seguir, demonstra o comportamento dos preços da soja entre 1995 e 2013. É possível observar que os menores preços internacionais observados na série histórica de preços da soja

encontram-se exatamente no período compreendido entre o final de 1996 e de 2002 no qual aconteceram fortes subsídios na agricultura americana.

Figura 7: Evolução dos preços internacionais da soja em moeda nacional entre 1995 e 2014



Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do IPEA (2015).

Segundo Severo (2013, p. 84), entre a primeira crise do petróleo, no começo dos anos 1970, até o período entre 1996-2002, os preços internacionais para a soja (na Bolsa de Chicago) tinham apresentado somente seis incursões abaixo do preço de US$5,00 por *bushel*. A Figura 7 permite observar que, durante o período de subsídios americanos (1996-2002), os preços da soja trabalharam, persistentemente, abaixo desse nível de preços, chegando a registrar o preço mais baixo da história moderna da soja, no mês de julho de 1999 em US$4,02 por bushel. Na visão de Severo (2013, p. 85), esse foi um período turbulento para a agricultura brasileira que contribuiu para criar a mística de força e de raça dos produtores brasileiros.

Durante esse período de preços deprimidos, reduziu-se o plantio de produtos agrícolas em muitos países do mundo. No Brasil, de acordo com a tabela de produção da década de 1990 e 2000 (CONAB, 2015), é possível observar que, entre a safra de 94/95 e a safra de 00/01, a área cultivada no Brasil apresentou uma redução de 1,79%, saindo de 38,53 milhões de hectares cultivados na safra de 94/95 para 37,84 milhões de hectares na safra de 00/01. É importante refletir que, com a queda dos preços do patamar de US$8,00 para o patamar de

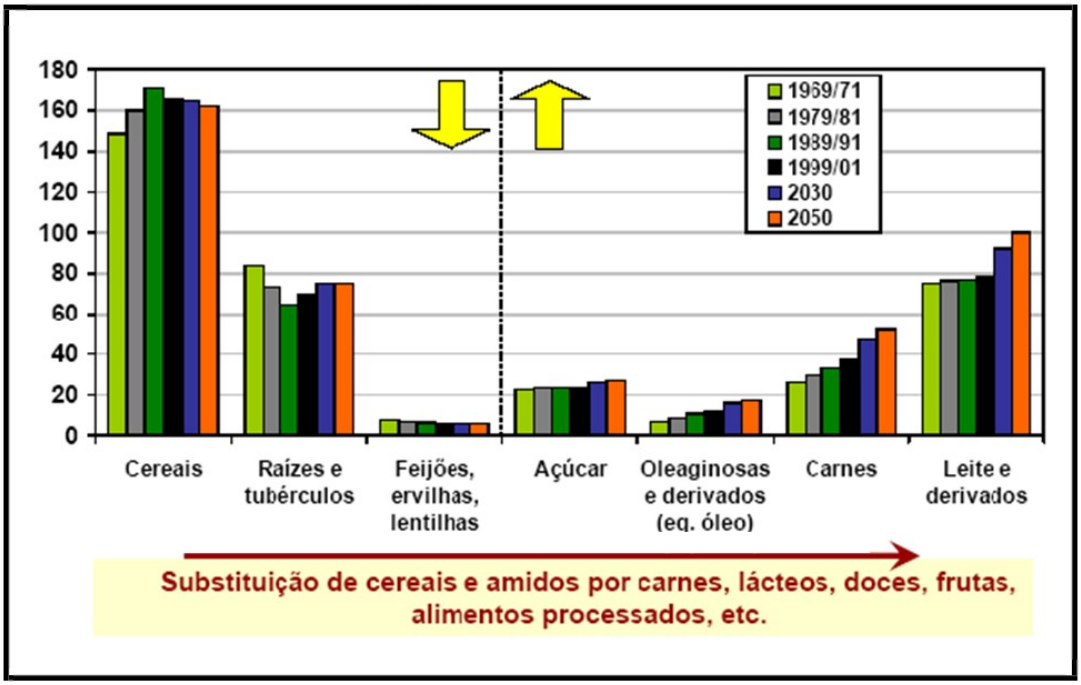
US$ 4,00 por *bushel*, obtém-se uma redução de 50% nos preços internacionais da soja. Logo, a retração de 1,79% observada na área cultivada pode ser considerada leve.

É interessante observar, de acordo com a Figura 7, que os preços internacionais da soja, corrigidos pela taxa de câmbio (para a formação dos preços em moeda nacional), mostraram estabilidade com viés de alta no período em que os preços internacionais apresentaram correção. Assim, o fator câmbio novamente surge como destaque. Durante a safra de 01/02, com o fim do subsídio norte-americano à produção, é possível verificar um forte aumento da área cultivada, quando em comparação com a área da safra de 00/01, de impressionantes 6,31%. Para a safra de 01/02, a área cultivada correspondeu a 40,23 milhões de hectares. É importante observar que, a partir da safra de 01/02 (que marcou o final dos subsídios americanos à produção) até a safra de 12/13 (último dado observado pela Conab), a expansão da área é de 33,13%, o que corresponde a uma área cultivada de 53,56 milhões de hectares, a maior verificada nas séries históricas.

Ainda, no que se refere ao consumo chinês (e, em escala maior, asiático), os dados de exportação do MAPA (2016) demonstraram que, a partir da safra de 96/97, a importação chinesa começou a figurar como resposta para as perguntas que afligiam a produção brasileira. Para ilustrar a importância desse movimento, destaca-se que, na safra de 13/14, a produção de soja atendeu, aproximadamente, metade da demanda chinesa (aproximadamente, 70 milhões de toneladas de soja). Esse movimento de importação da soja está diretamente ligado às dietas alimentares à base de proteína, dietas estas que se valorizaram a partir da aceleração do processo de globalização. Segundo dados da FAO (2016), é possível afirmar que vários países asiáticos adotaram dietas ocidentalizadas de proteína a partir de grandes eventos internacionais, como a Copa do Mundo de Futebol na Ásia em 2002 e as Olimpíadas na China em 2008. Esses países prepararam dietas especiais para os turistas dos eventos e ganharam a preferência da grande maioria das populações asiáticas. O resultado desse processo foi um aumento considerável no consumo de soja (além do milho) para a formulação de rações para a produção de carnes.

A Figura 8 demonstra o deslocamento para a preferência do consumo de carnes, lácteos, doces, frutas e alimentos processados em detrimento do consumo de cereais e de amidos até 2050. Pode-se observar que o período de consumo analisado entre os levantamentos de 1989/91 e os levantamentos de 1999/01 marca o ponto máximo e o início da retração no consumo de cereais.

Figura 8: Consumo per capita por tipos de alimento no mundo

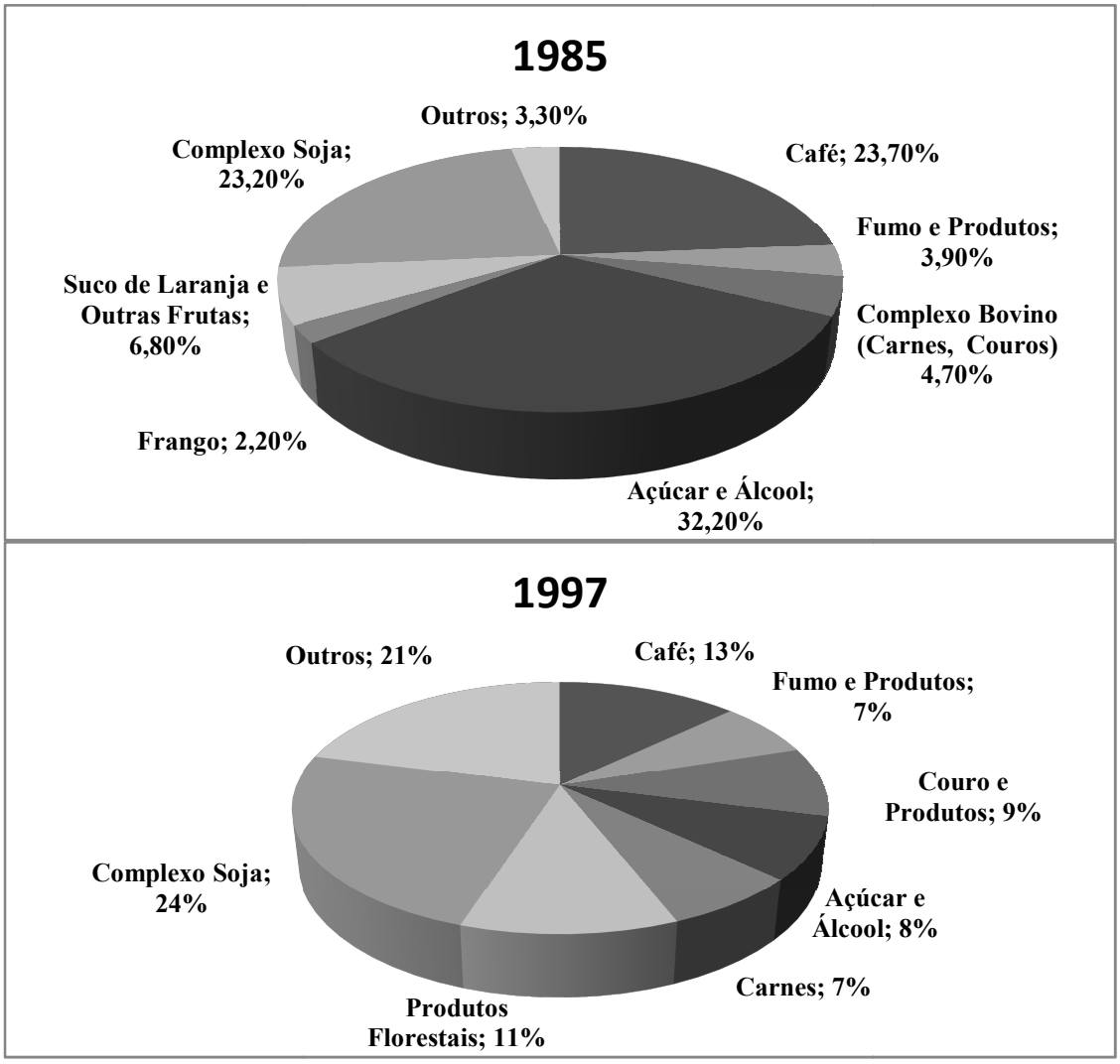


Fonte: FAO (2016). Obs.: não inclui cereais utilizados para a alimentação animal.

O período destacado de 1989/91 até 1999/01 marca a queda do consumo de feijões, de ervilhas e de lentilhas, enquanto é possível observar a aceleração no consumo de açúcar, de oleaginosas, de carnes e de leites e derivados. É interessante evidenciar que esse período é marcado pela aceleração do processo de globalização. Assim, pode-se afirmar que a tendência da ocidentalização das dietas alimentares (ricas em proteínas) fortaleceu-se com a evolução dos processos de globalização.

A Figura 9 demonstra que, já em 1985, o complexo soja configurava como um dos principais produtos da pauta de exportações do agronegócio, o qual perdia em participação, somente, para o açúcar e para o café.

Figura 9: Principais produtos da pauta de exportações do agronegócio brasileiro de 1985 para 1997



Fonte: Revista de Política Agrícola, Agrostat/MAPA (2016).

De acordo com a Figura 09, em 1985, o complexo soja contribuiu com cerca de 23,2% das exportações agrícolas (US$ 3,2 bilhões em termos reais), o café com 23,7% (US$ 3,28 bilhões) e o açúcar com 32,2% (US$ 450 milhões). O ano de 1985 mostra também a presença de alguns produtos que, mais tarde, tornaram-se estratégicos na balança comercial brasileira, como o fumo, que participou com 3,9% (US$ 540 milhões), o suco de laranja e outras frutas, com 6,8% (US$ 940 milhões), o complexo bovino (carnes e couros), com 4,7% (US$ 650 milhões) e o frango, com 2,2% (US$ 300 milhões).

Em 1997, conforme a Figura 09, o complexo soja já estava consolidado como o principal produto da pauta de exportações do agronegócio brasileiro. Com, aproximadamente, 24% do total das exportações do agronegócio brasileiro, o complexo soja era seguido pelas exportações de café (que correspondia a 13% da pauta) e pelos produtos florestais (que

correspondiam por 11% da pauta de exportações em 1997). É importante ressaltar que o valor total das exportações do agronegócio brasileiro evoluiu de, cerca de, U$9,66 bilhões em 1985 para U$20,7 bilhões em 1997, apresentando uma evolução de, aproximadamente, 114,29% no período. Assim, a Figura 9 é uma evidência de como a produção brasileira alterou-se frente à globalização e ao processo de ocidentalização da dieta alimentar.

Logo, por meio dos fatos apresentados, é possível afirmar que o impacto que as reformas ocorridas no período de transição de conjunturas, a abertura comercial, a elaboração da chamada Nova Política Agrícola e a estabilização alcançada com o Plano Real são fatores que podem ser considerados como fruto de um planejamento e de um amadurecimento da gestão pública brasileira. Não há como negar a importância desses fatores para a elevação da produção agrícola brasileira. Ainda, deve-se considerar que o período de 1995 a 2002 é caracterizado por uma crescente aceleração do processo de globalização e de ocidentalização da dieta alimentar. Assim, no ambiente externo, dentro do contexto trabalhado, pode-se afirmar que a melhora do desempenho da produção agrícola, com o incremento da produtividade e a expansão de área cultivada, está atrelada ao início das importações chinesas.

Dessa maneira, é possível afirmar que o suporte oferecido pelos preços dos produtos agrícolas e os retornos atraentes aos produtores foram os responsáveis por embasar o novo posicionamento da atividade agrícola e as decisões positivas sobre os altos investimentos necessários para os plantios das safras. Conforme apresentado, a melhora nos níveis de preços dependeu de três importantes pontos: os subsídios internacionais (que elevaram os estoques e deprimiram os preços), a importação chinesa (que elevou a demanda) e o câmbio (que manteve os preços internos atrativos).

Assim, é importante considerar que, em face das reformas e da reorganização discutidos, embora se apresente a elevação dos preços internacionais e, consequentemente, dos preços finais pagos ao produtor como fator determinante para a internacionalização da agricultura brasileira, o resultado afirmativo para o crescimento e a sustentação da produção de soja no Brasil foi, simplesmente, uma resposta aos preços reagentes devido as consideráveis mudanças da demanda mundial por produtos derivados da soja, o que não representa uma simplificação da cadeia de eventos. Toda a transição de conjuntura, interna e externa, deve ser considerada.

Dessa forma, os impactos da transição de conjunturas foram sentidos rapidamente em toda a economia brasileira. Os setores mais protegidos, como o automotivo, o de brinquedos, o de eletrônicos e o de informática, foram os mais atingidos e, portanto, obrigados a passar por um rápido e profundo processo de reciclagem competitiva. Por sua vez, nos setores mais

expostos, caso do agrícola, o processo foi um pouco mais lento, sendo que a reestruturação do sistema produtivo apresentou os primeiros sinais positivos de aceleração com a elevação dos preços internacionais dos produtos agrícolas.

Logo, em linhas gerais, os determinantes para a elevação da produção da agricultura brasileira estão relacionados com os preços recebidos pelo produtor, que, no caso da cultura de soja, são derivados, principalmente, dos preços internacionais da soja e da taxa de câmbio brasileira. Os preços internacionais da cultura de soja são estabelecidos pela oferta e pela demanda do produto, enquanto a taxa de câmbio, a partir de 1999, que é flutuante, é formada a partir da oferta e da demanda de moeda estrangeira. Ainda, esses elementos iniciam seu movimento de convergência, o que resulta na elevação do preço recebido pelo produtor brasileiro a partir de 1995-1996, sendo que seu momento de maior aumento foi alcançado em janeiro de 1999 com a liberação da taxa de cambio brasileira. Nesse momento, a taxa de câmbio passou por uma considerável desvalorização, o que alavancou os preços da soja para o produtor brasileiro.

Ainda, a flexibilização das formas tradicionais de financiamento agrícola resultou em alternativas para a substituição do papel do governo como grande financiador da agricultura brasileira. As propostas para o direcionamento do setor agrícola rumo ao seu maior potencial concentraram-se, primeiramente, na desregulamentação do crédito agrícola e na obtenção de uma maior liberdade de negociação entre produtores e agentes financeiros na contratação dos financiamentos de custeio. As modificações introduzidas nos Valores Básicos de Custeio (VBC), que passaram a ter quatro faixas de produtividade, demandaram a elaboração de projetos técnicos de produção fundamentados no zoneamento ambiental (MAPA, 2016).

Dessa maneira, no período de tentativas de reformas estabilizadoras para a economia, devido à falta de subsídios e do crédito rural, os produtores foram obrigados a utilizar com mais eficiência os seus recursos, o que acarretou na utilização de novas variedades de sementes e, ainda, no uso de técnicas mais eficientes de preparo do solo apuradas. Assim, ocorreu o aumento da produtividade nas lavouras em, aproximadamente, 30% no período. Nesse sentido, segundo dados de produtividade da CONAB (2016), durante a safra do ano de 1983, a produtividade média por hectare de milho foi de 1.700 kg, enquanto, na safra de 1993, a produtividade foi, aproximadamente, 40% maior, atingindo a casa de 2.400 kg por hectare.

Diante do exposto, necessita-se, de forma geral, investigar a evolução da lógica da política agrícola e da expansão da produção da agricultura no começo do século XXI. Com o escopo de buscar uma compreensão sobre esse tema e, mais especificamente, sobre a questão

da consolidação da cultura de soja no Brasil no início do século XXI, desenvolve-se o próximo capítulo.

3 O CICLO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA DECORRENTE DA NOVA POLÍTICA AGRÍCOLA

No capítulo anterior, destacou-se as alterações da agricultura brasileira nos campos econômico, legal e institucional, as quais culminaram em uma nova política agrícola que teve como objetivo modernizar a produção e a comercialização agrícola. Convém destacar que, conjuntamente com o rearranjo da política agrícola, realizou-se reformas estruturais da economia. Demonstrou-se que havia a preocupação e o interesse pela realização de uma transição de conjunturas com o mínimo de trauma para uma economia de maior inserção no mercado mundial. Diante desse contexto, tem-se como propósito, neste capítulo, a compreensão sobre a ascensão da cultura de soja no Brasil a partir da formatação da nova política agrícola, da nova conjuntura econômica da década de 1990 e da abertura comercial chinesa em 1996.

Nesse sentido, dentro da conjuntura criada com as reformas da década de 1990, a política agrícola buscou zelar para que o setor não fosse tratado discriminatoriamente pela política macroeconômica por meio da defesa dos princípios de mercado e do apoio ao setor na abertura de mercados externos, a fim de conciliar o crescimento do setor de forma compatível com os objetivos sociais e ambientais. Ainda, os preços recebidos pelo produtor são os elementos determinantes para a consolidação da produção agrícola brasileira. Nesse sentido, de acordo com a nova conjuntura de abertura dos mercados entre o final século XX e início do século XXI, os preços internacionais passaram a ser importantes componentes na formação dos preços recebidos pelo produtor.

Diante do exposto, as discussões neste capítulo permitem afirmar que o sucesso da globalização da agricultura passou pelos preços recebidos pelo produtor. A questão sobre a demanda por tecnologia e bens de capital do setor agrícola brasileiro contribuiu para a melhora dos preços para o agricultor, sendo que esses foram os responsáveis por retomar o processo de mecanização da agricultura brasileira após 1996, o que auxiliou o movimento de ocupação produtivo do território brasileiro e reanimou a indústria de bens de capital para o setor primário. Logo, essas reflexões são fundamentais por abordarem, entre outros fatores, os avanços da tecnologia agrícola e o acúmulo de capital da agricultura, os quais permitiram a exploração produtiva dos cerrados por possibilitarem uma vasta área de terra fértil para o crescimento da produção agrícola. Nessa perspectiva, convém que se estude, detalhadamente, o ciclo de internacionalização da agricultura brasileira, iniciando-se pela demanda por tecnologia e pelos bens de capital.

3.1 A demanda por tecnologia e bens de capital do setor agrícola brasileiro entre o final do século XX e o início do século XXI

O século XXI iniciou com perspectivas promissoras para o desempenho da agricultura. Até a virada do século, o Estado brasileiro vinha se utilizando de políticas agrícolas centralizadas para promover o crescimento do setor. Contudo, a partir das reformas da década de 1990, as políticas para o setor passaram a contar com instrumentos de financiamento privados que colaboravam para a aquisição de tecnologia. Assim, no alvorecer do século XXI, os níveis tecnológicos alcançados pelos produtores rurais brasileiros apresentavam patamares expressivos, o que possibilitou que o Brasil dobrasse a sua produção de grãos, atingindo a casa de 100 milhões de tonelada (já que, em comparação com o início da década de 1980, a colheita havia sido, somente, de 50 milhões de toneladas). Esse alto desempenho da produção aconteceu, principalmente, em decorrência dos ganhos de produtividade, pois, até então, com base nos dados da CONAB (2016), havia ocorrido, apenas, um pequeno avanço na área plantada. Logo, passou-se a produzir mais em um mesmo espaço. Nesse sentido, Guanziroli (2006, p. 03) atribui o ganho de produtividade à utilização de insumos que podem ser agrupados, basicamente, em sementes, adubos e agrotóxicos de primeira linha, os quais foram disponibilizados para o setor a partir da década de 1970.

Dessa forma, conforme Guanziroli (2006, p. 03), o sucesso da produção agrícola parte da estratégia desenhada nos anos 70, a qual resolveu vários problemas estruturais que entravavam o desempenho da agricultura. Nesse contexto, o desenvolvimento tecnológico promovido pela EMBRAPA é citado como um dos principais fatores, mas há outros de igual ou maior relevância, como a abertura de fronteiras agrícolas no bioma do cerrado por meio de programas de colonização dirigida e as inovações introduzidas nos mecanismos tradicionais de política agrícola no Brasil. Como visto no capítulo 2, de 1960 a 1980, os instrumentos da política agrícola brasileira resumiam-se ao Sistema Nacional de Crédito Rural e à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), sendo que esta dispunha, basicamente, de duas ferramentas de operação: o Empréstimo do Governo Federal (EGF) e a Aquisição do Governo Federal (AGF). Ainda, é importante destacar que essas ferramentas, conforme posicionamento do Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento à época, Edilson Guimarães, implicavam em altos dispêndios ao Tesouro Nacional (GUIMARÃES, 2007, p. 05).

Assim, diante das alterações das leis agrícolas na década de 1990, foi em 1992 que a legislação passou a permitir, além da aquisição de produtos por parte do Governo, o

pagamento da diferença entre o preço de mercado e o preço de referência que se almejava. Consoante Guimarães (2007, p. 05), a nova legislação estabeleceu também a possibilidade de o governo pagar a um banco o diferencial entre a taxa de juro estabelecida para programas de crédito rural e a taxa relativa ao custo de captação dos recursos. Esse artifício, conhecido como equalização, permitiu ao Governo a criação de uma série de novos instrumentos mais eficazes e menos dispendiosos para o Tesouro. A equalização da taxa de juro tem sido utilizada com muito sucesso para ampliar a disponibilidade de crédito rural, com base em taxas favorecidas, a partir de recursos privados.

Dessa maneira, com a conquista da estabilidade monetária em 1994 e com a equalização das taxas de juros, desenvolveu-se uma série de programas de financiamento de investimentos com recursos do BNDES. Tais programas, que se desenvolviam tendo por objetivo o longo prazo de liquidação e possuíam carência para o início dos pagamentos, contribuíram para a modernização da agricultura e do setor rural, sendo exemplos o Prodefruta, o Moderagro, o Prodeagro, o Moderinfra, o Prodecoop, o Propflora, o Prolapec, o Proger Investimento e o Finame Agrícola Especial (GUIMARÃES, 2007, p. 06).

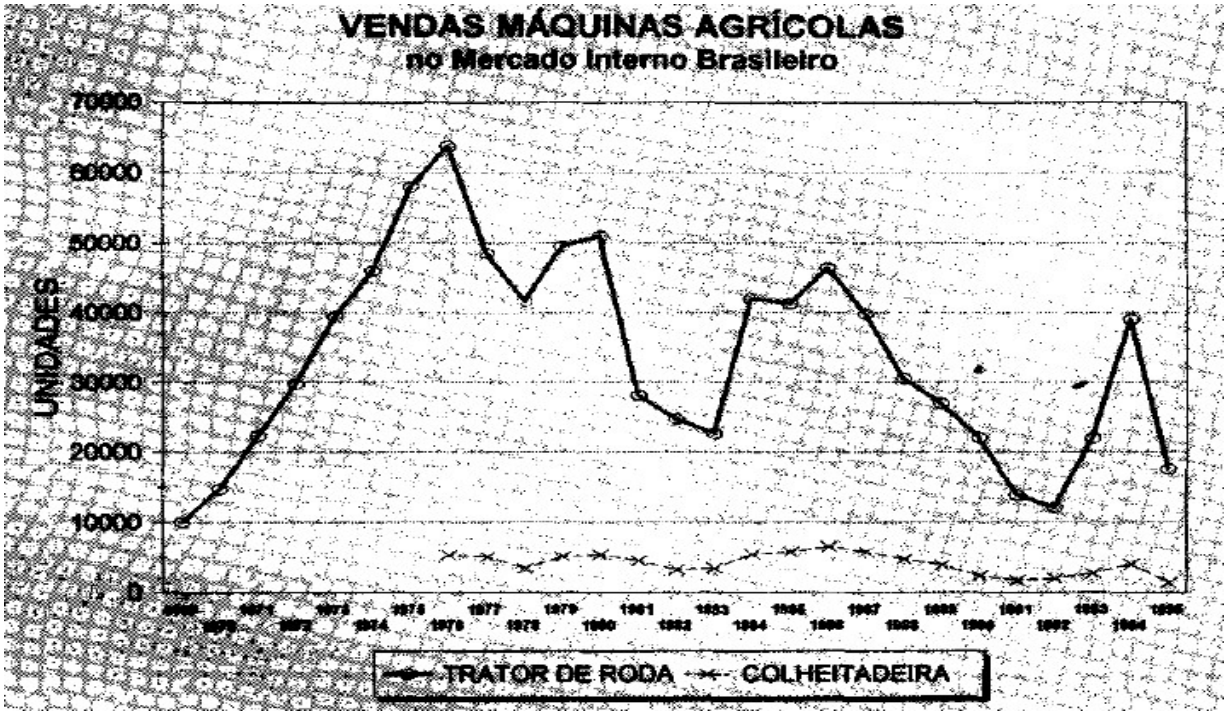
Nesse sentido, segundo Guimrães (2007, p. 06), o mais destacado foi o Moderfrota, o qual possibilitou a renovação da frota de tratores, colheitadeiras e maquinário do país. Conforme Pontes (2005, p. 02), o Moderfrota foi concebido em 2000, com o objetivo de modernizar a frota de tratores agrícolas, de implementos associados e de colheitadeiras, sendo a ele atribuído, portanto, o extraordinário desempenho da indústria de máquinas agrícolas, pois ocasionou transformações nas relações entre a indústria, os agentes financeiros, as concessionárias e os produtores rurais. O estudo desse elemento é de suma importância para esta pesquisa, uma vez que as questões sobre a demanda por tecnologia e de bens de capital do setor agrícola brasileiro estão diretamente atreladas ao sucesso produtivo e comercial do setor.

Antes do Moderfrota, entre os diferentes setores envolvidos na agricultura brasileira, a indústria de máquinas agrícolas passou, na década de 1990, por um processo de redução na produção e de retração nas vendas. Para Pontes (2005, p. 03), o mercado interno de máquinas agrícolas estava desaquecido porque os agricultores não possuíam capital suficiente, tampouco se sentiam dispostos a adquirir novos equipamentos para a renovação do seu maquinário agrícola. Ou seja, eles não investiam na ampliação da capacidade produtiva, pois estavam descapitalizados e sentiam incerteza quanto ao comportamento da economia. Nesse sentido, a Figura 10 representa as vendas de máquinas agrícolas no mercado interno brasileiro entre 1970 e 1996, tendo sido publicada na Revista de Política Agrícola número 01 de 1996.

Assim, reverbera-se a posição de Pontes (2005, p. 04) de que a venda de máquinas agrícolas apresentou forte retração no final da década de 1970 até 1996.

Ainda, os dados publicados da ANFAVEA, na Revista de Política Agrícola, demonstraram que o mercado nacional absorveu, em média, apenas 58% dos tratores e colheitadeiras agrícolas produzidos. A média anual de vendas também ficou retraída em 41,12% durante a primeira metade da década de 1990, alcançando 21.782 unidades vendidas, contra 36.998 unidades vendidas no período 85/89. A publicação destaca também que, durante toda a década de 1980, a média de comercialização alcançou 35.325 tratores agrícolas por ano. No segmento colheitadeiras, a queda nas vendas foi ainda maior, atingindo 48% (MAPA, 1996, p. 11-15).

Figura 10: Recorte da figura de vendas de máquinas agrícolas no mercado interno brasileiro entre 1969 e 1996 da Revista de Política Agrícola (imagem com qualidade baixa pelo estado de conservação)



Fonte: MAPA (1996, p.13).

É importante destacar que a indústria pode vender uma menor quantidade de máquinas em relação ao aumento de sua potência. Contudo, os números publicados pela ANFAVEA (1996) demonstram que essa perspectiva não foi a que ocorreu na prática, pois, em termos de crescimento percentual, o volume vendido e a venda equivalente à potência assemelharam-se, sendo a diferença estimada entre os dois critérios de, apenas, 5%. Ainda, de acordo com a referida publicação, a comparação entre as vendas médias anuais dos últimos cinco anos da década de 1980 com os primeiros cinco anos da década de 1990 indicou que: a) para os

tratores de até 49 cavalos de potência, as vendas médias, nos anos 1990, caíram em 63%; b) na faixa de 50 a 99 cavalos, caíram 46%; c) na faixa de 100 a 200 cavalos, as vendas caíram em 10% e d) acima de 200, caíram 81%.

No final da década de 1990, conforme explica Pontes (2005, p. 03), o governo federal começou a modificar esse cenário com a implantação de uma política agrícola, a qual impulsionou o aumento de dispêndios em incentivos e em subsídios aos setores difusores de progresso técnico, como a indústria de máquinas agrícolas. Nesse contexto, dentre as principais linhas de ação da política agrícola, estavam os programas de investimento para alavancar a competitividade desse setor. Segundo Anderson (1997, p. 72), foi durante o governo do presidente Itamar Franco que se criou, no dia 16 de dezembro de 1993, a Câmara Setorial de Tratores e Máquinas Agrícolas.

O acordo firmado setorial firmado teve como objetivo aumentar a produção, elevar a oferta de empregos e melhorar as condições de produtividade agrícola. Esses objetivos foram alcançados por meio de medidas fiscais, como a redução de alíquotas nos insumos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), redução de preço dos produtos, manutenção de alíquotas de importação em 20% e incremento dos níveis de financiamento. Para Anderson (1997, p. 72), essas ações sinalizaram a intenção do governo brasileiro de alavancar a economia e de proporcionar condições que levassem a indústria de máquinas agrícolas a recuperar sua capacidade produtiva e comercialização no mercado interno, o que correu, efetivamente, no ano de 1994.

Também, é importante lembrar que, em 1996, foi criado o programa de securitização dos financiamentos agrícolas para renegociar as dívidas dos agricultores, o qual foi importante, pois capitalizou o produtor agrícola, proporcionando condições para investimento na capacidade produtiva e para a aquisição de máquinas e implementos agrícolas. Ainda, deve-se ressaltar que, em 1998, foi instituído, pelo BNDES, o Programa FINAME Agrícola Especial, como objetivo de financiar a aquisição de tratores, colheitadeiras, implementos agrícolas, plantadeiras, equipamentos para armazenagem agrícola, entre outras máquinas e equipamentos destinados à atividade agropecuária (ANDERSON, 1997, p. 72-74).

Os dados estatísticos das décadas de 1980 e 1990 permitem que se evidencie a relação do desempenho econômico histórico da agricultura e da venda de máquinas agrícolas. De acordo com o apresentado, entende-se que a queda ocorrida nas vendas no início da década de 1980 foi um reflexo do fim dos financiamentos com juros favorecidos. A partir de 1984, mesmo não existindo mais crédito subsidiado, a Revista de Política Agrícola (MAPA, 1996, p. 11-15) destaca que houve uma recuperação do comércio de máquinas agrícolas devido ao

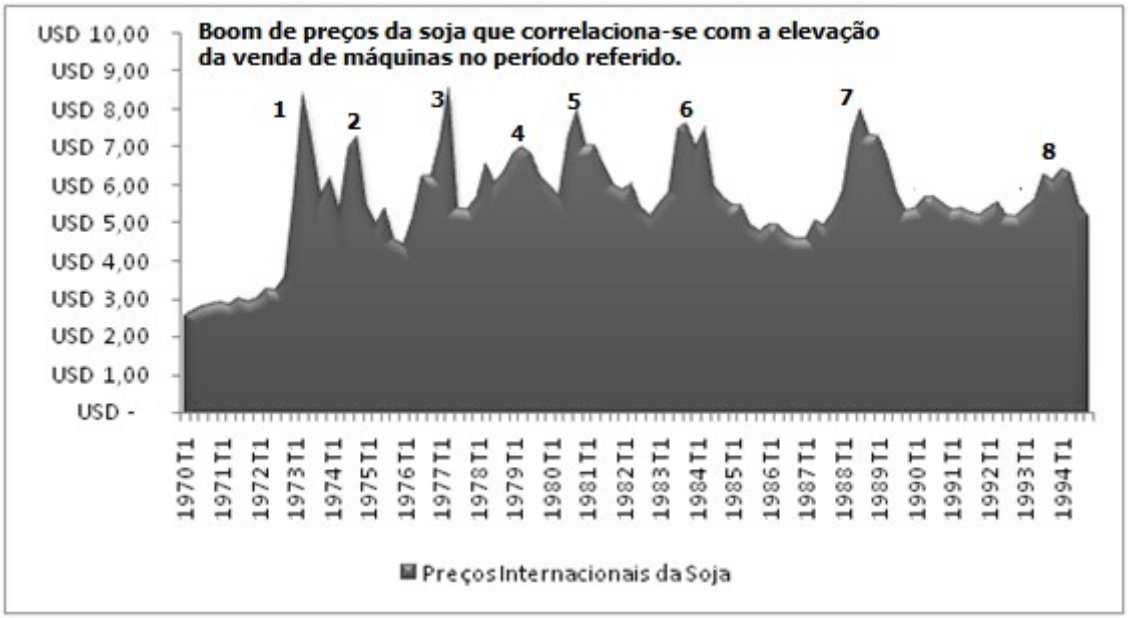
desempenho econômico favorável da agricultura e à queda nos preços de máquinas agrícolas que se estendeu até 1987. É importante destacar que o repique nas vendas de máquinas agrícolas demonstrado pela publicação compreende um período de elevação do preço internacional da soja, conforme destacado na Figura 11 (a seguir).

A mesma relação é evidenciada pelos autores Pontes (2005) e Anderson (1997) quando abordam as reformas para o setor de máquinas agrícolas a partir da década de 1990. Nos primeiros anos dessa década, o setor de máquinas agrícolas reduziu drasticamente a sua comercialização, apresentando resultados mais animadores somente em 1994. Os autores apresentam em sua argumentação, como elementos da retomada do setor, questões de reformas fiscais, ignorando que o ano de 1994 marcou a época na qual os preços internacionais da soja voltaram a subir. Convém informar que, sem querer diminuir o mérito da reforma fiscal, pretende-se demonstrar que o elemento-chave, o qual escapou aos olhos dos autores, foi a retomada de preços em 1994, pois comercializou-se, neste ano, no mercado interno, a mesma quantidade média vendida no final da década anterior. Contudo, em 1995, devido, novamente, aos baixos preços dos principais produtos agrícolas, a venda de máquinas foi reduzida para 17.584 unidades

De acordo com o comportamento da venda de máquinas agrícolas (Figura 10) e dos preços internacionais da soja (Figura 11), é possível verificar que, dos oito movimentos de alta nos preços internacionais da soja, somente o período compreendido entre 1988-1989 não correspondeu a uma elevação nas vendas de máquinas agrícolas. Ainda, por essa relação, pode-se afirmar que 87,5% dos movimentos de alta dos preços internacionais da soja acarretaram aumento das vendas de máquinas agrícolas entre 1970 e 1994.

As afirmações nas Revistas de Política Agrícola (MAPA, 1996, p. 8-9) descrevem o período de 1988-1989 como um intervalo pequeno em que o setor agrícola nacional apresentou um excesso de investimento em máquinas agrícolas. Entretanto, com base nos dados publicados pela FAO (2017), verificou-se que os Estados Unidos cultivaram 40 hectares por trator, a França 11 hectares e a Inglaterra 13 hectares, enquanto o Brasil cultivou 77 hectares. Esses números, apesar de se referirem a países com diferentes características agrícolas, denotam que o setor agropecuário nacional necessitava ampliar ainda mais os investimentos em maquinários.

Figura 11: Elevações no preço da soja que se correlacionam com a elevação na venda de máquinas

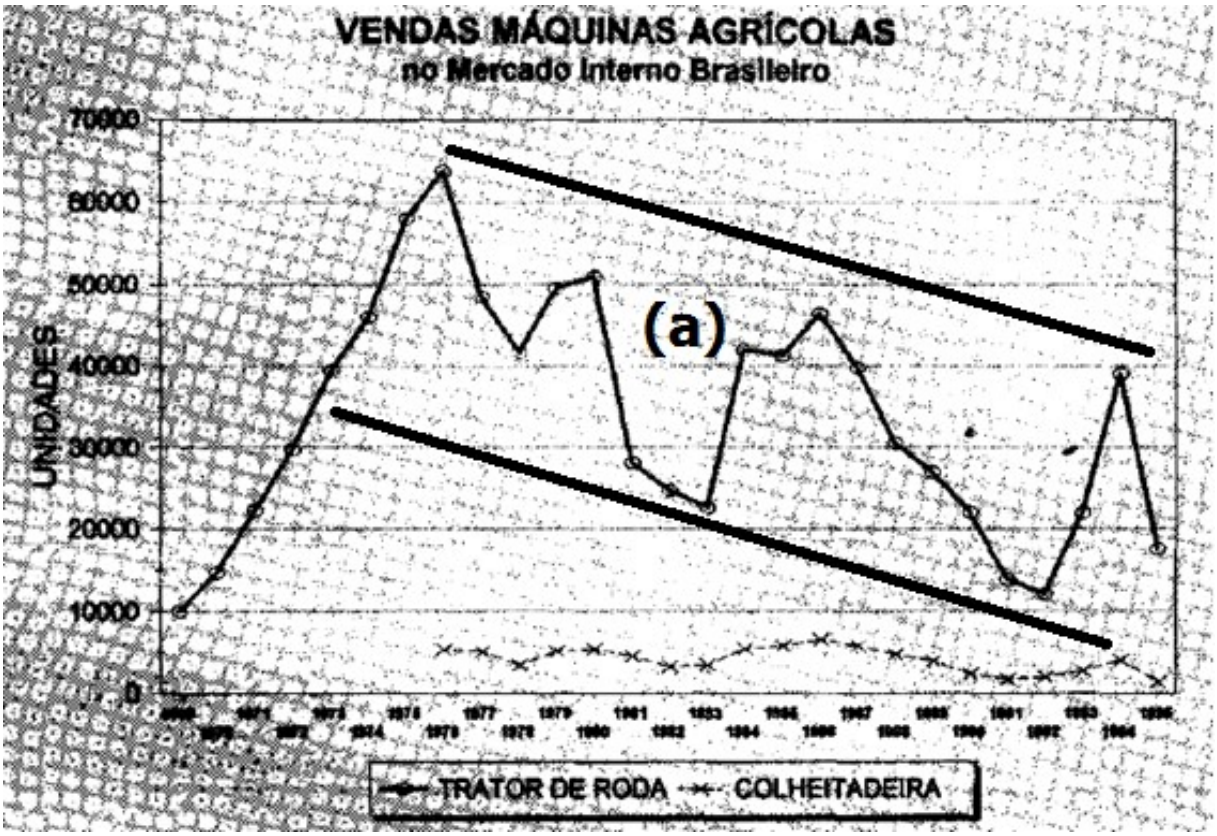


Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do IPEA (2017).

É importante destacar, também, que, de acordo com a Figura 12, é possível evidenciar um canal de baixa vigente sobre as vendas de máquinas agrícolas no mercado interno brasileiro entre 1978 e 1996, período no qual a renda agrícola apresentou oscilações que, num primeiro momento, estimularam e que, em seguida, desestimularam os investimentos e o aumento de produção.

O volume de crédito agrícola brasileiro entre 1969 e 2010 demonstra que, durante o período do canal de baixa, o crédito rural, além de apresentar consideráveis reduções em relação ao que era utilizado pelo setor agrícola na década de 1970, estava inserido dentro de encargos financeiros que se encontravam incompatíveis com a baixa remuneração da atividade agrícola (especialmente a produção de alimentos). Portanto, a tomada pelo produtor de alimentos de empréstimos bancários subsidiados pelo governo para o financiamento de maquinários, em razão do aumento do risco econômico da atividade nessa época em razão da redução de sua lucratividade, não era o melhor cenário.

Figura 12: Canal de baixa das vendas de máquinas agrícolas no mercado interno brasileiro entre 1978 e 1996 - recorte da figura de vendas de máquinas agrícolas da Revista de Política Agrícola (1969-1995)



Fonte: MAPA (1996, p. 10).

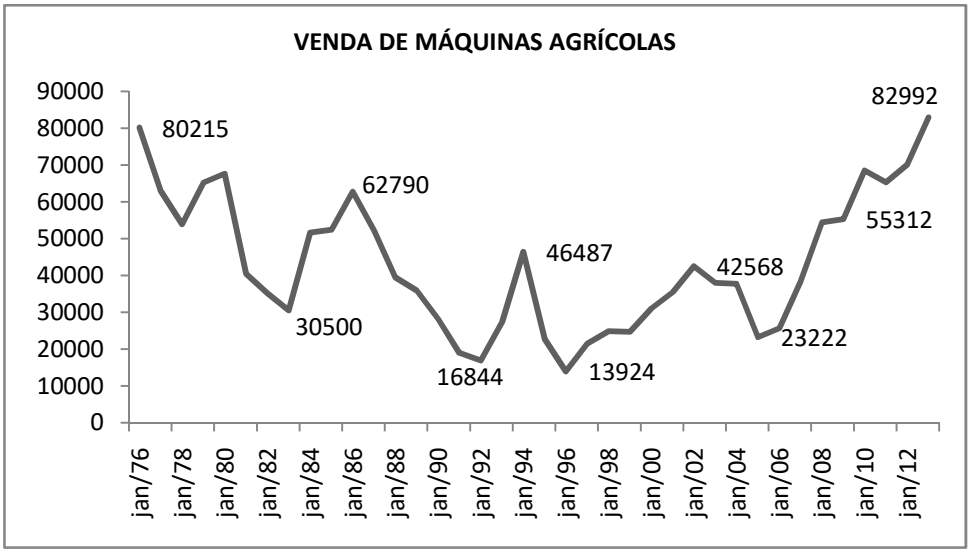
Nesse sentido, é importante destacar a posição de Zandonadi (1996, p. 10) que discute sobre o comportamento dos preços dos tratores e colheitadeiras. O autor evidencia que a queda no valor das máquinas agrícolas entre 1984-1987 e, logo seguida, em 1994, relacionou-se com a elevação dos preços dos produtos agrícolas, o que foi fator determinante para a melhoria das vendas, visto que favoreceu a relação de troca produto/máquinas para o agricultor (uma vez que quanto menor a quantidade de produto necessária para comprar um maquinário, maior será a sua comercialização).

A retração das vendas de máquinas agrícolas em 1995 aconteceu num momento crucial, no qual existia a necessidade de o Brasil aumentar a produção e a produtividade com o escopo de reduzir os custos dos alimentos, de controlar a inflação, de recuperar o equilíbrio da economia e de concretizar a estabilidade. Entretanto, mesmo num período em que os investimentos eram cruciais para a estabilidade, a queda nos preços dos produtos agrícolas e, por consequência, a falta de rentabilidade do setor, inibiram as iniciativas de retomada dos investimentos na agricultura.

O retrato fiscal do Estado em 1995 demonstra a limitação orçamentária do governo

para incentivar o setor. Logo, fica evidente que a recuperação almejada pelo setor agrícola brasileiro se concentrou na questão rentabilidade. Dessa maneira, faz-se importante mencionar, então, a informação apresentada pela Figura 13, que retrata o movimento de expansão das vendas de máquinas agrícolas iniciadas entre janeiro e fevereiro de 1996.

Figura 13: Venda de máquinas agrícolas (total) entre 1976 e 2012

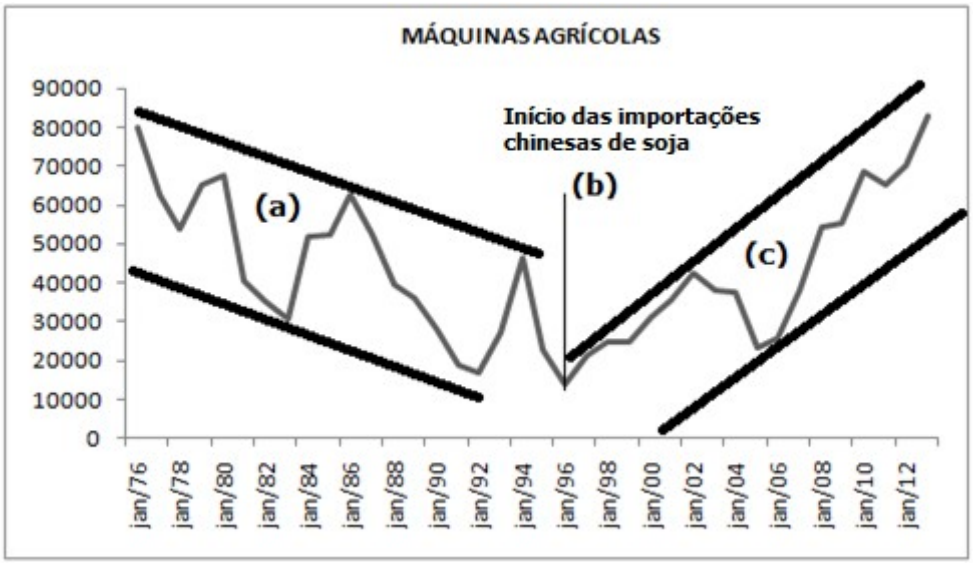


Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do ANFAVEA (2017).

É possível observar, de acordo com a Figura 13, que o movimento de expansão de vendas de máquinas agrícolas, iniciado entre janeiro e fevereiro de 1996, seguiu uma tendência de alta que alcançou um valor superior em 2012 (num total de vendas de 82.992 máquinas) em comparação aos verificados nos melhores momentos dos anos 1970 (venda global de 80.215 máquinas). A Figura 14 apresenta as duas tendências e revela o elemento diferencial que provocou uma reação ao cenário pessimista instalado sobre o setor agrícola brasileiro.

Importa ressaltar que o movimento de importação chinesa da soja encaixa-se perfeitamente com o impacto direto da venda de máquinas agrícolas no Brasil. Assim, a Figura 14 demonstra o ponto de inflexão (representado por (b)) que retirou o setor agrícola de um canal de baixa nas vendas de máquinas (representado por (a)) e conduziu para um movimento de retomada no volume de vendas de máquinas agrícolas (representado por (c)).

Figura 14: Comportamentos das vendas de máquinas agrícolas e demanda chinesa de soja



Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do ANFAVEA (2017).

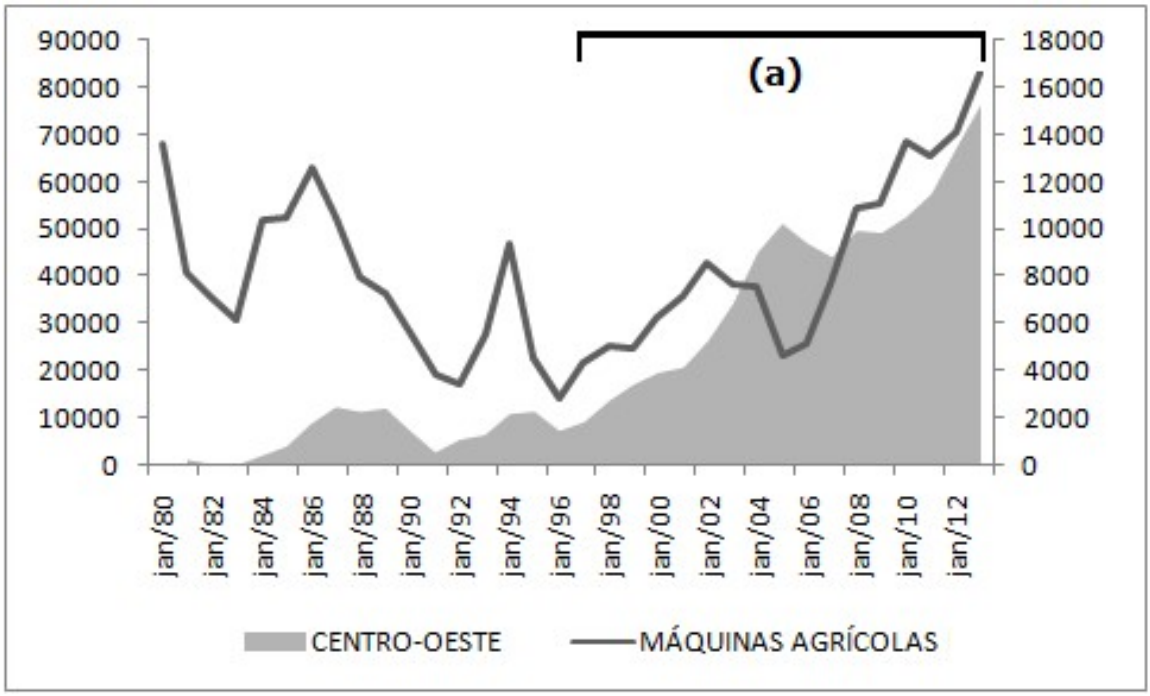
O cenário instalado em torno da tendência de queda nas vendas de máquinas agrícolas (a) conduziu a uma redução nas vendas anuais de 80.215 máquinas agrícolas em 1976 para 13.924 máquinas vendidas em janeiro de 1996. Esse movimento demonstra a queda na confiança e na rentabilidade do produtor rural em investir em tecnologia e em bens de capital entre 1976 e 1996. As altas vendas apresentadas nesse período não foram suficientemente fortes para romper o padrão de queda observado. Já, o período iniciado em 1996 e vigente até 2012 demonstra como houve uma elevação na confiança e na renda do produtor rural, as quais foram convertidas em investimentos em tecnologia e em bens de capital durante a tendência (c).

Com base na Figura 15, observa-se a existência de vínculo entre a abertura (em escala anual) de áreas para cultivo no Centro-Oeste brasileiro e a venda de máquinas agrícolas, a partir da elevação internacional dos preços da soja em 1996. Com relação à forte abertura de áreas, ela acaba por consolidar o movimento de ocupação do território nacional. Os anseios de ocupação territorial no Brasil têm uma história longa, a qual tomou forma durante o regime militar (assunto já discutido no capítulo 1).

Nesse sentido, segundo informações do artigo de política agrícola (MAPA, 1999, p. 51), o processo de ocupação apresenta muitos símbolos, como a construção de Brasília, a construção da estrada Transamazônica e a política de crescimento populacional, sendo, dessa forma, a abertura do cerrado para produção de soja outra fase dele. Uma variedade de políticas governamentais brasileiras e de programas específicos esforçaram-se em fomentar a

produção de soja nos cerrados, o que consolidou a soja como o grande motor do crescimento demográfico e econômico dos cerrados.

Figura 15: Relação entre a abertura de áreas para o cultivo no Centro-Oeste brasileiro com as vendas de máquinas agrícolas e a elevação dos preços internacionais da soja a parir de 1996



Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do IPEA (2017) e ANFAVEA (2017).
(a): Período, a partir de 1996, que compreende a elevação dos preços internacionais da soja.

Essa visão é compartilhada por Warnken (1999, p. 30), o qual afirma que a produção de soja e o crescimento da população no cerrado são altamente correlacionados. A produção, na região, partiu de zero em 1970 para atingir 25% da produção nacional em 1990. Ao mesmo tempo, a população da área cresceu perto de seis milhões de pessoas, começando com uma base de 6,5 milhões em 1970. Segundo o autor, em 1999, a soja já ocupava mais terra cultivada nos cerrados do que todas as outras culturas unidas, gerando um grande impacto em que muitas das cidades dos cerrados ficaram conhecidas como "cidades de soja", ou seja, aquelas que tinham crescido em razão da soja (diretamente e indiretamente) via sua produção, comercialização e processamento.

Nenhuma outra cultura apropriada para os cerrados teve um potencial maior ou similar em termos de impacto nas condições demográficas e econômicas da fronteira agrícola do Brasil. No início, a soja serviu como meio para alcançar os objetivos de ocupação territorial pela migração da população e para a produção e colheita da soja. Ao longo do tempo, a região recebeu plantas de esmagamento e de grandes complexos para a produção de frangos e de

suínos. Conforme Warnken (1999, p. 31), em 1982, havia só uma processadora de soja em operação na região. Em 1995, o número de plantas operando na região subiu para 29.

Deve-se destacar que, em nenhum momento, as revistas de política agrícola relacionaram o forte movimento de expansão iniciados em 1996 com o início da importação de soja chinesa, bem como com o impacto sobre a abertura de áreas no Centro-Oeste brasileiro e a ocupação territorial. Apesar de todo o esforço conduzido até 1996, sem o fator "importação chinesa", a abertura de área de cultivo no Centro-Oeste continuaria sua tendência de expansão e retração, o qual adicionou, somente, 1,5 milhões de hectares em sua área cultivada entre 1980 e 1996.

Para efeito de comparação, a área cultivada adicionada ao Centro-Oeste brasileiro, após o início do movimento de importação chinesa em 1996, corresponde por um acréscimo de 13,8 milhões de hectares entre 1996 e 2012. Dessa forma, enquanto as estimativas do periódico demonstram que, no período de 1973 a 1993, a taxa de crescimento média do consumo de soja mundial foi de 3,3% ao ano, entre 1996 e 2012 a taxa de crescimento média do consumo de soja representou 6,86% ao ano Agrícola (MAPA, 1999, p. 56). Assim, após o movimento de importações chinesas, verifica-se que a taxa de crescimento do consumo mundial de soja elevou-se em, praticamente, 108% quando comparada com o período de 1973-1993.

Dessa maneira, de acordo com os estudos apresentados, evidencia-se que a agricultura responde a preços. A questão sobre a demanda por tecnologia e bens de capital do setor agrícola brasileiro desdobrou-se por intermédio da melhora dos preços para o agricultor, sendo que estes foram os responsáveis por retomar o processo de mecanização da agricultura brasileira após 1996, o que auxiliou o movimento de ocupação produtivo do território brasileiro e reanimou a indústria de bens de capital para o setor primário. Diante do apresentado, encerra-se a abordagem do maquinário, o qual é, segundo Guimarães (2007, p. 05), um elemento estratégico para o sucesso da produção agrícola brasileira. Indo além, Guanziroli (2006, p. 03) sustenta que os insumos, como sementes, adubos e agrotóxicos, apresentaram, assim como o maquinário, papel de destaque na elevação da produtividade. Logo, a seção seguinte discute a soja transgênica, apresentando-a, também, como elemento para a formação e a sustentação internacional da agricultura brasileira.

3.2 A soja transgênica e a elevação da produtividade das lavouras no início da década de 2000

Na década de 1990, quando chegaram ao país as primeiras sementes de soja transgênica, revelou-se uma nova forma de produção para o setor primário brasileiro. Na época, conforme Viegas (2014), o Estado do Rio Grande do Sul foi o protagonista dessa novidade, por onde o grão entrou de forma ilegal, contrabandeado, principalmente, do Uruguai e da Argentina.

Segundo o ex-ministro da agricultura, Roberto Rodrigues (2013a), os agricultores sul-rio-grandenses conheceram a soja transgênica através de visitas à Argentina. No país vizinho, onde a soja transgênica era cultivada, os agricultores gaúchos entenderam como seu cultivo era mais barato em função do menor número de pulverizações, o que reduzia o custo de água, de diesel e de defensivos agrícolas, e, assim, trouxeram para o Brasil sementes transgênicas sem permissão do governo brasileiro. O grão transgênico, com resistência a herbicidas, rapidamente se espalhou pelas lavouras do Rio Grande do Sul e ganhou espaço significativo na cultura da região.

Na mesma medida, conforme o ex-ministro, as discussões entre os que apontavam os perigos e os benefícios dos transgênicos se tornaram acirradas. Isso provocou reação dos órgãos de defesa do consumidor que entraram na Justiça e conseguiram a proibição do plantio da soja transgênica que vinha da Argentina, chamada, naquela época, de “soja Maradona”, porque era contrabandeada. O processo foi crescendo ilegalmente até que o ex-ministro assumiu a pasta em janeiro de 2003. Naquela época, havia 12% de área brasileira transgênica, sendo que grande maioria era no Rio Grande do Sul, parte no Paraná e outra parte no Mato Grosso do Sul.

Próximo ao início da colheita da safra 2002/2003, Viegas (2014) afirma que o ex-ministro viveu intensamente a agonia em tentar provar que a soja transgênica traria desenvolvimento para o Brasil, havendo, inclusive, uma forte pressão dos representantes dos agricultores para que a comercialização do produto fosse regulamentada. Conforme a autora, o Rio Grande do Sul foi palco de um dos momentos mais tensos de toda a polêmica dos transgênicos. No período, fiscais agropecuários averiguavam as lavouras e os produtores rurais que tivessem plantado a soja geneticamente modificada sofriam graves consequências, como perda de suas terras, suas lavouras eram destruídas e, até mesmo, podiam ser presos. Ainda, no momento em que se discutia a biotecnologia, apesar dos produtores cultivarem a soja de uma forma não legalizada, o objetivo era a sua legalização. Até o tema se tornar um

debate social, os produtores rurais, durante anos, sofreram a iminência da prisão. Muitos foram indiciados, responderam a processos judiciais, cumpriram penas e tinham as suas propriedades submetidas frequentemente a vistorias realizadas por técnicos da Secretária da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul e por agentes da Polícia Federal.

Mesmo assim, conforme Viegas (2014), os produtores rurais continuaram a utilizar a soja transgênica, por causa da eficiência nunca antes observada nas lavouras:

> Na propriedade do produtor rural Ilton Bolzan, em Tupanciretã (RS), a história da soja transgênica começou em 1997. À beira da falência, Ilton decidiu enfrentar riscos em uma época em que o governo ainda não tinha liberado a entrada da semente no Brasil. Assim como tantos outros agricultores, aderiu à compra da soja contrabandeada da Argentina por atravessadores. Para conseguir as sementes geneticamente modificadas, além do risco da prisão e dos processos judiciais, era preciso pagar um preço alto.

Em entrevista para o Canal Rural, em 2013, Ilton Bolzan comentou sobre o caso:

> Eu estava quebrado em 94. Eu estava sorteando a minha propriedade, ia ficar sem nada. Como estava mal, não tinha solução. E a situação foi resolvida com os transgênicos. Encontrávamos com pessoas da beira do rio Uruguai. Sempre tinha como passar e passa até hoje tudo que é contrabando. Na época era fácil passar. Não era liberado pelo governo, então era fria mesmo e como nós não tínhamos outra opção, fazíamos arriscando [...] a soja transgênica produzia mais. Ela resolveu o problema das ervas resistentes, não tinha o que fazer. O preço podia ser alto que todo mundo pagava. Custava em torno de R$ 180 a R$ 200. Dependendo da variedade, custava até R$ 220. As pessoas que traziam ganhavam bem por causa do contrabando. A pessoa que trazia, não trazia por pouco [...]. Para os produtores, a revenda das sementes começou a ser rentável. Os grãos eram reproduzidos e, no próximo ano, havia maior quantidade. Assim, não era necessário comprar [...]. Essa foi a solução para todos os agricultores do Rio Grande do Sul [...]. Eu fiquei anos vendendo e não era certo. Era fora da lei, mas os produtores pediam e eu vendia. Vender um pouco de semente foi umas das coisas que me salvou, me fez ganhar um pouco mais. Alguns foram processados, outros a Polícia Federal pegou, então todo mundo trabalhava com medo. Foram anos de muito estresse, mas não tinha solução.

No início da década de 2000, após a chegada das sementes transgênicas, a produtividade das lavouras de soja do Rio Grande do Sul aumentou consideravelmente. A soja transgênica ilegal não era acompanhada por órgãos estatísticos oficiais, porém, seus fatores de competitividade manifestavam um potencial de produtividade com média de 40 sacos por hectare. De acordo com dados da consultoria Safras e Mercado (2013), a produtividade média, antes da sua implementação, era de 30 sacas por hectare. Em 2001, quando vários produtores já estavam cultivando a soja transgênica, consolidou-se a casa de 40 sacas e, em 2011, a soja alcançou 50 sacas por hectare.

A biotecnologia carrega uma série de informações que são técnicas. Brondani (2013), do Conselho de Informações sobre Biotecnologia, afirma que a biotecnologia é uma

tecnologia previamente testada em laboratório, a qual apresenta características biológicas conhecidas. Ela explica que a maioria das pessoas não sabe que a liberação de um transgênico passa por todo um processo de análise criteriosa, sendo que, em alguns casos, são realizados testes em exagero. Refere que toda a evolução em termos de transgênicos está associada à pesquisa. Assim, as controvérsias têm relação com aspectos que são biológicos e com desconhecimento. Ainda, destaca que o tempo médio de estudo para o desenvolvimento de uma semente geneticamente modificada é de doze a treze anos. Logo, todos os transgênicos comercializáveis são baseados em estudos científicos que contribuíram para a elevação da produtividade agrícola.

Criada por lei em 1995, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) começou a operar em 1996. Durante dois anos, o órgão elaborou as chamadas resoluções normativas para regulamentar a nova tecnologia no Brasil. Em 1998, a CTNBio aprovou o uso comercial da semente de soja transgênica da multinacional Monsanto, a *Roundup Ready*, mais conhecida como RR. A justiça, entretanto, acatou o pedido do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) e impediu a União de autorizar o plantio comercial. Destaca-se que enquanto a discussão seguia em Brasília, para definir se seria permitido o plantio da soja transgênica ou não, ele já era uma realidade nas lavouras. O Idec conseguiu bloquear o uso da soja transgênica no Brasil até 2003, quando o plantio foi liberado por uma medida provisória do governo.

Conforme o ex-ministro Roberto Rodrigues (2013b), o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva concordou em elaborar uma medida provisória permitindo a comercialização da soja transgênica, pois, em caso contrário, ela teria que ser queimada. A medida provisória foi redigida com dificuldades porque dentro do governo havia posições contrárias. Em seguida, criou-se um grupo de trabalho de ministros tendo em vista a criação de uma lei para definir esse assunto. As divergências, no entanto, eram tão intensas que não se conseguiu fazer a lei antes da safra seguinte. No final de 2003, plantou-se de novo a soja transgênica, a qual se encontrava em patamar acima dos 12% do ano anterior. O Quadro 2 demonstra a cronologia dos eventos envolvendo transgênicos até a aprovação da lei de biossegurança.

Quadro 2: Cronologia dos eventos envolvendo transgênicos até a aprovação da lei de biossegurança

Ano	Ator	Cenário
1995	Congresso Nacional	Criação da CTNBio
1997	Congresso Nacional	Aprovação da Lei nº 9.279/1997 (lei de patentes) - Permitia patentear organismos transgênicos
1997	Congresso Nacional	Lei de proteção aos cultivares
1998	CTNBio	Libera a a comercialização da Soja RR
1998	IDEC	Ação do IDEC conseguiu proibir a comercialização da soja RR até a MP em 2003
1999	RGS	Por meio do Decreto nº 39.314 e Lei 9.453 transformou o RS em território livre de transgênicos
2000	"Protocolo de Cartagena (PCB)"	Estabeleceu as regras para a movimentação transfronteiriça dos organismos vivos modificados
2001	Ação do IDEC	Ação para assegurar que todo produto geneticamente modificado seja devidamente informado.
2003	Poder Executivo	Medida Provisória nº 113, convertida na Lei 10.688/03, liberou a comercialização da soja gaúcha colhida a partir de semente ilegais
2003	Poder Executivo	Medida Provisória nº 131, convertida na Lei nº 10.814 - autorizou a comercialização da soja transgênica da safra 2003/04
2004	Poder Executivo	Medida Provisória nº 223/04, convertida na Lei 11.092/2004 - autorizou a comercialização da soja transgênica da safra 2004/05
2004	Poder Executivo	Lei 4.680/03 - Todos produtos com mais de1% de matéria-prima transgênica devem trazer no rótulo essa informação.
2004	Anvisa	Pela RE nº 33, aumentou em 50x o Limite Máximo de Resíduos permitido do glifosato na soja
2005	Congresso Nacional	Aprovação da lei de biossegurança

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do IDEC (2006).

Dessa maneira, a Medida Provisória n.º 131 foi substituída pela Lei n.º 10.814/2003, que estendeu o prazo para comercialização da safra de 31 de dezembro de 2004 para 31 de janeiro de 2005. Em março de 2005, foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei de Biossegurança (Lei n.º 11.105), que passou a regulamentar a produção e a comercialização de organismos geneticamente modificados. Conforme o ex-ministro Roberto Rodrigues (2013b), esse foi um tema muito complexo e a aprovação da lei representou o fim de uma polêmica que envolveu toda a sociedade brasileira. Para ele, como a transgenia da soja foi criada por uma empresa multinacional americana, a Monsanto, muitas empresas europeias e, até mesmo, americanas concorrentes, que perderiam espaço comercial por causa das vantagens que a transgenia oferecia aos produtores rurais, criaram uma reação negativa contra os transgênicos alegando riscos para a segurança alimentar, animal e ambiental. Isso formou uma onda muito forte contra a transgenia, o que deu tempo para que essas empresas concorrentes assimilassem o processo e voltassem, novamente, para uma situação competitiva.

Diante do exposto, verifica-se que o cultivo de transgênicos, especialmente de soja, encontra-se economicamente consolidado, apesar de sua produção ainda ser socialmente controversa no país pela incerteza sobre os malefícios que pode causar à saúde humana (uma vez que se está diante das primeiras gerações que os consomem diariamente), em razão de utilizar agrotóxicos agressivos como o *Roundup Ready*, o qual tem sido apontado como causa

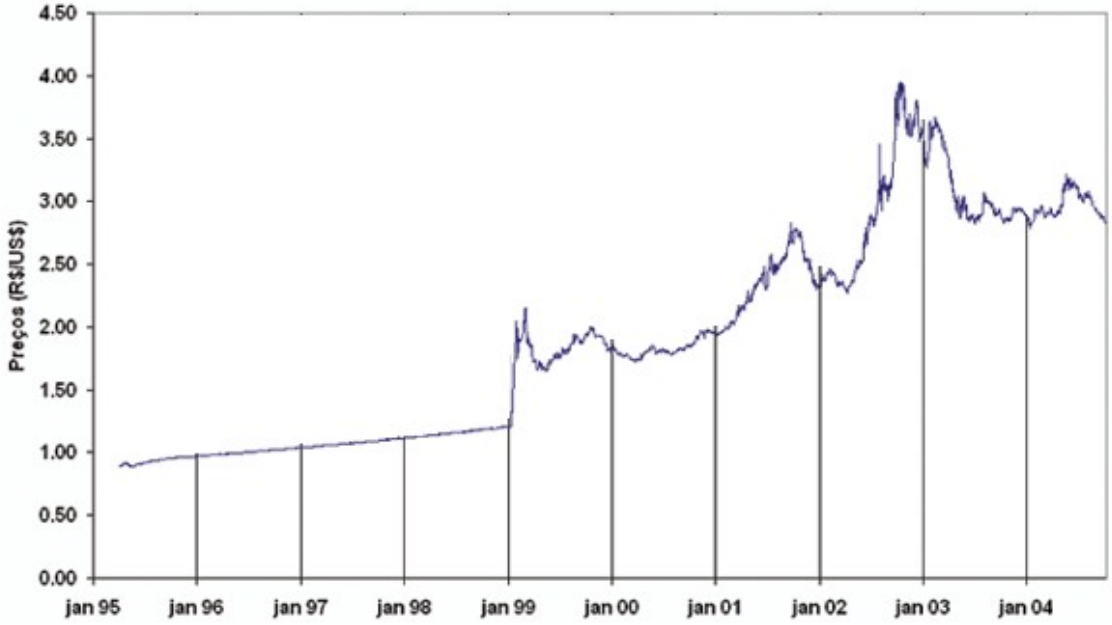
de doenças fatais (sendo o câncer um exemplo), por causa da ameaça à biodiversidade, ao abastecimento alimentar interno e às pequenas propriedades rurais pelo incentivo de monoculturas transgênicas latifundiárias destinadas à produção de *commodities* para a exportação, entre outros argumentos. Nesse contexto, no que concerne ao ciclo de internacionalização da agricultura de soja brasileira, além do maquinário e dos organismos geneticamente modificados, convém destacar que ele dependeu, também, da mudança de sistema do câmbio brasileiro.

3.3 O estímulo cambial no século XXI em face da política de desvalorização adotada a partir de 1999

A taxa de câmbio é uma variável chave na determinação do ambiente econômico. Para Shane e Liefert (2000, p. 683), o câmbio apresenta importante efeito sobre a competitividade de um país, apresentando, também, o papel de compensar o ambiente de incertezas da economia. Entretanto, o efeito da taxa de câmbio sobre o mercado de *commodity* brasileiro mostrou-se ambíguo no período de 1980 até 1999. Segundo os artigos de política agrícola de 1999, não havia evidência de correlação direta entre a taxa de câmbio e as exportações de produtos básicos. Até então, o que se observava era que apenas os produtos manufaturados pareciam influenciados pelo comportamento das taxas de câmbio e o setor agrícola submetido a uma relativa estagnação.

Conforme os periódicos de Política Agrícola dos anos 1998 e 1999, antes de adotar, a partir de janeiro de 1999, o sistema conhecido como câmbio livre, existiam duas correntes exercendo pressão sobre o governo no tocante à política cambial. A primeira, chamada desenvolvimentista, defendia a desvalorização imediata do real, dentro do pressuposto de que a moeda nacional estava sobrevalorizada. A outra sustentava a ideia de que o real precisava ser defendido a qualquer preço, mesmo considerando o elevado grau de exposição do Brasil ao risco em razão do problema do déficit público. Depois de alguns meses de vigência desse sistema, a cotação do real em relação ao dólar sofreu grandes flutuações. A Figura 16 apresenta o comportamento da taxa de câmbio entre 1995 e 2004.

Figura 16: Taxa de câmbio expressa em reais divulgada pelo Banco Central (abril/95 a outubro/04)



Fonte: BACEN (2019).

Como pode ser observado pela Figura 16, embora existisse uma divisão entre as correntes, a adoção pelo Brasil do regime de câmbio flutuante a partir de janeiro de 1999 provocou uma forte valorização do dólar em relação à cotação de dezembro de 1998. Com a abertura para o comércio exterior, apesar dos problemas ligados ao custo Brasil, juros elevados etc., o sistema produtivo brasileiro, como um todo, apresentou um salto qualitativo muito grande nos últimos anos. A agricultura nacional, inserida dentro das cadeias do agronegócio, representava mais de 40% do PIB em 1999 e já se credenciava, desde 1995-1996, por possuir as condições necessárias, para ser o centro dinâmico no processo de alavancagem das exportações brasileiras e da criação de empregos.

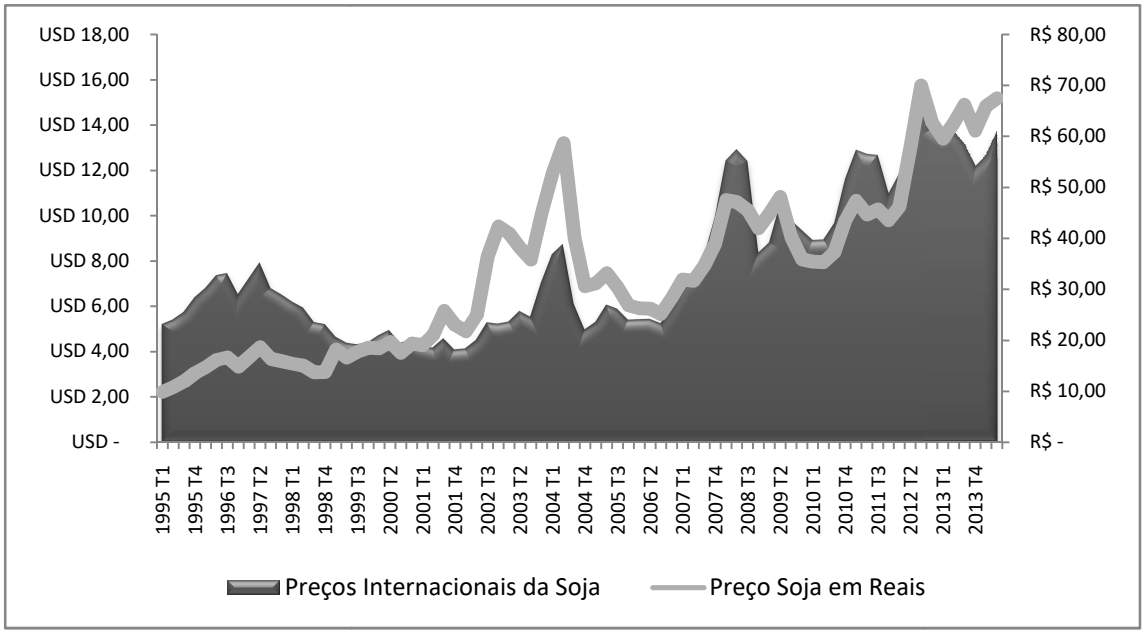
Rezende (2005, p. 06) mostra que, internamente, antes do período de flutuação cambial em 1999, o preço real dos insumos esteve predominantemente abaixo da média em função da valorização da moeda nacional que tornava os insumos importados mais baratos, enquanto, também, inibia a receita das exportações em reais. A estabilidade do período colaborou em preparar as condições para o posterior incremento da produção. Ainda, o autor destaca a importância da quebra das safras americanas de soja em 2002 e 2003, o que permitiu o aumento da produção de soja no Brasil e na Argentina, as quais ocorreram a partir de 1999 sem que elas redundassem em queda significativa dos preços mundiais da soja pela maior oferta mundial.

Em 1999, os artigos de Política Agrícola definiam o Brasil como o único país do mundo dotado de uma infraestrutura razoável capaz de oferecer em larga escala um dos fatores de produção mais escassos do mundo: a terra agricultável. No país, ela encontrava-se pronta para entrar imediatamente no sistema produtivo. Existia mais de 90 milhões de hectares nos cerrados disponíveis para serem utilizados, o que correspondia a uma área equivalente a toda área cultivada com grãos em 1999 pelos EUA e pela China.

Os pilares de sustentação do movimento de migração do câmbio fixo para o flutuante sustentavam-se na premissa de que o sistema financeiro brasileiro, além de ter sido fortalecido após a implantação do Plano Real, era um dos mais modernos do mundo. Ainda, existia a confiança de que as instituições democráticas brasileiras estavam plenamente consolidadas, com um governo exercendo em sua plenitude democrática o ato de governar. Nesse contexto, apesar de alguns entraves, o Congresso Nacional acabou por aprovar as propostas de ajuste fiscal apresentadas pelo governo, o que facilitou o trabalho de saneamento das contas públicas e ajudou na recuperação da credibilidade do Brasil nos mercados por passar a haver o controle da fuga de capitais (SHANE; LIEFERT, 2000, p. 684).

Para a agricultura brasileira, a fim de que a inflação ficasse sob controle, a liberação do câmbio foi vista com otimismo. Havia a expectativa de que o setor agrícola como um todo fosse beneficiado, mesmo com alguns aumentos nos custos de produção devido ao impacto dos insumos importados. A agricultura brasileira, apesar de ainda enfrentar alguns fatores adversos ligados aos custos, já se demonstrava competitiva internacionalmente. A Figura 17 ilustra a mudança do comportamento dos preços da soja em reais quando comparada aos preços internacionais.

Figura 17: Evolução dos preços internacionais da soja em moeda nacional entre 1995 e 2014



Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do IPEA (2017).

Conforme a Figura 17, até o ano de 1999, os preços da soja praticados em reais apresentavam-se como inferiores aos preços internacionais. A partir da flexibilização cambial em janeiro de 1999, os preços praticados em reais apresentaram elevação, mesmo com a correção dos preços internacionais ocorrida entre 1999 e 2002. Em 1999, os preços em reais praticados para a saca de soja trabalhavam na casa de R$ 20,00 por saca, enquanto em 1995-1996 ainda estavam próximos a R$ 10,00 por saca. Devido ao movimento de valorização do dólar, a partir de 2001, os preços praticados em reais eram superiores aos preços internacionais, situação que se manteve até 2007. Com breves períodos entre 2007-2008 e 2010-2011, nos quais os preços internacionais apresentaram-se de forma superior, o fator câmbio proporcionou vantagem de preços para os produtores brasileiros.

Assim, com um regime cambial favorável, a safra de 1999 já era considerada como uma safra recorde, com mais de 84 milhões de toneladas de grãos previstas para o ano. Logo, o câmbio representou uma alavancagem na renda agrícola, havendo, então, relações entre a elevação da produção e da exportação agrícola brasileira. O efeito conjunto do aumento da área cultivada e do ganho de produtividade criou a condição de oferta, a qual fez que, entre 1990/91 a 1997/98, a produção agrícola dobrasse e triplicasse entre 1990/91 e 2002/03. Deve-se destacar que essa evolução da produção agrícola foi puxada pelas exportações, cujo valor quadriplicou entre 1991 e 2003 e elevou a participação brasileira no mercado externo de, aproximadamente, 15,7% do valor das exportações mundiais para 26,4% grão (CARVALHO,

2007, p. 07). A fase de alta dos preços internacionais, a partir de 2002, foi reforçada pelo estímulo cambial da desvalorização de 1999, o que resultou em um grande dinamismo para a agricultura brasileira.

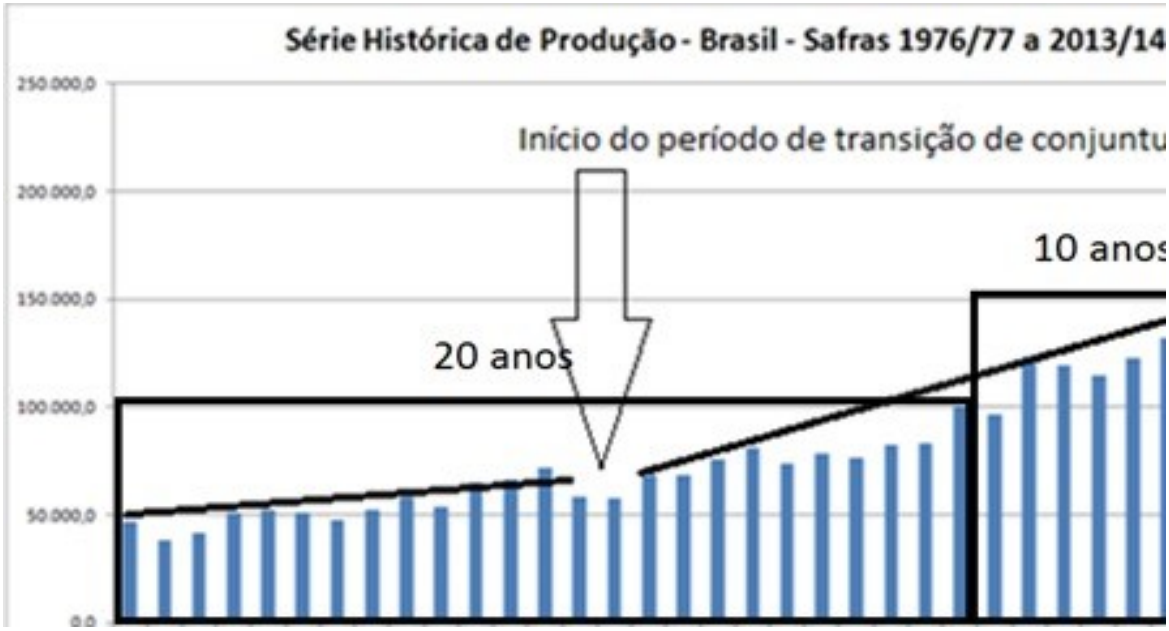
3.4 As perspectivas e o planejamento da agricultura no início do século XXI

A agricultura expandiu de forma bastante acelerada nos primeiros anos do século XXI, o que consolidou a produção total de grãos nacional em volumes superiores aos 110 milhões de toneladas, dobrando assim a produção dos últimos vinte anos do século XX. Nesse período, a cultura da soja destacava-se como a maior demanda no mercado internacional, sendo que os Estados Unidos ocupavam a primeira posição entre os países produtores (respondendo por 78 milhões de toneladas), seguidos pelo Brasil, que apresentava um volume de 50 milhões de toneladas na safra de 2003 (REZENDE; BRANDÃO; MARQUES, 2005, p. 250).

Em termos estruturais, é possível afirmar que o crescimento da soja extrapolava a expectativa da tendência iniciada nos anos 70 de privilégio das culturas de exportação. A área plantada com grãos aumentou em 22,8% entre 2001 e 2004, diferindo de forma radical do padrão que prevaleceu durante toda a década de 1990, no qual a área agrícola total com lavouras permaneceu constante e todo o aumento da produção agrícola vegetal adveio de aumento da produtividade da terra. Essa expansão de área ocorreu, sobretudo, na soja, que cresceu, somente nesses três anos agrícolas, 39,8% nas regiões Sul e Sudeste e 66,1% na região Centro-Oeste (REZENDE; BRANDÃO; MARQUES, 2005, p. 251).

A Figura 18 demonstra o tempo que foi necessário, em anos, para que a produção total de grãos no Brasil aumentasse em 50 milhões de toneladas. Partindo de 50 milhões de toneladas nas safras entre o final dos anos 1970 e início da década de 1980, a produção atingiu a casa de 100 milhões de toneladas logo nas primeiras safras do século XXI (dentro de um período aproximado de 20 anos).

Figura 18: Períodos necessários para incrementar 50 milhões de toneladas na evolução histórica da produção de grãos no Brasil



Fonte: Conab (2014).

A partir do século XXI, verifica-se que se reduziu para 10 anos o tempo necessário para incrementar mais 50 milhões de toneladas na produção total de grãos e, a partir da década de 2010, o tempo necessário caiu para 05 anos. Deve-se destacar que grande parte dessa evolução do plantio e da produção de grãos está diretamente ligada à cultura da soja que apresentou acentuada evolução no Brasil: em 1975, a produção brasileira não passou de 10 milhões de toneladas ao ano, mas, iniciando o século XXI, o país já estava produzindo cerca de 50 milhões de toneladas. Assim, o aumento acelerado da área cultivada, no caso da soja, pode ser considerado um fenômeno da transição do século XX para o XXI.

Conforme Carvalho (2007, p. 06), considerando a variação apresentada entre a safra 1990/91 e a safra 2004/2005, observa-se que a área cultivada com soja se elevou em 129% enquanto o crescimento da produtividade aumentou em 74%. O efeito conjunto do aumento da área cultivada e dos ganhos de produtividade resultou que, entre 1990/91 a 1997/98, a produção dobrou e, por sua vez, triplicou entre 1990/91 e 2002/03. Deve-se destacar que essa evolução foi puxada pelas exportações, cujo valor quadriplicou entre 1991 e 2003 e elevou a participação brasileira no mercado externo de grãos de, aproximadamente, 15,7% do valor das exportações mundiais para 26,4% (CARVALHO, 2007, p. 07).

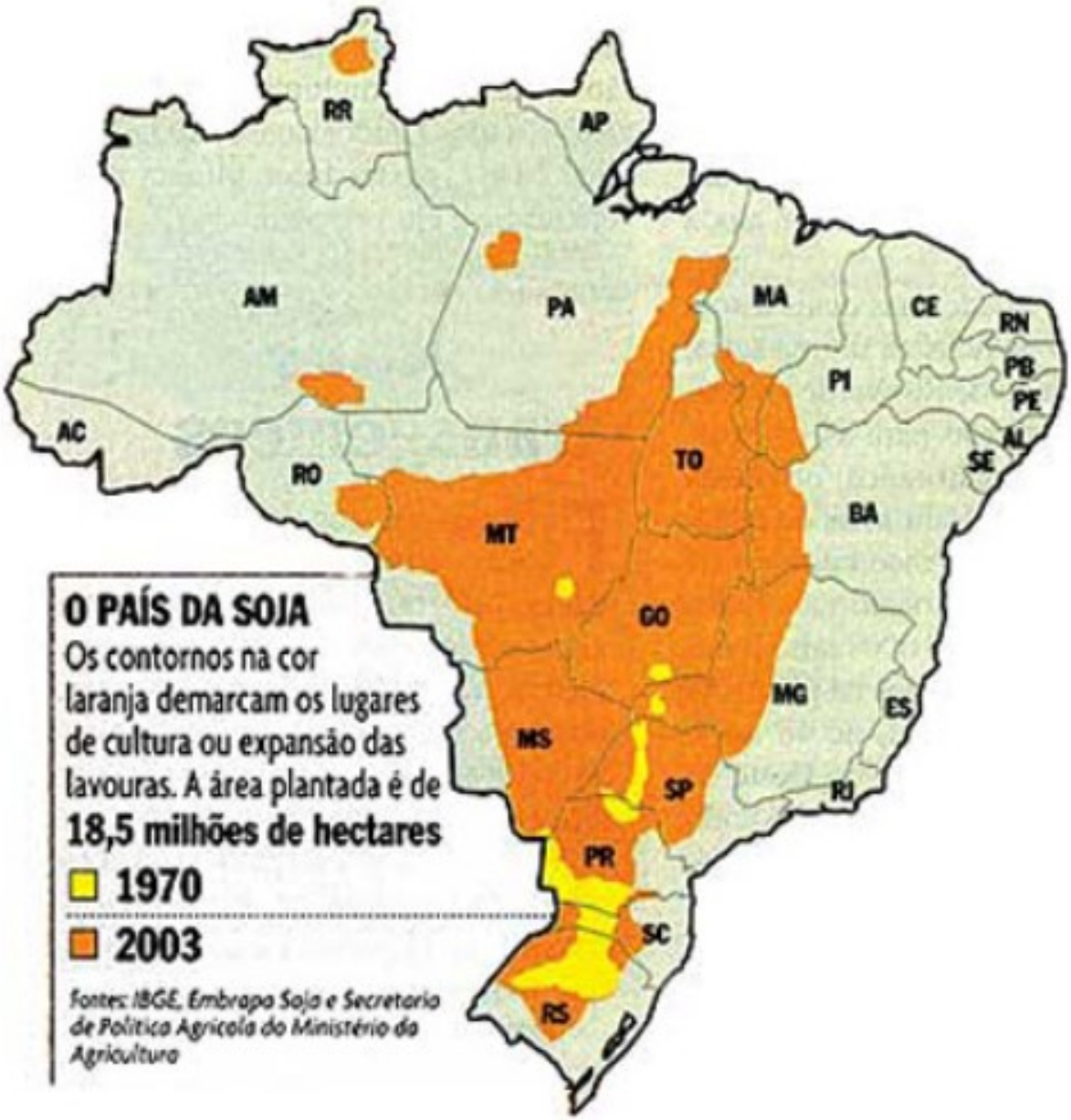
Ainda, Sanches e Roessing (2005, p. 10) reforçam a posição de que a geração de tecnologias foi um dos fatores fundamentais para que o Brasil aumentasse sua produção de soja, passando a ocupar o segundo lugar entre os maiores produtores do mundo. Também,

deve-se destacar a fase de alta dos preços internacionais, a partir de 2002, reforçada pelo estímulo cambial da desvalorização de 1999, a qual acarretou um grande dinamismo para a agricultura brasileira, principalmente nos últimos três anos agrícolas. Antes desse período, houve uma fase decrescente dos preços internacionais de soja (1998-2001) que acabou por coincidir com uma fase de elevado estoque mundial do produto. Importa observar que a safra de 2004/5, comparativamente com a anterior, registrou quedas na produção de milho e feijão, bem como apresentou posição de estagnação no que concerne à produção de soja (0,8%). A referida queda, segundo Guanziroli (2006, p. 09), estaria associada à baixa de preços das *commodities* internacionais, a qual foi ocasionada pelo crescimento dos estoques de cereais durante o final da safra americana de 2004/2005.

Deve-se destacar, também, que o crescimento da área plantada com soja no período, em todas as regiões do Brasil, implicou na expansão da área total ocupada com lavouras, uma vez que não ocorreu redução da área das culturas competidoras (isto é, das culturas de verão, como milho (1ª safra) e arroz) em nenhuma região. Ainda, conforme Gasques (2004, p. 07), a produtividade da terra foi o principal componente associado ao acréscimo da produtividade total dos fatores de produção agrícola ao longo do período de 1975 até 2002. Um recorte no período de 2001-2004 é capaz de demonstrar a sua diferença com relação às décadas anteriores, segundo o qual o crescimento da produção ocorreu mais por aumento da área plantada do que por aumento de rendimentos físicos.

A expansão de área acarretou mudança de padrões regionais de localização. A Figura 19 demonstra os locais de cultura ou expansão das lavouras de soja entre 1970 e 2003. Os Estados do Centro-Oeste que, em 1980, apresentavam 14% da área brasileira ocupada com soja, contra 77% da região Sul em 1998, passaram a ocupar 36% do total, enquanto que a região Sul diminuiu sua área para apenas 48%. Por sua vez, a soja do bioma do cerrado, que representava 16% da área total plantada em 1980, passou a ocupar mais de 50% no início da década de 2000 (BRUM; MULLER, 2005, p. 08).

Figura 19: Expansão das lavouras de soja no Brasil entre 1970 e 2003



Fonte: IBGE (2005).

Segundo Brum e Muller (2005, p. 08), a soja tem sido o elemento indutor do desenvolvimento da região do cerrado, não só ocupando áreas antes improdutivas e avançando sobre regiões de bovinocultura extensiva, mas também fixando atividades ligadas à produção, à comercialização e à industrialização da oleaginosa. Ainda, observa-se que houve expansão de plantios de soja para Estados não tradicionais em cereais, como Bahia, Piauí, Maranhão e, inclusive, Pará (Amazônia Legal), embora o Centro-Oeste e o Mato Grosso, em particular, tenham se consolidado como áreas com maior expansão absoluta entre 1980 e 2004.

Vieira e Almeida (2005, p. 12) revelam as vantagens comparativas da Região Centro-Oeste para a produção de soja:

> 1) Elevado número de horas com radiação solar (insolação), cuja porção fotossinteticamente ativa é superior a 1.000 ì mol.cm -2 .min -1 , fatos que a caracterizam como privilegiada à produção agrícola .
> 2) Temperaturas médias anuais próximas a 25ºC.A., temperatura máxima diurna, ao redor de 35º C entre novembro a fevereiro, adequada à produção dos produtos agrícolas protéico-oleaginosas a exemplo de soja, feijão e mamona; amiláceas, a exemplo de milho, arroz e mandioca; fibrosas, a exemplo de algodão e rami, além de café, cana-de-açúcar, flores tropicais e várias espécies olerícolas.
> 3) Precipitação anual varia entre 800 a 1600 mm, dividida em duas estações. A estação chuvosa, entre outubro a março, apresenta precipitações mensais superiores a 250 milímetros, que, associada às evaporações mensais inferiores a 120 milímetros, permite a produção dos produtos citados sem irrigação suplementar.
> 4) Relevo predominante variado entre plano a ondulado, portanto, adequado à agricultura mecanizada. Essas vantagens relativas se refletem na função de produção da soja no Centro Oeste que, como se demonstra à continuação, é mais eficiente que a de outras regiões do Brasil e dos Estados Unidos.

Dessa maneira, no início do século XXI, vários fatores contribuíam para que o Brasil pudesse elevar sua produção agrícola (principalmente de soja e milho). Pelo lado da oferta, como observado, o Brasil possuía grandes áreas inexploradas que foram incorporadas à produção agrícola ao longo das décadas de 2000 e 2010. Nesse período, segundo Sanches e Roessin (2005 p. 09), o Brasil ainda dispunha de 106 milhões de hectares de terras para incorporar ao mapa agrícola, o que permitia projetar, na época, que a produção de soja, que iniciou o século XXI em 50 milhões de toneladas, poderia atingir o nível das 75 milhões de toneladas em 2010, patamar que foi efetivamente alcançado.

Ainda, no que se refere ao lado da demanda, de acordo com dados do FMI (Fundo Monetário Internacional) citados por Sanches e Roessin (2005, p. 09), estava consolidando-se uma tendência de aumento sustentado, em função, basicamente, do crescimento econômico dos países do terceiro mundo, principalmente do continente asiático. Para os autores, o crescimento econômico de um continente onde vivem, em torno de, 55% dos habitantes do planeta, associado a uma grande elasticidade-renda da demanda de alimentos[26], possui uma

[26] Nas Ciências Econômicas, a elasticidade-rendimento da procura "é a medida do impacto decorrente de uma variação na renda sobre a demanda (ou procura) de um bem. Ou seja: a elasticidade-renda da demanda mede a variação percentual na quantidade demandada de um determinado bem, diante de uma variação percentual na renda do consumidor. Normalmente, existe uma relação direta entre o rendimento e a quantidade procurada, ou seja, o valor da elasticidade procura um rendimento que seja maior que zero (ou positivo). Assim, se a renda aumenta, a demanda aumenta; se a renda diminui, a demanda também diminui na mesma proporção. Neste caso, fala-se de bens normais. Contudo, pode haver uma relação inversa entre o rendimento e a quantidade procurada (quando a renda aumenta, a demanda diminui). Então, diz-se que a elasticidade-renda é menor que zero (ou negativa). É o caso dos chamados bens inferiores. Geralmente, esses são os bens de menor preço. Se os consumidores passam a dispor de maior renda para consumo, eles podem, por exemplo, deixar de comprar margarina (cujo preço é mais baixo) e passar a comprar manteiga (cujo preço é mais alto). Nesse caso, a

influência decisiva no que se refere ao seu consumo. Logo, pela lógica apresentada, o aumento da renda *per capita* nos países mais pobres acarretaria pressão de demanda de alimentos, como no caso da China, cuja procura de soja foi derivada do consumo de carnes, principalmente de aves e de suínos.

Logo, esse cenário embasou a elevação das exportações brasileiras e o aumento de sua participação no mercado mundial. No entanto, como defendido na presente tese, a tendência da evolução da produção agrícola brasileira para abastecer o mercado internacional responde ao comportamento dos preços agrícolas. Nesse sentido, faz-se preciso destacar que os preços agrícolas sofrem oscilações no curto prazo, as quais, conforme Guanziroli (2006, p. 17), acontecem em função da conjuntura do mercado mundial que varia em função de fatores como o clima, os estoques, as taxas de crescimento econômico e a distribuição de renda.

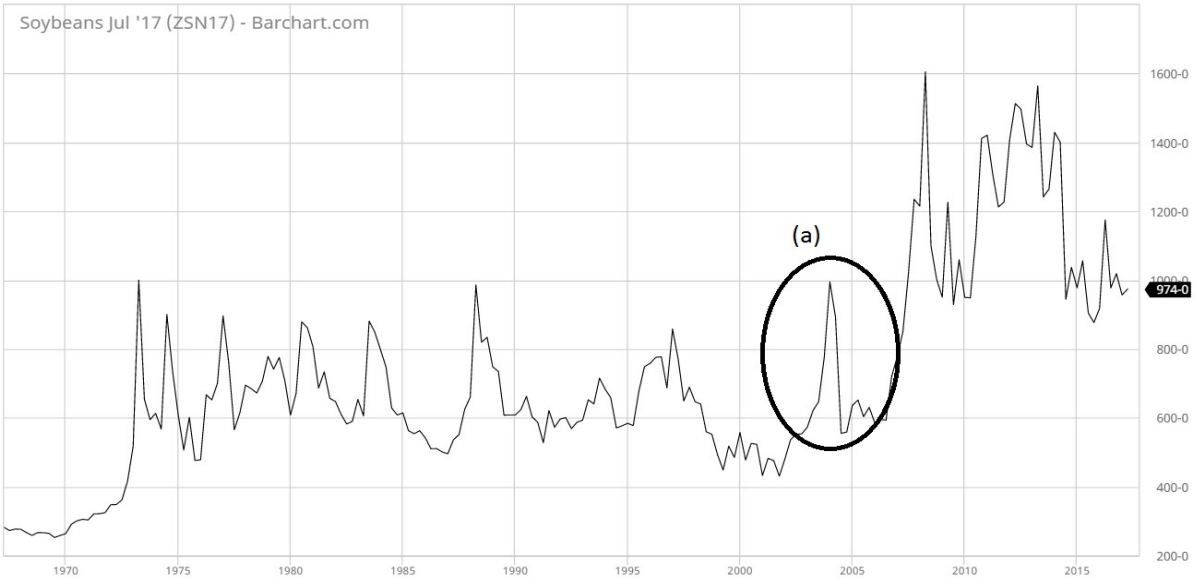
Ainda, Rezende e Silva (2005, p. 07) apontam para a existência de grande volatilidade dos preços internacionais a partir do segundo semestre de 2004, o que poderia impactar, de forma adversa, o comportamento do setor agrícola brasileiro nos próximos anos. Dessa maneira, a Figura 20, a seguir, retrata, no período (a), a oscilação de preços referida pelos autores, sendo que se observa, para o ano de 2004, um forte avanço nos preços da soja seguido por uma correção de mesma intensidade após o segundo semestre de 2004.

Faz-se importante ressaltar que a safra de 2004/5, em comparação com a anterior, registrou quedas na produção de milho e estagnação na produção de soja. Para Guanziroli (2006, p. 09), a referida estagnação estaria associada à queda de preços internacionais que foi ocasionada pelo crescimento dos estoques de cereais durante o final da safra americana de 2004-2005. A posição do autor é confirmada por base de dados e colabora para a sustentação desta tese.

---

demanda por margarina cai, enquanto a renda aumenta. Há também o caso de bens cuja demanda é altamente elástica à renda (elasticidade >1), ou seja, diante de um aumento da renda, há um aumento mais do que proporcional na demanda. É o caso dos chamados bens superiores. Por exemplo: imagine que as famílias consumam, em média, um tablete de chocolate por mês. Diante de um aumento de 10% na renda dessas famílias, elas decidem passar a consumir mais chocolate. A média, portanto, passa a dois tabletes por mês. Dessa forma, um aumento de 10% da renda provocou um aumento de 100% na procura por chocolate" (MANKIW, 2013; BACEN, 2019).

Figura 20: Comportamento dos preços internacionais da soja entre os anos 1960 e 2017 com base nos contratos de julho de 2017 da CBOT



Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da CBOT (2017). **(a)** Região de preços que compreende as oscilações no ano de 2004 destacadas por Rezende e Silva (2005, p. 17).

Nesse sentido, em função da retração dos preços internacionais, houve a diminuição de plantação de soja (entre 4,8% e 7,8%) na safra de grãos de 2005-2006 segundo a CONAB e o IBGE. Ainda, a conjuntura de quedas de preços, no segundo semestre de 2004, gerou preocupações e protestos no setor primário, sendo que, conforme Guanziroli (2006, p. 19), ocorreram, em 2005, "tratoraços" para a reivindicação de renegociação de empréstimos tomados pelos agricultores junto ao BNDES e ao Banco do Brasil nas épocas de bonança. Também, no caso específico da cultura da soja, a diminuição dos preços domésticos pagos ao produtor, além da queda dos preços internacionais, está relacionada com a valorização cambial de, aproximadamente, 20% entre agosto de 2004 e agosto de 2005. No entanto, é importante destacar que, no referido período, o Ministério da Fazenda opôs-se à renegociação com os agricultores.

O Quadro 3 reflete o comportamento dos preços recebidos pelo produtor em função da queda dos preços internacionais da soja e da valorização cambial.

Quadro 3: Comportamento dos preços da soja no Mato Grosso entre os anos de 2001 e 2005

	Preço RS/60 kg	Produção (mil ton)
2001	22,27	9.640,8
2002	27,75	11.636,7
2003	33,84	12.949,4
2004	44,55	15.008,8
2005	22,92	16.927,7

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da CONAB (2017).

De acordo com a Quadro 3, os preços de 2005 para a comercialização da soja, no Estado do Mato Grosso, apresentavam-se em patamares mais baixos, quando comparados com os preços praticados na comercialização das safras de 2002, 2003 e 2004. Dessa maneira, é visível o impacto da valorização cambial do preço da soja em relação aos preços internacionais. Embora os preços internacionais estivessem, na realidade, iguais a seus patamares históricos, como demonstra a Figura 20, os preços recebidos pelo produtor brasileiro encontravam-se no patamar da comercialização da safra de 2001.

Nesse período, Belik (2005, p. 14) destaca várias limitações do modelo agroexportador brasileiro, entre elas:

> 1) O peso do mercado agrícola está relacionado à relativa "letargia" do mercado interno, por causa da renda interna estagnada em função da política recessiva do atual governo;
> 2) Baixa geração de emprego do modelo exportador;
> 3) Oferta excessiva de produtos brasileiros tem como consequência o aviltamento dos preços internacionais;
> 4) Os níveis de produtividade brasileiros são baixos em comparação com outros países do mundo, tanto na parte agrícola como na agroindustrial.

Em síntese, conforme Belik (2005, p. 14), não era suficiente fixar o sucesso da competitividade do modelo nos baixos salários brasileiros e nos recursos naturais, pois, ao longo das últimas décadas, verificou-se, por meio de diversos estudos, que estímulos decorrentes de aumento de renda provocaram significativos acréscimos na demanda doméstica, o que chegou, inclusive, a redirecionar a atuação de empresas para o segmento interno. Nas palavras do autor, "essas conclusões demonstram a necessidade de trabalhar as políticas sociais e de transferência de renda para as famílias mais pobres com a mesma importância de outras políticas de características mais produtivas" (BELIK, 2005, p. 14).

Pela base de dados, observa-se que a dinâmica de crescimento do mercado agrícola brasileiro respondia, cada vez mais, ao mercado internacional – contrariando a posição do

supramencionado autor sobre o fracasso do modelo agroexportador. A Tabela 2, elaborada pelo MAPA, demonstra o fluxo do comércio brasileiro com o mundo, destacando a participação dos produtos agrícolas no mundo com relação ao total de comércio mundial e do comércio agrícola brasileiro com o comércio agrícola total mundial.

Tabela 2: Participação Agrícola no Comércio mundial

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Total Mundial	8.083,02	9.373,96	10.707,60	12.660,81	9.812,66	12.187,51	14.688,61	15.068,59	15.280,72	15.226,81
Agrícola Mundial[1]	526,12	576,35	697,23	860,25	755,44	873,70	1.091,86	1.108,49	1.141,09	1.178,54
Part. Agri/Total - Mundial%	6,5%	6,1%	6,5%	6,8%	7,7%	7,2%	7,4%	7,4%	7,5%	7,7%
Total Brasil	118,53	137,81	160,65	197,94	152,99	197,36	256,04	242,58	242,18	225,10
Agrícola Brasil [1]	32,21	36,94	44,89	58,36	54,83	63,68	81,80	83,41	86,64	82,63
Part. Agri/Total - Brasil%	27,2%	26,8%	27,9%	29,5%	35,8%	32,3%	31,9%	34,4%	35,8%	36,7%
Part. Total Brasil/ Total Mundial%	1,5%	1,5%	1,5%	1,6%	1,6%	1,6%	1,7%	1,6%	1,6%	1,5%
Part. Agri Brasil/ Agri Mundial%	6,1%	6,4%	6,4%	6,8%	7,3%	7,3%	7,5%	7,5%	7,6%	7,0%

Fonte: Trademap/CCI.
Elaboração: SRI / MAPA
Notas:
[1] Inclui os produtos do anexo 1 do Acordo Agrícola da OMC - 1994, além de pescados
[2] Exclui o intra-comércio da UE-28.
[3] Dados extraídos em 19/04/2016. Sujeitos a alteração.

Fonte: MAPA (2017).

A partir dos anos de 2005 a 2014, é importante verificar que houve forte crescimento das exportações agrícolas em relação ao crescimento do comércio total de bens. Enquanto o comércio total cresceu 88,4%, o comércio agrícola cresceu 124,0%. Tal fato possibilitou um incremento da participação do comércio agrícola no total das exportações mundiais, que passou de 6,5% 2005 a 7,7% em 2014. Nesse mesmo período, o Brasil aumentou sua participação no comércio mundial agrícola de 6,1% em 2005 para 7,6% em 2013 e para 7% em 2014. Por outro lado, a participação das exportações agrícolas no total das exportações brasileiras subiu de 27,2% em 2005 para 36,7% em 2014. Ainda, no que concerne às exportações agropecuárias brasileiras, observa-se que estas cresceram cerca de 150% entre 2005 e 2011, a despeito da crise internacional de 2008 e 2009. Nesse período, as exportações subiram de US$ 32,2 bilhões em 2005 para US$ 81,8 bilhões em 2011, consolidando o sucesso comercial do modelo agroexportador, o que refuta a posição defendida por Belik (2005, p. 14).

Assim, o ciclo de transição do foco produtivo da agricultura no Brasil completou-se com o grande crescimento da produção de grãos, principalmente da soja, a qual se constituiu como a força motriz no processo de transformação da agricultura brasileira e, portanto, da expansão e do fortalecimento da economia nacional. Entre 1970 e 2000, a produção nacional de grãos passou de 29,2 milhões de toneladas para 82,8 milhões de toneladas, o que

representou um crescimento de 184%. Convém destacar que grande parte dessa expansão ocorreu nos cerrados (CONAB, 2014).

Como consequência desse crescimento, surgiu um imenso parque industrial para o esmagamento da soja e de outros grãos, bem como para a extração do óleo e do farelo. A disponibilidade de grande quantidade de farelo de soja e de milho permitiu o desenvolvimento de uma moderna e sofisticada estrutura para a produção de suínos, aves e leite e, também, a instalação de grandes frigoríficos e de fábricas para a sua industrialização. Ainda, foi criado um sistema eficiente de suprimento de insumos agrícolas modernos (fertilizantes, defensivos, maquinários agrícolas etc.) e um sistema de distribuição, que incluiu desde as grandes cadeias de supermercados até os pequenos varejistas locais (CONAB, 2014). Nesse sentido, os efeitos dinâmicos da produção de grãos são sentidos em toda a economia brasileira, sendo esta uma das discussões do próximo capítulo.

Neste capítulo, portanto, apresentou-se os impactos da nova rodada de modernização produtiva do Brasil – a qual ocorreu por meio da aquisição de bens de capital (maquinários), da inserção (regulamentação) de organismos geneticamente modificados, da expansão das linhas de crédito, da flexibilização cambial, entre outros – frente às crescentes elevações da demanda do agronegócio de soja pelo mercado internacional. Diante desse contexto, no capítulo a seguir, busca-se apresentar os fatores que aceleraram essa nova conjuntura internacionalizada, os quais explicam os referidos impactos.

4 A CONSOLIDAÇÃO INTERNACIONAL DO COMPLEXO SOJA BRASILEIRO NO SÉCULO XXI

Nos capítulos anteriores, apresentou-se os elementos que levaram à consolidação da agricultura brasileira na década de 2000 (especialmente em sua segunda metade), os quais permitiram que o país aumentasse a sua produção. As vantagens comparativas da nova conjuntura internacional do setor agrícola têm relação, especialmente, com o complexo soja.

Neste capítulo, apresenta-se o primeiro grande choque da conjuntura internacional da agricultura brasileira em 2008. Essa grande crise afetou os preços internacionais e o mercado de crédito, solidificando a expectativa de que uma nova recessão para o setor agrícola estava se desenhando. Os seus eventos acarretaram uma série de mudanças no comércio mundial e na política econômica brasileira, bem como fizeram com que os ciclos de preços da soja encontrassem suporte no consumo de crédito da economia chinesa e na deterioração da economia brasileira na década de 2010.

Assim, este capítulo estuda a questão da crise fiscal brasileira e evidencia seus impactos no agronegócio de soja. Ainda, aborda o movimento de produção de soja brasileira destinada a atender mercado internacional. Dessa maneira, busca-se verificar se a inserção global do agronegócio de soja brasileiro constituiu-se como um pilar para o crescimento da economia mundial no início do século XXI.

O desenvolvimento deste capítulo, em resposta ao problema da tese, visa, com base na hipótese, demonstrar como se deu a expansão do complexo soja e quais foram os seus fatores determinantes, bem como tem como escopo verificar o papel histórico-econômico da inserção global do agronegócio de soja brasileiro no início do século XXI.

4.1 Os ciclos econômicos globais e a crise financeira internacional de 2008

Para melhor compreender o posicionamento defendido sobre a grave crise fiscal pela qual o mundo passou em 2008 e seus impactos sobre a agricultura brasileira, faz-se necessário analisar o desempenho das economias global e brasileira por meio da realização de comparação delas com os resultados da produção e da comercialização agrícola no período. Para estudar a relação proposta, com foco principal nas alterações provocadas após a crise de 2008, optou-se por utilizar o modelo de ciclos econômicos, pois, segundo Gitman (2005, p. 18), o comportamento da economia é captado no ciclo econômico, sendo que o ciclo reflete as mudanças na atividade econômica total com o passar do tempo.

Para o autor, existem duas medidas amplamente seguidas do ciclo econômico: o produto interno bruto e a produção industrial. O produto interno bruto (PIB) representa o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos em um país em determinados períodos de tempo. A produção industrial é uma medida (na verdade, um índice) da produção/atividade no segmento industrial ou produtivo da economia. Normalmente, o PIB e o índice da produção industrial sobem e descem com o ciclo econômico (GITMAN, 2005, p. 18).

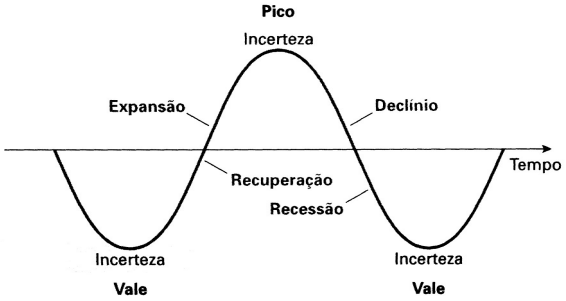
Ainda, conforme a teoria marxista, Ribeiro (2002, p. 141) aponta que o elemento que confere à crise capitalista um caráter específico é o fato de que ela deve ser uma crise de abundância. Nesse sentido, como ela repete-se periodicamente, a essa expressão foi agregado o termo cíclico. Entretanto, esta denominação apresenta algumas dificuldades, pois o fenômeno não se limita, apenas, à crise, mas é composto de quatro fases distintas: crise, depressão, reanimação e auge.

De acordo com Carvalho (1999, p. 264-267), as concepções de ciclos econômicos correntes na literatura teórica e/ou empírica podem ser agrupadas em duas filiações teóricas. Por um lado, o ciclo é entendido como a forma necessária e permanente de operação de uma economia de mercado. Nessa perspectiva, o ciclo é concebido, então, como intrínseco à economia capitalista. Dessa maneira, sua ocorrência independe de choques ou perturbações e não pode ser eliminada por meio do aperfeiçoamento de mercados ou pela intervenção da política econômica, ainda que esta última possa, eventualmente, amenizar seus efeitos. Com base nessa visão, uma economia está sempre em alguma fase do ciclo, que será fatalmente superada pela fase seguinte, num movimento perpétuo pelo qual expansões geram contrações e, essas últimas, geram novas expansões.

A outra concepção de ciclo propõe que flutuações da economia resultam dos processos de ajuste dessa economia a choques. Na ausência de choques, a economia poderia se estabilizar numa posição qualquer ou flutuar de acordo com influências erráticas e imprevisíveis, como choques meteorológicos, crises políticas etc. Certos choques, contudo, são tão fortes que põem em movimento um processo de propagação e ajuste que atinge toda a economia. Além disso, esses choques podem disparar mecanismos amplificadores de seu impacto, que, ao serem revertidos ou exauridos mais tarde, explicariam o aspecto ondular do processo de ajuste.

Como pode ser observado na Figura 21, Gitman (2005, p. 19) afirma que um ciclo é definido quando se encontram todas as fases da atividade econômica: recessão, recuperação, expansão e desaceleração.

Figura 21: Fases de um ciclo econômico idealizado



Fonte: Gitman (2005, p. 19).

Ainda, para o autor, o ciclo econômico pode ser definido de dois modos. O primeiro, e o mais comum, refere-se ao período que se estende do pico da atividade econômica, atravessa uma recessão, assegura uma recuperação e expande-se até que o próximo pico seja alcançado. Alternativamente, o ciclo pode estender-se de um piso (ponto baixo) de atividade econômica até uma recuperação e expansão até um novo pico e atravessar por uma recessão até que um novo piso seja alcançado.

Deve-se destacar, também, a posição de Gitman (2005, p. 20) ao demonstrar que as decisões financeiras e de mercado são tomadas por unidades econômicas de todos os níveis, desde consumidores individuais e famílias à empresas e governos. Essas várias decisões juntas têm um impacto na direção da atividade econômica. Particularmente, são importantes, nesse sentido, a Política Fiscal (impostos, gastos do governo e administração de dívidas) e a Política Monetária (oferta de moeda e taxas de juros), as quais permitem ao Estado influenciar a atividade econômica agregada. Ainda, além das políticas controladas pelo governo, outros fatores influenciam o ciclo, como a inflação, os gastos do consumidor, os investimentos de empresas, as transações no exterior e as taxas cambiais estrangeiras.

No que se refere às políticas controladas pelo governo, a Política Fiscal do governo tende a ser expansiva quando incentiva os gastos, reduz os impostos e/ou aumenta o tamanho do orçamento. Da mesma forma, a Política Monetária é considerada expansiva quando o dinheiro está prontamente disponível e as taxas de juros são relativamente baixas. Uma economia expansiva também depende de um nível generoso de gastos dos consumidores e das empresas. Essas mesmas variáveis, movendo-se na direção inversa, podem ter um impacto de contenção (recessão) sobre a economia, como, por exemplo, quando os impostos e as taxas de juros aumentam ou quando os gastos dos consumidores e das empresas caem.

Nesse sentido, para o desenvolvimento das relações entre a crise fiscal pela qual o mundo passou em 2008 e seus impactos sobre a agricultura brasileira, faz-se necessário construir um modelo de análise de ciclos econômicos com base nos referenciais apresentados. Logo, para identificar os ciclos econômicos, o primeiro passo recai sobre a coleta das séries de PIB trimestral e o comportamento das taxas de crescimento anualizadas para, em seguida, estruturar-se as fases dos ciclos econômicos.

Para o cálculo da taxa de crescimento acumulada do PIB trimestral, utilizou-se o modelo das Contas Nacionais Trimestrais do IBGE. No modelo, a partir do segundo trimestre de 2001, passou-se a explicitar o comportamento dos componentes da demanda agregada: consumo das famílias, consumo do governo, investimento e exportações e importações de bens e serviços de não fatores. Até então, as contas trimestrais eram divulgadas, exclusivamente, pela ótica da produção, ou melhor, do valor adicionado nos diferentes setores da economia (IBGE, 2017b).

Embora variáveis de demanda fossem utilizadas para verificar a consistência dos resultados obtidos, olhava-se, exclusivamente, para o lado da oferta da economia. Com esse passo, o IBGE avançou significativamente no sentido de dotar o país de um sistema de contas nacionais em bases trimestrais sendo, a partir de então, possível ampliar o alcance das análises sobre o comportamento da economia, principalmente quanto aos efeitos da política econômica que se manifestam, sobretudo, por alterarem os diferentes componentes da demanda agregada (IBGE, 2017b).

Com base no referido modelo, busca-se avaliar o comportamento geral das séries ao longo dos ciclos econômicos, demonstrando a sua evolução e a sua relação com a expansão da agricultura brasileira, já que se busca correlacionar a influência das expansões e retrações do PIB e seus impactos sobre o setor agrícola. Dessa maneira, segundo o IBGE (2017), o modelo pode ser construído com as séries ajustadas sazonalmente, as quais consideram não só os fatores sazonais, mas também os efeitos de calendário. As séries ajustadas sazonalmente foram obtidas através de modelos detalhados no Apêndice L.

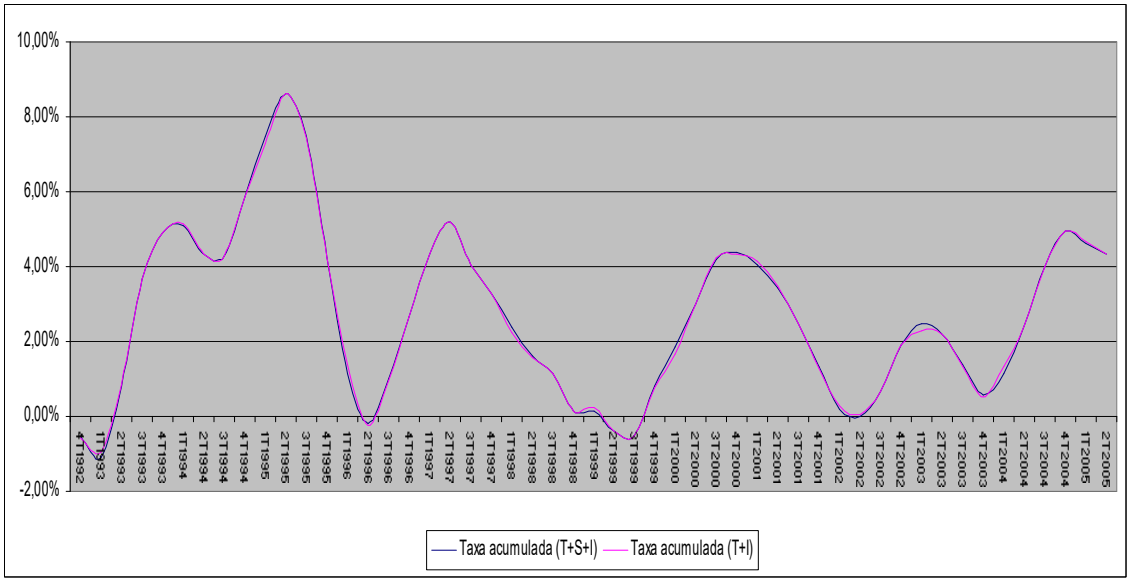
Deve-se destacar que a identificação do ciclo econômico acontece por meio da utilização da taxa de crescimento anualizada, obtida pela média de quatro trimestres comparada com os quatro trimestres imediatamente anteriores. Dessa forma, para a identificação dos ciclos econômicos com base na série de PIB trimestral, faz-se necessária a obtenção das taxas trimestrais anualizadas (quatro trimestres até o trimestre a ser calculado contra quatro trimestres anteriores) para a exclusão de boa parte da sazonalidade.

Dessa forma, busca-se encontrar uma melhor visualização de sua tendência. Essas taxas anualizadas apresentam, também, a vantagem de que a mudança em sua tendência constitui algo relativamente consolidado, pois ela resulta da reversão presente por alguns meses no indicador composto não anualizado (IBGE, 2017c).

Essa posição é compartilhada por Fortuna (1999, p. 36). O autor afirma que o uso dessas taxas se tornou comum entre os economistas, já que, ao final de um ano, elas revelam a taxa de variação anual. Através de uma análise gráfica, é possível verificar que as taxas negativas (ou positivas) indicam que a atividade econômica é inferior (ou superior) à do ano anterior.

Para a compreensão da crise fiscal pela qual o mundo passou em 2008 e seus impactos sobre a agricultura brasileira, elaborou-se a Figura 22. A construção da Figura tem por objetivo definir se a elaboração dos ciclos econômicos deve utilizar ou não o modelo de ajuste sazonal, desconsiderando suas informações para as questões analíticas. Dessa forma, a Figura 22 apresenta a taxa anualizada (taxa acumulada de quatro trimestres comparada com os quatro trimestres imediatamente anteriores) da série de PIB brasileiro sem ajuste sazonal e da série com ajuste sazonal. Verifica-se uma quase coincidência entre essas duas séries, revelando que o componente sazonal foi bem regular na transição entre o século XX e XXI no Brasil. Ou seja, observando as duas séries de PIB com o componente de sazonalidade incluído na série e sem o componente sazonal, as séries apresentaram o mesmo padrão, indicando que não são os fatores sazonais (flutuações dentro do ano) que levam ao comportamento cíclico (flutuações de mais de um ano).

Figura 22: Taxa (%) acumulada trimestral PIB a preços de mercado: 4º Tri 1992 a 2º Tri 2005 - Brasil



Fonte: Elaborada com base nos dados do PIB trimestral do IBGE (2006).

Assim, tanto a série sem ajuste, quanto à com ajuste, poderia ser utilizada para obter a taxa anualizada que representa o ciclo econômico. Logo, optou-se por avaliar a taxa anualizada das séries de PIB e de preços da soja sem ajuste sazonal.

Entende-se que a metodologia adotada torna possível identificar os ciclos econômicos (inclusive de seus componentes) e de preços. Assim, o passo seguinte para completar o modelo foi escolher uma forma de diferenciar as suas fases. Optou-se por identificar as fases do ciclo econômico com base na taxa anualizada de crescimento do PIB trimestral e de preços da soja. A Tabela 3 define os padrões que foram utilizados para a definição das fases do ciclo.

Tabela 3: Padrões a serem observados para a definição das fases do ciclo econômico

Média	**Abaixo**	**Acima**	**Acima**	**Abaixo**
Código	2	1	1	2
Variação	**Acelera**	**Acelera**	**Desacelera**	**Desacelera**
Código	1	1	2	2
Fase	**1**	**2**	**3**	**4**

Fonte: Elaborada pelo autor.

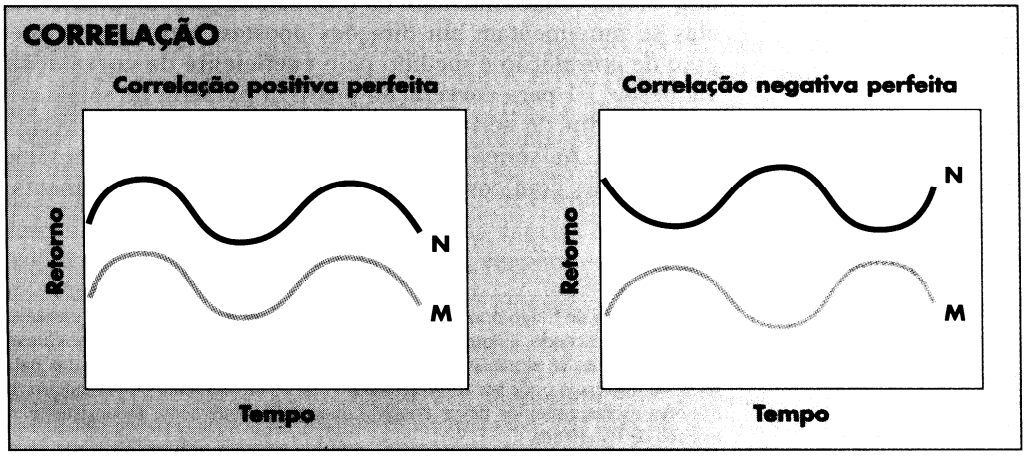
A padronização da Tabela 3 permite identificar os parâmetros mencionados acima para a definição das fases do ciclo econômico. Na segunda linha da Tabela 3, se a taxa de crescimento do PIB encontrar-se abaixo da média do período estudado, atribuir-se-á o código 2; por outro lado, se a taxa de crescimento do PIB encontrar-se acima da média, atribuir-se-á o código 1. Na quarta linha da Tabela 3, quando a taxa de crescimento do PIB acelerar, atribuir-se-á o código 1, e quando esta desacelerar, atribuir-se-á o código 2. Entende-se por aceleração da taxa de crescimento quando a taxa anualizada de crescimento do trimestre é maior que a taxa anualizada de crescimento do trimestre imediatamente anterior. Do contrário, há uma desaceleração. A quinta linha da Tabela 3 é definida como a "fase", a qual resulta de um processo de combinação dos dois códigos anteriores e culmina na identificação da fase do ciclo.

Após definir os padrões para a identificação das fases dos ciclos econômicos, faz-se necessário investigar se existe causalidade e correlação entre os ciclos econômicos e a produção agrícola brasileira. Assim, optou-se por trabalhar com os preços da cultura de soja em grãos, pois ela representa o produto com maior participação na produção e na exportação agrícola brasileira no século XXI. Nesse sentido, destaca-se a discussão do Capítulo 01, no qual se sustentou os fatores determinantes para a expansão da produção e da comercialização internacional da agricultura brasileira, com destaque para a soja, sendo eles: a influência da aceleração do processo de globalização em relação ao processo de consolidação da produção

agrícola, as reformas, a reorganização do setor e a elevação dos preços internacionais e dos preços finais ao produtor.

Dessa maneira, busca-se estudar as correlações entre os ciclos econômicos globais e brasileiro com os ciclos de preços da soja. Conforme Gitman (1997), a correlação é uma medida estatística da relação. Pode existir entre séries de números que representem qualquer tipo de dados, desde retornos até resultados de testes. Se duas séries se movimentam na mesma direção, são positivamente correlacionadas; se elas se movimentam em direções opostas, são negativamente correlacionadas. O grau de correlação é medido pelo coeficiente de correlação, o qual está na faixa que vai desde "+1" para correlação positiva perfeita de séries a "-1" para correlação negativa perfeita de séries. Esses dois extremos para as séries hipotéticas M e N são descritos na Figura 23. As séries de correlação positiva perfeita movimentam-se juntas, enquanto que as séries com correlação negativa perfeita se movimentam em direções opostas.

Figura 23: A correlação entre as séries M e N



Fonte: Gitman (1997).

Logo, com o modelo analítico e o referencial teórico completos, o passo seguinte é encontrar os ciclos econômicos para as principais economias mundiais e para os preços da soja (cultura definida para que se avalie o desempenho do agronegócio brasileiro). Em seguida, estuda-se a correlação do desempenho das principais economias globais com os preços internacionais da soja, identificando, então, os países que apresentam correlação entre seu crescimento com a demanda de alimentos.

Assim, para a análise de correlação entre os ciclos econômicos e de preços da soja foram utilizados os dados históricos da Organização para a Cooperação e

Desenvolvimento Econômico[27] (OCDE). Optou-se por trabalhar com a base de dados da OCDE, pois a maioria dos seus membros é considerada desenvolvida, em que o grupo é integrados por economias com elevado PIB *per capita* e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o que corresponde à alta demanda por alimentos (com destaque para alimentos processados e proteínas). Assim, a base de dados da OCDE corresponde ao PIB de 41 países e ao agregado da União Europeia (27 países), conforme a Tabela 4.

Tabela 4: Lista de países analisados

África do Sul	**Hungria**
Alemanha	Índia
Argentina	Indonésia
Austrália	Irlanda
Áustria	Islândia
Bélgica	Israel
Brasil	Itália
Canadá	Japão
Chile	Luxemburgo
China	México
Coréia	Noruega
Dinamarca	Nova Zelândia
Eslovênia	Polônia
Espanha	Portugal
Estados Unidos	Reino Unido
Estônia	República Checa
Federação Russa	República Eslovaca
Finlândia	Suécia
França	Suíça
Grécia	Turquia
Holanda	União Europeia (27 países)

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas principais economias globais segundo informação da OCDE (2015).

Para o recorte temporal a ser utilizado na metodologia para a identificação dos ciclos, utilizou-se, em todos os países mencionados acima e na série dos preços da soja de Chicago, os anos de 2001 (o qual marca o início de uma nova dinâmica na tendência de produção agrícola brasileira e a entrada da China na OMC) até o ano de 2012 (último ciclo completo de preços da soja na data do estudo). Em seguida, foram calculadas as correlações entre essas séries históricas. Os resultados são apresentados na Tabela 5.

Como resultado relevante, a Tabela 5 apresenta que a maior correlação entre os ciclos econômicos e os ciclos de preço da soja aconteceu com a China (0,55). Uma análise dos boletins sobre o comércio exterior da cultura soja do MAPA demonstra que os principais importadores mundiais de soja são a China e a União Europeia. Os dados revisados (MAPA)

[27] Organização internacional que procura fornecer uma plataforma para comparar políticas econômicas, solucionar problemas comuns e coordenar políticas domésticas e internacionais (OCDE, 2015).

indicam que a China apresentou um volume de importações na safra de 2010/11 e na safra de 2011/12 de, aproximadamente, 59,5 milhões de toneladas, o que equivale a 63% de participação no total das importações mundiais de soja.

Tabela 5: Correlações entre os ciclos econômicos e os ciclos da soja (2001-2012)

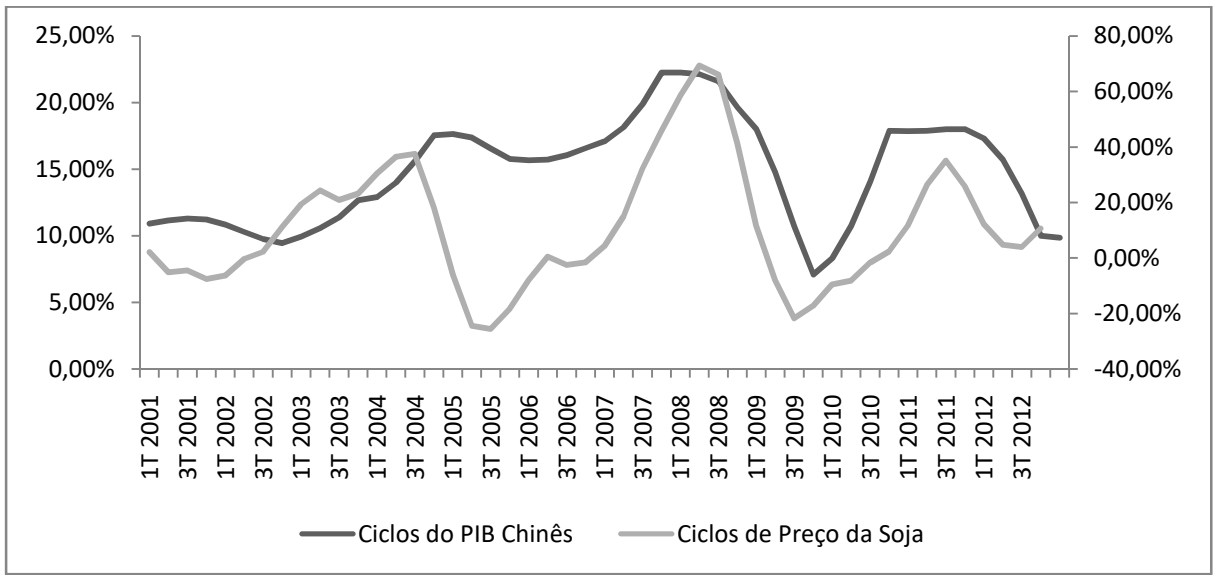
Correlações: taxa de crescimento PIB trimestral com taxa de variação trimestral de preços da soja	
China	0,55
Argentina	0,52
Austrália	0,51
Suíça	0,47
Polônia	0,44
Brasil	0,43
Finlândia	0,43
Alemanha	0,42
República Eslovaca	0,40
nova Zelândia	0,38
Suécia	0,36
Bélgica	0,35
Reino Unido	0,35
Canadá	0,33
México	0,33
Áustria	0,32
África do Sul	0,32
França	0,31
Rússia	0,30
Índia	0,29
Eslovênia	0,28
Coréia	0,27
Estônia	0,26
Japão	0,26
Itália	0,24
UE (27 países)	0,21
Holanda	0,21
República Checa	0,20
Dinamarca	0,19
Estados Unidos	0,18
Noruega	0,18
Luxemburgo	0,16
Espanha	0,12
Hungria	0,08
Portugal	0,07
Israel	0,00
Indonésia	-0,01
Islândia	-0,02
Irlanda	-0,05
Grécia	-0,05
Chile	-0,06
Turquia	-0,07

Fonte: Elaborada com base nos dados da OCDE (2015).

A União Europeia (embora tenha apresentado correlação de 0,21% entre o desempenho de sua economia com a variação nos preços da soja) correspondeu, no mesmo período, a, cerca de, 12,21 milhões de toneladas importadas nas respectivas safras, o que representa uma participação de, aproximadamente, 13% no total das importações globais de soja. Ainda, é importante mencionar o posicionamento do Editorial da Revista de Política Agrícola (1997, p. 09), o qual refere que a história contemporânea dos preços agrícolas desenvolveu-se a partir de 1996, com a implantação de uma forte política norte-americana de subsídios à agricultura até 2002[28].

Com base na correlação encontrada pelo modelo e na validação teórica do resultado da alta participação chinesa no mercado de soja, aprofunda-se a análise dos preços da soja com base no ciclo econômico chinês. A Figura 24 é resultado do procedimento demonstrado no modelo analítico do Apêndice 2, o qual retrata o processo necessário para a identificação das fases dos ciclos econômicos e de preços da soja.

Figura 24: Taxa acumulada em quatro trimestres do PIB chinês a preços de mercado e taxa média de crescimento acumulada em quatro trimestres dos preços da soja



Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo OCDE (2015).

[28] A aprovação da lei agrícola americana de 1996 (*Federal Agriculture Improvement and Reform Act of 1996 - Fair Act*) alterou significativamente o papel do governo na agricultura dos Estados Unidos. Os pagamentos de deficiência (baseados nos preços meta e no controle da área plantada), cujo volume dependia dos preços de mercado, foram substituídos por um sistema de pagamentos fixos (*contract payments*), que independiam dos preços de mercado e dos produtos a serem produzidos. Pelo sistema anterior, quanto menor o preço de mercado, maiores seriam as transferências para os produtores, o que gerava uma importante rede de proteção contra eventuais quedas na renda do setor. Em contrapartida, os agricultores eram obrigados a seguir várias regras relativas à utilização das áreas cobertas pelo programa. A nova legislação fez parte de várias mudanças na política agrícola americana, iniciadas em 1985, com o objetivo de reduzir o papel do governo na agricultura e torná-la mais orientada para o mercado. Nela, o produtor podia decidir o que plantar e o quanto plantar na área contratada, mas receberia apenas os pagamentos fixos, que, em média, representariam pouco mais de 10% da renda líquida do setor agrícola (MAPA, 1997, p. 10-11).

De acordo com a Figura 24, observa-se, de forma clara, como o PIB chinês influencia diretamente o comportamento do preço da soja. As acelerações das taxas de crescimento do PIB chinês aumentaram as taxas de crescimento dos preços da soja e as desacelerações das taxas na economia chinesa diminuíram as taxas no preço da soja.

Com base na relação do desempenho dos preços da soja no ciclo econômico chinês, afirma-se, então, que o PIB chinês tem grande influência sobre o comportamento do preço da soja, demonstrando ciclos comportados e correlacionados. Dessa maneira, também, o modelo valida as relações entre os ciclos econômicos globais, destacando o concentrado papel chinês e brasileiro no que tange aos ciclos de preços da soja. Logo, para que se evidencie a relação da grave crise fiscal pela qual o mundo passou em 2008 e seus impactos sobre a agricultura brasileira e sobre os preços das *commodities*, aplica-se o modelo cíclico.

Nesse sentido, a Figura 25, a seguir, é o resultado do modelo cíclico para o PIB chinês, o PIB brasileiro e os preços das *commodities*. De acordo com os dados obtidos, é possível identificar um forte período de retração nos PIBs e nos preços das *commodities* entre os anos de 2007 e ao longo de 2009, com uma recuperação e consolidação deles a partir de 2010.

A Figura 25 também retrata o comportamento cíclico das diferentes fases de cada série histórica analisada. Com relação ao PIB brasileiro, as fases estão identificadas ao longo da Figura 25, o que permite afirmar que ocorreram cinco ciclos completos entre 2000 e 2016 na economia brasileira. Os ciclos ocorreram entre 2000 e 2002 (primeiro ciclo completo), entre 2003 e 2004 (segundo ciclo completo), entre 2004 e 2009 (terceiro ciclo completo), entre 2010 e 2012 (quarto ciclo completo) e entre 2013 e 2016 (quinto ciclo completo).

Figura 25: Taxa (%) acumulada trimestral: 1º Tri 2000 a 4º Tri 2016 para Brasil, China e *commodities*

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do IBGE (2017) e JP Morgan (2017).
*Preços das *commodities*: Índice FMI Mundial de *Commodities* Não-Combustível.

Com relação ao ciclo brasileiro, o impacto da crise em 2008 foi sentido durante o ano

de 2008, com a recuperação das taxas de crescimento acontecendo ao longo de 2009 e firmando um novo topo entre 2010 e 2011. Contudo, a partir de 2010, observa-se uma forte retração nas taxas de crescimento da economia brasileira, sendo que, entre 2015 e 2016, evidenciaram-se as menores taxas na série histórica. Essa relação demonstra que a crise fiscal brasileira, iniciada em 2014, início da fase quatro do quinto ciclo, foi mais impactante para a economia brasileira do que a crise de 2008. Nesse sentido, a busca por explicações desses resultados ocorrerá na próxima seção deste capítulo.

No que se refere ao ciclo econômico chinês, a Figura 25 revela a existência de dois ciclos econômicos completos no período entre 2000 e 2016. O primeiro ciclo tem início entre 2000 e 2001 e encerra-se em 2009. O segundo ciclo completo da economia chinesa inicia-se ainda no ano de 2009, tendo perdurado até o ano de 2016. Ainda, é importante destacar a forte correlação entre o desempenho do PIB chinês com o PIB brasileiro no período, onde a correlação corresponde a 0,69, demonstrando que os movimentos dos PIBs são semelhantes, apesar do PIB brasileiro possuir ciclos mais curtos. Assim, pela metodologia, foram revelados cinco ciclos completos pela economia brasileira no período contra, apenas, dois ciclos completos apresentados pela economia chinesa.

No que concerne aos desdobramentos da crise de 2008 sobre o impacto dos ciclos econômicos, observa-se que o ano de 2007 marca o fim do período de expansão do PIB chinês iniciado em 2003, no qual o movimento de recuperação aconteceu no primeiro semestre de 2009, atingindo um topo em 2010 e seguindo um período de retração de 2010 até o ano de 2016. Desde já, informa-se que as conclusões e a busca das relações entre essas variáveis ocorrerão nas seções seguintes.

Para concluir a apresentação dos resultados das séries históricas, a Figura 25 revelou dois ciclos completos para as *commodities*, com o primeiro ciclo tendo início em 2002 e encerrando em 2009 e o segundo iniciando também no ano de 2009 e estendendo-se até o final de 2015. Destaca-se que o número de ciclos das *commodities* é o mesmo encontrado para a economia chinesa, com datas próximas de início e fim de ambos os ciclos. Ainda, convém informar que as séries de PIB chinês e de PIB brasileiro apresentaram forte correlação com os ciclos de *commodities* de, aproximadamente, 0,80 para ambas as séries históricas.

Já, no que se refere à relação do ciclo das *commodities*, o impacto da crise ocorrida em 2008 foi sentido no início do ano de 2007, com a recuperação das taxas de crescimento acontecendo ao longo de 2009 e firmando um novo topo entre 2010 e 2011. Contudo, a partir de 2012, observa-se uma forte retração nas taxas de crescimento dos preços das *commodities* até o período de 2015-2016, momento no qual ocorreu o início de um movimento de

recuperação na série histórica. Com base nesses dados, passa-se a explicar o processo histórico de internacionalização do agronegócio de soja brasileiro a partir da crise de 2008 nos Estados Unidos e da crise fiscal do Brasil que se desenvolve desde 2014.

4.2 A consolidação da internacionalização do agronegócio de soja brasileiro a partir da crise de 2008 nos Estados Unidos e da crise fiscal do Brasil

A presente seção tem como objetivo discutir os impactos da crise financeira mundial no desempenho do setor agrícola brasileiro. A seção anterior apresentou resultados convergentes em termos de desempenho econômico entre os preços das *commodities* e, também, mostrou a grande relação direta existente entre a aceleração da economia chinesa e a aceleração dos preços da soja (os quais, por sua vez, estimularam a abertura de novas áreas para a produção e para o abastecimento do mercado internacional).

Dessa maneira, com base nos ciclos, faz-se necessário elaborar um aprofundamento teórico sobre os resultados encontrados na seção anterior, com destaque para a crise de 2008 e do seu impacto sobre a economia brasileira. Da mesma forma, necessita-se avaliar o mercado internacional da soja, especialmente no que se relaciona com a economia chinesa e sua importação da referida *commodity*, destacando o cenário interno e externo por intermédio do qual a produção agrícola brasileira consolidou-se internacionalmente.

Para iniciar essas discussões, passa-se à exposição dos principais aspectos da crise de 2008 (que também é conhecida como crise do *subprime*). Assim, a primeira característica que se ressalta é a oscilação das análises sobre suas eventuais repercussões no lado real da economia. Conforme Borça Junior (2008, p. 156), os diagnósticos mais pessimistas apontavam que a crise do *subprime* seria a mais grave e profunda desde a Grande Depressão de 1929. A atuação pragmática do FED[29] e dos demais Bancos Centrais, injetando liquidez nos mercados por meio dos mais variados tipos de instrumentos, foi fundamental para dissipar, pelo menos inicialmente, as expectativas mais catastróficas sobre a crise.

As raízes da crise do *subprime* podem ser encontradas na desaceleração do mercado imobiliário americano, o qual, depois de alcançar vendas de mais de 8,5 milhões de imóveis residenciais no quarto trimestre de 2005, acabou por iniciar uma trajetória de queda. Em

[29] O Sistema de Reserva Federal (em inglês, *Federal Reserve System*, mais conhecido como *Federal Reserve* e, informalmente, como *The Fed*) é o sistema de bancos centrais dos Estados Unidos. O Sistema de Reserva Federal tem aspectos de natureza pública e de natureza privada. Foi concebido para servir tanto aos interesses do público em geral como dos banqueiros privados, de modo que suas decisões não têm que ser ratificadas pelo Presidente ou por nenhum outro membro do Poder Executivo ou do Legislativo (FED, 2017).

meados do terceiro trimestre de 2008, um ano após o início da crise, as vendas trimestrais anualizadas atingiram 5,4 milhões de unidades, ou seja, houve um decréscimo global de 36,5% no período. No caso dos imóveis novos, esse processo foi ainda mais dramático, atingindo, aproximadamente, 61,5%. Acompanhando essa redução na demanda, os preços das residências começaram a ceder a partir de 2007. Com isso, ficou mais difícil renegociar as hipotecas *subprime*, o que elevou as taxas de inadimplências e acarretou as execuções de hipotecas (BNDES, 2008).

Nesse sentido, o mês de agosto de 2007[30] é o marco inicial da crise imobiliária no segmento *subprime* nos EUA onde, segundo Borça Junior (2008, p. 129), houve um aumento da aversão ao risco no mercado financeiro internacional, com a concomitante deterioração das condições de crédito em escala global. A ampla liquidez existente nos EUA, fruto, em grande parte, da condução de sua política monetária desde 2001, foi a responsável por gerar uma forte onda de valorização dos ativos imobiliários, a qual adquiriu contornos de uma bolha especulativa.

A continuidade desse processo foi viabilizada pela atuação das instituições financeiras privadas mediante a utilização de produtos financeiros estruturados de derivativos de crédito. A despeito de os Bancos Centrais das economias desenvolvidas terem realizado inúmeras intervenções nos mercados desde o início da turbulência financeira, a falência do *Lehman Brothers*, em setembro de 2008, agravou profundamente o andamento da crise. Dessa maneira, a falência do *Lehman Brothers*, ao potencializar a crise, provocou um amplo aumento da preferência pela liquidez dos bancos, prejudicando, até mesmo, o funcionamento dos mercados interbancários ao redor do mundo (BORÇA JUNIOR, 2008, p. 129).

Após esse episódio, o Banco Central americano, o FED, não apenas estendeu algumas de suas linhas de crédito para instituições não-depositárias, mas realizou a operação de salvamento da maior seguradora dos EUA (a AIG) e criou uma linha direta para a compra de títulos de dívidas das empresas norte-americanas. O Tesouro dos EUA preparou, também, um pacote de US$ 700 bilhões para a compra de ativos sem liquidez das instituições financeiras,

[30] A crise do *subprime* foi um dos temas que mais se destacou no cenário econômico internacional de 2007. Ao longo do segundo semestre, os mercados financeiros foram, em duas oportunidades, surpreendidos por notícias de que as perdas relacionadas ao financiamento de imóveis nos Estados Unidos (EUA) eram muito elevadas. O mais importante, no entanto, não era a dimensão dos prejuízos, mas o fato de que, por sua concentração, ameaçavam a saúde financeira de importantes bancos e fundos de investimento. Um exemplo desse fato ocorreu em 9 de agosto de 2007, quando o maior banco francês, o BNP-Paribas, suspendeu os resgates das quotas de três grandes fundos imobiliários sob sua administração – Parvest Dynamic ABS, BNP Paribas ABS Euribor e BNP Paribas ABS Eonia. Entretanto, outros eventos ocorridos poucos meses antes, apesar de terem causado menor impacto global, podem também ser incluídos no marco inicial da crise. É o caso, em particular, da falência, em abril de 2007, da *New Century Financial Corporation*, o segundo maior credor de hipotecas do tipo *subprime* dos EUA (BORÇA JUNIOR, 2008, p. 130).

os quais, em parte, foram utilizados para a aquisição de ações preferenciais dos principais bancos do país, em um processo parcial de nacionalização do sistema financeiro (BNDES, 2008).

Apesar do pânico nos mercados que se abateu durante o estouro da bolha, principalmente sobre as economias desenvolvidas, ter sido superado, mesmo anos após o ocorrido, as bolsas americanas continuaram trabalhando nos mesmos níveis pré-crise. Inclusive, os Estados Unidos e alguns países europeus ainda carregam pesadas consequências da crise do *subprime* (FERREIRA, 2013, p. 36).

Nesse sentido, de acordo com um dos objetivos deste capítulo, direciona-se os questionamentos para os impactos da crise financeira mundial de 2008 no desempenho do setor agrícola brasileiro. Assim, conforme discutido nos capítulos anteriores, sustenta-se que os preços recebidos pelo produtor são os elementos determinantes para a expansão da produção agrícola brasileira. Dessa maneira, a Figura 26 demonstra o impacto da crise de 2008 sobre os preços internacionais da soja na CBOT em Chicago.

Figura 26: Preços internacionais da soja na CBOT em Chicago de 1997 até 2017

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da CBOT (2017) e USDA (2017).

De acordo com os dados, observa-se, no ponto destacado em (a), que a crise do *subprime* em 2008 atingiu os preços internacionais da soja, refletindo o ambiente de incerteza e de recessão que se espalhava pelas economias mundiais, em especial da economia chinesa. Convém destacar que a crise hipotecária americana, conforme discutido na seção anterior, impacta diretamente a formação do preço da soja. Nesse sentido, encontra-se relação entre a queda de preços da soja com a o aprofundamento do quadro de declínio chinês no ponto (a). Já, verifica-se a retomada de preços com a aceleração e a expansão da economia chinesa entre 2009 e 2010, o que formou o canal de alta nos preços delineado por (b). Por sua vez,

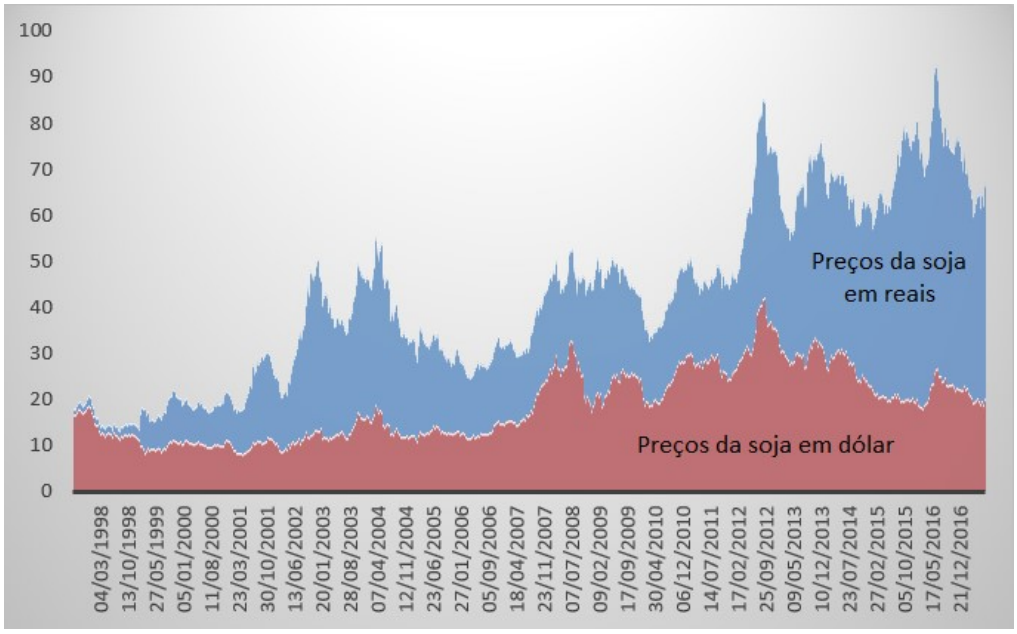
evidencia-se retração de preços no canal de baixa formado no (c), o qual foi acompanhado por queda, iniciada em 2012, nas taxas de crescimento chinesa.

Dessa maneira, conforme a Figura 26, observa-se que os preços internacionais da soja na Bolsa de Mercadorias de Chicago (CBOT) atingiu o patamar observado em 2008 apenas na severa seca do ano de 2012, na qual os Estados Unidos apresentaram a maior seca dos últimos 50 anos. Ela assolou a maior parte do país e acabou por diminuir as previsões das colheitas no período. Nesse contexto, em maio de 2012, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) estimou uma safra de soja de 87,23 milhões de toneladas.

Após o evento climático, o relatório do USDA divulgado em janeiro de 2013 demonstrou que as colheitas não passariam de 82,6 milhões de toneladas, o que representava uma queda de 5,9% perante as expectativas. No entanto, o grande choque de produção aconteceu na cultura de milho, na qual se projetava uma safra de 375,68 milhões de toneladas. Contudo, a colheita não passou de 273,83 milhões de toneladas, acumulando perdas de 27,1%. Com a quebra da safra nos Estados Unidos, observou-se que os grãos se valorizaram no mundo todo. No Brasil, a soja começou 2012 cotada em R$ 48,00/saca de 60kg. Já, no seu pico de preços, em setembro, chegou a ser negociada por R$ 92,00/saca, num aumento de 91,7%.

Convém atentar que o movimento de queda nos preços internacionais da soja formou o canal de queda (c), o qual se correlaciona com a recessão das taxas de crescimento da economia chinesa. Conforme os resultados da Figura 26 (acima), o canal de baixa iniciado em 2012 segue em vigor até o início do segundo semestre de 2017. Também, a queda nos preços internacionais da soja não afetou os agricultores brasileiros. A Figura 27, a seguir, demonstra a diferença de preços da soja em reais e em dólares no porto de Paranaguá, principal porto utilizado para que se escoe a produção brasileira de soja.

Figura 27: Preços da Soja em Reais e em Dólares: Indicador ESALQ Paranaguá de 1997 até 2017



Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do CEPEA (2018).

A Figura 27 demonstra que, após a recuperação da queda dos preços pela crise de 2008, na década de 2010, os produtores nacionais de soja comercializaram sua produção em patamares de preços (em reais) similares ou superiores aos praticados antes do *crash* em 2008. Ainda, os dados explicam que a diferença nos níveis de preços praticados em reais e em dólares elevou-se após a recuperação da crise em 2008 até o primeiro semestre de 2016. No que condiz aos preços máximos atingidos no porto de Paranaguá, é possível observar que a máxima em reais foi alcançada no dia 14 de junho de 2016, ao preço de R$ 97,61 a saca, enquanto, em dólares, foi alcançada em 06 de setembro de 2012, durante o período da severa seca norte americana, ao preço de U$ 45,32, o que correspondeu ao preço, em reais, de R$ 92,00.

Nesse sentido, é importante entender as influências que orientaram a taxa de câmbio brasileira no período, fazendo com que os preços apresentassem diferença entre as cotações em reais e em dólares. Para Toneto Junior (2013, p. 03-04), a taxa de câmbio é um dos principais preços relativos da economia com repercussão direta no desempenho macroeconômico do país e na composição de sua estrutura produtiva. Expõe o autor que ela é uma variável extremamente complexa, pois se relaciona tanto com o mercado de bens e serviços, como com o mercado de ativos. Assim, além de exercer efeitos sobre a atividade econômica e a capacidade de crescimento econômico, a taxa de câmbio também intervém no comportamento dos preços em função dos custos dos produtos importados e pela maior

atratividade para a venda de produtos nacionais no exterior. O seu impacto sobre o nível geral de preços e sobre os produtos importados gera importantes consequências redistributivas com reflexos diretos no poder aquisitivo dos consumidores e nas margens de lucro das empresas.

A taxa de câmbio, conforme Toneto Junior (2013, p. 04), é determinada no curto prazo pelo movimento de capitais, o que explica grande parte de sua volatilidade. Contudo, o valor do câmbio, no médio e longo prazo, decorre, essencialmente, do comportamento de variáveis relacionadas à capacidade de oferta e às condições de demanda pelos produtos domésticos. Hanke (2015) defende que a taxa de câmbio, assim, é muito influenciada pela confiança no governo e nas políticas futuras.

A Figura 28 demonstra a taxa de câmbio brasileira entre 2002 e 2016. De acordo com os dados, é possível observar dois momentos distintos para a economia brasileira. O primeiro, definido entre 2003 e 2008, em que se pode observar uma tendência de queda na moeda americana, a qual trouxe o dólar de um patamar de, aproximadamente, R$ 4,00 para uma cotação de, aproximadamente, R$ 1,75. Destaca-se que o referido período foi marcado pela recuperação da confiança na economia brasileira, com um bom desempenho do PIB e da redução do risco país, culminado, em 2008, com a elevação da classificação de risco soberano por parte das agências de *rating*[31].

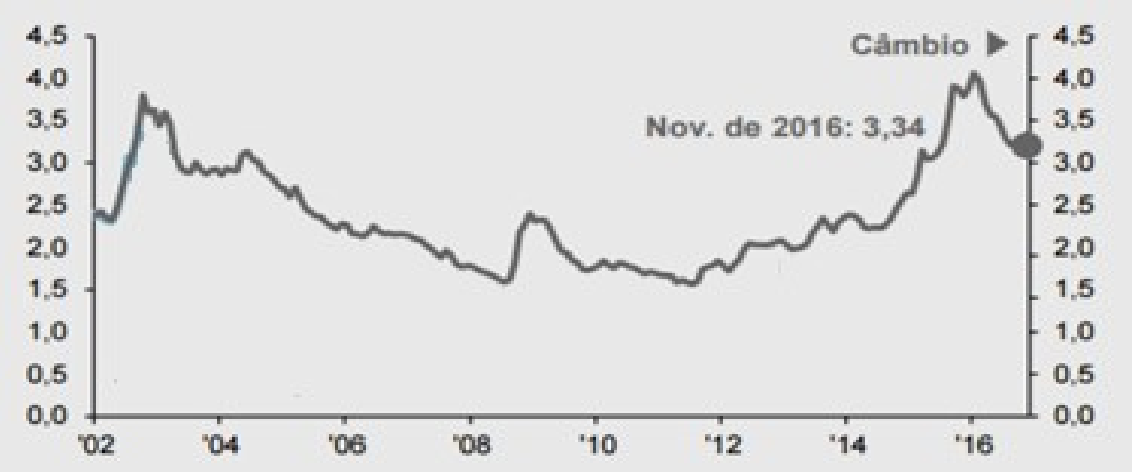
Com a mudança na classificação da *Standard &Poor's*, em 2008, o Brasil passou para o primeiro nível do "grau de investimento[32]". Um mês depois, outra agência de classificação de risco, a *Fitch Rating*, também elevou o Brasil para "grau de investimento". A terceira grande agência a fazê-lo, a *Moody's*, atribuiu o *status* de “grau de investimento” ao país, somente, em setembro de 2009. Em novembro de 2011, a *Standard &Poor's* aumentou em mais um grau a nota de crédito soberano do Brasil (de "BBB-" para "BBB"), sob a justificativa de que o governo vinha demonstrando compromisso de atingir as metas fiscais. No comunicado que acompanhou a decisão de 2011, a agência afirmou que o governo da presidente Dilma Rousseff demonstrou seu compromisso em cumprir as metas fiscais por meio da ampliação do uso de instrumentos monetários em prol da economia doméstica. As duas outras agências seguiram a S&P, elevando a nota do país. A Fitch fez isso em abril de

[31] As agências de *rating* são especializadas em realizar avaliações sobre países, instituições, empresas etc. e em atribuir notas de risco sobre a capacidade do pagamento de suas dívidas. Dessa maneira, avaliam se um país ou se uma empresa está em boas ou más condições para pagar o dinheiro pedido na data acordada. Há várias agências de *rating*, mas as mais reconhecidas são a *Standard&Poor´s, Moody' s Investor Services e a Fitch Rating*s (S&P GLOBAL, 2018).

[32]As notas ou "*ratings*" das agências de classificação de risco dividem-se em dois grandes grupos: grau de investimento (ou "*investment grade*"), que transmite confiança aos investidores com relação à segurança do investimento, e grau especulativo ("*speculative grade*"), que representa risco de calote aos investidores (TESOURO NACIONAL, 2018).

2011 e a Moody's, logo depois, em junho (BACEN, 2014).

Figura 28: Taxa de Câmbio entre 2002 e 2016



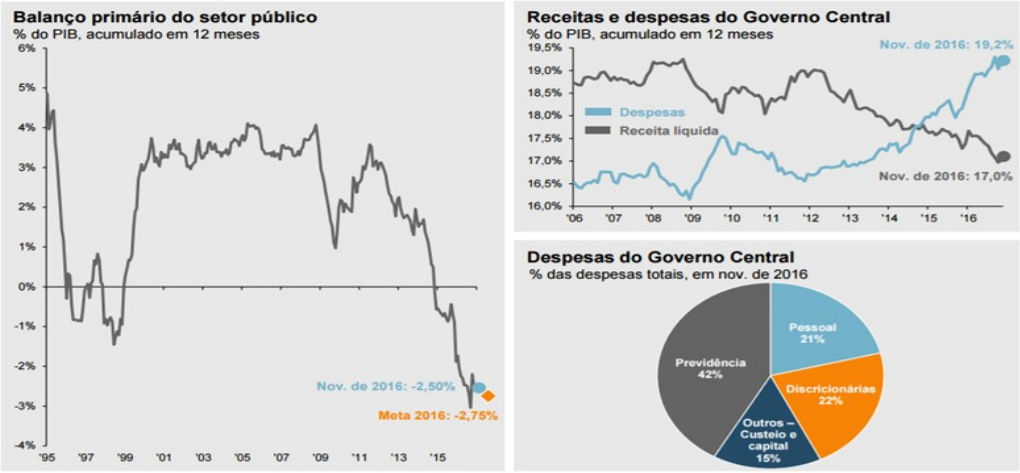
Fonte: Bacen (2017).

Embora tenham ocorrido novas elevações no nível de risco da economia brasileira em 2011, a Figura 28 demonstra que o câmbio não seguiu sua tendência nos anos seguintes à crise de 2008, entre 2009 e 2011. Pelo contrário, num segundo momento, pode-se observar que, já em 2012, o câmbio apresentou o início de uma tendência de alta que elevaria a moeda americana de, aproximadamente, R$ 1,75 para a casa de R$ 4,00 em 2015 e 2016, um movimento inverso ao observado entre 2003 e 2008. A tendência de valorização da moeda americana frente ao real ganhou suporte no dia 24/03/2014, no qual foi anunciado, pela primeira vez desde 2002, o rebaixamento da nota do Brasil para "BBB-", fazendo o país retornar ao primeiro nível do "grau de investimento" (BACEN, 2017).

Nesse sentido, em setembro de 2015, a *Standard &Poor's* foi a primeira a retirar o selo de bom pagador do Brasil, ação que foi seguida pelas outras duas grandes agências internacionais *Fitch e Moody´s*. Em dezembro de 2015, foi a vez da *Fitch*, que, ao mesmo tempo que colocou a nota do país em perspectiva negativa, indicou que ela poderia voltar a ser rebaixada. Por sua vez, a *Moody's* retirou o grau de investimento do Brasil em fevereiro de 2016, quando a agência derrubou a nota do país em dois “degraus” de uma só vez. Como principais motivos para a retirada do grau de investimento do país, as agências apontam a deterioração das contas públicas, o aumento do endividamento público e a preocupação com a retomada do crescimento da economia (BACEN, 2017). Os resultados apresentados na Figura 29 ajudam a compreender a fundamentação das agências de risco para os cortes de *rating* no período. Conforme os dados, o balanço primário do setor público apresentou seu pior

resultado desde o início do Plano Real.

Figura 29: Balanço primário do setor público, receitas e despesas do governo central

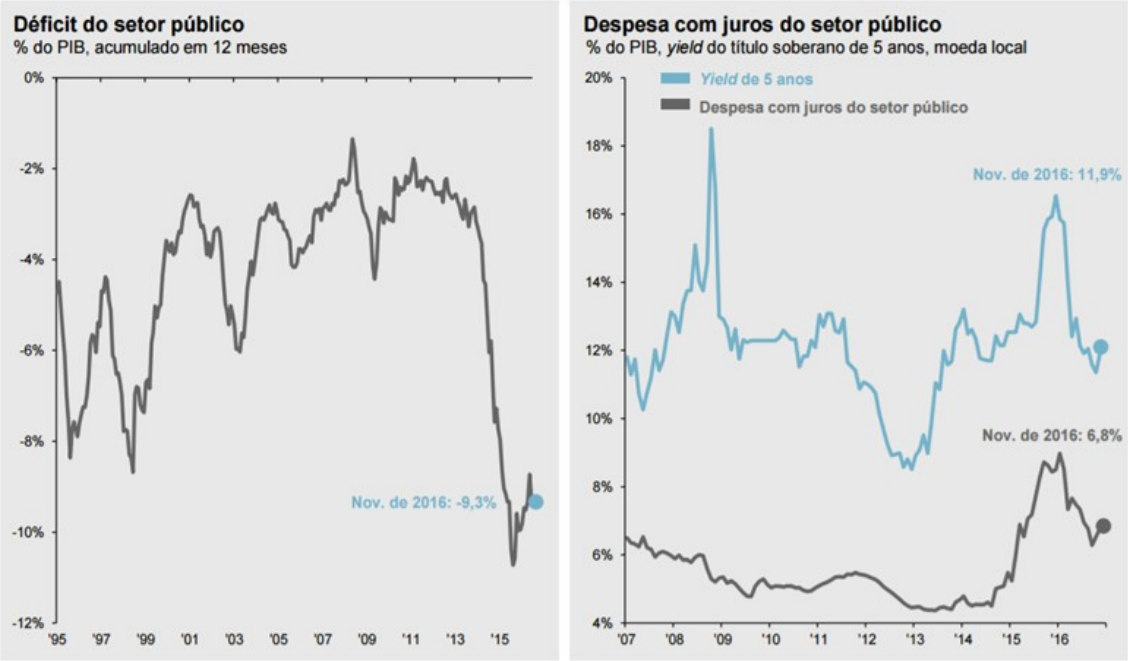


Fonte: Bacen (2017)

Entre 1995 e 1999, verifica-se uma elevação das despesas do Governo Central, justamente no período onde a taxa de câmbio brasileira era fixa, o que demonstra, entre outras questões, os gastos que o governo teve para manter tal política cambial. Em seguida, em janeiro de 1999, com a flexibilização cambial, nota-se uma rápida melhora no balanço primário do setor público, com o resultado mantendo-se estável até a crise de 2008. Logo após a crise de 2008, observa-se uma rápida recuperação até 2011, momento a partir do qual tem início um forte movimento de retração no balanço primário do setor público. De acordo com as receitas e despesas do Governo Central, é possível verificar que as despesas começaram a elevar-se em 2012, mesmo período que em que se inicia a queda da receita. Desde então, as relações de despesa e receita vem se deteriorando. Com relação às despesas, o grupo de previdência concentra 42% do total relativo do Governo Central (BACEN, 2017).

A elevação das despesas e a queda das receitas agravou o quadro de *déficit* do setor público e aumentou a necessidade de financiamento do Governo Central. A Figura 30 demonstra o déficit do setor público de 1995 até 2016 e as despesas com juros do setor público.

Figura 30: *Déficit* do setor público e despesas com juros do setor público

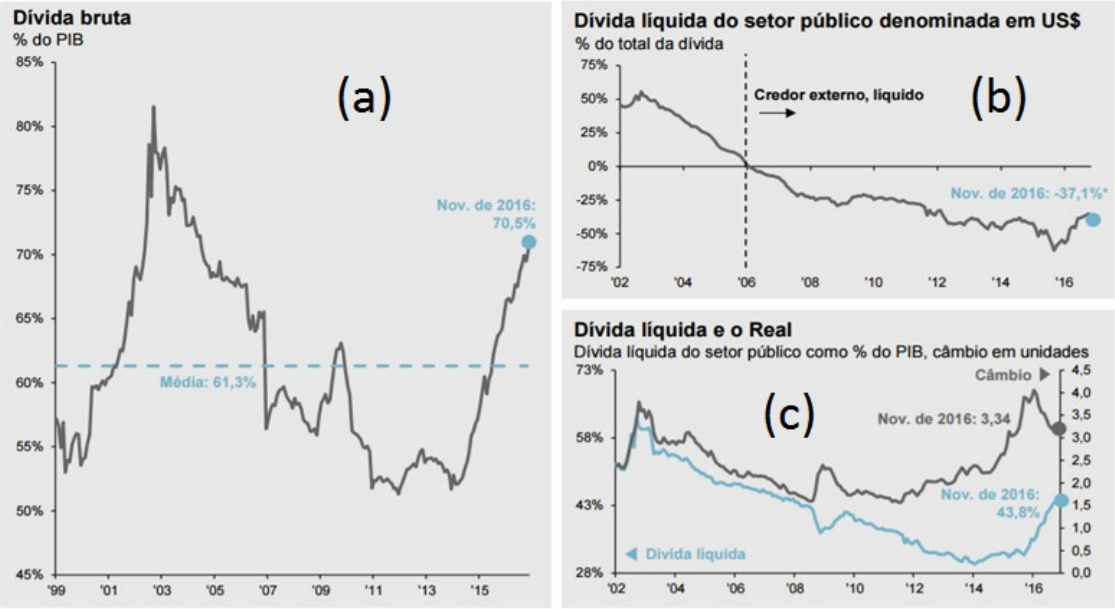


Fonte: Bacen (2017).

De acordo com os dados apresentados, observa-se uma tendência de recuperação do déficit do setor público entre 1995 e 2011, uma vez que as metas de superávits primários, estabelecidas entre o início do Plano Real e a flexibilização cambial em 1999, estavam apresentando um resultado positivo para as contas brasileiras. Após 2011, o descontrole dos gastos do Governo Central acabou por gerar o pior resultado para o *déficit* público brasileiro desde o início do plano real. Como consequência, para financiar a elevação das despesas (e diante da redução das receitas), o Governo Central passou a aumentar a taxa de juros a partir de 2013 até o início de 2016. Dessa maneira, as despesas com juros do setor público avançaram de menos de 4,5% do PIB para 9,5% do PIB no período. Assim, os resultados apresentados colaboram para o entendimento da deterioração do nível de risco brasileiro e da depreciação cambial que acabaram por impactar os preços internos da soja e das demais *commodities* agrícolas, bem como ocasionaram a elevação da exportação (BACEN, 2017).

Nesse sentido, é importante diferenciar os movimentos de elevação da dívida bruta frente à dívida líquida em dólar e da dívida líquida com o câmbio. A Figura 31 demonstra essas relações.

Figura 31: Dívida bruta, dívida líquida em dólar e a relação da dívida líquida com o câmbio



Fonte: Bacen (2017).

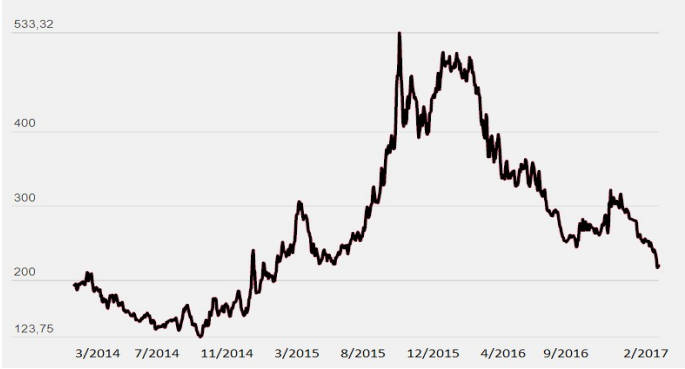
Em 2003, a dívida brasileira, em dólar, correspondia a, aproximadamente, 50% do total das dívidas do Governo Central (b). Em função da redução da dívida líquida do setor público em dólar, a partir de 2006, o Brasil passou a vigorar como credor externo líquido, concentrando a sua dívida de maneira interna. Assim, conforme retratado em (a), o período entre 1999 e 2003 apresentou uma expressiva elevação da dívida bruta, a qual avançou de 55% do PIB para 80% do PIB no período. É importante lembrar que, em janeiro de 1999, como discutido no capítulo anterior, o Brasil passou a utilizar o sistema de câmbio flexível, o qual direcionou a oscilação da moeda brasileira aos movimentos de mercado e iniciou um movimento de desvalorização, o que, por sua vez, conduziu a taxa de câmbio de, aproximadamente, R$ 1,25 no início de 1999 para, aproximadamente, R$ 4,00 em 2003 (BACEN, 2017).

Dessa maneira, o segundo movimento de expansão da dívida bruta brasileira, iniciado entre 2013 e 2014, o qual a elevou, em novembro de 2016, de, aproximadamente, 50% do PIB brasileiro para 70,5%, não pode ser atribuído à desvalorização cambial iniciada em 2012. Conforme (c), a taxa de câmbio, em 2012, iniciou um processo de desvalorização do real frente ao dólar, com o mesmo saindo de, aproximadamente, R$1,75 em 2012 para atingir um valor um pouco superior à casa dos R$ 4,20 no início de 2016. Nesse contexto, evidencia-se que o movimento de elevação da dívida bruta, em 2013 e em 2016, está atrelado aos elevados gastos do Governo Central frente às suas receitas (BACEN, 2017).

Ainda, a mesma relação, alta de câmbio com elevação da dívida, não se faz presente a

partir do aumento da dívida bruta de 2013. Nesse sentido, o quadro (c) sustenta que, entre 2002 e 2011, a redução da dívida líquida estava positivamente correlacionada e direcionada com a queda da taxa de câmbio. Também, o quadro (c) fundamenta que o aumento da taxa de câmbio, a partir de 2014, encontrou sustentação na elevação dívida brasileira. Como um dos reflexos, observa-se o crescimento do risco país concatenado com o aumento da dívida brasileira e com a redução de solvência do país. A Figura 32 demonstra a variação do risco país entre 2014 e 2017.

Figura 32: Risco país entre 2014 e 2017

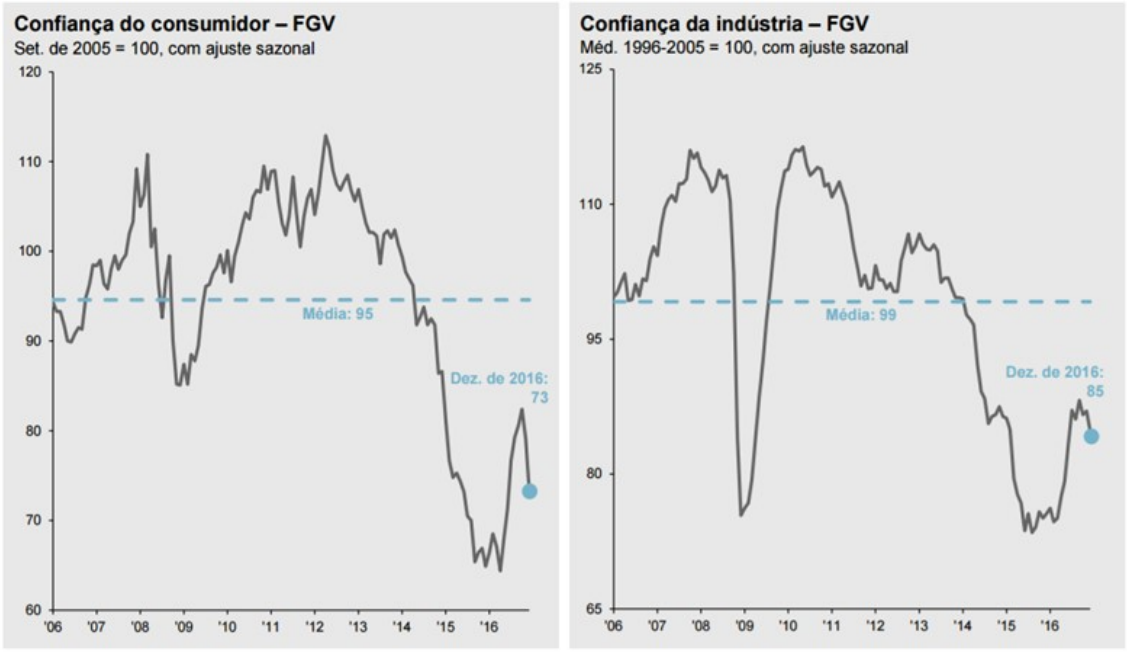


Fonte: IPEA (2017)

O risco país, criado em 1992, é um indicador que mede o risco de se investir em títulos soberanos, principalmente em países emergentes. Para o cálculo do índice, comparam-se os juros oferecidos pelos títulos soberanos do país cujo risco está sendo avaliado frente aos juros dos *Treasuries* (papéis do Tesouro norte-americano) de prazo equivalente. Assim, quando o risco país do Brasil apresenta queda, isso significa que a diferença entre os juros pagos nos títulos públicos brasileiros e os *Treasuries* diminuiu, sinalizando que a percepção dos investidores quanto ao risco de investir no Brasil melhorou. De acordo com os dados, o juízo dos investidores quanto ao Brasil, entre 2014 e 2015, deteriorou-se. Com base no raciocínio inverso do indicador, os papéis brasileiros passaram a oferecer uma maior rentabilidade ao investidor e ajudaram a compreender que o período sustentou a elevação do prêmio de risco necessário a ser oferecido pelo Brasil para a captação de recursos pelo Governo Central via títulos públicos (IPEA, 2017).

Houve, portanto, queda da confiança dos investidores com relação à economia brasileira. No caso da confiança do consumidor e da indústria, observa-se movimento semelhante. A Figura 33 retrata a confiança do consumidor e da indústria entre 2006 e 2016.

Figura 33: Confiança do consumidor e da indústria entre 2006 e 2016



Fonte: FGV (2017).

Devido ao quadro de instabilidade instalado, os dados de confiança passaram a retratar uma queda acelerada da confiança do consumidor e da indústria entre 2012 e 2013, a qual atingiu, em ambos os casos, a mínima histórica da série entre o final de 2015 e o início de 2016. Assim, o movimento de queda na confiança do consumidor reduziu o seu nível de consumo, enquanto a diminuição de confiança da indústria e dos investidores acabou por minimizar os investimentos e a disponibilidade de emprego no país, ocasionando uma pressão negativa sobre PIB em todos os seus componentes (FGV, 2017).

O resultado da deterioração da condução da economia brasileira acarretou a maior crise generalizada que a economia brasileira já enfrentou. Segundo o Bacen (2017), em 2014, a indústria apresentou redução na produção, porém o setor de serviços continuou crescendo. Em 2015, as expectativas confirmaram-se e a indústria e os serviços caíram, impactando a economia brasileira que fechou 2015 em queda. A retração de 3,8%, em relação ao ano de 2014 foi a maior da série histórica (iniciada em 1996) elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com base na série anterior, o desempenho é o pior desde 1990, quando o recuo chegou a 4,3%. Em valores correntes, o Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB) chegou a R$ 5,9 trilhões e o PIB *per capita* ficou em R$ 28.876 em 2015, atingindo uma redução de 4,6% diante de 2014.

Nesse sentido, dos setores da economia analisados para o cálculo do PIB, apenas a agropecuária cresceu em 2015. A alta foi de 1,8% em relação ao ano anterior, sob influência

da soja, do milho e de suas exportações. Já, em 2016, devido à questão climática em algumas regiões do país, a agropecuária juntou-se aos setores de serviços e da indústria e, também, passou a apresentar redução, consolidando o cenário de pior recessão da história, com um recuo de 3,6% em 2016, o que teve sequência de dois anos seguidos de baixa (sendo que isto somente havia ocorrido no Brasil em 1930 e 1931). Deve-se destacar que a base de dados do IBGE e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) dispõem de dados sobre o PIB desde 1901 (IBGE, 2017).

Destacando o impacto para o biênio, a retração foi de 7,2%, o que corresponde a uma queda acumulada nunca observada nas séries históricas. Conforme o IBGE (2017), em valores correntes, o Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB) chegou a R$ 6,26 trilhões em 2016 e o PIB per capita ficou em R$ 30.407, apresentando uma redução de 4,4% diante de 2015. O último quadro de retração generalizada ocorreu em 1996, porém não chegou sequer perto dos valores de 2016 e na duração do movimento. No ano de 2016, os setores que entram no cálculo do PIB recuaram nas seguintes proporções: agropecuária -6,6%, indústria -3,8% e serviços -2,7%.

Os investimentos também pesaram contra o PIB, com o indicador, em 2016, apontando retração, pelo terceiro ano consecutivo, de 10,2%. De acordo com o IBGE (2017), esse resultado negativo pode ser explicado, principalmente, pela queda da produção interna e da importação de bens de capital. Nesse cenário, a taxa de investimento, no ano de 2016, caiu para 16,4% do PIB, abaixo do observado no ano anterior (18,1%), tratando-se do menor nível de investimento na economia já registrado pela série histórica recente do IBGE (a qual começa em 1996).

Dado o quadro de redução da confiança, o consumo das famílias, o qual, por muitos anos, sustentou o crescimento do PIB do Brasil, caiu bruscamente em 2016, ano em que as famílias consumiram 4,2% a menos do que em 2015, acima da queda registrada entre 2014 e 2015, de 3,9%. Segundo o IBGE (2017), a alta dos juros, a restrição ao crédito, o aumento do desempenho e a queda da renda explicam esse resultado. Também recuou, mas de forma menos intensa, a despesa do consumo do governo: 0,6% sobre 2015. De 2014 para 2015, a retração havia sido de 1,1%.

Seguindo o que já havia sido visto em 2015, com a desvalorização do Real, as exportações de bens e serviços cresceram 1,9% e as importações de bens e serviços caíram 10,3%. Nesse sentido, houve contribuição positiva do setor externo na economia, com o aumento das exportações de bens e serviços. Conforme o IBGE (2017), caso a economia

brasileira não apresentasse conexão com o setor externo, a queda seria de 5,3% no PIB em 2016.

Esse resultado enfatiza a relevância do Brasil ter exportado mais do que importado nos últimos anos. Deve-se ressaltar que, diferente do quadro apresentado pela indústria e serviços, segundo IBGE (2017c) para o ano de 2016, a produção agrícola sofreu por conta das condições climáticas, as quais afetaram a produção dos principais produtos agrícolas do país, contudo, as exportações seguiram firmes. Em 2016, as culturas de milho, cana e soja representaram quase 60% do valor da produção da agricultura brasileira.

Esse cenário de exportação, com destaque para os produtos agrícolas, encontrou um forte suporte na questão da desvalorização cambial. Contudo, a discussão da seção seguinte demonstrará que, ao contrário do planejamento chinês para a política cambial, a desvalorização do Real não aconteceu por uma estratégia do governo central para beneficiar as exportações, e, sim, como apresentado, foi resultado de uma série de medidas equivocadas em termos econômicos que reduziram a confiança dos agentes econômicos e resultaram na fuga de investidores e na redução das reservas cambiais brasileiras.

4.3 O planejamento chinês e seus impactos sobre a agricultura brasileira

Conforme a evolução desta tese sustenta, a China desponta como condicionante fundamental para a estruturação do modelo de inserção global do agronegócio de soja brasileiro na transição entre o século XX e XXI. Tal importância deriva de seu forte crescimento econômico nas últimas décadas, nas quais se observam elevadas taxas de crescimento no período pós-reforma, o qual se iniciou a partir do final dos anos 1970.

Segundo o FMI (2019a), no início do século XXI, a República Popular da China consolidou-se como o país mais populoso do mundo, com 1,39 bilhão de habitantes em 2018, e o terceiro maior do mundo em área terrestre[33]. Em termos relativos, seu território abriga, aproximadamente, 20% da população do planeta Terra. A República Popular da China caracteriza-se politicamente como uma república socialista, governada pelo Partido Comunista da China (PCC) sob um sistema unipartidário.

Para Lee, Qingjun e Syed (2013, p. 12-15), a civilização chinesa, uma das mais antigas do mundo, possui uma longa história composta por diversos períodos distintos, sendo a

[33] Ocorre uma discussão sobre a posição da China como terceiro ou quarto maior país em relação à área total, pois existem incertezas relacionadas com a validade de alguns territórios reivindicados pela China em disputa com outros países, como a Índia. (CIA WORLD FACTBOOK, 2017).

República Popular da China sua face mais recente. Sua origem, como civilização, aconteceu na bacia fértil do rio Amarelo, na planície norte do país. Desde então, sua evolução está caracterizada por um sistema político centrado em monarquias hereditárias, mais conhecidas na história como dinastias, que apresentaram seu início por volta do ano de 2000 a.C. e avançaram até a primeira década do século XX. Em 1911, após a queda da dinastia Qin, é fundada a República da China que governou o país até 1949, ano de encerramento da Guerra Civil Chinesa, em que o Partido Comunista, vencedor, estabeleceu no continente a República Popular da China com sede em Pequim[34].

Conforme dados de Cheek (2002, p. 126), a República Popular da China, durante o período da Guerra Fria, ficou conhecida no ocidente como "China Vermelha" e/ou "China comunista", sob a liderança de Mao Tsé-Tung[35] instigando o crescimento populacional. No período de seu governo, a população chinesa quase duplicou de tamanho, passando de, aproximadamente, 550 milhões para mais de 900 milhões de habitantes. Contudo, o projeto de amplas reformas econômicas e sociais de seu governo acabou por resultar em um número aproximado de 45 milhões de mortes entre 1958 e 1961, principalmente por causa da fome. No período, conforme Busky (2002, p. 11-12), quase dois milhões de proprietários de terra foram executados.

Conforme Kao (1988, p. 188), em 1971, pela primeira vez, a República Popular da China superou o Regime de Taiwan no reconhecimento internacional como governo legítimo do país. Assim, a República Popular da China substituiu a República da China na Organização das Nações Unidas (ONU) e tomou seu lugar como membro permanente do Conselho de Segurança. No ano seguinte, em fevereiro de 1972, o então presidente americano, Richard Nixon, visitou Pequim, contudo, os Estados Unidos só vieram a reconhecer oficialmente a República Popular como o único governo legítimo da China no início de 1979.

Deng Xiaoping assumiu o governo e conduziu o país a importantes reformas econômicas após a morte de Mao Tsé-Tung em 1976, que deixou uma China populosa repleta de problemas sociais, de infraestrutura, de analfabetismo, de tecnologia e isolada política, cultural e economicamente do mundo. No período, Deng Xiaoping e o Partido Comunista

[34] O Partido Nacionalista, derrotado, mudou a sede do seu governo para Taipei em Taiwan em 1949. Desde então, a jurisdição da República da China está limitada à Taiwan, recebendo reconhecimento diplomático limitado ao redor do mundo (LEE, 2013, p. 07-08).

[35] Mao Tsé-Tung ou Mao Zedong (Shaoshan, 26 de dezembro de 1893 | Pequim, 9 de setembro de 1976), foi um político e revolucionário comunista chinês que liderou a Revolução Chinesa,planejando e fundando a República Popular da China, tendo governando o país desde a sua criação em 1949 até sua morte em 1976 (TERRIL, 1999, p.167).

Chinês flexibilizaram o controle governamental sobre a sociedade, sendo que muitos camponeses receberam múltiplos arrendamentos de terra, com o aumento de incentivos e da produção agrícola (KAO, 1988, p. 188). Para Hart-Landsberg e Burkett (2005, p. 12), a política de flexibilização do Partido Comunista e as reformas econômicas implementadas por Deng Xiaoping marcaram a transição da China de uma economia planejada para uma economia mista com um ambiente de mercado cada vez mais aberto. Esse sistema foi batizado de "socialismo de mercado", o qual o Partido Comunista da China oficialmente denomina de "socialismo com características chinesas". Contudo, outros autores e economistas[36] interpretam as reformas impostas como um abandono do sistema econômico socialista.

A década de 1980 é marcada pelo avanço das políticas econômicas e pelo aumento dos protestos civis contra o governo, entre os quais se destacou o Protesto na Praça da Paz Celestial em 1989, em que estudantes e outros civis fizeram campanha, por vários meses, pedindo o combate contra a corrupção e uma maior reforma política que incluísse os direitos democráticos e a liberdade de expressão. Esse evento foi amplamente divulgado pela violência utilizada pelo governo para dispersar os manifestantes, no qual tropas e veículos militares entraram à força e abriram a praça, o que resultou em várias vítimas. Esse evento marcou a imagem da China e gerou condenação moral mundial e sanções contra o governo chinês. Ainda, na década de 1980, houve a adoção da atual Constituição do país, realizada em dezembro de 1982 (CARROLL, 2007, p. 21).

Durante os anos 1990, Deng Xiaoping e o Partido Comunista Chinês propuseram a abertura da economia chinesa – desde que houvesse controle efetivo dos processos e a tomando de decisões ocorresse por meio de forte intervenção do Estado. A “mudança” do regime econômico tinha como objetivo inserir a China no forte crescimento asiático (que se refere ao período que compreende o "milagre econômico japonês" e a expansão dos países denominados como “Tigres Asiáticos”[37]). Para isso, no período, a China concebeu o seu plano de desenvolvimento econômico a partir da fundação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE's) na faixa litorânea leste, realizando inúmeras privatizações e permitindo a entrada controlada de capital estrangeiro. As ZEE's foram estruturadas como cidades ou distritos planejados para

[36] Paulo Gala, Fan Gang, Per Bylund, Leandro Roque, Hart-Landsberg, Martin Harvey Feldman, Michael Y.M. Kao, Donald F.Busky entre outros.

[37] O termo Tigres Asiáticos se refere, inicialmente, a quatro países da Ásia (Hong Kong, Cingapura, Coréia do Sul e Taiwan), os quais, a partir da década de 1970, alcançaram um acelerado desenvolvimento econômico, conduzido, principalmente, pelo setor industrial. Receberam tal denominação em razão de sua localização e de sua agressividade econômica. Com o tempo, o termo “Tigre” tornou-se sinônimo de nação que alcançou o crescimento com um agressivo modelo econômico voltado para as exportações. No século XXI, outras nações do Sudeste asiático, como Indonésia, Malásia, Filipinas e Tailândia também passaram a ser consideradas Tigres, formando assim os Tigres Asiáticos de Segunda Geração ou os Novos tigres asiáticos (LIN, 2012, p. 20).

o recebimento de inúmeras instalações de empresas de capital misto, as quais aumentaram a concorrência com as antigas e obsoletas empresas estatais chinesas. As empresas multinacionais visavam produzir e exportar a baixos custos devido à presença de mão de obra farta, barata e disciplinada, porém desqualificada (HERSTON *et al*., 2008, p. 28).

As ZEE's foram implantadas dentro de um modelo de Plataforma de Exportações que se contrapõem ao modelo de substituição de importações posto em alguns países da América Latina, como no Brasil, na Argentina, no México, entre outros. Contudo, ambos são modelos de industrialização capitalista tardia que elevam as desigualdades sociais e as dependências tecnológicas e econômicas, mas que, ao mesmo tempo, eliminam a miséria e a pobreza dos países. Assim, o investimento de capital externo chinês foi direcionado para a agricultura, para a ciência e para as indústrias de base, bélica e de tecnologia. Nesse contexto, a agricultura passou a ter recursos para buscar o aumento da produção agrícola e para criar uma classe de agricultores ou uma espécie de burguesia agrária (consumidora e produtora) (HERSTON *et al.*, 2008, p. 29-30).

Tais medidas foram essenciais para que a atual China se transformasse em uma das superpotências emergentes do mundo. No final dos anos 1990, a condução do governo ficou a cargo do presidente Jiang Zemin e do primeiro-ministro Zhu Rongji. Sob a administração de seu governo, a China cristalizou um forte período de expansão econômica, no qual o país retirou, aproximadamente, 150 milhões de camponeses da pobreza e manteve uma taxa média anual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 11,2%. Na transição do século XX para o século XXI, a China reincorporou Hong-Kong e, depois, Macau ao seu território, impulsionando mais ainda o crescimento econômico. Em 2001, o país aderiu formalmente à Organização Mundial do Comércio (OMC) (BM, 2019).

De acordo com o censo de 2010, desde o ano 2000, as cidades chinesas têm se expandido a uma taxa média de 10% ao ano, com a taxa de urbanização aumentando de 17,4% para 46,6% entre 1978 e 2009, numa escala nunca observada antes na história. Aproximadamente, 175 milhões de trabalhadores migrantes trabalham em tempo parcial nas grandes cidades, voltando para o campo, periodicamente, com os seus ganhos. Ainda, o censo nacional de 2010 estimou a população da República Popular da China em 1.338.612.968 habitantes. Nele, os homens representaram 51,27% do total da população, enquanto as mulheres compuseram 48,73% do total. A proporção da população em idade de trabalho foi de, aproximadamente, 70%. Ainda, embora seja enquadrada como um país de renda média para os padrões ocidentais, seu rápido crescimento tirou centenas de milhões de pessoas da pobreza desde 1978. Na década de 2010, aproximadamente, 10% da população chinesa

encontrava-se abaixo da linha de pobreza, uma queda de 64% em relação aos níveis de 1978. Ainda, embora com o território rico em recursos minerais, a China está muito preocupada com seu crescimento populacional e com a escassez de recursos naturais, o que resulta em uma política rigorosa de planejamento familiar, conhecida como "política do filho único[38]".

Para Benjamin et al. (2008, p. 730), o rápido crescimento econômico que tornou a economia chinesa a segunda maior do mundo, além de ter impactado severamente os recursos naturais e o meio ambiente do país, gerou a percepção de que os benefícios do crescimento da economia não foram distribuídos uniformemente entre a população, resultando em uma ampla lacuna de desenvolvimento entre as áreas urbanas e rurais. Como resultado, com o presidente Hu Jintao (2003-2013) e o primeiro-ministro Wen Jiabao (2003-2013), o governo chinês iniciou políticas para abordar estas questões de distribuição equitativa de recursos, com mais de 40 milhões de agricultores deslocados de suas terras, o que acabou contribuindo para quase 90 mil manifestações e protestos que aconteceram por toda a China apenas no ano de 2005.

Na década de 2010, os padrões de vida chineses seguiram melhorando embora a taxa de crescimento tenha começado a diminuir com a economia ainda excessivamente centrada no investimento fixo. Além disso, os preparativos para uma grande mudança de liderança no Partido Comunista Chinês no final de 2012 foram marcados por disputas entre facções e escândalos políticos. Durante a mudança da liderança da China em novembro de 2012, Xi Jinping (Presidente) e Li Keqiang (Primeiro-Ministro) assumiram seus cargos em 2013 e permanecem até os dias atuais (BM, 2019).

Nos anos de 2010, a China mantinha fortes laços políticos e econômicos com várias nações do mundo em desenvolvimento, mais notavelmente, com os países africanos e com as economias da América do Sul, tornando-se o maior parceiro comercial do Brasil e construindo laços estratégicos com a Argentina. Junto com Brasil, Rússia, Índia e África do Sul, o país é membro do grupo BRICS de economias emergentes.

O forte crescimento econômico da China durante toda a década de 2000 fez com que aquele país se tornasse um voraz e insaciável consumidor da soja produzida no Brasil. Tal fenômeno explica o bom resultado alcançado pelo setor da soja brasileiro e de todas as cadeias produtivas associadas, como a de maquinário agrícola, a de insumos, a de serviços e a de caminhões. Ainda, a cadeia produtiva de soja brasileira estava alinhada com a política de segurança alimentar chinesa.

[38] Convém destacar que, em 2015, o governo chinês passou a permitir, em flexibilização da política do filho único, diante do envelhecimento de sua população, que os casais tenham um segundo filho (OSWALD, 2017).

Conforme Huang (2018, p. 56), o termo "Segurança Alimentar" começou a ser utilizado após o fim da Primeira Guerra Mundial. Durante o conflito, entendeu-se que um país poderia dominar o outro controlando o seu fornecimento de alimentos. Logo, a alimentação constituía-se uma arma poderosa, principalmente se aplicada por uma potência contra um país que não tivesse a autonomia na produção de alimentos. Portanto, essa questão possuía um significado de segurança nacional para cada país, os quais visavam a formação de estoques "estratégicos" de alimentos, afinal, a soberania estava condicionada à capacidade de autonomia na produção alimentar.

Nesse sentido, a política de segurança alimentar chinesa previu, no início da década de 2010, a formação de estoques de soja em grãos na proporção de 50% do seu consumo anual. Enquanto os países europeus priorizavam a busca por garantias de origem e de certificação socioambiental de alimentos, a China focou a sua segurança alimentar, dando ênfase à garantia de suprimento de produtos, com destaque para a soja. Conforme Bingsheng (2019), os principais usos da soja no país são para a produção de ração animal e para a geração de energia. Em função dos crescentes volumes necessários, a China não possui terra arável e recursos suficientes para o cultivo, sendo que “a compra de soja [...] é vista como a importação recursos terrestres e hídricos (água virtual)”.

Para Lovatelli (2015, p. 17), o ponto fulcral é que a China não tinha outras opções no mercado a não ser a soja brasileira, pois os EUA e a Argentina não conseguiriam aumentar significativamente as suas produções em razão da intensa competição do cultivo da soja com outras lavouras, como as de milho, de trigo e de algodão. Nesse contexto, a China tornou-se grande cliente da soja brasileira, pois o Brasil foi o único produtor que reuniu as condições necessárias para garantir o suprimento no período, dando segurança aos chineses e garantindo suprimentos crescentes de alimentos para o país. Dessa forma, os investimentos chineses aumentaram no Brasil, dado que os interesses nacionais dos dois países (China e Brasil) estão indo numa direção coincidente, o que reforça os laços comerciais. Em 2018, de cada 100 quilos de soja que o Brasil exportou, 82 quilos saíram dos portos brasileiros em direção à China. O país asiático importou no total 65 milhões de toneladas da oleaginosa (BACEN, 2019). Assim, a questão alimentar dos chineses tornou-se um bom negócio para o Brasil, contudo a dependência que o agronegócio de soja brasileiro tem dos asiáticos cresce ano a ano.

4.4 A dívida chinesa como a condicionante da expansão do agronegócio de soja brasileiro no século XXI

Como discutido, é possível afirmar que o complexo de soja brasileiro no século XXI expandiu sob a luz da forte ascensão econômica chinesa. Conforme Morrison e Labote (2011, p. 53), já na primeira década do século XXI, a China consolidou-se como a segunda potência mundial em termos de seu Produto Interno Bruto e de seu comércio internacional, bem como em valor de ativos financeiros no exterior. Como observado, nem mesmo a crise global de 2008 foi capaz de interromper sua trajetória de crescimento. Dessa forma, entende-se que as fontes do acelerado crescimento chinês devem ser melhores compreendidas, pois se constituem como a essência na qual o agronegócio de soja encontrou sua dinâmica de expansão. Os dados do FMI (2019b) apontam que, diferentemente das economias tradicionais, nas quais o consumo representa, aproximadamente, 70% do PIB, a economia chinesa embasou seu crescimento em cima de incríveis 50% de investimento do PIB, e, sobretudo, em um impressionante acumulo de dívidas. Logo, deve-se investigar se o sucesso da acelerada expansão da economia chinesa está ligado à formação de uma bolha de crédito no país.

Convém destacar que avaliar a dinâmica econômica e financeira ajuda a compreender o "fenômeno China" e os seus impactos sobre a estrutura econômica em nível global. As elevadas taxas de crescimento econômico chamam atenção, pois a ascensão da China à condição de potência econômica global, conforme Cunha (2008, p. 01), é um dos fatos mais importantes da ordem internacional em conformação no século XXI. Para Maddison (2007, p. 13), essa percepção é reforçada por estudos que apontam que, em algum ponto da primeira década deste século, as principais economias emergentes passaram a possuir crescimento mundial superior ao das economias avançadas que, atualmente, compõem o G7 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido).

Também, a China, no século XXI, concentra, aproximadamente, 1/5 da população mundial, a qual, a despeito do progresso econômico iniciado em 1978, ainda possui níveis relativamente baixos de renda *per capita*, desenvolvimento humano e urbanização. Nesse sentido, Roberts e Hite (2000, p. 8), em estudos sobre o espírito do paradigma da modernização chinesa, sustentam a suposição de que, na medida em que as populações rurais de China migraram para os centros urbanos, deixando para trás o mundo das tradições e das atividades vinculadas à produção agropecuária de subsistência, criou-se um amplo espaço para o desenvolvimento baseado na "acumulação de capital" e em ganhos de produtividade.

Para Cunha (2008, p. 01), esse processo de migração para os centros urbanos foi viabilizado pela acumulação de capital e pela adoção de tecnologia externa, os quais implicaram em um deslocamento para a China de parcelas significativas da produção manufatureira e de serviços anteriormente concentrados em países avançados e de outras economias periféricas. Como consequência, o aumento da população urbana e da renda chinesa deparou-se com um mundo onde alimentos, matérias-primas e energia apresentavam altas em seus preços, o que contribuiu para o dinamismo exportador da agricultura brasileira e, conforme Trinh, Voss e Dick (2006, p. 99), também para a exportação de *commodities* de outros países da América Latina, África e Oriente Médio para a China.

A expansão das relações econômicas entre a China e o Brasil, na transição entre o século XX e XXI, está se desenvolvendo em um marco de fortes transformações no cenário internacional, os quais alteraram o esquema de comércio existente durante as décadas anteriores. Para Bekerman (2013, p. 16), essa modificação consolida-se em torno da questão da economia chinesa, a qual tem se posicionado como o principal país manufatureiro e exportador do mundo, retirando o fornecimento de diversos bens de capital e de insumos de tradicionais centros de acumulação de capital e de desenvolvimento tecnológico, como os Estados Unidos e a União Europeia. Conforme Cunha (2008, p. 02), por intermédio das ondas de inserção internacional, os países asiáticos, com destaque para China, experimentaram processos robustos e sustentados de crescimento econômico, com resultados muito favoráveis em termos de redução da pobreza, manutenção de uma relativa estabilidade macroeconômica e coesão social.

Nesse sentido, Medeiros (2017, p. 12) afirma que a principal ação interna chinesa no campo social foi a dissolução, desde os anos 80, das instituições de controle e de regulação social centradas na comuna e na fábrica estatal, passando à adoção de instituições capitalistas baseadas no emprego assalariado e no mercado, ainda que num processo de transição gradual, no qual o Estado permanece no controle das terras, do crédito e, em geral, da taxa de investimento. O investimento foi o componente com maiores crescimentos absoluto e relativo na última década, com uma parcela associada às exportações e outra, mais elevada, ligada à expansão da urbanização e da indústria pesada, liderada por empresas estatais. Dessa maneira, a economia chinesa caracteriza-se pela grande participação nas exportações brutas de demanda final, bem como pelo alto valor adicionado externo contido nas suas exportações.

Para Núñez (2017, 04), a compreensão do momento atual da República Popular da China tem como ponto de partida as grandes transformações que se desencadearam com as

reformas iniciadas por Deng Hsiao Ping[39] no final dos anos 70 do século passado. Conforme Cunha (2008, p. 07), a visão reformista de Deng Hsiao Ping fundamentou-se na consciência de que a estratégia introvertida e baseada na coletivização forçada não havia logrado resultado, e, assim, uma vez no poder, ele iniciou as reformas de abertura e de modernização econômica acelerada.

Essa posição é compartilhada por Quagio (2009, p. 78), que também sustenta a posição de que Deng Hsiao Ping colocou em prática as reformas econômicas que fizeram da China o país com o maior crescimento econômico do planeta, com destaque para as modernizações nestes quatro setores: da agricultura, da indústria e do comércio, da ciência e da tecnologia e da área militar. Em 1979, Hsiao Ping foi o primeiro líder chinês a visitar os Estados Unidos em busca de investimentos estrangeiros para viabilizar as Zonas Econômicas Especiais, sendo, então, responsável pela aceleração da abertura diplomática chinesa, o que iniciou sua vigorosa trajetória de crescimento e de internacionalização (QUAGIO, 2009, p. 78).

Conforme Núñez (2017, 05), o rompimento com a política de isolamento iniciou-se com um processo de abertura econômica, no qual a desestatização de empresas e a abertura controlada para o capital internacional geraram um setor empresarial dinâmico que contou com uma elevada oferta de mão de obra barata que garantiu a competitividade internacional dos produtos chineses. Assim, o autor destaca que o foco na produção de manufaturas para o mercado mundial tornou a China, rapidamente, um país de destaque econômico mundial. As reformas econômicas sustentaram um fluxo de capital externo e as novas regras de funcionamento das empresas locais acarretaram um processo de crescimento econômico contínuo.

Para Cunha (2008, p. 02), durante os anos 1960 e 1970, período em que se estudava a estrutura das reformas econômicas, contrapuseram-se dois tipos de modelos:

> [...] o introvertido, primário exportador ou, ainda, nacional-desenvolvimentista, típico das economias latino-americanas e marcado pelo ativismo estatal e pela promoção da industrialização por meio da proteção aos mercados domésticos; e o extrovertido ou promoção de exportações, adotado pelas economias asiáticas, e marcado por uma maior "neutralidade" das políticas comerciais e, por isso mesmo, supostamente menos intervencionista.

[39] Deng Xiaoping (em transcrição Deng Hsiao Ping) foi o secretário-geral do Partido Comunista Chinês, sendo, de fato, o líder político da República Popular da China entre 1978 e 1992 e é considerado o criador do chamado socialismo de mercado, regime vigente na China moderna (QUAGIO, 2009, p. 79).

Conforme o autor, nos anos de 1980 a 1990, especialmente depois da crise da dívida externa, aprofundou-se a divergência de desempenho econômico entre os países asiáticos e latino-americanos, fato que corroborou para a comprovação das teses dos economistas convencionais. Economistas do Banco Mundial e ortodoxos denunciaram o caráter espúrio do modelo nacional desenvolvimentista, então caracterizado como sendo o responsável pela distorção dos preços de mercado e criador de corrupção. Nessa abordagem, ressalvava-se o fato de que o Japão e os tigres asiáticos de primeira geração (Coréia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong) expuseram mais as suas empresas às forças de mercado, garantindo a sua não distorção por incentivos decorrentes de políticas fiscais, cambiais, comerciais e creditícias. Já, a substituição de importações implicou em preços distorcidos, gerando ineficiência alocativa, baixo dinamismo e instabilidade macroeconômica (KRUEGER, 1995, p. 105).

Uma nova rodada de discussões promovidas pelos estudos do Banco Mundial (1993) enfatizou a importância das políticas públicas de caráter horizontal e que criavam um ambiente favorável aos mercados por meio de estabilidade macroeconômica, abertura comercial e captação de investimentos (fundamentos que acabaram por inspirar o núcleo de expansão do modelo asiático). Nesse sentido, observa-se que a partir do começo dos anos 1990, a China tornou-se a nação em desenvolvimento que mais absorveu investimento externo direto (IED) e que acelerou seu processo de crescente abertura econômica e política, o que lhe permitiu reduzir a defasagem de desenvolvimento frente aos demais países da região. Ainda, por intermédio da atração do capital estrangeiro e da promoção de exportações, a China intensificou a exploração e a utilização de seus vastos recursos internos e de sua importância geopolítica, então potencializados por uma estratégia agressiva de internalização de novas tecnologias, elementos convergentes com as experiências de desenvolvimento adotadas por seus vizinhos mais desenvolvidos (JOMO, 2001, p. 17).

A opção chinesa por uma maior exposição às forças de mercado, em um mundo globalizado, não pode ser confundida a uma adesão pura e simples aos princípios do neoliberalismo. Observa-se que a dinâmica de modernização da China vem impondo um lento, gradual e controlado processo de incorporação/adaptação dos mecanismos de mercado, como sugerem, dentre outros, Cunha (2008, p. 08) e Medeiros (2006, p. 382). Ainda, conforme Cunha (2008, p. 08), a decisão chinesa de abraçar, ao invés de repudiar, a globalização esteve no centro das principais decisões políticas e econômicas destas últimas décadas, refletindo a compreensão de que o crescimento econômico, por meio de reformas que ampliassem os espaços dos mercados, era um instrumento central para o estímulo da

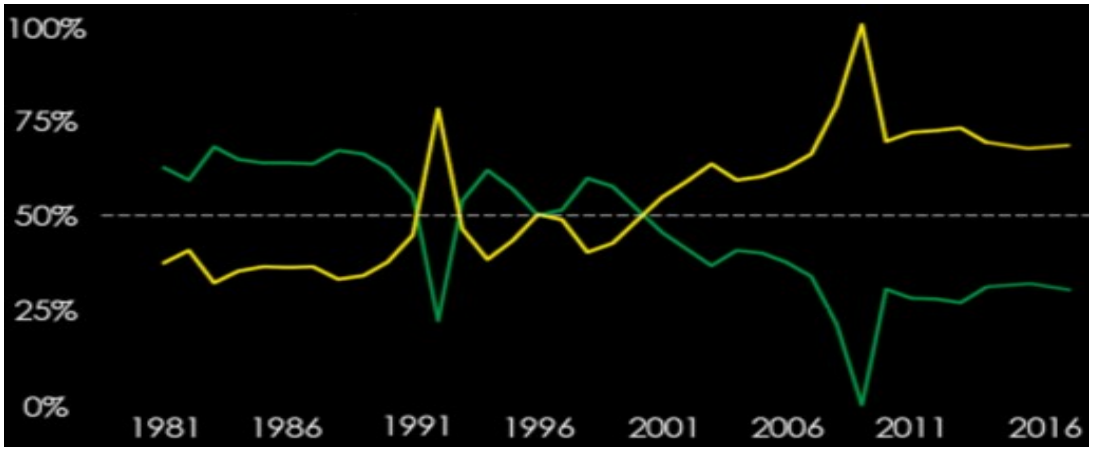
competitividade da nação e da recuperação de uma posição hierarquicamente superior na ordem internacional.

O ambiente de desregulamentação e de liberalização dos anos 1990 criou novos estímulos econômicos, os quais eram inexistentes no período desenvolvimentista. O excesso de endividamento externo, o *boom* especulativo nos mercados imobiliário e de capitais, a predominância dos interesses financeiros na definição das políticas macroeconômicas (especialmente na área cambial), entre outros, foram medidas, conforme Cunha (2008, p. 05), que romperam com o modelo anterior. Ainda, a forte alavancagem dos grupos empresariais foi um elemento central da aceleração dos investimentos e, assim, também impulsionou o ritmo de crescimento global.

A estrutura patrimonial, caracterizada pela alta relação capital de terceiros (dívidas) sobre capital próprio, não era uma anomalia, mas o arranjo que sustentou a modernização acelerada chinesa. Para Cunha (2008, p. 09), o equilíbrio patrimonial dependia, também, do crescimento veloz das receitas, especialmente as de exportação, da proteção ao mercado interno e da sustentação governamental do padrão de financiamento. O crédito para sancionar a estrutura patrimonial, o controle da conta capital e da conta corrente e a busca de um relativo isolamento doméstico diante de choques externos compuseram o leque de ações complementares ao arranjo de políticas setoriais. O sistema de recompensas (acesso aos incentivos) e de punição (sua retirada) minimizaram o desvio de recursos para fora da lógica de investimentos voltados à expansão e à modernização da base produtiva.

No final de 2001, a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) mudou a ordem econômica global. A Figura 34 demonstra o impacto no crescimento mundial da participação das economias emergentes de 1981 a 2016.

Figura 34: Participação das economias emergentes (amarelo) no crescimento global (1981-2016).



Fonte: RICAM (2016).

De acordo com os dados de RICAM (2016), o ano de 2001 representa o momento em que a participação das economias emergentes superou a das economias desenvolvidas no crescimento global. Nesse sentido, Amorim (2017) entende a entrada da China na OMC, em dezembro de 2001, como o divisor de águas que alterou o ritmo de crescimento econômico global a favor dos mercados emergentes. Para Bekerman (2013, p. 11), ao ingressar na OMC, no fim de 2001, a China teve que adaptar sua estrutura tributária relacionada ao comércio internacional como, por exemplo, por meio da redução de tarifas e da eliminação de barreiras não tarifárias.

Nesse contexto, desenvolveu-se uma forte estratégia de consolidação do comércio bilateral por meio da assinatura de acordos de livre comércio que permitiram a abertura de mercados para as suas exportações e garantiram fontes de abastecimento de matérias-primas e insumos. Nessa época, a China já ultrapassava o Japão como o maior exportador para os Estados Unidos e a sua entrada na OMC deu continuidade ao ingresso de capital estrangeiro de forma abundante, o que alimentou o crescimento econômico do país (como aconteceu nas décadas anteriores).

A economia chinesa ficou ainda mais competitiva como exportadora para os países industrializados. Conforme Cepal (2010, p. 42), o crescimento das exportações, que se iniciou na década de 1980, com manufaturas mais simples, especialmente produtos primários e manufaturas de transformação de recursos naturais, passou de 49% do total das exportações, em 1985, para uma participação muito pequena no início do século XXI. Em contrapartida, houve um crescimento dos produtos intensivos em pesquisa e desenvolvimento, os quais chegaram a representar 16% das exportações em 2008 e que avançaram rapidamente em participação na década de 2010.

Adbi (2009, p. 19) observa a inserção comercial da China fortemente orientada ao setor manufatureiro, com ênfase especial em eletrônicos:

> [...] embora o leste Asiático sustentasse um papel central nas exportações chinesas até meados dos anos 1990, concentrando 53% das exportações em 1994-1995, a entrada do país na OMC e a multilateralização de seu comércio – com crescente participação dos países desenvolvidos, como os Estados Unidos e a União Europeia – fizeram com que esta participação caísse para 32% no período 2006-2007. Quanto à sua composição, as peças e os componentes cresceram de 18%, em 1994-1995, para 44%, em 2006-2007, dos bens do Leste Asiático importados pela China. Isto é fundamentalmente explicado pelo forte incremento dos bens intermediários eletrônicos, que respondem pela quase totalidade de peças e componentes importados do Leste Asiático do setor manufatureiro, sendo que os níveis de importações para o setor automotivo e outros são pouco significativos. No tocante às exportações chinesas, observa-se [...] um incremento na participação de bens

> intermediários, especialmente equipamentos – que passaram de 20% para 46,6% das exportações regionais no período. Isto demonstra o desenvolvimento das cadeias de valor regionais como etapas intermediárias das exportações para zonas extra regionais, com a China como a principal plataforma de exportações.

A entrada da China na OMC acarretou a transformação do padrão de especialização e posicionou o país como importante fornecedor de bens de capital e de insumos em nível internacional. Assim, no início da década de 2010, ela era a responsável por mais de 20% das exportações mundiais de bens de capital e por 10% dos insumos industriais. Deve-se atentar para o fato de que, no fim da década de 1990, a China não representava 5% desses mercados.

Para Vieira (2006, p. 406), as elevadas taxas de crescimento econômico verificadas na China nas últimas décadas têm relação com as taxas de poupança e de investimento, uma vez que estas têm sido significativamente mais elevadas do que as verificadas na maioria das economias em desenvolvimento. A formação bruta de capital fixo foi acima de 28% na média dos anos de 1980, e, desde então, tem se verificado um crescimento recorrente nos anos de 1990, o qual tem atingido patamares acima dos 40% nos primeiros anos da década de 2000, com elevação da sua taxa média de crescimento para, aproximadamente, 46% do PIB nos primeiros anos da década de 2010.

Conforme Correia (2016, p. 14), os números apresentados foram muito superiores do que a média global de, cerca de, 22%, mas também significativamente menores do que a média dos números fornecidos por províncias da China. Em 2012, por exemplo, quase metade das províncias relatou ações do PIB para formação de capital de mais do que 60%, sendo que seis ultrapassaram o patamar de 80%. Segundo Vieira (2006, p. 407), o comportamento da taxa de poupança é similar ao da taxa de investimento no período, saindo de uma média de 35% nos anos 1980 para um patamar acima dos 40% na década de 1990 e no início do novo século. Os dados da China, quando comparados com os de outras economias em desenvolvimento e/ou emergentes, revelam discrepância favorável a ela no sentido de que as taxas de poupança e de investimentos chinesas têm sido significativamente mais elevadas, o que permite, assim, taxas de crescimento mais altas.

Com relação ao comportamento histórico dos fluxos livres de capitais para a China, Vieira (2006, p. 408) aponta que, no período, observou-se um crescimento significativo a partir do início dos anos 1990, quando o montante era inferior a US$ 3 bilhões, sendo que, já na metade da década, atingiu um patamar superior a US$ 33 bilhões. Conforme o FMI (2019), esses valores se mantiveram relativamente estáveis até o início do século XXI, nos quais a

economia chinesa passou a receber fluxos que se aproximaram da casa de US$ 47 bilhões e avançaram para, aproximadamente, US$ 145 bilhões em 2016.

Para o autor, sumarizando a análise dos fluxos de capitais da China, os investimentos diretos estrangeiros (IDE), dentre os diversos tipos de fluxos de capitais, são aqueles que revelam um comportamento capaz de subsidiar a explicação das elevadas taxas de crescimento econômico ao longo das últimas décadas e, em especial, a partir de meados dos anos 90. Com relação aos estoques de IDE, os dados da UNCTAD (2017) apontam estoques chineses superando a casa de U$ 1 trilhão em 2014 e de sua elevação em, aproximadamente, 30% em dois anos, o que alcançou um valor de U$1,3 trilhão em 2016. Ainda, conforme Vieira (2006, p. 409), os fluxos de IDE consideram a existência de três fatores como cruciais para sua entrada em um país: o primeiro é a presença de vantagens competitivas específicas; o segundo refere-se a vantagens específicas de instalação no país recebedor dos investimentos; o terceiro trata da presença de vantagens comerciais.

Outra característica que tem marcado o desempenho econômico e o ajuste das contas externas na China está atrelada à obtenção de recorrentes *superávits* comerciais nas últimas décadas, situação distinta de várias economias emergentes que, em diferentes momentos, têm problemas na conta corrente. Os dados de comércio exterior do Banco Central (2017) demonstram que, em 1985, verificou-se um *déficit* comercial próximo de US$ 15 bilhões, tendência esta que se reverteu ao longo da década de 1990 e do início do novo século quando a economia chinesa passou a conviver com sucessivos e significativos *superávits* comerciais, entre US$ 20 e US$ 30 bilhões, a partir de 1999 e superando a casa de US$ 60 bilhões ao longo da década de 2010.

Ainda, os dados sugerem que o comércio exterior, na proporção do PIB, era da ordem de 13 a 16% no início dos anos 1980 e passou a ser superior aos 30% nos anos 1990, atingindo, no início do século XXI, um patamar superior a 60%, números estes que indicam uma significativa ampliação no grau de abertura comercial da China. Para Vieira (2006, p. 410), a literatura sobre o tema, ainda que não consensual, indica uma associação positiva entre grau de abertura comercial e crescimento econômico, o que pode ser empiricamente verificado na experiência chinesa das últimas décadas.

Nesse sentido, Vieira (2006, p. 411) considera crucial a discussão sobre o regime cambial chinês. O regime cambial da China tem sido marcado, desde 1994, pela rigidez da taxa de câmbio (8,28 yuan/dólar). O patamar da taxa de câmbio tem sido um importante instrumento no estímulo às exportações chinesas no mercado mundial. O argumento dos parceiros comerciais da China é de que uma taxa de câmbio artificialmente desvalorizada

acaba redundando em um excesso de produtos chineses importados por tais países, em função do baixo custo, o que resulta em *déficits* comerciais crescentes e em problemas de crescimento nas taxas de desemprego nos mercados domésticos destas economias.

No século XXI, a taxa de câmbio continuou sendo considerada como desvalorizada em termos reais e distante do chamado nível de equilíbrio. Levando-se em conta o cenário de uma taxa de câmbio artificialmente desvalorizada, os anos mais recentes têm sido marcados por recorrentes pressões para que a China transite para um regime de câmbio mais flexível, ainda que tal flexibilização deva ser implementada em consonância com medidas no sentido de se ter um sistema financeiro mais sólido e eficiente e uma maior liberalização da conta de capitais. A Figura 35 apresenta o histórico da evolução do regime cambial da China entre 1980 até o final do primeiro semestre de 2017.

Consoante os dados da Figura 35, observa-se a evolução do regime cambial da China a partir dos impactos dos processos de reformas que se iniciaram no fim dos anos 1970. De maneira geral, o câmbio chinês apresentou-se como desvalorizado em relação ao dólar durante toda a série histórica observada. O regime de câmbio chinês evoluiu de um mecanismo centralizado de controle para um sistema dual de taxa de câmbio (1986), seguido por um período de flutuação administrada com uma banda restrita até o regime atual, o qual atrela a taxa de câmbio ao dólar (desde 1994).

Figura 35: Histórico da evolução do regime cambial da China (1980-2017)

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da Investing (2017).

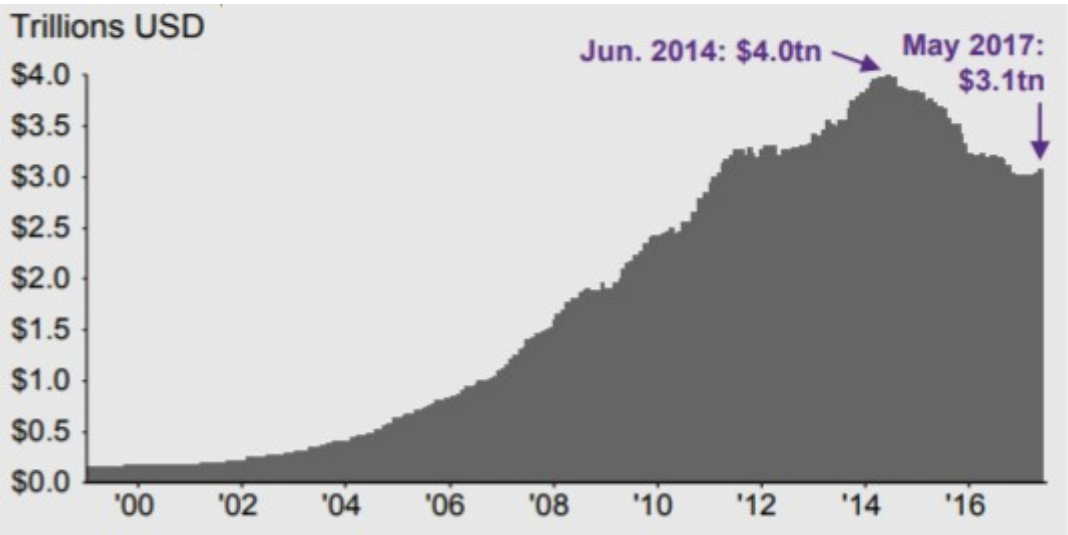
Ao longo do ano de 1994 e no início de 1995, houve apreciação cambial, na qual a taxa passou de 8,7 yuan/dólar em início de 1994 para 8,3 yuan/dólar em maio de 1995, permanecendo estável com ligeira apreciação em outubro de 1997 (8,28 yuan / dólar). Embora

o regime, desde início de 1994, seja formalmente considerado como o de flexibilidade administrada com uma banda restrita, na prática, o que se percebe é que, até 2005, há uma taxa de câmbio rígida atrelada ao dólar. Em julho de 2005, a China anunciou um novo regime cambial, no qual o yuan passou a ser administrado em função da flutuação de uma cesta composta por 11 moedas, com destaque para o dólar, o euro, o iene japonês e o *won* coreano, o que iniciou um período de apreciação frente ao dólar.

Conforme Gala (2017), o câmbio subvalorizado chinês foi parte de uma estratégia que deu certo desde os anos 1980. Ao promover a competitividade de seus produtos, o governo chinês foi capaz de implementar, junto com outras políticas, uma enorme evolução na indústria. Esse modelo de crescimento puxado por exportações tem funcionado muito bem, apresentando bons resultados no Japão, na Coréia do Sul, em Taiwan e, até mesmo, na Malásia, na Indonésia e na Tailândia. No caso chinês, as reservas internacionais alcançaram quatro trilhões de dólares na década de 2010 e o volume de exportações passou da casa do um trilhão (em 1980, a China exportou, em um ano, 20 bilhões de dólares).

Para segurar a sua taxa de câmbio, a China formou um aparato de controle de capital e realizou pesadas intervenções no mercado. Convém ressaltar que as transações financeiras com o resto do mundo são fortemente controladas, havendo algumas que, inclusive, não são permitidas. O governo chinês foi um comprador voraz dos dólares gerados a partir dos *superávits* na conta corrente e comercial até 2015, não permitindo apreciação na taxa de câmbio. A Figura 36 retrata o significativo acúmulo de reservas internacionais ocorrido na China nas últimas décadas.

Figura 36: Histórico da evolução do acúmulo de reservas internacionais chinesas (2000-2017)



Fonte: J.P. MORGAN (2018).

Segundo os dados, no período mais recente, as reservas passaram de US$ 171 bilhões em 2000 para mais de US$ 4 trilhões em 2014. O significativo acúmulo de reservas internacionais pela China, ao longo dos últimos anos, tem sido apontado, conforme Vieira (2006, p. 412), como um elemento adicional que pressionou a flexibilização do regime cambial e que, por outro lado, acabou servindo como uma variável de proteção contra possíveis alterações nos movimentos dos capitais internacionais.

Para Obstfeld (2004, p. 04-05), a relação entre a globalização e o desempenho macroeconômico demonstrou que, entre as economias emergentes, aquelas que ampliaram o seu grau de integração financeira, por exemplo, com o acúmulo de reservas internacionais, acabaram atingindo taxas de crescimento mais elevadas no longo prazo e tiveram menor volatilidade do consumo e do produto. Ainda, conforme Vieira (2006, p. 413), menores barreiras comerciais, em conjunto com um sistema cambial estável e disciplina fiscal e monetária, auxiliaram na promoção do crescimento econômico por meio do aumento em investimento e em comércio externo e da desvalorização da taxa de câmbio real, os quais são elementos que estão presentes na experiência chinesa das últimas décadas.

Diante dessa perspectiva, Vieira (2006, p. 414) sustenta que as elevadas taxas de crescimento econômico da China, desde o período pós-reformas e implementadas a partir do final dos anos 70, têm sido sustentadas por um conjunto de fatores domésticos (inflação baixa, estabilidade cambial, investimento em capital fixo e humano) e externos (fluxo de IDE, elevadas taxas de crescimento das exportações, baixo nível de endividamento externo nas contas públicas, aumento no grau de abertura comercial e financeira). Também, dentre as variáveis escolhidas como determinantes da taxa de crescimento real do PIB na China, a taxa de câmbio é a principal delas, seguida das variáveis IDE, taxa de investimento, abertura comercial e performance das exportações. Para o autor, os resultados dos testes de causalidade de Granger indicam que apenas a variável taxa de câmbio causa a taxa de crescimento do PIB na China no período de 1970 a 2003. Este resultado corrobora com aquele obtido na análise de decomposição de variância que indicou a predominância da taxa de câmbio como principal determinante do desempenho econômico chinês de longo prazo.

Deve-se destacar que a captação de recursos externos se apresentou como um pilar fundamental para o crescimento chinês, tornando o país o principal receptor de IDE (Investimento Direto Estrangeiro) entre os países em desenvolvimento a partir dos anos 1990. Contudo, conforme Bekerman (2013, p. 13), em contraste com as políticas da América Latina, a China mantém uma postura intervencionista nesta matéria como parte de sua estratégia de desenvolvimento de longo prazo. De fato, o IDE encontrou-se muito restrito a áreas

consideradas estratégicas, o que tem obrigado empresas estrangeiras a se associarem a empresas locais e a passarem para elas tecnologia. Como resultado, observou-se um importante processo de transferência tecnológica, de desenvolvimento local em diversos setores e de crescimento de empresas chinesas com marcas próprias (como pode ser visto, particularmente, no caso da indústria automotiva).

A partir de sua entrada na OMC, o governo chinês começou a implementar uma política de promoção de investimento em setores considerados estratégicos no exterior. O ano de 2009 mostrou um ponto de inflexão nos fluxos de investimento para o resto do mundo por meio de um importante papel dos conglomerados estatais. Para Bekerman (2013, p. 14), a queda nos fluxos mundiais de investimento levou a China, em 2009, a ocupar o quinto lugar entre os principais países investidores. Os investimentos chineses no mundo elevaram-se de US$ 27,8 bilhões, em 2000, para US$ 229,6 bilhões, em 2009. A expansão internacional das empresas chinesas foi favorecida pelo financiamento público concedido pelo Banco de Desenvolvimento e pelo Banco de Exportação e Importação, com projetos prioritários orientados à aquisição de recursos naturais, à exploração de capacidades tecnológicas ou marcas, a aquisições para fortalecimento da competitividade das empresas chinesas e ao desenvolvimento de infraestruturas.

Com o apoio financeiro do governo central, a China consolidou suas cadeias de produção com empresas do mundo todo. Como impacto, houve a transformação das relações econômicas entre a China e o Brasil por meio de esferas comerciais, financeiras e de investimento direto. Conforme os dados do Banco Central (2017), o investimento chinês voltado ao Brasil está orientado a explorar os recursos naturais, abrangendo tanto a própria extração e/ou transformação, como atividades relacionadas (infraestrutura, comercialização etc.) que permitam sua exportação para a China. Esta estratégia decorre da forte dependência do país em relação a metais, a minerais (especialmente os combustíveis) e a alimentos.

O comércio com a China, a partir de sua entrada na OMC, tem se transformado no principal motor do intercâmbio global de bens para seus principais parceiros. Como impactos ao comércio mundial, o valor transacionado, segundo o Banco Central (2017), multiplicou-se por quatro de 1990 até a crise em 2008, com as trocas comerciais entre os emergentes elevando-se mais de dez vezes no período.

Do ponto de vista interno, as reformas econômicas também apresentaram impactos, sendo que a superação dos limites do modelo econômico anterior concebeu uma dinâmica de crescimento acelerado que transformou, de forma rápida e intensa, a sociedade chinesa. Para Núñez (2017, p. 10), esse crescimento gerou, de um lado, um pujante setor empresarial que

protagonizou o processo de transformação da China em uma potência econômica. De outro lado, o crescimento gerou oportunidades de trabalho que permitiram a milhões de trabalhadores do campo migrar para as cidades por intermédio de novas oportunidades. Nesse processo, conforme o autor, gestou-se uma dinâmica que permitiu que a China fosse capaz de tirar 600 milhões de pessoas da pobreza e da miséria. Além disso, esse processo originou, também, uma nova classe média de profissionais que formatou um enorme mercado interno no século XXI.

No início do século XXI, a China aumentou sua participação como demandante de produtos primários para nutrir sua atividade industrial e para alimentar sua população cada vez mais integrada ao mercado de trabalho. No caso dos complexos oleaginosos (grãos, óleo e subprodutos de moagem), a China passou de 14% do mercado mundial, ao ingressar na OMC, para 36% no início da década de 2010. Do mesmo modo, sua participação em metais e suas manufaturas passaram de 12% para 19% nesse período, e, em combustíveis, de 6% para 19% (BEKERMAN, 2013 p. 23).

Por sua vez, o Brasil, que possui recursos minerais e grandes extensões de terras férteis, apresentou, no final de 2016, conforme a Figura 37, a soja como produto mais vendido ao país asiático (o qual concentrou 43% das exportações brasileiras para a China), seguida pelo minério de ferro (segunda posição), o qual correspondeu a 19% das exportações brasileiras para a China, e pelo petróleo bruto (terceira posição), o qual totalizou 11% das exportações brasileiras para a China.

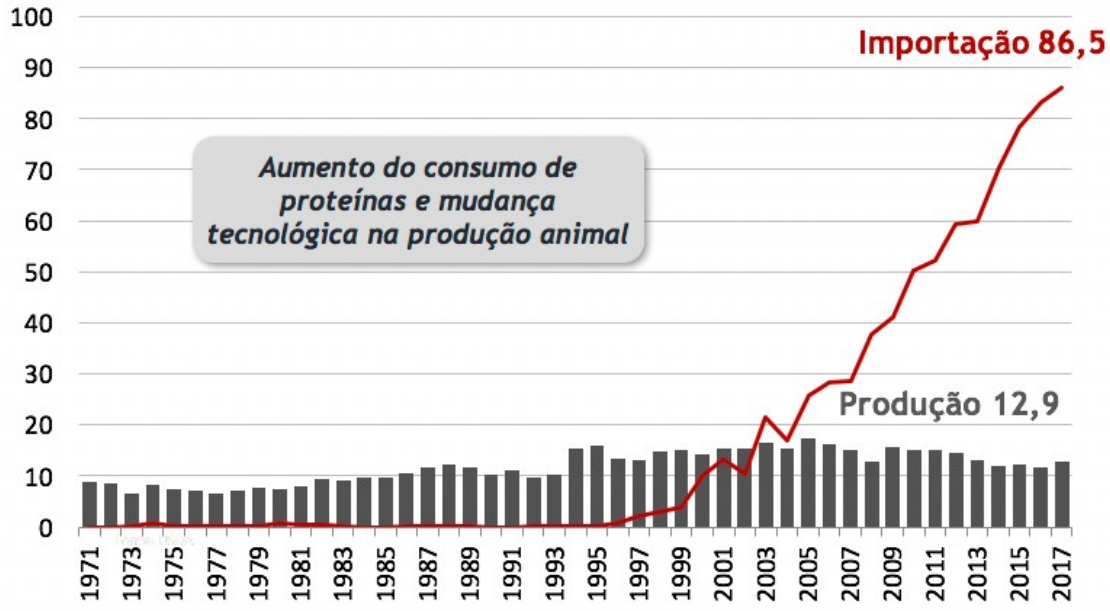
Figura 37: Exportações brasileiras para a China em 2016

Fonte: Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior do Brasil (2017).

O efeito dessa crescente demanda chinesa sobre os setores primários com um fator produtivo não reproduzível (terra, mina ou poço) tem impactado distintamente os preços internacionais desses produtos. Segundo observa Bekerman (2013 p. 23), para o período de 2000 a 2007, a demanda chinesa afetou mais o mercado de metais e de petróleo do que o de alimentos. Sua participação no consumo mundial desses produtos é crescente: de 6,3% para 9,2% em petróleo, de 16,3% para 33,8% em produtos acabados de aço, de 14% para 33,3% de alumínio, de 12,7% para 26,9% em cobre e de 21,6% para 31,9% em zinco. No caso de alimentos, o crescimento de sua participação no consumo mundial foi menor, mas se destaca o do complexo da soja – passando de 13,4% para 25,7%, no caso do óleo, e de 15,6% para 20,6%, no do grão de soja. Esses movimentos no consumo e na demanda de importação se refletiram nos preços internacionais desses produtos, que evoluíram relativamente a favor dos metais, dos minerais, do petróleo e dos alimentos.

Para Amorim (2015), o grande reflexo da elevação da renda chinesa para as economias exportadoras de matérias-primas, como o Brasil, foi o aumento da demanda por alimentos e por matérias-primas. Nesse sentido, o setor primário brasileiro que, por meio de suas cadeias de produção, apresentou um *superávit* comercial de, aproximadamente, U$ 10 bilhões no início do plano real, alcançou um *superávit* comercial de U$ 93 bilhões vinte anos depois. A Figura 38 demonstra a diferença crescente entre o volume produzido da cultura de soja e a necessidade de consumo chinês entre 1970 e 2017.

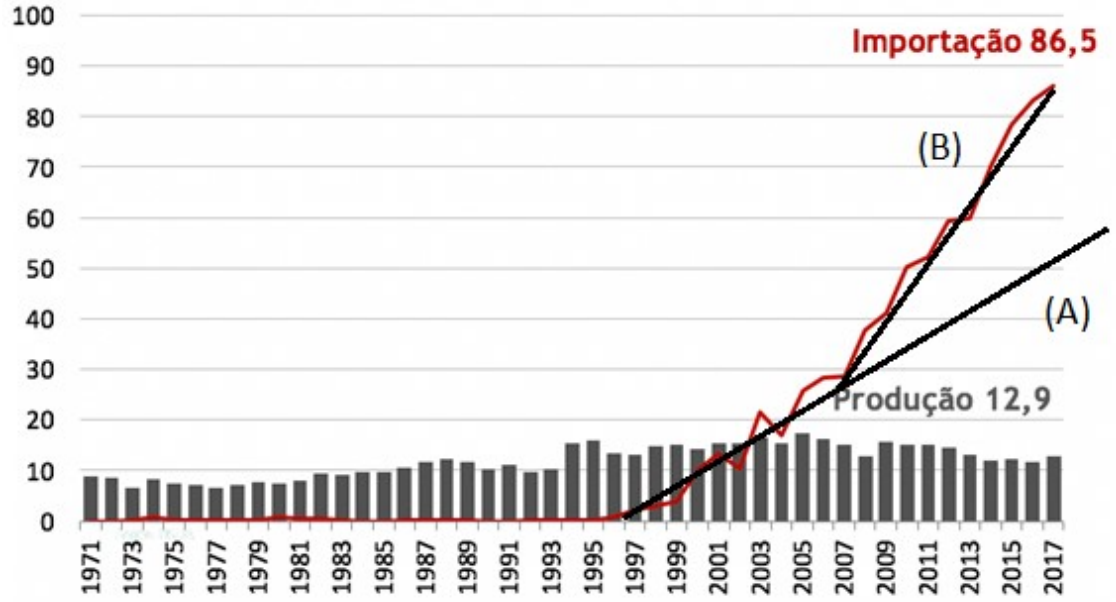
Figura 38: Produção e importação de soja na China entre 1970 e 2017 (em milhões de toneladas)



Fonte: USDA (2017).

De acordo com os dados apresentados pela Figura 38, observa-se uma diferença crescente ao longo do início do século XXI sobre a produção de soja e a necessidade de importação chinesa. O movimento iniciou em 1996 e acelerou a taxas relativamente constantes, passando pela entrada do país na OMC em 2001 até a crise *Subprime* de 2008. Contudo, a partir de 2008, a taxa de aceleração é muito mais agressiva, com uma tendência mais verticalizada, sendo um de seus fatores a intensificação do processo de urbanização que se acelerou na década de 2010. A Figura 39, a seguir, demonstra a diferença na taxa de aceleração das importações chinesas de soja após 2008.

Figura 39: Diferenças nas taxas de aceleração das importações chinesas de soja após 2008



Fonte: USDA (2017).

O ponto (A), destacado na Figura 39, demonstra a inclinação esperada para a importação de soja dentro da dinâmica de comportamento vigente no mercado entre 1996 e 2008. Já, o ponto (B) evidencia a "nova" inclinação da curva de importações de soja observada a partir de 2008. A questão reflexiva que sobressai é: algum elemento teria mudado de comportamento na dinâmica da economia chinesa ou este movimento seria apenas uma fase de desdobramento pelo amadurecimento do modelo econômico anterior? Nesse contexto, pode-se entender que, em um primeiro momento, a forte inclinação observada no ponto (B) remete ao padrão de expansão econômica, fase dois do ciclo econômico, caracterizada pela elevação no consumo de matérias primas. Contudo, esse movimento é conhecido, também, por causar distorções nos preços dos ativos, ou seja, por acarretar a formação de bolhas nos

mercados. É interessante a relação de causalidade que se apresenta, uma vez que a formação da bolha do *subprime* que estourou em 2008 também foi responsável por inflar, concomitantemente, uma bolha das *commodities*.

Deve-se observar que todas as crises financeiras apresentam características comuns. Os investidores, fundos e bancos aplicam em ativos de risco elevado em busca de maiores rentabilidades. Esse movimento se sustenta até que alguém diga que os ativos em carteira são tóxicos, o que desencadeia outro movimento que conduz à destruição de seu valor e ao congelamento de sua liquidez. O gatilho para o estouro das bolhas acontece no momento em que as pessoas tentam, em massa, recuperar o dinheiro diante da perda de confiança. Dessa forma, o contágio acelera.

Conforme discutido, a última bolha financeira que estourou em 2008 não foi diferente. Como apresentado, a bolha financeira iniciou com o investimento em hipotecas *subprime* e estendeu-se a outros produtos. Os elevados créditos concedidos para os investimentos comprometeram a capacidade de liquidez dos bancos, os quais acabaram ficando sem capital para absorver as perdas.

Em 2017, Janet Yellen[40], presidente do FED, comentou sobre como foi gestada a crise de 2008. No período, Yellen estava à frente do FED regional de San Francisco. Em suas palavras "os bancos punham dinheiro em qualquer coisa [...] ninguém parava para analisar o que aconteceria caso se deixasse de pagar a dívida", explicou. Na verdade, o que se fazia era embalar as dívidas em novos produtos para oferecê-las a novos investidores que buscavam rendimentos elevados (REUTERS, 2017).

Conforme Pozzi (2017), os primeiros sinais de que a recessão se aproximava foram emitidos pelo então maior banco da Europa, o HSBC que conduzia uma das estratégias mais agressivas dentro do mercado de hipotecas americano. Em fevereiro de 2008, o HSCB informou que os prejuízos nos títulos de dívida hipotecária eram superiores ao esperado. Os movimentos para as retomadas de imóveis estavam disparando e o banco não conseguia estimar quantos proprietários ficariam impossibilitados de quitar suas dívidas. As hipotecas problemáticas de alto risco eram oferecidas a clientes que não atingiam os requisitos de investimento. O HSBC escondeu essas dívidas no meio de outras entre 2005 e 2006, em pleno auge do mercado imobiliário. Ainda, um mês após reconhecer os problemas, a empresa *New Century Financial*, especializada no mercado imobiliário, foi à falência.

[40] Economista e professora norte-americana. Em 9 de Outubro 2013, ela se tornou a sucessora de Ben Bernanke à frente do *Federal Reserve Board* (Banco Central Americano), nomeada a partir do 1 de fevereiro de 2014 (REUTERS, 2017).

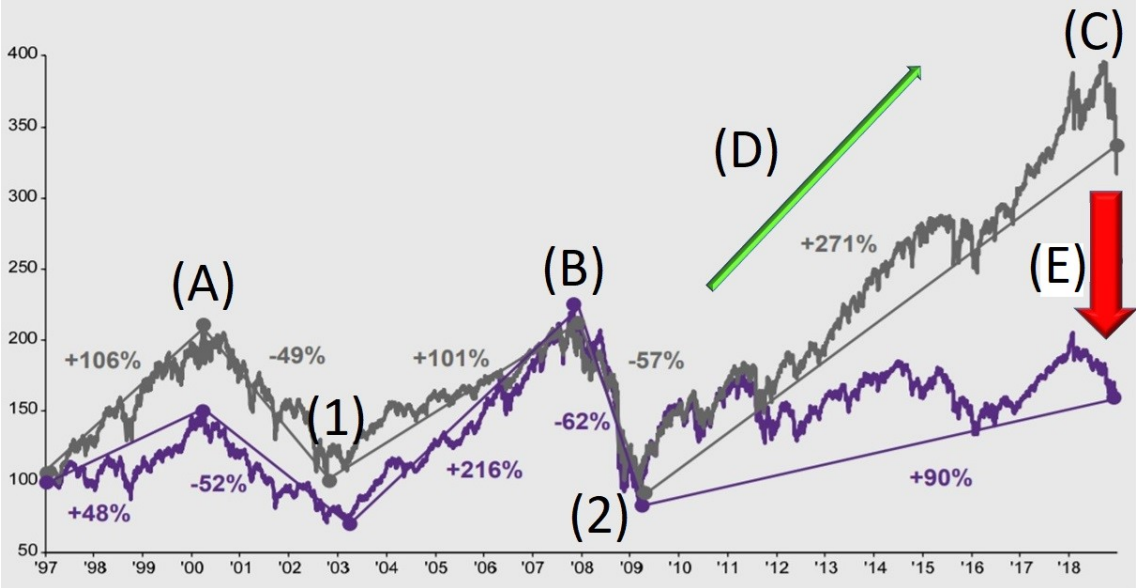
Em sequência, segundo Pozzi (2017), a situação saiu de controle quando os primeiros fundos estruturados com hipotecas *subprime* explodiram no banco Bear Stearns, em junho de 2008. Os problemas propagaram-se para grandes empresas do mercado financeiro, como Merrill Lynch, JPMorgan Chase, Citigroup e Goldman Sachs. Pouco tempo depois o banco francês BNP Paribas comunicou o fim das atividades de seus fundos especializados em dívida hipotecária que estavam insolventes.

Para Pozzi (2017), Ben Bernanke, Presidente do FED no período, demorou a agir. No começo, sua interpretação foi de que a crescente inadimplência nas hipotecas não representava risco para a estabilidade da economia, acreditando que o sistema se ajustaria sozinho. Logo em seguida, Bernanke ficou com medo que o movimento poderia desencadear uma segunda Grande Depressão na economia e recorreu a todas as ferramentas que tinha a sua disposição para estabilizar a economia. Assim, a resposta à crise hipotecária se deu de duas maneiras. Em primeiro lugar, houve a intervenção no sentido de socorrer as instituições sistêmicas, incluindo empresas não supervisionadas pelo FED, como a seguradora AIG e o banco Bear Stearns. Em seguida, estabeleceram-se mecanismos para elevar a liquidez de que os operadores financeiros necessitavam para manter suas atividades e fazer o dinheiro chegar à economia. Em dois dias, o FED injetou US$ 87,5 bilhões (R$ 275 bilhões) e o BCE outros US$ 156 bilhões. Durante a injeção de recursos, a taxa de juros foi cortada em meio ponto e pela primeira vez foi reconhecido que o risco de colapso era real.

A Figura 40 demonstra um padrão no comportamento dos mercados financeiros para as bolhas de 2001 e de 2008. Pretende-se demonstrar que o movimento de retomada do crescimento dos mercados, a partir de 2009, deriva dos mesmos padrões observados em 2001 e em 2008, contudo em valores (absolutos e relativos) muito maiores do que qualquer período já observado na histórica financeira global.

A Figura 40 apresenta, na linha clara, a evolução do índice acionário SP500, o mais importante indicador do mercado financeiro americano e, por consequência, mundial no período de 1997 até o final de 2008. Por sua vez, a linha escura apresenta a evolução do índice ACWI, um índice utilizado como o indicador de desempenho dos índices acionários dos demais países desenvolvidos, retirando os EUA. Pode-se observar uma forte correlação entre os índices durante 1997 até 2012. O ponto (A) corresponde ao momento onde a bolha de tecnologia estoura no EUA em 2000. Antes de seu estouro, o mercado avançou 106% e, em seguida, apresentou uma correção de 49%. Esse estouro se deu devido ao movimento cíclico da economia, tratado no início deste capítulo.

Figura 40: Padrões de comportamento dos mercados financeiros após as bolhas de 2001 e de 2008



Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do JP Morgan (2018).

A economia acelerou até entrar em superaquecimento. O superaquecimento acontece quando a demanda está mais forte que a oferta de produtos (fase dois do ciclo), o que gera inflação. Então, de maneira simples, o superaquecimento gera inflação. A inflação é um aumento generalizado no nível de preços que corrói o poder de compra das moedas e pode levar uma economia ao colapso. A história econômica brasileira está cheia de moedas (Cruzeiros, Cruzados, Cruzeiros Novos e Cruzados Novos) que entraram em colapso pela inflação descontrolada. Esse movimento tende a se repetir nos ciclos econômicos e, portanto, deve ser controlado. O controle acontece, principalmente, via política monetária, no qual os governos utilizam as taxas de juros para frear o consumo enquanto a oferta de produtos expande sua capacidade produtiva para oferecer mais produtos a preços menores na próxima fase de expansão. Dessa maneira, as sociedades recebem mais produtos a custos menores após cada ciclo.

O estouro da bolha de tecnologia no ponto (A), em 2000, aconteceu pela elevação nas taxas de juros (FED *Fund Rates*) a partir do final dos anos 1990, o que gerou um período de correção nos mercados que terminou no ponto (1). O ponto (1) marca a transição entre o fim do ciclo de correção da bolha de tecnologia e o início de um novo ciclo de expansão nos mercados que resultou no estouro da bolha imobiliária americana em 2008. Durante o final de 2001 até 2003, as taxas de juros americanas recuaram de 6,5% ao ano para casa de 1% ao ano. Os juros mais baixos estimularam o consumo e os investimentos, acelerando a economia e os mercados. Novamente, na fase dois do ciclo, ocorreu o superaquecimento, com a necessidade

de contenção da inflação através de política monetária. Entre 2005 e 2007, as taxas de juros americanas voltaram a superar a casa dos 5% ao ano. O estouro da bolha aconteceu entre 2007 e 2008 e foi seguido por uma correção de 57% nos mercados. Em função do estouro da bolha hipotecária, os juros foram, novamente, reduzidos para uma faixa entre 0% e 0,25% entre 2008 e o início de 2015. O ponto (2) marca o início do novo ciclo de expansão para os mercados em 2009. Esse ciclo de expansão provocou movimento de valorização de 271% nos preços dos ativos americanos até o final de 2018. Destaca-se que essa valorização dos ativos aconteceu num período de juros muito baixos e, ainda, de expansão da base monetária, no qual o FED aumentou o volume de moeda em circulação nos mercados de menos de um trilhão de dólares em 2008 para quatro trilhões e meio de dólares em 2015, sendo que esse volume de dinheiro permanece em circulação na economia global até os dias atuais.

O movimento que inflou a bolha hipotecária aconteceu entre 2001 e o início de 2008. Em seguida, decorrente de seu estouro, o ajuste foi muito rápido e desenrolou-se ao longo de 2008 até o primeiro trimestre de 2009. Deve-se prestar atenção para um elemento crucial no movimento das últimas duas bolhas observadas no mercado americano: o fim do movimento de recessão provocado por uma bolha aconteceu exatamente pela aplicação de políticas macroeconômicas que iniciaram o movimento de inflar da próxima bolha. Logo, o padrão apresentado indica que uma nova bolha começou a ser inflada em 2009. Ainda, o movimento de expansão das bolhas ao longo do tempo elevou o consumo de *commodities*, como observado nas bolhas anteriores.

Conforme o FED (2017), ao ser questionada sobre a possibilidade de uma nova crise acontecer, Yellen admitiu que “isso não pode ser descartado”, mas afirmou que não seria como a de 2008, porque, em sua opinião, o sistema se encontra muito mais seguro por causa das garantias de capitalização exigidas dos bancos. No mesmo relatório do FED (2017), Christine Lagarde, diretora gerente do Fundo Monetário Internacional, estava menos assertiva: “de onde virá, de que forma e com que alcance é algo a se ver, porque chegam de onde menos se espera”. Para Lagarde, a normalização da política monetária nos EUA estava em curso, dado que, em dezembro de 2015, as taxas de juros começaram a subir.

Em julho de 2017, o lendário investidor Jim Rogers[41] afirmou que “a bolha está em formação e, quando estourar, será o pior *crash* da minha vida”. O gestor sustenta que a enorme acumulação de dívidas e as avaliações de ativos injustificadamente altas tornaram a

[41] Jim Rogers é um famoso gestor de fundos, o qual previu o colapso econômico global e o "*boom*" das *commodities*, bem como alcançou retornos miraculosos no *hedge fund Quantum Fund* de 4.200% em seus primeiros dez anos de vida contra apenas 47% do índice S&P 500 no mesmo período (BUSINESS INSIDER, 2017a).

economia global ainda mais vulnerável do que em 2008 (BUSINESS INSIDER, 2017a). No que diz respeito ao crescimento explosivo da dívida da China, o gestor afirma que:

> [...] **até 2008, os chineses economizaram muito dinheiro para um dia chuvoso [...] em 2008 começou a chover e foi necessário iniciar e acelerar o gasto de dinheiro [...] agora, os mesmos chineses têm dívidas e a dívida é muito maior** [...] vai ser o pior *crash* da sua vida - da minha vida também. Preocupe-se. Quando as coisas começarem a ficar realmente ruins, as pessoas vão ligar e dizer: 'Você deve me salvar. É a civilização ocidental. Ela vai entrar em colapso'. E o FED, formado por burocratas e políticos, tentará fazer alguma coisa, mas não vai funcionar. Não vai funcionar dessa vez (BUSINESS INSIDER, 2017) [destaquei].

Jim Rogers complementa "você vai ver os governos falharem, os países falharem desta vez [...] a Islândia falhou na última vez, outros países falharam. Você vai ver mais disso e irá acompanhar o desaparecimento de instituições que existem há muito tempo". Em 2017, a análise realizada por Rogers encontrou um eco pessimista em outros grandes nomes do mercado financeiro. Marc Faber[42] apontou para a formação de uma bolha nas bolsas "há bolha em tudo [...] estamos em algum lugar entre 1999 e 2000", referindo-se à bolha da *internet* (tecnologia) e ao subsequente colapso dos ativos. Ainda, Bill Gross[43] afirmou que o risco do mercado acionário era o mais alto desde a pré-crise de 2008 e que os investidores estavam pagando um preço "muito caro" pelos riscos que estavam tomando (BUSINESS INSIDER, 2017a; BUSINESS INSIDER, 2017b).

Dessa maneira, busca-se demonstrar que esse movimento não aconteceu de forma isolada na economia americana, mas, sim, de forma conjunta com a economia chinesa. A Figura 41 demonstra a expansão da dívida chinesa (total) a partir de 2000.

De acordo com a Figura 41, a dívida chinesa com relação ao PIB é maior que a média dos países emergentes desde o ano 2000. Contudo, a partir de 2008, o volume de dívidas cresceu de maneira acelerada, elevando o estoque de dívida com relação ao PIB de 150% em 2008 para 300% em 2018. Entre 2008 e 2018, o endividamento apoiou o crescimento. Segundo o FMI (2019), quando tanto o governo como as corporações estão endividadas, o fardo do crescimento recai sobre os indivíduos e suas economias. Contudo, se os três setores estão no vermelho, o crescimento econômico começa a depender de bolhas ou inflação, as quais, em última análise, conduzem a crises financeiras. Nesse caso, o crescimento econômico

[42] Marc Faber é um gestor e investidor suíço conhecido por suas projeções catastróficas e que ganhou notoriedade ao prever a estagnação do Japão na década de 1980 (BUSINESS INSIDER, 2017b).
[43] Bill Gross é gestor da Janus Capital, um dos maiores fundos do mundo com US$ 2 bilhões em 2017 (BUSINESS INSIDER, 2017a).

irá depender de mais e mais emissão de crédito e dinheiro. Isso já indica que a economia está altamente desequilibrada.

Figura 41: Expansão da dívida chinesa (total) entre 2000 e 2018

Fonte: Elaborada com base nos dados do Banco Mundial (2019).

Em 28 de setembro de 2016, Wang Jianlin, um dos homens mais ricos da China e fundador do grupo Wanda (grupo multimídia que também opera empreendimentos imobiliários e hotéis de luxo no país) afirmou que "[...] esta é a maior bolha da história [...] e não vejo muita solução para o problema". Nesse contexto, Wang anunciou que estava reduzindo os seus investimentos no setor imobiliário com o objetivo de evitar prejuízos históricos quando a bolha e o mercado estourassem (CNN, 2016).

Destaca-se que os preços imobiliários na China seguiram subindo desde 2008, em especial nas grandes cidades, em contraste com um grande número de propriedades vazias espalhadas pela China. Segundo o BIS (2018), o setor imobiliário caracteriza-se por ser um dos principais setores da economia chinesa e, por consequência, um dos principais motores da economia global. De acordo com relatório do BIS (*Bank of International Settlements*), o crédito na China seguiu aumentando e provocando desequilíbrios, o que acresceu os riscos iminentes no sistema bancário chinês.

Para Gala (2019), desde 2009, o estoque de imóveis construídos representa o dobro do total dos imóveis do Reino Unido ou da Espanha. Ainda, se contabilizado o período de 15 anos, a China construiu o equivalente ao estoque total de imóveis existentes na Europa em 2018, ou seja, a China construiu uma Europa em uma década e meia. Essa acelerada expansão iniciou, no final da década de 1990, quando aconteceu a flexibilização do setor com o início da livre negociação. Na década de 2010, a economia chinesa já apresentava o maior estoque

de residências do mundo e, conforme sua renda *per capita*, seguiu aumentando a sua demanda por casas.

Dessa forma, pode-se entender que a expansão acelerada da urbanização ocorreu através da emissão de dívidas. Logo, foi por meio da expansão de uma bolha financeira, potencialmente a maior da histórica, que a produção do agronegócio de soja brasileiro foi exigida. A expansão global de crédito, sobretudo na China, acelerou o processo de urbanização que descolou os preços dos imóveis e de outros ativos do seu real valor. Esse processo é similar ao que aconteceu nos EUA durante a crise das hipotecas, contudo em proporções muito distintas. Esse processo de urbanização e de elevação de renda por intermédio de dívida explica a correlação temporal e o ordenamento causal dos fatos, sendo a razão pela qual a demanda pelo complexo de soja cresceu de maneira proporcional à expansão da bolha financeira, ou seja, de uma forma nunca vista na história.

4.5 Fatores determinantes para a consolidação internacional do complexo soja brasileiro no século XXI

Este capítulo trata da consolidação internacional do agronegócio de soja brasileiro no século XXI. Assim, no que se refere aos fatores determinantes do processo de globalização do agronegócio de soja brasileiro, entende-se que o seu elemento chave foi a aceleração do PIB chinês, o qual influenciou, diretamente, os preços internacionais da soja. Esses preços internacionais, por sua vez, chegaram até os produtores brasileiros, o que, juntamente com depreciação cambial, possibilitou a abertura de novas áreas para o cultivo de soja e a ocupação do território brasileiro, fazendo com que o Brasil experimentasse uma revolução no setor.

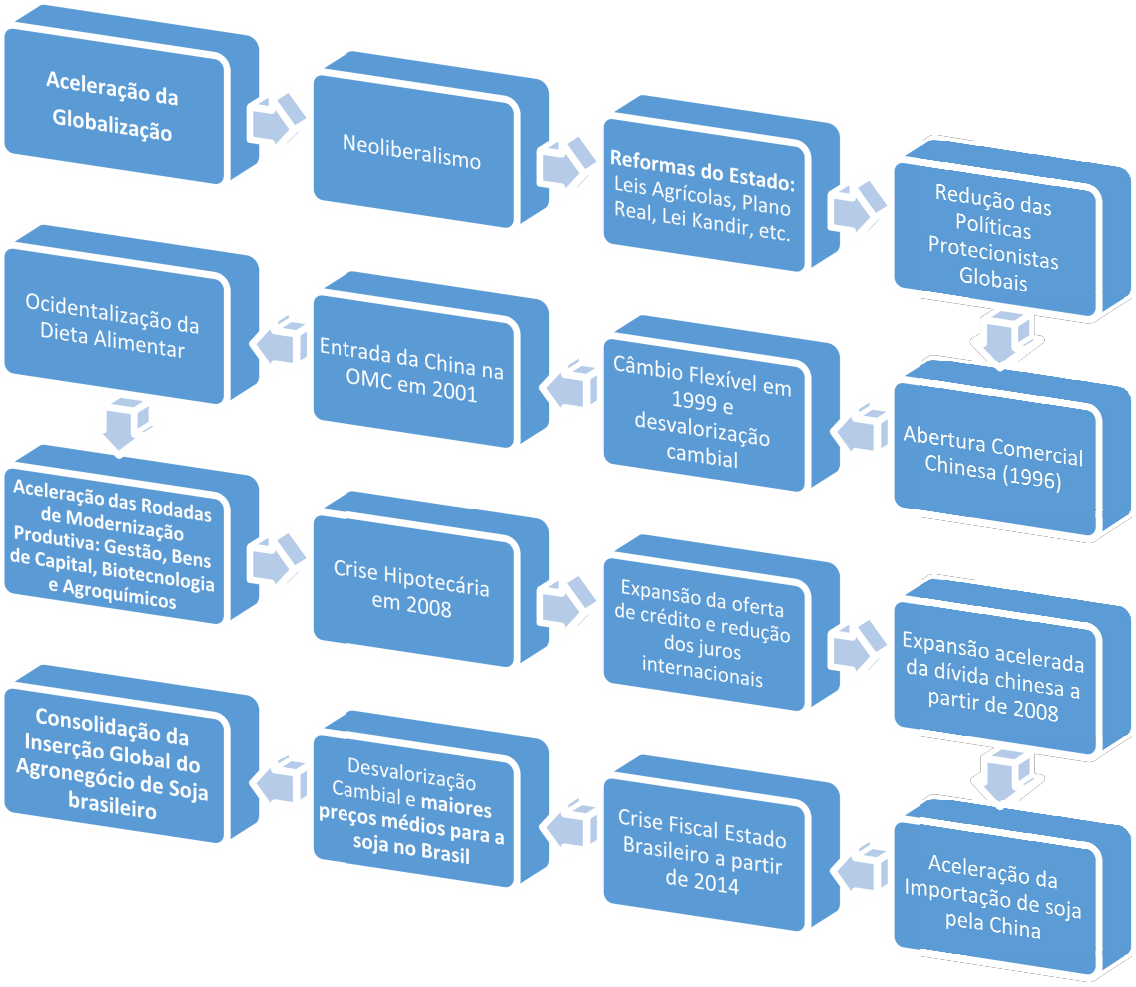
Embora, em decorrência do aumento da demanda chinesa por produtos derivados da soja, apresente-se a elevação dos preços internacionais e, consequentemente, dos preços finais ao produtor como fatores determinantes para a internacionalização do agronegócio de soja, não se pode simplificar o resultado do crescimento da produção de soja no Brasil, o qual dependeu da concatenação de diversos fatores.

Nesse sentido, com base nos elementos discutidos nesta tese, levantou-se os fatores determinantes para a consolidação global do agronegócio entre 1990 e 2018, sendo que se estabeleceu como seu marco inicial a globalização. A Figura 42 destaca os elementos determinantes estudados ao longo dos capítulos e ordena o processo de inserção do agronegócio de soja brasileiro na ordem econômica global no referido período. A partir do

encadeamento dos fatores, é possível visualizar e melhor compreender como se desenrolou a inserção global.

A consolidação da inserção global do agronegócio de soja brasileiro encontra-se no final da estrutura, sendo ela fundamentada por diversos fatores determinantes que se correlacionaram e que resultaram na melhora dos preços recebidos pelo produtor brasileiro ao longo do tempo.

Figura 42: Estrutura dos fatores determinantes para a inserção da do agronegócio de soja brasileiro na ordem econômica global entre 1990 e 2018



Fonte: Elaborada pelo autor.

Conforme discutido, os preços da soja recebidos pelo produtor brasileiro derivaram dos preços internacionais da soja, os quais foram impulsionados pela elevação da demanda chinesa iniciada em 1996 em razão da insurgência da preferência pelo consumo de proteínas diante da ocidentalização da dieta alimentar, bem como por causa da expansão do PIB e da

renda chinesa (a qual foi possível devido ao crescimento do endividamento chinês, a partir da crise hipotecária de 2008, em níveis jamais observados na história econômica).

O regime de câmbio flexível, por sua vez, resultou das reformas fiscais do Estado brasileiro, as quais se iniciaram no período de transição de conjunturas, o que reduziu o protagonismo do Estado no desenvolvimento do complexo soja. Assim, o início da década de 1990 foi o responsável pela disseminação de ideias neoliberais que fundamentaram as reformas do Estado brasileiro. Nesse sentido, o papel do Estado passou a ser de enfrentamento das políticas globais de protecionismo do setor agrícola. Ainda, o recorrente quadro de crises fiscais do Estado brasileiro, com destaque para a crise fiscal iniciada em 2014, desvalorizou a taxa de câmbio que incentivava as exportações de produtos brasileiros (entre eles, a soja).

Nesse contexto, a globalização, a partir de 1990, confere sustentação ao processo de inserção do complexo soja brasileiro na ordem econômica global, relacionando-se com todos os elementos. Assim, esta tese sustenta a posição de que o movimento de realinhamento global do agronegócio de soja brasileiro não corresponde a um fenômeno transitório, mas representa uma mudança estrutural de importância histórica para a economia do Brasil.

A alteração na estrutura econômica agrícola não decorreu de um planejamento estatal. É claro que as reformas ocorridas no período de transição de conjunturas, a abertura comercial, a elaboração da chamada Nova Política Agrícola e a estabilização alcançada com o Plano Real foram fatores que resultaram do planejamento e do amadurecimento da gestão pública brasileira visando respostas ágeis ao mercado. No entanto, como apresentado, esses fatores não foram suficientes para que se iniciasse o processo de elevação da produção e de internacionalização do complexo soja.

A partir da globalização (que tem como um de seus efeitos a padronização de hábitos), que embasou a transição de conjunturas econômicas entre os séculos XX e XXI, desenrolou-se a ocidentalização da dieta alimentar (que se refere à padronização dos hábitos alimentares ricos em proteínas, como é o caso da soja e de seus derivados). A globalização e a ocidentalização da dieta alimentar, portanto, estão relacionadas, mas não são processos que podem ser controlados pelo Estado. Assim, convém que se reflita: no período, esses fatores eram esperados? Ao se estudar o conteúdo das Revistas de Política Agrícola, evidencia-se que elas não previam esses fatores. Pelo contrário, a Figura 43 demonstra que se projetava o crescimento da demanda agrícola por meio do mercado doméstico (MAPA, 1997, p. 05), sem se considerar a globalização dos hábitos alimentares.

Figura 43: Projeção do aumento da demanda por produtos agrícolas pela Revista de Política Agrícola (1997)

Fatores de crescimento da demanda	Aumento anual da demanda (%)
Crescimento de 3% na renda per capita, para elasticidade-renda de 0,5	1,5%
+ Crescimento da população brasileira	1,5%
+ Aumento do mercado internacional	0,5%
Projeção do aumento total da demanda	3,5%

Fonte: MAPA (1997, p. 05).

De acordo com a Figura 43, observa-se que a projeção estimada sobre o aumento total da demanda por produtos agrícolas indicava o seu acréscimo anual de 3,5%. Do total projetado, esperava-se que 86% do crescimento decorreria do consumo do mercado doméstico (a partir da elevação de renda e da população interna) e 14% do mercado internacional. Os argumentos para essa previsão sustentavam-se nos fatos de que, internamente, o Brasil possuía fatores fundamentais para a evolução da produção agrícola, como o contínuo crescimento da população brasileira e o crescimento econômico, pois, ainda que a taxas modestas, havia a incorporação de pessoas ao mercado. Percebe-se, portanto, que o movimento da expansão do complexo soja, em sua origem, não foi planejado e esperado na segunda metade da década de 1990 (MAPA, 1997, p. 05-06).

O crescimento acelerado do agronegócio de soja brasileiro se sustenta na expansão de uma bolha de crédito na China e no mundo, sendo que a soja é um recurso estratégico importante para que se mantenha a dinâmica de crescimento, pois sua produção colabora para a contenção da inflação global, o que a torna um dos pilares fundamentais para a estabilidade e para o crescimento global no início do século XXI. No processo, entende-se que o Estado e o mercado apresentaram ações complementares, em que as funções de investimento, de desenvolvimento tecnológico e de fomento gestadas pelo Estado foram assumidas pelo

mercado, o qual foi estimulado pelo aumento dos preços agrícolas internacionais da soja e pelos recorrentes colapsos financeiros do Estado brasileiro.

Diante do exposto, no que concerne à discussão de como se desenvolveu a expansão do complexo soja brasileiro, entende-se que ela ocorreu via mercado, sendo os preços recebidos pelo produtor, sustentados por diversos fatores, o elemento decisivo. A fundamentação apresentada ao longo dos capítulos destaca a contribuição dos fatores determinantes para o movimento de redirecionamento da produção do complexo soja para o mercado internacional. Assim, esta pesquisa, por meio de sua abordagem em perspectiva macro, constata que os processos histórico-econômicos discutidos no decorrer deste trabalho conduziram o agronegócio de soja a se tornar um dos pilares fundamentais para a manutenção da ordem econômica global vigente no início do século XXI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese, abordou-se a discussão da agricultura em relação à sua inserção global a partir de fontes primárias e secundárias. Para tanto, explorou-se o processo de globalização da agricultura brasileira face ao período de transição de conjunturas ocorrida na década de 1990. Em sua análise, levantaram-se questionamentos sobre o ambiente econômico brasileiro e o impacto das suas reformas sobre o setor, bem como sobre a influência da aceleração do processo de globalização no que concerne ao processo de internacionalização. Para tanto, o trabalho partiu da investigação de artigos da Revista de Política Agrícola do MAPA, da SOBER, da CONAB, da Embrapa, da FEE, do IBGE, do Banco Central e das séries de dados estatísticos apresentados por eles e por suas secretarias. Nessa senda, com base em referencial adequado, visou-se delinear o cenário econômico vigente durante o período do processo de globalização da agricultura, a fim de precisar a temporalidade dos rompimentos conjunturais que o influenciaram.

Convém mencionar que o estudo realizado perpassou pela análise de objetivos específicos relacionados à temática. No primeiro capítulo, abordou-se a história do desenvolvimento do agronegócio de soja, buscando as origens de sua cultura e a investigação das contradições de seu complexo produtivo. Nele, deu-se enfoque à mudança de paradigma de uma agricultura baseada na terra e no trabalho para uma agricultura moderna, a qual passou a incorporar, entre suas características, a ciência e a tecnologia. Em sequência, no segundo capítulo, pesquisou-se o processo de reformulação da política agrícola brasileira a partir do pós-Segunda Guerra e o redirecionamento da agricultura brasileira para o mercado internacional. Em seguida, no capítulo terceiro, explicou-se o ciclo de internacionalização da agricultura brasileira derivado da nova política agrícola entre o final do século XX e o início do século XXI. Por fim, no capítulo quarto, procedeu-se ao exame da consolidação internacional do agronegócio brasileiro no século XXI.

Ressalta-se que os enfoques apresentados foram considerados como condicionantes, ainda que não diretos, para a exploração do objetivo geral deste trabalho, o qual discutiu o processo de globalização do agronegócio de soja brasileiro como um dos pilares fundamentais do desenvolvimento econômico mundial no início do século XXI. Nesta tese, em linhas gerais, entende-se que o processo de expansão das dívidas globais, com destaque para a formação de uma bolha financeira na China, resultou no acelerado ritmo de crescimento na demanda por soja, o que foi fundamental para a ampliação da produção do agronegócio de soja brasileiro.

O presente estudo permite sustentar que o elemento determinante para o início do processo de elevação da produção agrícola brasileira com o objetivo de atender o mercado externo é o preço recebido pelo produtor, um elemento de mercado. No caso da cultura de soja, os preços recebidos pelos produtores são derivados, principalmente, dos preços internacionais da soja e da taxa de câmbio brasileira. Com relação aos preços internacionais da cultura de soja, estes são definidos pela oferta e pela demanda do produto, enquanto a taxa de câmbio, a partir de 1999, estabelecida com flutuante, é formada a partir da oferta e da demanda de moeda estrangeira com intervenções pontuais do Banco Central em momentos de rápida valorização ou desvalorização. Esses elementos, ao iniciarem seu movimento de convergência, resultaram na elevação do preço recebido pelo produtor brasileiro a partir de 1995/96, sendo que este alcançou sua maior relação em janeiro de 1999, com a liberação da taxa de cambio brasileira. Nesse momento, a taxa de câmbio passou por uma considerável desvalorização, o que elevou os preços recebidos pelo produtor brasileiro.

Dessa maneira, é a combinação desses dois fatores necessários (preço e taxa de câmbio) que se apresenta como determinante para a efetivação do processo de inserção global da agricultura brasileira. Ainda, convêm referir que os preços internacionais reagiram devido às consideráveis mudanças da demanda mundial de alimentos na transição entre os séculos XX e XXI, de sobremaneira, com a entrada da China no mercado agrícola internacional, buscando comprar, principalmente, soja *in natura*.

Ante o exposto, deve-se destacar a velocidade de resposta oferecida pelos produtores brasileiros frente à melhora de preços e de renda. A resposta rápida da agricultura brasileira, em termos de ampliação de área para cultivo e de elevação da produção e da produtividade, relacionou-se aos incentivos, à estrutura e às políticas agrícolas discutidas nos Capítulos 02 e 03. Esses incentivos caracterizaram-se como elementos necessários ao processo de globalização. Entretanto, eles não foram suficientes para iniciá-lo. Importa mencionar que essa constatação foi evidenciada com a observação de que a região com maior abertura de área de cultivo foi a região centro-oeste (cerrado). Sem a criação de um pacote tecnológico para a produção nos cerrados, a abertura de áreas na região não aconteceria com a mesma velocidade que ocorreu. Ainda, sem a demanda chinesa, responsável por elevar os preços internacionais, não haveria motivação para a ampliação da produção nos cerrados. Logo, a criação de pacotes tecnológicos foi elemento necessário para o processo de globalização, porém não se demonstrou suficiente sem a entrada chinesa no mercado internacional (o que aconteceu entre 1995/96) e sem seus impactos sobre a renda e os preços recebidos pelo produtor brasileiro.

Após as primeiras discussões e leituras, restou evidente a presença de lacunas acerca da inserção internacional da agricultura brasileira, especialmente no que se refere aos aspectos de sua evolução econômica ser tratada como decorrentes de um sucesso das políticas agrícolas e agrárias do Estado brasileiro (as quais, com base nas fontes investigadas, na verdade, não explicam por si só os êxitos econômicos). Nesse sentido, deve-se frisar a fragilidade econômica do Estado brasileiro que atravessou vários períodos de crises com impactos diretos ao setor agrícola durante o processo de sua globalização.

Nessa senda, a contribuição deste trabalho é oferecer uma releitura que permita uma nova interpretação da globalização do agronegócio de soja brasileiro sobre a perspectiva de seu papel indispensável dentro da expansão econômica global no início do século XXI. Nesse sentido, as questões tratadas nesta tese, as quais envolvem a agricultura brasileira, em especial o caso da cultura de soja, investigaram os impactos do encadeamento, a nível global, de cada decisão dentro do setor e de suas cadeias produtivas. Ainda, este trabalho levantou questionamentos sobre a eficiência das políticas agrícolas promovidas pelo Estado brasileiro como determinantes para a promoção do sucesso da comercialização a nível mundial, o que permitiu que se chegue à compreensão de que o elemento determinante para a expansão da produção agrícola brasileira foi a elevação dos preços recebidos pelo produtor brasileiro via mercado.

Isso, por sua vez, como discutido, não representa uma simplificação da cadeia de eventos e nem visa retirar a importância inicial do Estado como sujeito introdutor do planejamento e promotor das ações iniciais para o setor entre o final da Segunda Guerra Mundial até a crise fiscal da década de 1980. A crise da década de 1980 exauriu os recursos do Estado e acabou esgotando a centralização das ações no Estado que necessitou buscar uma saída desse quadro, na década de 1990, por meio de profundas reformas. Essas reformas atingiram instituições, normatizações e ferramentas, criando os mecanismos que transferiram para o mercado o papel de protagonista da condução do movimento de globalização da agricultura no século XXI.

É nesse momento que o governo brasileiro, sob a influência das medidas de apoio instauradas para a agricultura americana, adotou medidas que constituíram a primeira tentativa de formalizar uma política agrícola para estimular o desenvolvimento do setor agrícola no País. Com base nos fatos e nos autores discutidos, é possível sustentar que o grande agente por trás de toda essa reorganização da agricultura foi o próprio Estado brasileiro. As grandes contribuições estão na disponibilização de recursos para produção via crédito agrícola subsidiado e no fomento à pesquisa. Essa expansão via governo está dentro de

uma conjuntura econômica para a agricultura diferente da que se observou a partir da transição de conjunturas, na qual um dos grandes fatores característicos foi a redução das contribuições do Estado (disponibilização de recursos e fomento à pesquisa) para a agricultura.

Logo, nesse período, sob o ponto de vista macroeconômico, o setor agrícola recebeu do governo a adoção de medidas que conduziram à estabilização econômica. Dessa forma, era perceptível a busca da construção de um ambiente favorável ao crescimento da economia, que acabou determinando um aumento da demanda por produtos do setor agrícola e formatando um modelo de comercialização almejando o sucesso no acesso do mercado internacional. A modernização da comercialização agrícola, em conjunto com as necessárias reformas estruturais, garantiu à agricultura brasileira uma transição com o mínimo de trauma de uma economia fechada para uma maior inserção no mercado mundial. É possível apontar também que a volta do Brasil ao sistema financeiro internacional viabilizou novas fontes de investimentos produtivos para a agricultura e a agroindústria. A partir de então, os objetivos do setor estariam direcionados para a consolidação do crescimento da agricultura com o aumento da produtividade e com uma maior liberdade de mercado.

Com destaque, deve-se pontuar que, apesar de todas as reformas conduzidas, foi a partir da safra de 96/97 que o consumo chinês (e, em escala maior, asiático), começou a figurar como resposta para as perguntas que afligiam a produção agrícola brasileira. Para ilustrar a importância desse movimento, destacou-se que, na safra de 2013/2014, a produção de soja atendeu, aproximadamente, metade da demanda chinesa (aproximadamente, 70 milhões de toneladas de soja). Conforme discutido, esse movimento de importação da soja estava diretamente ligado às dietas alimentares baseadas em proteína, dietas estas que se valorizaram a partir da aceleração do processo de globalização.

Como observado, a produção agrícola não parou de crescer no início do século XXI, permitindo afirmar que este fato foi produto do amadurecimento da matriz produtiva do setor agrícola. Assim sendo, o acumulo de capital produtivo também foi impactado e viabilizou a ampliação da área plantada. A questão sobre a demanda por tecnologia e bens de capital do setor agrícola brasileiro desdobrou-se por intermédio da melhora dos preços para o agricultor, sendo que estes foram os responsáveis por retomar o processo de mecanização da agricultura brasileira após 1996, o que auxiliou o movimento de ocupação produtivo do território brasileiro e reanimou a indústria de bens de capital para o setor primário, um elemento estratégico para o sucesso da produção agrícola brasileira. Entende-se que o produtor tomou sua decisão de investir baseado nos níveis de preços. É possível concluir que, então, se não

houver bens de capital nacionais para a disposição do produtor, eles serão importados, não se entendendo, portanto, a indústria de capitais como um elemento determinante ao processo de globalização da agricultura, mas como um elemento de suporte, facilitador do processo (já que seu consumo é derivado dos preços agrícolas).

Logo, entre outros fatores, os avanços da tecnologia agrícola e o acúmulo de capital foram determinantes para o processo de globalização da agricultura. Esses elementos permitiram a exploração produtiva dos cerrados que ofereceram uma vasta área de terra fértil para o crescimento da produção agrícola.

Ainda, a elevação da demanda por alimentos e por matérias-primas pela economia chinesa consolidou-se como um grande reflexo da elevação de renda de sua população. Verificou-se que o aumento da renda da população chinesa acarretou um grande salto para as economias exportadoras de matérias-primas, como o Brasil. O *superávit* chinês acelerou com a entrada do país na OMC e com a intensificação do processo de urbanização que, na década de 2010, ainda contava com 50% da população vivendo em áreas rurais, o que equivalia ao mesmo quantitativo que o Brasil possuía no início nos anos 1950. Assim, o processo de urbanização mudou sua dieta alimentar, o que lhe tornou o maior importador mundial de soja e de outras *commodities* agrícolas no início do século XXI, criando uma relação de comércio desses produtos com a agricultura brasileira.

O movimento de produção do complexo soja brasileiro destinado a atender o mercado internacional fez-se necessário para assegurar o desenvolvimento das economias emergentes, com destaque para a China a partir do início do século XXI. Dessa maneira, afirma a presente tese que a globalização do agronegócio de soja brasileiro se tornou um pilar fundamental, pois possibilitou o crescimento acelerado da economia mundial no início do século XXI. Logo, a expansão da economia chinesa acabou por definir a agricultura de soja e suas cadeias produtivas como o setor mais dinâmico da economia brasileira no início do século XXI.

O primeiro grande choque da conjuntura internacional do agronegócio de soja brasileiro aconteceu em 2008. Essa grande crise afetou os preços internacionais e o mercado de crédito, consolidando a expectativa de que uma nova crise para o setor agrícola estava se desenhando. No entanto, a queda interna de preços de soja tendeu a ser menos acentuada em função da taxa de câmbio flutuante da economia brasileira. Assim, em função de sua desvalorização, os preços da soja em reais recebidos pelo produtor brasileiro na colheita da safra 2008-2009 mantiveram-se em linha com os da safra anterior.

Embora a crise de 2008 tenha provocado uma série de mudanças na conjuntura econômica, no comércio mundial e na política econômica brasileira, o ambiente de

turbulência econômica, de queda nas taxas de crescimento globais e o receio da volta de políticas protecionistas, que impactavam diretamente o consumo de matérias-primas e, por consequência, a confiança dos produtores agrícolas, não aconteceram e os produtos agrícolas seguiram no comércio internacional, com preços atrativos aos produtores brasileiros. Dessa maneira, a discussão dos resultados dos ciclos de preços para a soja encontrou suporte no desempenho da, cada vez mais alavancada, economia chinesa e na deterioração da economia brasileira.

Por sua vez, o estudo da questão da crise fiscal brasileira evidenciou que as políticas agrícolas e agrárias não explicam o sucesso da agricultura brasileira e de suas cadeias produtivas. Como apresentado, ao contrário do planejamento chinês para a política cambial, a desvalorização do real não aconteceu por uma estratégia do governo central para beneficiar as exportações, e sim foi resultado de uma série de medidas equivocadas em termos econômicos que reduziram a confianças dos agentes econômicos, resultaram na fuga de investidores e na redução das reservas cambiais brasileiras.

Logo, o realinhamento global do agronegócio de soja brasileiro não foi um fenômeno transitório, mas representou uma mudança estrutural de importância histórica para a economia brasileira, movimento que foi capitaneado por um peso maior das forças de mercado quando comparado com o planejamento do Estado brasileiro. Em razão da nova configuração do poder econômico e político mundial, o Estado brasileiro demonstrou falhas no planejamento e execução de suas funções necessárias para ampliar a inserção dentro da nova arquitetura de governança mundial que emergiu e que acarretou a evolução das realidades econômicas.

A expansão global de crédito, sobretudo na China, fez com que a demanda por soja crescesse de maneira proporcional à expansão da bolha financeira. No sentido de fornecer volumes crescentes de soja e seus derivados dentro de um curto espaço de tempo, o agronegócio de soja brasileiro demonstrou força, capacidade de absorver complexas tecnologias, organização, articulação e visão. Seria, por si, um movimento impressionante em condições de estabilidade econômica. Contudo, quando se observa tal movimento ocorrendo, sobretudo com instabilidade econômica e falta de investimentos em infraestrutura, pode-se compreender a dimensão desse movimento. O Brasil entregou soja, apesar de não possuir as condições ideais, a preços internacionais estáveis (2003-2018) e em escala impressionante, o que ajudou a controlar a inflação global e permitiu a aceleração do processo de expansão das economias globais, atendendo às políticas de segurança alimentar e às curvas de preferência para alimentação ao redor do mundo.

As condições para a oferta brasileira de soja e de seus derivados, na transição do século XX para o século XXI, estavam formadas. Contudo, não se pode sustentar que o sucesso econômico do agronegócio de soja brasileiro no início do século XXI foi fruto de uma ação planejada de maneira consciente pelo Estado brasileiro. Pelo contrário, os estudos conduzidos permitem sustentar que o movimento foi consequência de um impressionante ciclo de endividamento chinês, e, também, global. Em volumes, esse nível de endividamento nunca foi observado na histórica econômica e financeira. Ainda, os movimentos de bolhas financeiras observadas no início do século XXI, demonstram que esse movimento faz parte de uma nova bolha financeira em formação após a crise de 2008 em esfera global.

Dessa forma, como o estouro das bolhas acontece no momento de superaquecimento das economias gerado pela inflação – transição da fase 2 (expansão) do ciclo econômico para as fases 3 (desaceleração) e 4 (recessão) – o agronegócio de soja brasileiro, através de seu complexo produtivo, constitui-se em um dos pilares de sustentação do movimento de expansão, pois a oferta de soja acaba por arrefecer a inflação e manter as economias aceleradas dentro das fases 1 e 2 por mais tempo. Dessa maneira, a soja brasileira foi um recurso estratégico essencial para a economia global nas primeiras décadas do século XXI.

Embora o Estado tenha perdido sua capacidade de acompanhar a rápida evolução do setor, não se pode negar que este foi decisivo para a implementação das condições inicias para a propagação do complexo de soja. Contudo, as diversas crises fiscais do Estado brasileiro mostram o quando este é frágil em sua gestão, atrasando não só o agronegócio de soja, mas todos os setores da economia em alcançar sua eficiência e condenando a população brasileira a gerações de atrasos em incremento de renda. Em um momento tão delicado para as contas públicas, há de se olhar para o passado para buscar entender qual o papel do Estado para o futuro. E, como sustentando pelos fatos observados por este trabalho de tese, preferencialmente um Estado menor e mais eficiente do que presenciado até hoje no Brasil.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. do A.; BEZERRA, G. das N. O **que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ADBI. Asian Development Bank Institute. **Intra-regional trade in East Asia:** the decoupling fallacy, crisis, and policy challenges. Tokyo: Asian Development Bank Institute, 2009.

AGUIAR, D. R. D.; MATSUOKA, B. P. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano XXV, n. 1, p. 20-34, mar. 2016.

ALVES, E. R. de A.; CONTINI, E. Progresso tecnológico e desenvolvimento da agricultura brasileira. *In.*: YEGANIANTZ, L. **Pesquisa agropecuária, questionamentos, consolidação e perspectivas**. Brasília: EMBRAPA-DPU, 1988. p. 315-324.

ALVES, E. R. de A. Segundo prefácio. *In:* VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; FISHLOW, Albert (Orgs.). **Agricultura e indústria no Brasil**: inovação e competitividade. Brasília: Ipea, 2017. p. 15-21.

AMORIN, R. **10 passos para jogar a economia brasileira no buraco.** 2017. Disponível em: http://ricamconsultoria.com.br/news/artigos/10-passos-economia-brasileira/. Acesso em: 20 maio 2018.

AMORIN, R. **Negócio da China**. 2015. Disponível em: http://ricamconsultoria.com.br/news/artigos/negocio-da-china/. Acesso em: 15 abr. 2018.

ANDERSON, P. **A política industrial no Brasil e a experiência das câmaras setoriais na década de 90**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

ANFAVEA. Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. **Anuário Estatístico da Indústria Automobilística do Brasil 1996**. 1997. Disponível em: http://www.anfavea.com.br/anuario.html. Acesso em: 21 jan. 2018.

ANFAVEA. Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. **Anuário Estatístico da Indústria Automobilística do Brasil 2016**. 2017. Disponível em: http://www.anfavea.com.br/anuario.html. Acesso em: 21 jan. 2018.

ANTAQ. Agência Nacional de Transporte Aquaviário. **Portos**: infraestrutura e logística. 2018. Disponível em: portal.antaq.gov.br/wp-content/.../Portos-perspectivas-e-melhorias-dos-acessos.pdf. Acesso em: 9 jul. 2019.

ARROW, K.; HAHN, F. **General competitive analysis**. San Fransisco: Holden Day, 1971.

ARROW, K.; DEBREU, G. Existence of an Equilibrium for a Competitive Economy. **Econometrica**, New Haven, v. 22, p. 265-290, jul. 1954.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Estudos Especiais do Banco Central**. 2017. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ref. Acesso em: 03 set. 2016.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Estudos Especiais do Banco Central**. 2017. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ref. Acesso em: 6 fev. 2018.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Estudos Setoriais, 2014**. 2014. Disponível em: <http://www.bacen.gov.br>. Acesso em 03 set. 2016.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Estudos Setoriais**. 2003. Disponível em: <http://www.bacen.gov.br>. Acesso em: 03 set. 2016.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Estudos Setoriais**. Brasília. 2011. Disponível em: <http://www.bacen.gov.br>. Acesso em: 03 set. 2016.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Séries Temporais**. 2019. Disponível em: https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries. Acesso em: 6 mar. 2019.

BACHA, E. L. O café na economia brasileira. *In.*: BACHA, E. **Os mitos de uma década**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 01-18.

BANCO MUNDIAL. **Food crisis**: the role of agricultural productivity. 2011. Disponível: http://blogs.worldbank.org/developmenttalk/food-crisis-the-role-of-agricultural-productivity. Acesso: 11 set. 2011.

BARROS, G. S. C.; BACCHI, M. R. P.; BURNQUIST, H. J. **Estimação de equações de oferta de exportação de produtos agropecuários para o Brasil**. Brasília: IPEA, 2011.

BARROS, G.S.C. A agricultura e o ajuste fiscal. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 45, p. 318-328, jan. 1991.

BARROS, J. C. A. A Escola dos Annales: Considerações sobre a História do Movimento. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 4, n. 8, p. 1-29, dez. 2010.

BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

BEKERMAN, M. Transformações recentes da economia chinesa: impacto sobre suas relações comerciais com a América Latina**. Revista tempo do mundo (RTM)**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 12-33, abr. 2013.

BELIK, W. Agricultura, comércio internacional e consumo de alimentos no Brasil. *In.*: XLIII Congresso da SOBER, 2005, São Paulo. **Anais do XLIII Congresso da SOBER**. São Paulo: SOBER, 2005, p. 1-20.

BENJAMIN, D. *et al*. Income inequality during China's Economic Transition. In: BRANDT, Loren; RAWSKI, G. Thomas. **China's great transformation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 729-735.

BESKOW, P. R. Agricultura e política no contexto brasileiro da industrialização do pós-guerra (1946-1964). **Revista Estudos, sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 56-79, abr. 1999.

BIS. Bank of International Settlements. **Annual Economic Report 2018**. Disponível em: https://www.bis.org/publ/arpdf/ar2018e.htm. Acesso em: 20 dez. 2018.

BM. Banco Mundial. **Indicador econômico**. 1993. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator. Acesso em: 5 abr. 2018.

BM. Banco Mundial. **The world bank in China**. Disponível em: http://www.worldbank.org/en/region/sar. Acesso em: 20 maio 2019.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Relatório Anual Integrado**. 2008. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/publicacoes. Acesso em: 19 ago 2016.

BONATO, E. R.; BONATO, A. L. V. **A soja no Brasil:** história e estatística. Londrina: EMBRAPA, 1987. p. 61.

BORÇA JUNIOR, G. R.; TORRES FILHO, E. T. Analisando a Crise do Subprime. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 30, p. 129-159, dez. 2008.

BRAGAGNOLO, C. **Produtividade, crescimento e ciclos econômicos na agricultura brasileira.** Piracicaba: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2012.

BRANDÃO, A. S. P.; REZENDE, G. C. de; MARQUES, R. W. da C. Crescimento agrícola no período 1999/2004: a explosão da soja e da pecuária bovina e seu impacto sobre o meio ambiente. **Economia Aplicada**, [s.l.], v. 10, n. 2, p. 249-266, jun. 2005.

BRASIL. **Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996**. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências (LEI KANDIR). Brasília: Diário Oficial da União, 16 set. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp87.htm. Acesso em: 12 jul. 2016.

BRONDANI, A. **Informações sobre biotecnologia**. São Paulo: Conselho de Informações sobre Biotecnologia, 2013.

BRUM, A. L.; MULLER. A economia mundial da soja: impactos na cadeia produtiva da oleaginosa no Rio Grande Do Sul. *In.*: XLIII Congresso da SOBER, 2005, São Paulo. **Anais do XLIII Congresso da SOBER**. São Paulo: SOBER, 2005, p. 1-20.

BRUNO, F. M. R.; AZEVEDO, A. F. Z. de; MASSUQUETTI, A. Os subsídios à agricultura no comércio internacional: as políticas da União Europeia e dos Estados Unidos da América. **Ciência Rural**, [s.l.], v. 42, n. 4, p.757-764, abr. 2012.

BURANELLO, R. **Manual do direito do agronegócio**. São Paulo: Saraiva, 2013.

BUSINESS INSIDER. **Bill Gross**: 'Capitalism's arteries are now clogged or even blocked by secular forces'. 2017a. https://www.businessinsider.com/r-bill-gross-advises-investors-to-cut-risk-on-us-growth-woes-2017-6. Acesso em: 29 jul. 2018

BUSINESS INSIDER. **Marc Faber**: This Is Just The Beginning. 2017b. Disponível em: https://www.businessinsider.com/marc-faber-correction-bear-market-2012-4. Acesso em: 29 jul. 2018

BUSKY, D. F. **Communism in history and theory**. London: Greenwood Publishing Group, 2002.

CANAL RURAL. **Sojicultores do Rio Grande do Sul divergem sobre acordo com a Monsanto**. 2013. Disponível: https://canalrural.uol.com.br/programas/informacao/rural-noticias/sojicultores-rio-grande-sul-divergem-sobre-acordo-com-monsanto-22400/. Acesso em: 15 jan. 2017.

CANO, W. Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. **Revista de Política Pública**, São Luís, v. 16, n. 1, p.79-90, jun. 2012.

CARDOSO, F. H. Discurso de despedida. *In.*: **Anais do Senado Federal**. Brasília: SENADO FEDERAL, 1994. p. 9185-9195. v. 18.

CARROLL, J. M. **A Concise History of Hong Kong**. Nova Iorque: Rowman & Littlefield Publishers, 2007.

CARVALHO, F. J. C. Políticas econômicas para economias monetária. *In.*: LIMA, G. T.; SICSÚ, J.; PAULA, L. F. (Org.). **Macroeconomia moderna**: Keynes e a economia contemporânea. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 258-281.

CARVALHO, M. *et al*. **Competitividade da Soja e a Geração de Divisas**. *In.*: XLIII Congresso da SOBER, 2007, São Paulo. **Anais do XLIII Congresso da SOBER**. São Paulo: SOBER, 2007, p. 1-20.

CASTRO, A. S.; ROSSO JR., J. L. **Modelos de previsão para a exportação das principais commodities brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 19 p.

CASTRO, A. M. G.; LIMA, S. M. V.; CRISTO, C. M. P. N. Cadeia produtiva: marco conceitual para apoiar a prospecção tecnológica. *In.*: XXII Simpósio de gestão da inovação tecnológica, 2002, Bahia. **Anais do XXII Simpósio de gestão da inovação tecnológica**. Bahia: UNIFACS, 2002. p. 1-14.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina. **La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe**. Santiago: Naciones Unidas; Cepal, 2010.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Preço da soja**. 2018. Disponível em: http://www.cepea.esalq. usp.br/preços_s. Acesso em: 06 jan. 2019.

CHEEK, T. The Chinese People Have Stood Up. Mao Zedong And China's Revolutions, [s.l.], p. 125-127, 2002.

CHICAGO BOARD OF TRADE (CBOT). Market Data. 2016. Disponível em: http://www.cmegroup.com/market-data/. Acesso em: 21 jul. 2017.

CHICAGO BOARD OF TRADE (CBOT). Market Data. 2017. Disponível em: http://www.cmegroup.com/market-data/. Acesso em: 7 maio 2018.

CINTRA, M. Juros, culpa de quem?. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 30-47, jun. 2005.

CNN. **Billionaire**: Chinese real estate is 'biggest bubble in history'. 2016. Disponível em: https://money.cnn.com/2016/09/28/investing/china-wang-jianlin-real-estate-bubble/. Acesso em: 27 ago. 2017.

CNT. Confederação Nacional de Transportes. **Relatório Gerencial**: pesquisa CNT de Rodovias. 2007. Disponível em: http://pesquisarodovias.cnt.org.br/. Acesso em: 20 dez. 2018.

COCHRANE, W. W. **The development of American agriculture**: a historical analysis. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

COELHO, C. N. 70 anos de Política Agrícola (1931-2001). **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano X, n. 3, p. 3-58, set. 2001.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Capacidade estática dos armazéns**. 2017. Disponível em: http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1077&t=2>. Acesso em: 3 jun. 2018.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Indicadores da Agropecuária**. 2014. Disponível em: https://www.conab.gov.br/info-agro. Acesso em: 19 set. 2017.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Quadro de suprimentos 2014**. 2015. Disponível em: https://portaldeinformacoes.conab.gov.br/. Acesso em: 30 set. 2017.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Séries históricas de produção de grãos**. 2016. Disponível em: https://www.conab.gov.br/info-agro. Acesso em: 19 set. 2017.

CONTINI, E. (Ed.). Carta da agricultura: perspectivas de recuperação das safras agrícolas. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 1, n. 1, p.5-6, jan. 1992.

CANTO NETO, A. C. **Fatores determinantes da competitividade do agronegócio brasileiro**. São Paulo: PUC, 2007.

CORREIA, T. **As misteriosas estatísticas de investimento da China.** GGN Economia: São Paulo, 2016.

CUNHA, A. S. Os 150 anos do MAPA. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano XIX, p.4-8, jul. 2010.

CUNHA, A. S. **Urna avaliação da sustentabilidade da agricultura nos cerrados**. Brasília: IPEA, 1994.

CUNHA, A. M. **A Economia Política do "Milagre Chinês"**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

DALL'AGNOL, A. *et al*. O complexo agroindustrial da soja brasileira. **Circular Técnica da Embrapa.** Londrina, p. 1-12. set. 2007.

DALL'AGNOL, A. *et al*. **Causas do desenvolvimento da soja no Brasil.** Agência Embrapa de Informação Tecnológica. 2017. Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/soja/arvore/CONTAG01_11_271020069131.html. Acesso em: 11 jan. 2019.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. **A concept of agribusiness**. Boston: Harvard University Graduate School of Business Administration, 1957.

DAVIS, J. H.; HINSHAW, K. **Farmer in a business suit**. Nova York: Simon and Schuster, 1957.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Dieese, 2001.

DOSSA, D.; CONTINI, E. Gerenciamento da Propriedade Agrícola: Instrumento de Eficiência e Competitividade. **Revista de Política Agrícola,** Brasília, v. 4, n. 2, p.10-14, jul. 1994.

EICHENGREEN, B. **A globalização do capital**: uma história do sistema monetário internacional. São Paulo: Ed. 34, 2000.

EITEN, G. Vegetação do cerrado. *In.*: PINTO, Maria Novaes (Org.). **Cerrado**: caracterização, ocupação e erspectivas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990. p. 05-25.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Soja**: resultados de pesquisa. 2010. Disponível em: http://www.embrapa.br/publicacao/1019642/soja-resultados-de-pesquisa-20102011. Acesso em: 12 jun. 2010.

FAO. Food and Agriculture Organization. **FAOSTAT**. 2016. Disponível: http://www.fao.org&gt. Acesso em: 14 mar. 2017.

FAO. Food and Agriculture Organization. **FAOSTAT**. 2017. Disponível: http://www.fao.org&gt. Acesso em: 02 set. 2018.

FAORO, R. A questão nacional: a modernização. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 6, n. 14, p. 7-22, abr. 1992.

FAVERO, C. A. O Mercosul e a reestruturação da agricultura: as "filières" de cereais e a exclusão social. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 13, n. 3, p. 279-302, 1996.

FED. Federal Reserve System. About **Fed data**. 2017. Disponível em: https://www.federalreserve.gov/data.htm. Acesso em: 20 maio 2017.

FED. Federal Reserve System. About **The Fed**. 2017. Disponível em: https://www.federalreserve.gov/aboutthefed.htm. Acesso em: 20 maio 2017.

FERNANDES, K. C. C.; MONTEIRO, V. M. B.; GAJO, C. A. Estudo da Logística de Transporte do Complexo Soja no Sudoeste Goiano. *In*: Jornada da Produção Científica da

Educação, 2. 2008, Cuiabá. **Anais da Jornada da Produção Científica da Educação.** Cuiabá: IFMT, 2008. p. 1-6.

FERREIRA, P. R. N. A crise do subprime e a ação governamental nos EUA: uma análise da política econômica na formação da bolha imobiliária e a interpretação da escola austríaca. 2013. 131 f. **Dissertação (Mestrado)** - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FERREIRA, R. J. F. **A Atuação do POLOCENTRO e o desenvolvimento regional**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1985.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. **FGVDADOS**. 2017. Disponível em: http://www.fgvdados.com.br/. Acesso em: 13 ago. 2018.

FGV. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **FGVDADOS**. Disponível em: http://www.fgvdados.com.br/dados_consul114512. Acesso: 20 set. 2017.

FISHLOW, A. A economia política do ajustamento brasileiro aos choques do petróleo: uma nota sobre o período 1974-1984. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 507-550, dez. 1986.

FMI. Fundo Monetário Internacional. **IMF DATA**. 2019a. Disponível em: https://www.imf.org/en/Research/commodity-prices. Acesso em: 16 fev. 2019.

FMI. Fundo Monetário Internacional. **Management of Food Prices**: the transition of international maize price signals. 2019b. Disponível em: https://www.imf.org/en/Research/commodity-prices. Acesso em: 17 fev. 2019.

FORTUNA, E. **Mercado financeiro**: produtos e serviços. 13. ed. Rev. e Atual., Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

FRAGA, A.; GOLDFAJN, I. **Política Monetária no Brasil**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2002.

FRAZÃO, C. S. Lula versus Alckmin: construções discursivas no periódico de Veja. **Revista Brasileira de Marketing**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 137-144, 2008.

FUSCALDI, K. da C.; OLIVEIRA, A. C. G. de. Crescimento da agricultura brasileira no período: 1996 a 2004. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano XIV, n. 3, p. 19-32, set. 2005.

GALA**,** P. **Bolha no setor imobiliário da China**. 2019. Disponível em: https://www.paulogala.com.br/ainda-sobre-a-possivel-bolha-no-setor-imobiliario-da-china/. Acesso em: 10 maio 2019.

GALA**,** P**. Política cambial e Desenvolvimento Econômico na China.** Disponível em: http://www.paulogala.com.br/politica-cambial-na-china/. Acesso em: 17 jun 2017.

GASQUES, J. G. *et al*. **Condicionantes da produtividade da agropecuária brasileira**. Brasília: IPEA, 2004.

GITMAN, L. J. **Princípios de Administração Financeira**. 7ª. ed. São Paulo: Harbra, 1997.

GITMAN, L. J.; JOEHNK, M. D. **Princípios de Investimento**. 8ª. ed. São Paulo: Pearson, 2005.

GOLDBERG, R. A.; BIRD, K. M.; ARTHUR, H. B. **The Technological Front in the Food and Fiber Economy**. Washington: National Advisory Commission on Food and Fiber, 1968.

GOLDIN, I.; REZENDE, G. C. de. **A agricultura brasileira na década de 80**: crescimento numa economia em crise. Rio de Janeiro: IPEA, 1993.

GONÇALVES, R. Crise econômica: Radiografia e soluções para o Brasil. **Jornal do Instituto de Economia da Ufrj.** Rio de Janeiro, p. 1-18. out. 2008.

GRINBERG, K. A história nos porões dos arquivos judiciários. *In*.: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 119-140.

GUANZIROLI, C. E. **Agronegócio no Brasil**: perspectivas e limitações. Rio de Janeiro: UFF, 2006. 59 p.

GUIMARÃES, E. Secretaria de Política Agrícola: 15 anos formulando a política agrícola brasileira. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano XVI, p. 5-9, jul. 2007.

HAMPE, E. C.; WITTENBERG, M.; EDDS, L.. **The Food Industry**: Lifeline of America. Ithaca: Cornell University, 1980.

HANKE, S. **A empiria comprova a boa teoria**: desvalorizar o câmbio piora a economia e reduz as exportações. 2015. Disponível em: https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2378. Acesso em: 11 dez. 2018.

HART-LANDSBERG, M.; BURKETT, P. Engaging the issues. **Critical Asian Studies**, [s.l.], v. 37, n. 4, p.597-628, jan. 2005. Informa UK Limited. http://dx.doi.org/10.1080/14672710500348471.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e economia do "agronegócio" no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s.I.], v. 25, n. 74, p. 159-196, out. 2010.

HEREDIA, E. A. La región en la globalización y la historia de las relaciones internacionales latinoamericanas. *In*.: III Jornadas de las Relaciones Internacionales, 1996, Buenos Aires. **Relaciones internacionales latino-americanas**. Buenos Aires: [s.I.], 1996. p. 291-302.

HERSTON, A. et al. China and Development economics, In: BRANDT, Loren; RAWSKI, G. Thomas. **China's great transformation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 27-67.

HUANG, J. et al. Trade liberalization and China's food economy in the 21st century: implications for China's national food security. In: ROZELLE, Scott D.; SUMNER, Daniel A. (Ed.). **Agricultural Trade and Policy in China**: Issues, Analysis and Implications. Londres: Routledge, 2018. p. 55-80.

HYMOWITZ, T. On the domestication of the soybean. **Economic Botany**, Nova Iorque, v. 24, n. 4, p. 408-421, dez. 1970.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário**. 2016. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?. Acesso em: 14 dez. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas Nacionais**. 2017a. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais.html. Acesso em 19 fev. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas Nacionais**. 2014. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais.html. Acesso em: 28 jan. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas**. 2017b. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas.html. Acesso em 19 fev. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas Agricultura, pecuária e outros**. 2017c. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria.html. Acesso em: 19 fev. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto - PIB**. 2006. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib%23evolucao-taxa#evolucao-taxa. Acesso em: 28 jan. 2017.

IDEC. Instituto de Defesa do Consumidor. **Transgênicos e a Lei de Biossegurança**. 2006. Disponível em: https://idec.org.br/em-acao/revista/as-novas-regras-pegaram/materia/avancos-na-america-latina. Acesso em: 28 jun. 2017.

INVESTING. 2017. **Mercados, Ferramentas e Estatísticas**. Disponível em: https://br.investing.com/. Acesso em: 26 jun. 2017.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. **Carta de Conjuntura**. 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26918&Itemid=3. Acesso em: 2 dez 2017.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. **IPEADATA**. 2017. Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx. Acesso em: 1 dez 2017.

JOMO, K.S. **Growth after the Asian crisis: what remains of the East Asian model?.** United Nations Conference on Trade and DevelopmentG-24 Discussion Paper. 2001. Disponível: https://ideas.repec.org/s/unc/g24pap.html. Acesso: 20 abr. 2018.

JP MORGAN. **Guide to the Markets 2016**. 2017. Disponível em: https://www.jpmorganam.com.sg/wps/portal/gtma. Acesso em: 20 fev. 2017.

JP MORGAN. **Guide to the Markets 2017.** Nova York. 2018. Disponível em: <https://www.jpmorganam.com.sg/wps/portal/gtma>. Acesso em: 15 maio de 2018.

KAGEYAMA, A. *et al*. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. *In*.: DELGADO, G. **Agricultura e políticas públicas**. Campinas: Unicamp, 1987. p. 113-223.

KAO, M. Y. M. Taiwan's and Beijing's Campaigns for Unification. In: FELDMAN, Harvey; KAO, Michael Y. M. (Ed.). **Taiwan in a Time of Transition**. Nova Iorque: Paragon House, 1988. p. 180-197.

KESSEL, M. Regimes cambiais e políticas cambiais brasileiras. **Boletim do Banco Central**, v. 52 , n.5 , p. 263-286, 1998.

KESSEL, M. Regimes cambiais e políticas cambiais brasileiras. **Boletim do Banco Central**, v. 52 , n.5 , p. 263-286, 1998.

KRUEGER, A. **O. growth theories in light of the East Asian experience**. Chicago: University Of Chicago Press, 1995.

LACERDA, E. A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e a institucionalização dos interesses do empresariado rural no Brasil. **RURIS**, [s.I.], v. 5, n. 1, p. 183-207, mar. 2011.

LAMPREIA, L. F. P. Resultados da Rodada Uruguai: uma tentativa de síntese. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 9, n. 23, p. 247-260, abr. 1995.

LEE, C. K. **The Specter of Global China**: politics, labor, and foreign investment. Chicago: University of Chicago Press, 2013.

LEE, I. H.; QINGJUN, Xu; SYED, Murtaza. China's demography and its implications. **International Monetary Fund Journal**. Washington, p. 1-27. ago. 2013.

LEMES, B. C. O Colapso da URSS e seus Reflexos na Agricultura Mundial. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 16-20, 1 jun. 1992.

LIN, J. Y. **Demystifying the Chinese Economy.** Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

LOPES, M. R. **Agricultura Política**: História dos Grupos de interesse na Agricultura. Brasília: Embrapa, 1996.

LOPES, M. R.; REZENDE, G. **O desenvolvimento agrícola no novo marco macroeconômico da América Latina.** Santiago: FAO, 1994.

LOVATELLI, C. Brasil e China: oportunidades no agronegócio. In: Encontro empresarial: promovendo benefícios mútuos, 2015, São Paulo. **Anais do Encontro Empresarial Abiove**. São Paulo: Abiove, 2015. p. 1-28.

MACHADO, I. P. História e Direito: possibilidades metodológicas. **História**: debates e tendências, Passo Fundo, v. 11, n. 01, jan./jun. 2011, p. 81-93, jan./jul. 2012.

MADDISON, A. **Contours of the World Economy, I-2030 AD**: essays in macro-economic history. Oxford: Oxford University Press, 2007.

MAIA, S. F.; LIMA, R. C. de. Abertura econômica brasileira e seu impacto sobre as exportações agrícolas: Abordagem de Mundell-Fleming Usando auto-regressão vetorial. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, n. 32, p.822-841, nov. 2001.

MALUF, R. **Segurança alimentar e nutricional**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MANKIW, N. G. **Introdução à Economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Aquisição do Governo Federal (AGF)**. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/comercializacao-e-abastecimento/garantia-e-sustentacao-de-preco. Acesso em: 20 out. 2017.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Produtos agrícolas**: série histórica de preços de referência. 2014. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/noticias/precos-de-referencia-de-produtos-agricolas-tem-reajuste-de-ate-102. Acesso em: 12 fev. 2016.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. **Revista de Política Agrícola**. Brasília: Secretaria Nacional de Política Agrícola, Companhia Nacional de Abastecimento, 1992.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. **Revista de Política Agrícola**. Brasília: Secretaria Nacional de Política Agrícola, Companhia Nacional de Abastecimento, 1993.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. **Revista de Política Agrícola**. Brasília: Secretaria Nacional de Política Agrícola, Companhia Nacional de Abastecimento, 1994.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. **Revista de Política Agrícola**. Brasília: Secretaria Nacional de Política Agrícola, Companhia Nacional de Abastecimento, 1995.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. **Revista de Política Agrícola**. Brasília: Secretaria Nacional de Política Agrícola, Companhia Nacional de Abastecimento, 1996.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. **Revista de Política Agrícola**. Brasília: Secretaria Nacional de Política Agrícola, Companhia Nacional de Abastecimento, 1997.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. **Revista de Política Agrícola**. Brasília: Secretaria Nacional de Política Agrícola, Companhia Nacional de Abastecimento, 1998.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. **Revista de Política Agrícola**. Brasília: Secretaria Nacional de Política Agrícola, Companhia Nacional de Abastecimento, 1999.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. **Revista de Política Agrícola**. Brasília: Secretaria Nacional de Política Agrícola, Companhia Nacional de Abastecimento, 2000.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. **Revista de Política Agrícola**. Brasília: Secretaria Nacional de Política Agrícola, Companhia Nacional de Abastecimento, 2001.

MARTINS, R. S; LEMOS, M. B; CYPRIANO, L. A. **Impactos da carência de investimentos na logística pública de transportes para o agronegócio**: discussão teórica e evidências para o caso brasileiro. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005.

MARTINS, R. S; LOBO, D. S; ARAÚJO, M. da P. Formação de preços e sazonalidade no mercado de fretes rodoviários para produtos do agronegócio no Estado do Paraná, **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 106, p. 113-136, jun. 2004.

MEDEIROS, C. A. de. A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. **Revista de Economia Política**, [s.l.], v. 26, n. 3, p. 381-400, set. 2006.

MEDEIROS, C. A. de. Notas sobre o desenvolvimento econômico recente na China. **Jornal do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**. São Paulo, p. 1-17. maio 2017.

MENDONÇA, M. L. O Papel da Agricultura nas Relações Internacionais e a Construção do Conceito de Agronegócio. **Contexto Internacional (PUC)**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 375-402, ago. 2015.

MESSENBERG, R. P. **Inflação e estabilização: déficit público e taxa de juros na formulação dos programas anti-inflacionários no Brasil**. Brasília: ESAF, 1996.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Exportação Brasileira:** principais produtos exportados. 2017. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior. Acesso em: 10 jun 2018.

MORRISON, W. M.; LABONTE, M. **China's currency policy**: an analysis of the economic issues. Washington: Cornell University, 2011.

MORSE, W.J. History of soybean production. *In*.: MARKLEY, K. S. **Soybeansand soybean products**. New York: Interscience, 1950. p. 3-59.

MULLER, G. Observações sobre a noção de Complexo Agroindustrial. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 78-97, 1991.

MUNOZ , C. C; PALMEIRA E. M. Desafios de Logística nas Exportações Brasileiras do Complexo Agronegocial da Soja. **Revista Acadêmica de Economia**, São Paulo, n. 71, p. 1-15, 2006.

NUNES, S. P. **O desenvolvimento da agricultura brasileira e mundial e a ideia de Desenvolvimento Rural.** 157. ed. Curitiba: Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (Deser), 2007. 15 p..

NÚÑEZ, T. As mudanças políticas na China contemporânea e seu impacto global. **Panorama Internacional**, Porto Alegre, v.2, n. 3, p. 1-12, 2017.

OBSTFELD, M. Globalization, Macroeconomic Performance, and the Exchange Rates of Emerging Economies. **Monetary And Economic Studies**, [s.l.], p.1-38, out. 2004. National Bureau of Economic Research.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **OECD Indicators**. 2016. Disponível em: https://data.oecd.org/. Acesso: em 29 jan. 2016.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Economic survey of China 2015**. 2015. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/economics/oecd-economic-surveys-china-2015_eco_surveys-chn-2015-en. Acesso: em 29 jan. 2015.

OJIMA, A. L. R. O.; YAMAKAMI, A. Modelo de programação quadrática para análise da movimentação logística e comercialização da soja brasileira. **Engenharia Agrícola Jaboticabal**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 552-560, 2006.

OLIVEIRA, J. A. de. **O que significa agronegócio?** Sociedade Espírito-santense de Engenheiros Agrônomos, 2010. Disponível em: http://www.seea.org.br/artigojoseadilson2.php. Acesso em: 19 out. 2013.

OLIVEN, R. G. **A parte e o todo**: a diversidade cultural no Brasil-Nação. Petrópolis: Vozes, 2006.

OMC. Organização Mundial do Comércio. **Informações sobre a Conferência Ministerial**. 1996. Disponível em: https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE_Search/FE_S_S005.aspx. Acesso em: 28 fev. 2016.

OSWALD, V. **Por que, após 4 décadas de política de filho único, a China agora quer mais crianças e não consegue**. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38729390>. Acesso em: 11 dez. 2018.

PADILHA, V. A indústria cultural e a indústria do lazer. *In*.: MULLLER, A.; COSTA, L. **Lazer e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 20-42.

PIPER, C.V.; MORSE, W. J. **The soybean**. New York: McGrow Hill, 1923. 320p.

PONTES, N. R. *et al*. Avaliação dos impactos e transformações do programa MODERFROTA na indústria de máquinas agrícolas. *In.*: XLII Congresso da SOBER, 2005, São Paulo. **Anais do XLII Congresso da SOBER**. Ribeirão Preto: SOBER, 2005, p. 1-16.

POZZI, S. **Bolha imobiliária**: dez anos do gatilho da crise que parou o mundo. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/05/economia/1501927439_342599.html>. Acesso em: 8 set. 2018.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

PROBST, A. H.; JUDD, R. W. Origin, US historv and development, and world distribution. *In*.: CALDWEL, B. E. (Ed.). **Soybeans**; improvement, production and uses. Madison: ASA, 1973. p.1-15.

QUAGIO, I. **Olhos Abertos**: a história da nova China. São Paulo: Editora Francis, 2009.

RAWLINS, N. O. **Introduction to agribusiness**. Nova Jersey: Englewood Cliffs, 1980.

REIFSCHNEIDER, F. J. B. et al. **Novos ângulos da história da agricultura no Brasil.** Brasília: Embrapa, 2010. 114 p.

REUTER. **Fed's Yellen expects no new financial crisis in 'our lifetimes'**. 2017. Disponível em: https://www.reuters.com/article/us-usa-fed-yellen/feds-yellen-expects-no-new-financial-crisis-in-our-lifetimes-idUSKBN19I2I5. Acesso em:14 nov. 2018.
REZENDE, Cyro. **História econômica geral**. São Paulo: Contexto, 2007.

REZENDE, G. E SENA; SILVA, M. Os baixos níveis atuais dos preços agrícolas e seus possíveis efeitos adversos sobre a oferta agrícola. **Agroanalysis FGV**, São Paulo, n. 8, p. 01-22, jun. 2005.

RIBEIRO, N. R. A crise econômica: conteúdo e formas de manifestação. *In.*: RIBEIRO, E. G. (Org). **Globalização competitividade e crise**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2002. p. 140-152.

RIBEIRO, N. R.; MEDEIROS JUNIOR, A. V. de. Ciclo econômico brasileiro nos anos 90: uma análise com vetores auto regressivos. **Economia e Desenvolvimento**, Recife, v. 1, n. 4, p. 67-110, jun. 2005.

RICAM. **Participação das economias emergentes no crescimento global**. 2016. Disponível em: http://ricamconsultoria.com.br/news/category/artigos/. Acesso em: 05 dez. 2018.

RIZEK, C. A greve dos petroleiros. **Praga**, São Paulo, n. 6, p. 97-105, set. 1998.

ROBERTS, J.T.; HITE, A. (Eds.). Introduction. In.: ROBERTS, J.T.; HITE, A. From **Globalization to modernization**: perspective on development and social change. Oxford: Blackwell Publishing, 2000. p. 5-12.

ROBERTSON, R. Identidade nacional e globalização: falácias contemporâneas. *In.*: BARROSO, João Rodrigues (Coord.) **Globalização e identidade nacional**. São Paulo: Atlas, 1999. p. 150-164.

RODRIGUES, R. **Segurança alimentar**. Rio de Janeiro: Sociedade Nacional da Agricultura, 2013a. Disponível em: https://www.sna.agr.br/roberto-rodrigues-seguranca-alimentar-deve-ser-a-plataforma-do-brasil/. Acesso em: 4 jan. 2017.

RODRIGUES, R. **Uma série de reformas necessárias para aumentar a produtividade da agropecuária**. Rio de Janeiro: Sociedade Nacional da Agricultura, 2013b.

ROQUE, L. **Uma breve história do Plano Real**. 2012. Disponível em: https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1294. Acesso em: 09 fev. 2015.

ROSSON, C. Parr. **International Marketing for Agribusiness**: concepts and applications. New York: Global Entrepreneurship Management Support, 1994.

S&P GLOBAL. **Ratings**: definition. Disponível em: https://www.standardandpoors.com/pt_LA/web/guest/regulatory/ratings-definitions. Acesso em: 12 fev. 2018.

SAFRAS E MERCADOS. **Safras**: Informativos. 2013. Disponível em: http://www.safras.com.br/safrasprodutos/SafrasAnalise.aspx. Acesso em: 29 jan. 2017.

SANCHES, M.; ROESSING, A. As perspectivas de expansão da soja. *In.*: XLIII Congresso da SOBER, 2005, São Paulo. **Anais do XLIII Congresso da SOBER**. São Paulo: SOBER, 2005, p. 1-20.

SCHUH, E. A Agricultura no Brasil: Política, Modernização e Desenvolvimento Econômico. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 15-21, abr. 1997.

SEVERO, L. **Soja**: Por que fizemos o negócio da China?. Porto Alegre: Editora WS, 2013.

SHANE, M. D.; LIEFERT, W. M. The international financial crisis: macroeconomic linkages to agriculture. **American Journal Agriculture Economic**, New York, v. 82, n. 3, p. 682-687, 2000.

SILVA, O. Terceiro prefácio. *In.:* VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; FISHLOW, Albert (Orgs.). **Agricultura e indústria no Brasil**: inovação e competitividade. Brasília: Ipea, 2017. p. 23-25.

SILVA, R. L. Globalização e regionalismo no cenário da nova ordem internacional. **Rev. Fac. Direito UFMG,** Belo Horizonte, v. 1, n. 55, p. 141-166, jul. 2009.

STRATHERN, A.; STEWART, P. J. Global, nacional, local: escalas móveis, temas constantes. *In.*: BARROSO, João Rodrigues (Coord.) **Globalização e identidade nacional**. São Paulo: Atlas, 1999. p. 32-45.

SZMRECSÁNYI, T. **O planejamento da agroindústria canavieira no Brasil**: 1930-1975. São Paulo: Hucitec, 1979. 540 p.

TERRILL, R. **Mao**: a biography. Califórnia: Stanford University Press, 1999.

TESOURO NACIONAL. **Classificação de risco**. Disponível em: http://www.tesouro.gov.br/classificacao-de-risco. Acesso em: 12 fev. 2018.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
TONETO JUNIOR, Rudinei *et a*l. (Coord.). **Estudos sobre a taxa de câmbio no Brasil**. Ribeirão Preto: Fiesp, 2013. 139 p.

TRINH, T.; VOSS, S.; DICK, S. **China's commodity hunger**: implications for Africa and Latin America. Frankfurt: Deustche Bank Research, 2006.

UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development. **Trade and Development Report 2017**. Geneve: United Conference on Trade and Development, 2017.

USDA. United States Department of Agriculture. **Economic Research Service (ERS).** 2017. Disponível em: http://www.usda.gov/wps/portal/usda/usdahome?navid=DATA_STATISTICS. Acesso em: 14 jan 2017.

USDA. United States Department of Agriculture. **Long-term Projections**. 2017.Disponível em: http://marketnews.usda.gov/. Acesso em: 14 abr. 2018.

VIEGAS, C. **Grãos de soja transgênica no Brasil**. 2014. Disponível: https://canalrural.uol.com.br/noticias/primeiros-graos-soja-transgenica-chegaram-brasil-forma-ilegal-decada-25321/. Acesso em: 15 fev. 2017.

VIEIRA FILHO, J. E. R.; FISHLOW, A. **Agricultura e indústria no Brasil**: inovação e competitividade. Brasília: Ipea, 2017. 305 p.

VIEIRA P; ALMEIDA, G. O. Centro-oeste brasileiro como fronteira agrícola. *In.*: XLIII Congresso da SOBER, 2005, São Paulo. **Anais do XLIII Congresso da SOBER**. São Paulo: SOBER, 2005, p. 1-20.

VIEIRA, A. **A abertura da economia brasileira e os aspectos práticos e operacionais da exportação.** 2003. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

VIEIRA, F. V. China: crescimento econômico de longo prazo. **Revista de Economia Política**, [s.l.], v. 26, n. 3, p. 401-424, set. 2006.

VIGEVANI, T. *et al*. **Globalização e regionalização no Mercosul**: a intervenção dos sindicatos no processo de integração. São Paulo: Cedec, 1998. Relatório final de pesquisa para a FUNAG-MRE/FINEP.

VILAR, P. História do Direito, história total. **Projeto História**, São Paulo, n. 33, p. 19-44, dez. 2006.

WARNKEN, P. O Setor da Soja no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, São Paulo, ano VII, v. 8, n. 2, p. 1-45, abril/jun. 1999.

WEBER, M. **Historia econômica general**. México: FCE, 1958.

WORLD TRADE ORGANIZATION. **Agreement on implementation of article VI of the General Agreement on Tariffs And Trade 1994**. Disponível em: https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/19-adp.pdf. Acesso em: 20 dez. 2018.

ZANDONADI, R. As vendas de máquinas agrícolas no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 9-15, jan./mar. 1996.

APÊNDICE A – Revistas de Política Agrícola Publicadas durante 1992 (Ano I)

Data e Edição	Seções Assuntos Discutidos Páginas	Artigos Publicados	Legislação
JAN-FEV-MAR 1992 Revista de Política Agrícola Ano I - N.º 01	4 10 37	**Carta da Agricultura:** Perspectivas de Recuperação das Safras Agrícolas; **Artigos de Política Agrícola** - Política de Intervenção do Governo na Agricultura; - Novo Enfoque para as Alíquotas do Imposto de Importação de Produtos e Insumos; - Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente; - Agricultura e Políticas Macroeconômicas de Combate à Inflação; - Política Cambial e seus Reflexos no Setor Agropecuário;	**Ponto de Vista** A Questão dos Tributos **Legislação Agrícola** Regras dos Estoques Públicos; Regulamentação da Tributação Compensatória;
ABR-MAI-JUN 1992 Revista de Política Agrícola - Ano I - N.º 02	4 12 42	**Carta da Agricultura:** Perspectiva de Comercialização da Safra 1991/92 - **Artigos de Política Agrícola** - Contribuições à Discussão da Proposta Final de Acordo Agrícola na Rodada Uruguai - O Novo Regime de Oleaginosas na CEE - Regionalização de Tecnologias Agropecuárias no País - A Questão da Perda de Grãos - Política Agrícola & Produção de Trigo	**Ponto de Vista** O Desenvolvimento dos Mercados Futuros Agropecuários **Legislação Agrícola** Portaria n9 249, de 15/04/92 22 Portaria Interministerial n9 325, de 16/04/92 24 Portaria n2 297, de 08/04/92 24 Portaria n9 35, de 05/02/92 25 Voto CMN n9 81/92 25
JUL - AGO - SET 1992 Revista de Política Agrícola - Ano I - N.º 03	5 10 41	**Carta da Agricultura:** Avanços na Política Agrícola e a Safra 1992/93 **Artigos de Política Agrícola** - Blocos Econômicos e Competitividade Agrícola Brasileira - A Influência do Imposto sobre a Terra na Produção Agrícola - Os Efeitos do Rebalanceamento das Tarifas sobre as Exportações Brasileiras de Oleaginosas - A Teoria das Vantagens Comparativas e o Comércio Agropecuário Internacional: Pontos para Reflexão - O Colapso da URSS e seus Reflexos na Agricultura Mundial	**Ponto de Vista** - Protecionismo Europeu Atinge todos os Brasileiros **Legislação Agrícola** - Plano Agrícola - Resumo das Medidas 22 - Circular n.º 2.205, de 24/07/92 28 **Apêndice** - Boletim MERCOSUL.
OUT-NOV-DEZ 1992 Revista de Política Agrícola - Ano I - N.º 04	5 11 33	**Carta da Agricultura:** A Abertura Econômica e a Agricultura **Artigos de Política Agrícola** - As Zonas de Processamento de Exportações (ZPE) e a Agroindústria - Alimentos: Sazonalidade de Preços e Inflação - Comércio e Câmbio Brasil - Argentina - A Questão Jurídica dos Preços Mínimos - Os Painéis de Oleaginosas no GATT e a Soja Brasileira	**Ponto de Vista** Cooperativismo: Uma Alavanca para a Retomada do Desenvolvimento **Legislação Agrícola** Voto CMN n°- 186/92 Nota DINOR - BCB n°- 680/92 **Apêndice** Boletim MERCOSUL Relatório - Ações de Política Agrícola

Fonte: Revista de Política Agrícola. Elaborada pelo autor.

APÊNDICE B – Revistas de Política Agrícola Publicadas durante 1993 (Ano II)

Data e Edição	Seções Assuntos Discutidos Páginas			Artigos publicados que discutem temas relacionados à inserção internacional do agronegócio	Legislação
JAN-FEV-MAR 1993 Revista de Política Agrícola Ano II - N.º 01	5	10	30	**Carta da Agricultura**: Ainda o Problema da Pobreza Rural **Artigos de Política Agrícola** - A Interiorização da Indústria Brasileira: O Caso do Processamento da Soja - Uma Análise Económica do Plantio de Arroz em Consórcio com Pastagem Sistema Barreirão - Programa de Apoio à Produção e Exportação de Frutas - O Programa Parceria como Instrumento de Crescimento da Produção Agrícola - A Importância dos Investimentos Sociais no Brasil - A Instabilidade de Preços e a Renda na Agricultura	**Ponto de Vista** - Um Novo Conceito no Campo **Legislação Agrícola** - Preços Mínimos e VBCs - Safra 92/93 **Apêndice** - Boletim Mercosul
ABR-MAI-JUN 1993 Revista de Política Agrícola - Ano II - N.º 02	5	8	44	**Carta da Agricultura:** Rumos da Política Agrícola **Artigos de Política Agrícola** - Nutrição e Desenvolvimento - O Mercosul e as Implicações para a Produção Brasileira de Alimentos - As Exportações do Setor Agropecuário em 1992 - Contribuição Especial: "Os Programas de Assistência Alimentar nos Estados Unidos	**Ponto de Vista** - A Produção de Grãos, Complexo Portuário de São Luís e a Ferrovia Norte-Sul **Legislação Agrícola** - Conselho Monetário Nacional - Portaria Interministerial **Apêndice** - Boletim Mercosul
Revista de Política Agrícola - Ano II - N.º 03 Edição Especial 50 Anos da Política de Preços Mínimos	5	11	50	**Carta da Agricultura:** Reflexões sobre o Preço Mínimo. **Artigos de Politica Agrícola** - A Política de Garantia de Preços Mínimos e a Politica de Combate à Inflação - A Política de Garantia de Preços Mínimos e o Sistema Cooperativo Brasileiro - A Política de Garantia de Preços Mínimos e os Valores Básicos de Custeio - A Política de Garantia de Preços Mínimos e os Programas Sociais de Abastecimento - A Politica de Sustentação de Preços na Comunidade Económica Europeia - A Política de Garantia de Preços Mínimos e o Complexo Soja - Contribuição Especial: Programas de Sustentação da Agricultura nos Estados Unidos	**Ponto de Vista** - As Reformas Agrícolas em um Contexto de Abertura do Comércio **Legislação Agrícola** - Conselho Monetário Nacional **Apêndice** - Boletim Mercosul
OUT-NOV-DEZ 1993 Revista de Política Agrícola - Ano II - N.º 04	5	7	25	**Carta da Agricultura:** Conjuntura das Safras **Artigos de Política Agrícola** - Reforma Tributária, Inflação e Agricultura - Estamos Urbanizados - Gerenciamento da Propriedade Agrícola - Instrumento de Eficiência e Competitividade	**Ponto de Vista** - Desenvolvimento Agrícola - Contribuição dos Bancos Estaduais **Legislação Agrícola** - Política para o Ano Agrícola 1993/94 **Apêndice** - Boletim Mercosul
OUT-NOV-DEZ 1993 Revista de Política Agrícola - Ano II - N.º 05	3	7	49	**CARTA DA AGRICULTURA**: Reflexões sobre a Intervenção Governamental **ARTIGOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA** - Alimentos Básicos para a População Brasileira Segundo suas Exigências Nutricionais - As Novas Prioridades para a Política Agrícola - A Revisão Constitucional e o Papel do Governo na Agricultura - O Estado e a Segurança Alimentar	**CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL** - A Intervenção do Estado na Economia, Desenvolvimento Econômico e o Papel da Agricultura **PONTO DE VISTA** - O Estado e a Agricultura

Fonte: Revista de Política Agrícola / Elaborado pelo autor.

APÊNDICE C – Revistas de Política Agrícola Publicadas durante 1994 (Ano III)

Data e Edição	Seções Assuntos Discutidos Páginas			Artigos publicados que discutem temas relacionados à inserção internacional do agronegócio	Legislação
JAN-FEV-MAR 1994 Revista de Política Agrícola Ano III - N.º 01	4	6	33	**Carta da Agricultura:** Conjuntura das Safras **Artigos de Política Agrícola** - Rodada Uruguai: Modalidades de Compromissos e Impacto no Setor Agrícola - O Estado e o Interesse Agrícola Organizado na Europa - O Crédito Agrícola e a Expansão da Soja no Brasil	**Legislação** - Voto CMN 022/94, de 23.02.94 29 **Ponto de Vista** - Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos - PRODEA
ABR-MAI-JUN 1994 Revista de Política Agrícola - Ano III - N.º 02	4	8	41	**Carta da Agricultura** **Artigos de Política Agrícola** - A Política Agrícola Brasileira - Os Planos de Estabilização e o Financiamento da Agricultura - Os Complexos Agroindustriais da Carne e o Desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina - Custos e Benefícios Sociais de uma Política de Garantia de Renda para a Agricultura - Considerações sobre o Crédito Rural com Equivalência em Produto	**Legislação Agrícola** - Plano de Safra 1994/95 **Ponto de Vista** - Agricultura: Chegou a hora da Redenção
JUL - AGO - SET 1994 Revista de Política Agrícola - Ano III - N.º 03	5	8	40	**Carta da Agricultura**: A Questão dos Estoques Governamentais **Artigos de Política Agrícola** - Comportamento das Exportações Agrícolas Brasileiras - 1980/1993 - A Reforma Tributária na Agricultura e a Substituição do ICMS - Haverá Espaço para uma Política de Desenvolvimento Rural? - Consciência Agrícola	**Legislação Agrícola** - Portaria Interministerial n9182, de 25/08/94 24 **Apêndice** - Boletim Mercosul - Situação das Negociações Agrícolas no Mercosul **Ponto de Vista** - Nova Safra de Reformas
OUT-NOV-DEZ 1994 Revista de Política Agrícola - Ano III - N.º 04	5	8	49	**Carta da Agricultura**: O Papel do Estado na Segurança Alimentar e no Combate à Fome **Artigos de Polftica Agrícola** - A Segurança Alimentar, a Disponibilidade e a Perda de Grãos no País - Evolução e Perspectivas da Política Comercial Agrícola Brasileira - Panorama do Setor Leiteiro - Evolução e Perspectivas Económicas da Produção de Milho no Brasil	**Legislação Agrícola** - Preços Mínimos Básicos e Valores de Financiamento **Apêndice** - Boletim Mercosul - Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Países do Mercosul **Ponto de Vista** - A Comercialização da Safra 1994/95

Fonte: Revista de Política Agrícola / Elaborado pelo autor.

APÊNDICE D – Revistas de Política Agrícola Publicadas durante 1995 (Ano IV)

Data e Edição	Seções Assuntos Discutidos Páginas			Artigos publicados que discutem temas relacionados à inserção internacional do agronegócio	Legislação
JAN-FEV-MAR 1995 Revista de Política Agrícola Ano IV - N.º 01	3	5	28	**Carta da Agricultura:** O Estado e a Comercialização Agrícola **Artigos de Política Agrícola** - Agricultura no Brasil - Desenvolvimento e Perspectivas - O Plano Real e a Crise na Agricultura - A Situação do Complexo Soja	**Ponto de Vista** - A Supersafra e a Garantia de Preços Mínimos
ABR-MAI-JUN 1995 Revista de Política Agrícola - Ano IV - N.º 02	4	10	30	**Carta da Agricultura:** Competitividade - A Agricultura fez a sua parte **Artigos de Política Agrícola** - Perspectivas de Desenvolvimento da Região Nordeste - O Setor Florestal e o Desenvolvimento Rural - Os Cerrados Brasileiros: alternativa para a produção de alimentos no limiar do século XXI - Assentamento de Agricultores Sem-terra através de Cooperativas: um modelo alternativo	**Legislação Agrícola** - Portaria n9 216, de 13.04.95 25 - Portaria n°- 217, de 13.04.95 26 - Portaria n°- 218, de 13.04.95 26 - Portaria n°- 219, de 13.04.95 26 **Ponto de Vista** - O Papel da Agricultura na Economia de Mato Grosso
JUL - AGO - SET 1995 Revista de Política Agrícola - Ano IV - N.º 03	4	7	37	**Carta da Agricultura:** Política e Planejamento Pesqueiro **Artigos de Política Agrícola** - Bases para uma nova Política Agrícola - A Agricultura e a Política Agrícola no Mercosul - Armazenagem: Diagnóstico e Perspectivas	**Legislação Agrícola** - Medida Provisória n* 1.023, de 08 de junho de 1995 28 - Resolução n°- 2.164 29 **Ponto de Vista** - Agricultura, Competitividade e Tecnologia
OUT-NOV-DEZ 1995 Revista de Política Agrícola - Ano IV - N.º 04	4	7	37	**Carta da Agricultura:** Os Eixos Estruturadores e os Corredores de Transportes **Artigos de Política Agrícola** - Os Problemas no Cálculo da Renda Agrícola - Impactos do Mercosul na Produção e Comercialização do Milho e da Soja da Região Centro-Oeste - Migração Rural - Urbana	**Legislação Agrícola** - Política Agrícola Comum no Setor de Cereais - Refinanciamento da Dívida Agrícola **Ponto de Vista** - O Problema do Endividamento da Agricultura

Fonte: Revista de Política Agrícola / Elaborado pelo autor.

APÊNDICE E – Revistas de Política Agrícola Publicadas durante 1996 (Ano V)

Data e Edição	Seções Assuntos Discutidos Páginas	Artigos publicados que discutem temas relacionados à inserção internacional do agronegócio	Legislação
JAN-FEV-MAR 1996 Revista de Política Agrícola Ano V - N.º 01	4 9 33	**Carta da Agricultura:** Os Gastos com a Saúde e a Deficiência Nutricional no Brasil **Artigos de Política Agrícola** - Política Agrícola - uma Agenda para 1996 - O Recente Sucesso da Dobradinha "Feijão com Arroz" - As Vendas de Máquinas Agrícolas no Brasil - O Financiamento dos Estoques Governamentais - A Crise do Setor Pesqueiro - A Importância da Atualização de Dados sobre o Consumo Alimentar	**Legislação Agrícola** - PROGER - Programa de Geração de Emprego e Renda Rural **Ponto de Vista** - O Cooperativismo Nova Geração
ABR-MAI-JUN 1996 Revista de Política Agrícola - Ano V - N.º 02	4 7 65	**Carta da Agricultura:** O Conceito de Segurança Alimentar na Organização Mundial do Comércio (OMC) **Artigos de Política Agrícola** - Os Contratos de Opção como Instrumento de Política Agrícola - Trigo Nacional: Passado, Presente e Futuro - A Agricultura e os Corredores de Transporte Multimodais - 0 Brasil e o Novo Modelo de Desenvolvimento da China	**Legislação Agrícola** - Contratos de Opção de Venda **Ponto de Vista** - Agricultura: Desempenho e Rumos
JUL - AGO - SET 1996 Revista de Política Agrícola - Ano V - N.º 03	4 6 41	**Carta da Agricultura**: Porque Securítizar a Dívida Agrícola **Artigos de Política Agrícola** - A Nova Política Agrícola Americana - Os Rumos da Armazenagem no Brasil: A Visão das Cooperativas - O Protecionismo Agrícola Internacional	**Legislação Agrícola** - O Plano Safra 1996/97 **Ponto de Vista** - A Revolução Silenciosa
OUT-NOV-DEZ 1996 Revista de Política Agrícola - Ano V - N.º 04	3 7 43	**Carta da Agricultura:** Existe ou não Sobrevalorização Cambial? **Artigos de Política Agrícola** - A Política Agrícola e a Globalização - Destino dos Produtos Hortifrutícolas Comercializados na CEASA/Campinas - Política Agrícola ou Ambiental para a Amazónia? - Registro Escriturai do Conhecimento de Depósito e do Warrant - O Crédito Agrícola nos Estados Unidos	**Ponto de Vista** - A Agricultura e a Competitividade

Fonte: Revista de Política Agrícola / Elaborado pelo autor.

APÊNDICE F – Revistas de Política Agrícola Publicadas durante 1997 (Ano VI)

Data e Edição	Seções Assuntos Discutidos Páginas			Artigos publicados que discutem temas relacionados à inserção internacional do agronegócio	Legislação
JAN-FEV-MAR 1997 Revista de Política Agrícola Ano VI - N.º 01	3	6	36	**Carta da Agricultura:** A Agricultura e o Custo Brasil **Artigos de Política Agrícola** - Situação do Trigo no Brasil - Potencialidade Agrícola na Região de Influência do Corredor de Transporte Multimodal Centro-Norte - Tecnologia e Emprego - Novas Diretrizes para a Agricultura e para a Política Agrícola	**Ponto de Vista** - O Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste
ABR-MAI-JUN 1997 Revista de Política Agrícola - Ano VI - N.º 02	3	7	42	**Carta da Agricultura:** A Crise do Algodão tem Solução **Artigos de Política Agrícola** - As Grandes Transformações na Agricultura Brasileira - O Novo Seguro Agrícola nos Estados Unidos - A Agricultura no Brasil: Política, Modernização e Desenvolvimento Económico - A Agricultura no Mercosul - A Economia do Leite e as Miniusinas	**Ponto de Vista** - O BNDES e a Expansão das Exportações Agrícolas
JUL - AGO - SET 1997 Revista de Política Agrícola - Ano VI - N.º 03	3	6	53	**Carta da Agricultura:** O Seguro de Renda Agrícola no Brasil **Artigos de Política Agrícola** - As Exportações Agrícolas numa Estratégia de Comércio Exterior - A Agricultura Familiar - Agricultura: Origem e Solução do Desemprego no Brasil - Projeto Sala de Vendas: uma Alternativa para a Modernização do Mercado Agrícola	**Ponto de Vista** - Perspectivas da Balança Comercial Agrícola
OUT-NOV-DEZ 1997 Revista de Política Agrícola - Ano VI - N.º 04	3	5	37	**Carta da Agricultura:** A Comercialização dos Estoques Governamentais de Milho (safra 1996/97) **Artigos de Política Agrícola** - Os Programas Pilotos de Contratos Futuros de Opções nos Estados Unidos - O Plano Real e o Desempenho da Agricultura - Plantio Direto e a Agricultura Sustentável nos Trópicos	**Ponto de Vista** - Os Novos Rumos da Política Agrícola

Fonte: Revista de Política Agrícola / Elaborado pelo autor.

APÊNDICE G – Revistas de Política Agrícola Publicadas durante 1998 (Ano VII)

Data e Edição	Seções Assuntos Discutidos Páginas			Artigos publicados que discutem temas relacionados à inserção internacional do agronegócio	Legislação
JAN-FEV-MAR 1998 Revista de Política Agrícola Ano VII - N.º 01	3	7	64	**Carta da Agricultura:** O BRASIL E O COMITÊ CONSULTIVO INTERNACIONAL DO ALGODÃO **Artigos de Política Agrícola** - MUDANÇAS TECNOLÓGICAS NA AVICULTURA DE CORTE: IMPLICAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS - AGRICULTURA E AGROINDÚSTRIA FAMILIAR - O MERCADO MUNDIAL DE ALGODÃO - GUARANÁ: ALGUNS ASPECTOS DA PRODUÇÃO E DA COMERCIALIZAÇÃO - ANÁLISE DAS PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO DA AVICULTURA DE CORTE EM MINAS GERAIS	**Ponto de Vista** - AS DUAS VERTENTES DA POLÍTICA AGRÍCOLA
ABR-MAI-JUN 1998 Revista de Política Agrícola - Ano VII - N.º 02	3	5	66	**Artigos de Política Agrícola** - O PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO NA AGRICUTURA BRASILEIRA - SOLOS ARENOSOS NO BRASIL: PROBLEMAS, RISCOS E OPÇÕES DE USO - HARMONIZAÇÃO DO FLUXO DE CAPITAIS NO ABRIBUSINESS	**CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL** - A AGRICULTURA BRASILEIRA E AS FUTURAS NEGOCIAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO **Ponto de Vista** - CRESCENDO APROVEITANDO AS OPORTUNIDADES OU COMO OBTER UMA NOVA LIDERANÇA EXPORTADORA ATRAVÉS DO AGRONEGÓCIO
JUL - AGO - SET 1998 Revista de Política Agrícola - Ano VII - N.º 03	3	9	62	**Carta da Agricultura:** Perspectivas para o Setor Agrícola da União Europeia na Próxima Década **Artigos de Política Agrícola** - O Mercado do Milho Híbrido: Desenvolvimentos Recentes - Implicações Sócio-Econômicas do Abandono da Cultura do Algodão no Brasil - Estoques Públicos de "Commodities" - Uma Agenda de Política Agrícola para os Próximos Anos - Tendências Recentes no Consumo de Alimentos Processados no Brasil - A Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Acordo Agrícola - A Política Agrícola Comum da União Europeia	**Ponto de Vista** - As Duas Funções Cruciais da Agricultura (Francisco Turra)
OUT-NOV-DEZ 1998 Revista de Política Agrícola - Ano VII - N.º 04	3	9	55	**Carta da Agricultura:** Crise Asiática Muda Modelo Económico e Fluxo de Capitais **Artigos de Política Agrícola** - Macrotendências Econômicas, Sociais e Ambientais para os Países do Mercosul - As Relações de Coordenação Vertical entre Produtores Agrícolas e Agroindústrias - A Agricultura e a Continuidade do Processo de Liberalização Comercial - O Ajuste Fiscal e o Comércio Exterior - Arroz - Perspectivas da Produção Brasileira - Seguro Rural e Zoneamento Agrícola no Brasil: Novos Rumos - Desenvolvimento Local e Sustentável: Uma Nova Estratégia de Intervenção no Novo Mundo Rural	**Ponto de Vista** - As Cooperativas e a Seguridade Social

Fonte: Revista de Política Agrícola / Elaborado pelo autor.

APÊNDICE H – Revistas de Política Agrícola Publicadas durante 1999 (Ano VIII)

Data e Edição	Seções Assuntos Discutidos Páginas	Artigos publicados que discutem temas relacionados à inserção internacional do agronegócio	Legislação
JAN-FEV-MAR 1999 Revista de Política Agrícola Ano VIII - N.º 01	3 6 103	**Carta da Agricultura:** A Desvalorização do Real e o Mercosul (Ady Raul da Silva) **Artigos de Política Agrícola** - A Infra-Estrutura de Transportes no Brasil e o Desenvolvimento da Agricultura (Fábio Eduardo de Mello Cunha) - O Risco Cambial e a Soberania Nacional (Carlos Nayro Coelho) - A Influência da Política Econômica na Expansão da Soja no Brasil (Philip F. Warnken)	**Contribuição Especial** - A Formação de Blocos Regionais e o sistema Multilateral de Comércio (Antonio Luis Moraes) **Ponto de Vista** - A Crise Cambial e a Agricultura Brasileira (Ângelo Bressan Filho)
ABR-MAI-JUN 1999 Revista de Política Agrícola - Ano VIII - N.º 02	3 7 146	**Carta da Agricultura:** O Seguro Agrícola Privado no Brasil (Célio Brovino Porto) **Artigos de Política Agrícola** - Abordagem Prospectiva da Cadeia Produtiva da Uva e do Vinho do Rio Grande do Sul (Loiva Maria Ribeiro e Juvir Luiz Mattuela) - Velhos e Novos Mitos Sobre Agricultura (Hélio Tollini) - Política e Programas - O Setor da Soja no Brasil (Philip F. Warnken) - O Papel da Agência Brasileira de Desenvolvimento do Agronegócio (Ailton Barcelos Fernandes) - Regulação do Sistema Alimentar Japonês (Cícero Péricles de Carvalho)	**Ponto de Vista** - "Conhecimentos" na Agricultura (Elisio Contini e Francisco J.B. Reifschneider)
JUL - AGO - SET 1999 Revista de Política Agrícola - Ano VIII - N.º 03	3 6 105	**Carta da Agricultura:** Novos Tempos para o Cooperativismo (Roberto Rodrigues) **Artigos de Política Agrícola** - O Empobrecimento da Agricultura Brasileira (Eliseu Alves, Mauro Lopes e Elísio Contini) - O Complexo Agroindustrial (CAI) da Avicultura (Carlos Nayro Coelho e Marisa Borges) - Conjuntura Macroeconômica e Política Agrícola no Período 1992/97 (Gervásio Castro de Rezende) - Extensão Rural e Agricultura Familiar (Pedro Correia Lima Neto)	**Ponto de Vista** - Trigo Nacional, um Produto Estratégico (Benami Bacaltchuk)
OUT-NOV-DEZ 1999 Revista de Política Agrícola - Ano VIII- N.º 04	3 5 103	**Carta da Agricultura:** Por um Nova Política de Produção das Exportações (Antônio Moraes) **Artigos de Política Agrícola** - A Política Agrícola e o Endividamento Rural (Carlos Nayro Coelho) - O Crescimento da Produção Agrícola no Brasil (Carlos Eduardo Cruz Tavares) Indústria de Processamento da Soja (Philip F. Warnken) - O Seguro Agrícola nos EUA e na Argentina (Jerry R. Skees)	**Ponto de Vista** - FHC, OMC e La Fontaine (Helio Tollini)

Fonte: Revista de Política Agrícola / Elaborado pelo autor.

APÊNDICE I – Revistas de Política Agrícola Publicadas durante 2000 (Ano IX)

Data e Edição	Seções Assuntos Discutidos Páginas	Artigos publicados que discutem temas relacionados à inserção internacional do agronegócio	Legislação
JAN-FEV-MAR 2000 Revista de Política Agrícola Ano IX - N.º 01	3 6 39	**Carta da Agricultura**: A CPR e o Financiamento à Agricultura (Carlos Nayro Coelho e Wilson Araújo) **Artigos de Política Agrícola** - O Mercosul e os Mercados Asiáticos de Produtos Agropecuários (Pedro Tejo) - "Novas Estratégicas Competitivas para o Setor Sucro-Alcooleiro: O Caso de Alagoas" (Cícero Péricles de Carvalho) - O "Agribusiness" Brasileiro e as Macrotendências Mundiais (Carlos Nayro Coelho) - Panorana da Agricultura em 1999 (Amilcar Gramacho)	**Ponto de Vista** - Automação na Agricultura do Século XXI (Paulo E. Cruvinel e Elísio Contini)
ABR-MAI-JUN 2000 Revista de Política Agrícola - Ano IX - N.º 02	3 7 70	**Carta da Agricultura:** Relançamento do Mercosul (Constantino Souto) **Artigos de Política Agrícola** - O Consumo Domiciliar de Alimentos nos Planos Cruzado e Real (Joracy Mendes Lima dos Reis) - A Retomada das Negociações Agrícolas na OMC (Lino Luis Colsera) - Gastos Públicos na Agricultura (José Garcia Gasques) - Climatologia Aplicada ao uso da Madeira (José de Fátima da Silva...) - O Futuro da Soja no Brasil (Phil Warnken)	**Ponto de Vista** - Reformas Estruturais nos Serviços de Apoio à Comercialização (Célio Porto)
JUL - AGO - SET 2000 Revista de Política Agrícola - Ano IX - N.º 03	3 8 64	**Carta da Agricultura:** A Questão Agrícola e o Endividamento: Um Enfoque Alternativo (José Cordeiro de Araujo) **Artigos de Política Agrícola** - O Trabalho Infanto-Juvenil no Meio Rural (Benedito Rosa do Espírito Santo e Marli Tiemi Gushiken) - O Desenvolvimento da Biotecnologia Agropecuária no Brasil (Alberto Duque Portugal) - Fruticultura: Possibilidades de Expansão e Entraves no Comércio Internacional (Mariano Cesar Marques e Jorge Madeira Nogueira) - Papel da Agricultura no Plano Real: Estabilização da Moeda e Modernização do Setor (Gustavo H. F. Taglialegna, Gustavo B. Kichiro Mandai e Eduardo L. Leão de Sousa) - Produção Leiteira e Desenvolvimento Regional na Amazônia Brasileira (R. Poccard-Chapuis, JB. Veiga, MG. Piketty e JF. Tourrand) - O Papel do BNDES no Financiamento ao Investimento Agropecuário (Paulo Faveret Filho, Eriksom Teixeira Lima e Sérgio Roberto Lima de Paula)	**Ponto de Vista** - Direitos de Propriedade e Vantagem Competitiva ao Longo da Cadeia Agroalimentar (Tulio Arvelo Duran)
OUT-NOV-DEZ 2000 Revista de Política Agrícola - Ano IX - N.º 04	3 3 51	**Carta da Agricultura** - As Negociações Agrícolas e a Evolução do Comércio Agrícola M undial (Antonio D onizeti Beraldo) **Documento Especial** - A Retomada das Negociações Agrícolas na OMC (Lino Colsera e Renato Henz)	**Ponto de Vista** - Negociações Agrícolas: Existe uma Saída? (Carlos Nayro Coelho)

Fonte: Revista de Política Agrícola / Elaborado pelo autor.

APÊNDICE J – Revistas de Política Agrícola Publicadas durante 2001 (Ano X)

Data e Edição	Seções Assuntos Discutidos Páginas	Artigos publicados que discutem temas relacionados à inserção internacional do agronegócio	Legislação
JAN-FEV-MAR 2001 Revista de Política Agrícola Ano X - N.º 01	4 7 50	**Carta da Agricultura:** O Aproveitamento Econômico dos Cerrados (Carlos Nayro Coelho) **ARTIGOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA** - O Papel do Setor Privado e os Novos Desafios do Abastecimento Nacional (Roberto Rodrigues) - Capacidade de Pagamento de sistemas Especializados de Produção de Suínos (Jonas Irineu dos Santos, Dirceu João Duarte Talamini, Joel Antonio Boff e antônio Cipriano Pinheiro) - A Assistência alimentar nas Políticas Governamentais (Ana Maria Medeiros Peliano) - Como Está quam tem Menos de 100 Hectares (Eliseu Alves, Geraldo da Silva e Souza e Antônio S.P. Brandão)	**APÊNDICE** - Relatório Outlook Forum 2001 (Carlos Nayro Coelho e Savio Pereira) **PONTO DE VISTA** - O Brasil Ressurge como Produtor de Algodão (Cláudio Lasas)
ABR-MAI-JUN 2001 Revista de Política Agrícola - Ano X - N.º 02	3 7 56	**Carta da Agricultura:** Os Desafios dos Pequenos Produtores Orgânicos na Comercialização (Celso Leonardo Weydmann) **ARTIGOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA** - A Expansão e o Potencial do Mercado Mundial de Produtos Orgânicos (Carlos Nayro Coelho) - Condicionantes da Cédula de Produto Rural - CPR na Comercialização do Produtor (Airton Massayoshi Honda e Celso Leonardo Weydmann) - A Concentração nas Empresas do Agribusiness e de Biotecnologia (José Cordeiro de Araújo) - Transporte Ferroviário: Situação Atual e Perspectivas (Bernardo Figueiredo) - A Agricultura Sustentável: Pontos para Reflexão (Mariano Marques)	**PONTO DE VISTA** - Existe uma Solução para o Problema da Fome no Mundo? (Francisco Turra)
JUL - AGO - SET 2001 Revista de Política Agrícola - Ano X - N.º 03	1 1 59	Edição Especial: 70 Anos de Política Agrícola no Brasil (1931-2001)	----------
OUT-NOV-DEZ 2001 Revista de Política Agrícola - Ano X - N.º 04	3 6 71	**Carta da Agricultura:** Mercados de Água e Agricultura (Marcelo F. Guimarães) **ARTIGOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA** - Cadeias Produtivas no Brasil - Análise e Competitividade (Rita de Cássia Milagres T. Vieira, Antonio Raphael Teixeira Filho, Antonio Jorge de Oliveira e Mauro de Resende Lopes) - O Problema do Acesso ao Capital na Agricultura Brasileira (Mauro de Resende Lopes, Geraldo da Silva e Souza, Ignez Vidigal Lopes e Gregory Honczar) - O Mercado Mundial de açúcar no Período 1930-1960 (Pedro Ramos) - Amazônia: Desenvolvimento Sustentável como Segunda Natureza? (Alfredo Kingo Oyama Homma, D. Sc.) - A Neutralidade da Tecnologia (Eliseu Alves) - A Agricultura, os Acordos de Liberalização do Comércio e a ALCA (Carlos Nayro Coelho)	**PONTO DE VISTA** - Ajudando os Ricos e Prejudicando os Pobres (Sebastian Mallaby)

Fonte: Revista de Política Agrícola / Elaborado pelo autor.

APÊNDICE K – Revista de Política Agrícola Publicadas durante 2002 (Ano XI)

Data e Edição	Seções Assuntos Discutidos Páginas	Artigos publicados que discutem temas relacionados à inserção internacional do agronegócio	Legislação
JAN-FEV-MAR 2002 Revista de Política Agrícola Ano XI - N.º 01	3 5 87	• **Carta da Agricultura:** Perspectivas do Comércio Agrícola Internacional após a 4ª reunião da Organização Mundial do Comércio (Rogério Alencar Pereira de Souza) **Artigos de Política Agrícola** • O Impacto da Agricultura nos Setores Indústria e Serviços em Nível de Municípios (Alberto Duque Portugal e Eliseu Alves) • As Mudanças na Estrutura e Organização da Indústria de Insumos Agrícolas (Gustavo Rodrigues Prado) • Agricultura Orgânica: Quando o Passado é Futuro (José Geraldo Pacheco Ormond, Sergio Roberto Lima de Paulo, Paulo Faveret Filho e Luciana Thibau M. da Rocha)	**Ponto de Vista** • A Importância da "Cláusula da Paz" nas Negociações Agrícolas (Pedro Camargo Neto)
ABR-MAI-JUN 2002 Revista de Política Agrícola - Ano XI - N.º 02	3 9 74	• **Carta da Agricultura**: O Desafio do Setor Leiteiro no Brasil (Sérgio Lafaiette de Morais) **Artigos de Política Agrícola** • Aspectos Econômicos da Soja Transgênica (Antonio Carlos Roessing) • Quem São e Como Decidem os Agricultores Líderes da Agropecuária Brasileira (Mauro de Rezende Lopes, Geraldo da Silva e Souza, Daniela de Paula Rocha, Ignez Vidigal Lopes e Gregory Honczar) • A Lei Agrícola Americana de 2002 e o Comércio Mundial (Carlos Nayro Coelho) • Negociações Agrícolas na OMC: Uma Proposta para a Revisão da "Caixa Verde" (Lino Colsera e Renato Henz) • As Exportações Agrícolas Brasileiras para a China (Rogério Alencar Pereira de Souza) • Sementes: Algumas Observações Sobre o Setor (Maria Helena Fagundes) • O Conflito das Bananas (Orlando Monteiro da Silva)	**Ponto de Vista** • A Política Brasileira de Combate à Fome (Marcus Vinicius Pratini de Moraes)
JUL - AGO - SET 2002 Revista de Política Agrícola - Ano XI - N.º 03	3 9 77	• **Carta da Agricultura:** O "Export Factoring" Como Alternativa de Financiamento das Exportações do Agribusiness Brasileiro (Rogério Alencar Pereira de Souza) **Artigos de Política Agrícola** • Como Aproveitar as Oportunidades de Exportação na ALCA (Mauro de Rezende Lopes) • O Agribusiness Brasileiro e as Negociações Internacionais (Marcos Sawaya Jank) • A Crise Internacional do Algodão (Aluísio G. de Lima Campos) • Análise Comparada de Políticas Ambientais para a Suinocultura (Celso Leonardo Weydmann) • Do EGF/COV ao PEP, do AGF ao Contrato de Opção: uma Memória (Sávio Rafael Pereira e Gustavo Rodrigues Prado) • Algodão: as Implicações dos Subsídios Americanos para a Produção Brasileira (Lino Luis Colsera) • Biodiversidade da Amazônia: um Novo Eldorado (Alfredo Kingo Oyama Homma)	**Ponto de Vista** • Algodão: Subsídios Americanos Criam Excesso de Produção que Prejudica Outros Países (Roger Thurow e Scott Kilman)
OUT-NOV-DEZ 2002	- - -	Sem Publicação	Sem Publicação

Fonte: Revista de Política Agrícola / Elaborado pelo autor.

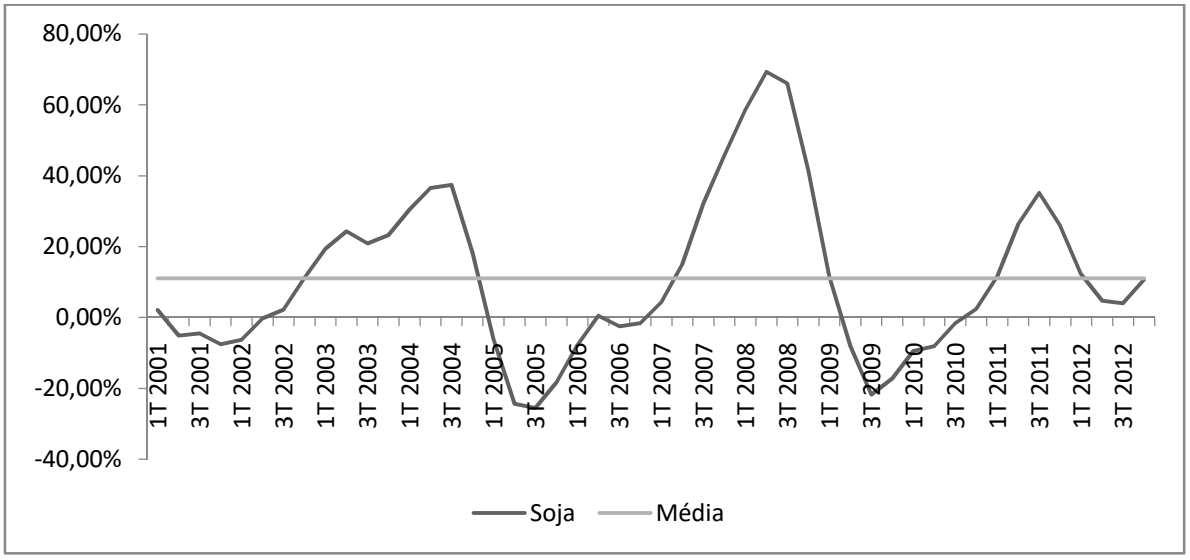
APÊNDICE L – Identificação das Fases dos Ciclos Econômicos da China

	PIB China	Taxa de Crescimento (Tri/Tri)	Média Taxa de Crescimento (Tri/Tri)	Passo1	Passo2	Fase1	Fase2	Fase3	Fase4
	1T 2001	10,91%	14,77%	2	1	**1**	-	-	-
	2T 2001	11,17%	14,77%	2	1	**1**	-	-	-
	3T 2001	11,31%	14,77%	2	1	**1**	-	-	-
	4T 2001	11,23%	14,77%	2	2	-	-	-	**4**
	1T 2002	10,86%	14,77%	2	2	-	-	-	**4**
	2T 2002	10,28%	14,77%	2	2	-	-	-	**4**
	3T 2002	9,76%	14,77%	2	2	-	-	-	**4**
	4T 2002	9,46%	14,77%	2	2	-	-	-	**4**
Ciclo1	1T 2003	9,93%	14,77%	2	1	**1**	-	-	-
	2T 2003	10,57%	14,77%	2	1	**1**	-	-	-
	3T 2003	11,41%	14,77%	2	1	**1**	-	-	-
	4T 2003	12,68%	14,77%	2	1	**1**	-	-	-
	1T 2004	12,90%	14,77%	2	1	**1**	-	-	-
	2T 2004	13,99%	14,77%	2	1	**1**	-	-	-
	3T 2004	15,62%	14,77%	1	1	-	**2**	-	-
	4T 2004	17,55%	14,77%	1	1	-	**2**	-	-
	1T 2005	17,66%	14,77%	1	1	-	**2**	-	-
	2T 2005	17,39%	14,77%	1	2	-	-	**3**	-
	3T 2005	16,57%	14,77%	1	2	-	-	**3**	-
	4T 2005	15,78%	14,77%	1	2	-	-	**3**	-
	1T 2006	15,67%	14,77%	1	2	-	-	**3**	-
	2T 2006	15,72%	14,77%	1	1	-	**2**	-	-
	3T 2006	16,06%	14,77%	1	1	-	**2**	-	-
	4T 2006	16,59%	14,77%	1	1	-	**2**	-	-
	1T 2007	17,10%	14,77%	1	1	-	**2**	-	-
	2T 2007	18,14%	14,77%	1	1	-	**2**	-	-
	3T 2007	19,90%	14,77%	1	1	-	**2**	-	-
	4T 2007	22,26%	14,77%	1	1	-	**2**	-	-
	1T 2008	22,25%	14,77%	1	2	-	-	**3**	-
	2T 2008	22,13%	14,77%	1	2	-	-	**3**	-
	3T 2008	21,59%	14,77%	1	2	-	-	**3**	-
	4T 2008	19,65%	14,77%	1	2	-	-	**3**	-
	1T 2009	18,02%	14,77%	1	2	-	-	**3**	-
	2T 2009	14,77%	14,77%	1	2	-	-	**3**	-
	3T 2009	10,70%	14,77%	2	2	-	-	-	**4**
	4T 2009	7,10%	14,77%	2	2	-	-	-	**4**
Ciclo2	1T 2010	8,32%	14,77%	2	1	**1**	-	-	-
	2T 2010	10,76%	14,77%	2	1	**1**	-	-	-
	3T 2010	14,10%	14,77%	2	1	**1**	-	-	-
	4T 2010	17,89%	14,77%	1	1	-	**2**	-	-
	1T 2011	17,87%	14,77%	1	2	-	-	**3**	-
	2T 2011	17,89%	14,77%	1	1	-	**2**	-	-
	3T 2011	18,00%	14,77%	1	1	-	**2**	-	-
	4T 2011	18,01%	14,77%	1	1	-	**2**	-	-
	1T 2012	17,32%	14,77%	1	2	-	-	**3**	-
	2T 2012	15,73%	14,77%	1	2	-	-	**3**	-
	3T 2012	13,19%	14,77%	2	2	-	-	-	**4**
	4T 2012	10,02%	14,77%	2	2	-	-	-	**4**
	1T 2013	9,86%	14,77%	2	2	-	-	-	**4**

Fonte: Elaboração do Autor. Dados do OCD

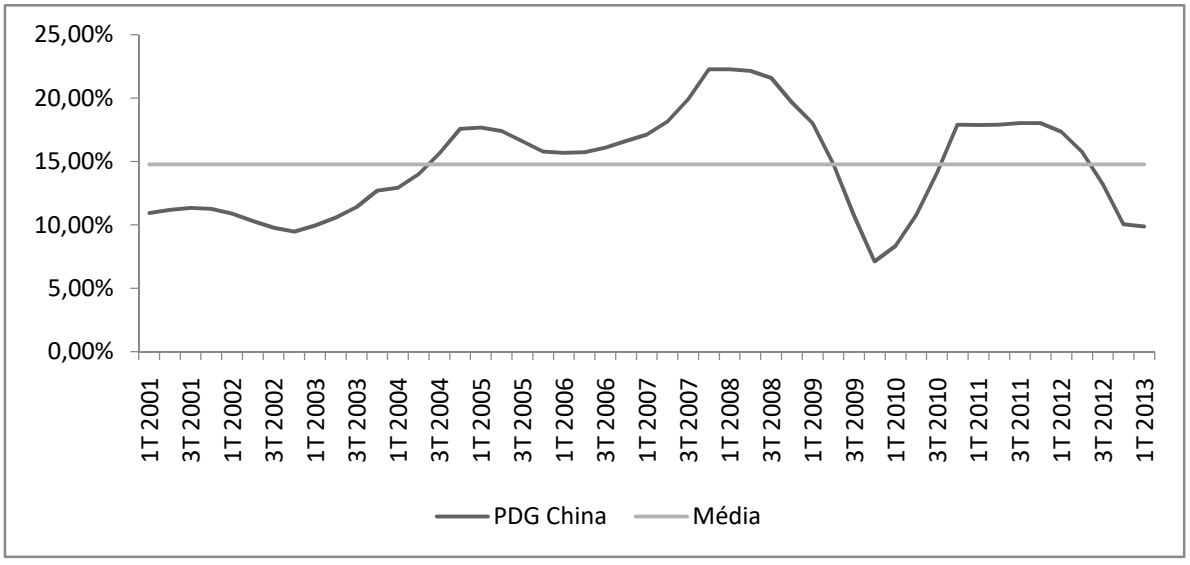
Como descrito na metodologia quando a taxa de crescimento do PIB está acelerando, porém, encontra-se abaixo da linha da taxa de crescimento médio do PIB, a econômica encontra-se na fase 1 do ciclo. O término da fase 1 acontece quando a taxa de crescimento do PIB está acelerando, porém agora acima da linha da taxa de crescimento médio do PIB. Aqui acontece o início da fase 2 que termina quando o crescimento da taxa de crescimento do PIB começa a desacelerar, porém ainda encontrando-se acima da linha da taxa de crescimento médio do PIB. Este é o início da fase 3 que termina quanto a taxa de crescimento do PIB encontra-se abaixo da taxa de crescimento médio do PIB. Está é a fase 4, que tem seu fim quando a taxa de crescimento do PIB volta a acelerar.

Ciclo dos preços da soja na bolsa de Chicago (2001 / 2012).



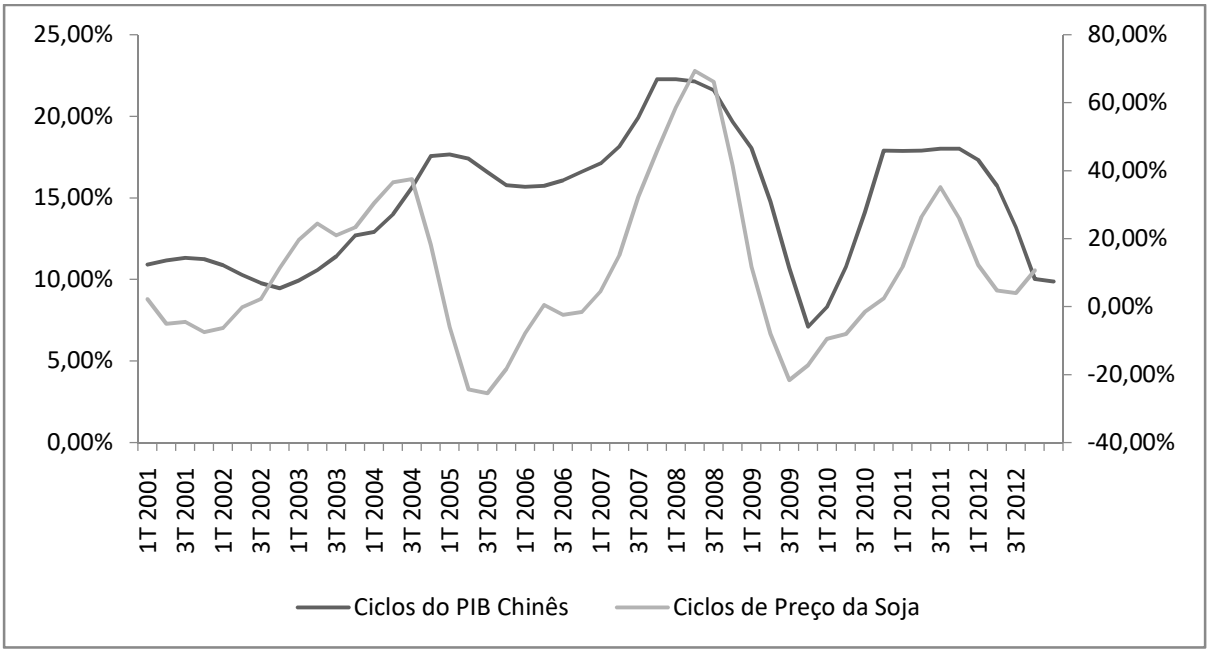
Fonte: Elaborado pelo autor. Dados da CBOT.

Taxa (%) acumulada em quatro trimestres do PIB a preços de mercado e taxa média de crescimento do PIB Chinês (PDG China).



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo OCDE.

Taxa (%) acumulada em quatro trimestres do PIB a preços de mercado e taxa média de crescimento.



Fonte: Elaborado pelo autor com base no modelo analítico discutido no capítulo 03.